

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

JULIANA BERTUCCI BARBOSA

**TENHO FEITO/FIZ A TESE: UMA PROPOSTA
DE CARACTERIZAÇÃO DO PRETÉRITO PERFEITO
NO PORTUGUÊS**



ARARAQUARA-SP
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JULIANA BERTUCCI BARBOSA

**TENHO FEITO/FIZ A TESE: UMA PROPOSTA
DE CARACTERIZAÇÃO DO PRETÉRITO PERFEITO
NO PORTUGUÊS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosane de Andrade Berlinck

Bolsa: CNPq e CAPES/PDEE

**ARARAQUARA-SP
2008**

Barbosa, Juliana Bertucci

Tenho feito / Fiz a tese: uma proposta de caracterização do Pretérito
Perfeito no Português / Juliana Bertucci Barbosa – 2008

280 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

ORIENTADOR: ROSANE DE ANDRADE BERLINCK

1. Lingüística. 2. Língua Portuguesa. 3. Tempo verbal.
4. Aspecto. I. Título.

JULIANA BERTUCCI BARBOSA

**TENHO FEITO/FIZ A TESE: UMA PROPOSTA
DE CARACTERIZAÇÃO DO PRETÉRITO PERFEITO
NO PORTUGUÊS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosane de Andrade Berlinck

Bolsa: CNPq e CAPES/PDEE

Data de aprovação: 15 / 02 / 2008

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Rosane de Andrade Berlinck
(UNESP / Campus de Araraquara)

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Lazzarini Cyrino
(UNICAMP).

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Torres Morais
(USP).

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Beatriz Nunes de Oliveira Longo
(UNESP / Campus de Araraquara).

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Eva Ucy Soto
(UNESP / Campus de Araraquara).

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

*Dedico este trabalho
a duas grandes mulheres,
incentivadoras incansáveis de meus estudos:*

*À minha "vó Cuca", Maria Augusta,
"in memoriam"*

*À minha mãe, Maria Cristina,
fonte de grandes inspirações.*

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa etapa tão importante da minha vida, tenho certeza de que um trabalho como este não se faz sem o apoio e a contribuição de várias pessoas, por isso, muito tenho que agradecer aqueles que, de alguma forma, colaboram indireta ou diretamente para realização desta tese. Por temer o risco da injustiça por omissão, estendo a todos meu mais sincero reconhecimento!

Em especial, gostaria de citar algumas pessoas:

À MINHA FAMÍLIA,

a quem agradeço pela formação da minha personalidade, pelo apoio, pelo incentivo e, sobretudo, pela sábia compreensão das minhas "ausências" durante o curso de Doutorado.

Em especial, agradeço a MINHA MÃE, Maria Cristina Bertucci, que além de sempre me apoiar, aconselhar, sempre me serviu de inspiração de luta, determinação.

Ao MARCOS VINÍCIUS, meu amor,
pelo apoio, pelo incentivo e, principalmente, pela compreensão.

À ROSANE BERLINCK, minha orientadora,
a quem agradeço pelo estímulo, pela atenção, pela amizade, pelas palavras doces e certas durante todo o período da nossa convivência, que começou muito antes do meu doutorado, lá na graduação. Com suas orientações e sugestões, tive a oportunidade de enriquecer meu conhecimento. Que essa relação possa continuar acontecendo sempre!

À BEATRIZ LONGO, minha ex-orientadora,
a quem agradeço pela amizade, e pelo apoio prestado. Com toda certeza posso afirmar que foi uma das responsáveis por ter despertado em mim o gosto pela Lingüística, pela pesquisa, pela Língua Portuguesa.

À ANA MARIA MARTINS, minha co-orientadora estrangeira, da Universidade de Lisboa, a quem agradeço pela recepção, pela atenção, pela dedicação, pelo interesse por meu trabalho, pelas proveitosas discussões.

Aos MEUS PROFESSORES da UNESP-Ararquara, a quem agradeço não só pelos anos de convivência desde a minha graduação, mas, sobretudo, pela formação que me deram.

Aos FUNCIONÁRIOS da UNESP-Araraquara, Por todo apoio e auxílio dado quando necessário.

Aos MEUS AMIGOS, a quem agradeço por terem entendido e apoiado a minha distância e pelas palavras de afeto, que, às vezes, mesmo de longe, muito me ajudaram nos momentos difíceis.

À minha amiga TALITA MARINE, a quem agradeço por ter se tornado minha "hermana", companheira para assuntos acadêmicos e pessoais, por ter nos tornado uma dupla! Sinceramente, não tenho palavras para dizer o quanto sou feliz por termos "afiando" a nossa amizade e por ter convivido com você!

Aos MEUS COLEGAS E AMIGOS da UNESP-Araraquara, a quem agradeço por terem me proporcionado momentos muito agradáveis dentro e fora do campus. Em especial, agradeço:

- ao pessoal do NEVAR pelas ricas discussões e pelas saborosas conversas na cantina!
- à Taisa, pela nossa alegre convivência, pela energia positiva e pelo apoio.

Ao AMIGOS que fiz DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO, a quem agradeço pela carinhosa recepção, por toda a infra-estrutura disponibilizada, pelos conhecimentos que adquiri e por terem me feito sentir em casa mesmo estando do outro lado do Atlântico. Em especial: Elena, nossa amiga espanhola, e D. Rosa, nossa "mãezinha portuguesa".

Aos professores da banca, PROF^a. DR^a. BEATRIZ LONGO, PROF^a. DR^a. SONIA CYRINO, PROF^a. DR^a. MARIA APARECIDA TORRES MORAES E PROF^a. DR^a. UCY SOTO pelos riquíssimos apontamentos, questionamentos e reflexões.

À CAPES,

a quem agradeço pela bolsa PDEE, que me permitiu o estágio de Doutorado "Sanduíche" junto a Universidade de Lisboa, Portugal.

À CNPq

Por ter financiado esta pesquisa durante quatro anos.

Por fim, a DEUS,

a quem agradeço por tudo: pela vida, pela família que me deu, pelas oportunidades e pelas pessoas que colocou em meu caminho!

A TODOS o meu muito OBRIGADA!!!

***"...a língua é a mais alta
manifestação da inteligência
de um povo, é a sua
criação mais viva e original..."***

(Policarpo Quaresma, personagem
de Lima Barreto)

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo um estudo descritivo-comparativo do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC) do modo Indicativo do Português. Buscamos (i) testar a hipótese de uma caracterização dessas formas verbais que parta de uma definição semântica abstrata para chegar a uma explicação dos possíveis usos e funções atribuídos às duas formas pretéritas no Português; (ii) realizar um estudo diacrônico em textos escritos do Português Brasileiro (PB), do século XVI ao XX, procurando verificar se a forma composta nunca teve os mesmos valores semânticos que a forma simples e (iii) identificar semelhanças e/ou diferenças nos usos e funções desses tempos em duas diferentes variedades do português atual (Português Brasileiro e Português Europeu). Esse estudo mais aprofundado do PPC e do PPS justifica-se com base, principalmente, em argumentos tais como (i) as características aspectuais do Pretérito Perfeito Composto (PPC) e do Pretérito Perfeito Simples (PPS), (ii) o contraste entre o uso do PPC no português e nas demais línguas românicas, (iii) a baixa frequência do PPC no Português Brasileiro atual. Dessa forma pretendemos, por um lado, estabelecer com mais clareza as diretrizes que norteiam as mudanças no sistema verbal do Português Brasileiro (PB) e, por outro lado, na comparação com o Português Europeu (PE) atual, verificar se lá essas formas possuem o mesmo uso e funções, como parece apontar Silva (1998). Tomamos como fundamentação teórica uma análise reichenbachiana, que utiliza três momentos na definição formal dos tempos verbais - momento da fala (MF), momento do evento (ME) e momento da referência (MR) - e outros estudos semânticos sobre Tempo e Aspecto Verbal, complementados por trabalhos que levam em conta a utilização das duas formas verbais estudadas em textos escritos do PB, de diferentes modalidades e estilos. Tentamos comprovar que as formas simples e composta do Pretérito Perfeito não se distinguem do ponto de vista temporal, devendo as diferenças serem estabelecidas pelos seus valores aspectuais. Para confirmar nossas hipóteses, montamos um corpus com textos escritos do PB (século XVI ao XX) e do PE (século XX) e selecionamos as ocorrências do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC). No estudo diacrônico do PB, as ocorrências foram analisadas segundo alguns grupos de fatores que auxiliaram na interpretação das formas simples e composta: tempo real, valores aspectuais, presença e/ou ausência de adjunto, telicidade do verbo e grau de formalidade dos textos. Cabe destacar que, na análise comparativa das ocorrências do PB e do PE no século XX, o fator “tempo real” foi substituído pelo “variedade do Português”. O estudo comparativo das ocorrências do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC) no PB e no PE demonstrou que não existe diferença significativa no emprego dessas formas verbais, indicando que o PPS e o PPC possuem características e funções semelhantes nessas duas variedades do português. Isso indica que, apesar da força de diferenciação atuar sobre o PE e o PB, existe uma força unificadora que faz com, pelo menos em relação a certos aspectos, elas continuem sendo variedades de uma mesma língua, o Português. Após verificarmos quais são as funções do PPC e do PPS no Português Brasileiro e no Português Europeu atual, realizamos um estudo diacrônico dessas formas no PB. Os resultados mostraram que a característica quantitativa do PPC – expressando valores aspectuais de iteração e duração – já estava presente no PB do século XVI; entretanto, nesse período o maior número de ocorrências dessa forma ainda exprime

exclusivamente valor perfectivo. Por meio dessa análise também pudemos constatar que a propriedade de expressar exclusivamente perfectivo do PPC diminuiu bruscamente ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, caindo em desuso no século XX.

Palavras – chave: Tempo. Aspecto. Variação. Mudança Lingüística. Corpus. Português.

ABSTRACT

This research aims at providing a descriptive and comparative study of the use of *Pretérito Perfeito Simples* (Simple Past Tense) and *Pretérito Perfeito Composto* (Compound Past Tense) in Portuguese. We searched: (a) a characterization that goes from an abstract semantic definition to arrive at an explanation of the possible use and functions attributed to the two past forms in Portuguese; (b) a diachronic study of these verbal forms in written Brazilian Portuguese, from 16th to 20th century; (c) the identification of similarities and/or differences in the use and functions of these verbal forms in two different varieties of current Portuguese (European Portuguese and Brazilian Portuguese). Some arguments justify our study, such as: (i) the aspectual features of *Pretérito Perfeito Simples* and *Pretérito Perfeito Composto* in Portuguese, (ii) the contrast of the use of *Pretérito Perfeito Composto* in Portuguese and other Romance languages, (iii) the decrease of frequency of *Pretérito Perfeito Composto* in current Brazilian Portuguese. The analysis is based on Reichenbach's temporal points - Speech, Reference and Event Point - and on other semantic and pragmatic approaches to tense and aspect. We have tried to show that both forms must be distinguished according to aspectual features, rather than on a temporal basis. To confirm our hypotheses, we build a *corpus* of written texts in Brazilian Portuguese (16th to 20th century) and of European Portuguese (20th century); and we selected the cases of *Pretérito Perfeito Composto* and *Pretérito Perfeito Simples*. In the diachronic study, these data have been analyzed according to some groups of factors that help on the interpretation of the simple and complex forms: real time, aspectual features, presence and/or absence of adverbs, telic/atelic verbs and degree of formality of the texts. In the comparative analysis between Brazilian Portuguese and European Portuguese, we replaced the factor "real time" for the "variety of Portuguese". The comparative study has showed that there are no significant differences in the use of *Pretérito Perfeito Simples* and *Pretérito Perfeito Composto* in Brazilian Portuguese and in European Portuguese. Therefore, we can suggest that *Pretérito Perfeito Simples* and *Pretérito Perfeito Composto* have similar characteristics and functions in the two varieties. This demonstrates that, in spite of the differentiation force acting upon Brazilian Portuguese and European Portuguese, there is a unifying, opposite, force that keeps them still as varieties of one same language, Portuguese – at least in what regards certain aspects. After we verified which are the functions of *Pretérito Perfeito Simples* and *Pretérito Perfeito Composto* in Brazilian Portuguese and in European Portuguese, we studied these verb forms in Brazilian Portuguese. The results demonstrate that the quantificational characteristic of *Pretérito Perfeito Composto* (iterative and durative features) were already present at Brazilian Portuguese in the 16th century. Nevertheless, in this period, the majoritary of the occurrences of this verbal form presents perfective feature. Also we noticed that the property to express exclusively perfective of the PPC decreased in 17th, 18th, and 19th centuries, and it is no more used in 20th century.

Keywords: Tense. Aspect. Variation. Linguistic Change. Corpus. Portuguese

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

2. A CATEGORIA TEMPO

Figura 1 – Eixo Cronológicop.41

Figura 2 – Eixo Psicológico.....p.42

4. O PRETÉRITO PERFEITO DO MODO INDICATIVO

Figura 1 – Gramática de João de Barros.....p.72

Figura 2 – Interpretação do PPS.....p.85

Figura 3 – Interpretação do PI.....p.85

Figura 4 – Interpretação do PPC (iterativa)p.86

Figura 5 – Interpretação do PPC (durativa)p.86

Figura 6 – PPC (iterativo): possibilidade do evento ocorrer em outro I_tp.87

Figura 7 – PPC (durativo): possibilidade do evento ocorrer em outro I_tp.88

6. MONTAGEM DO CÓRPUS

Figura 1 – Amostra de um texto escaneado (imagem).....p.134

Figura 2 – Programa ABBYY FINE READER.....p.135

Figura 3 – Texto convertido em “.doc”: antes da revisão.....p.136

LISTA DE TABELAS

4. O PRETÉRITO PERFEITO DO MODO INDICATIVO

TABELA I – Ocorrências do PPC e PPS nos séculos XX e XIX.....p.91

7. FATORES DE ANÁLISE

TABELA I – Tipo de verbos.....p.165

8. ANÁLISE DOS DADOS DO PE *vs.* PB

Tabela I – Ocorrências do PPC e PPS no PE e no PB do século XX.....p.175

Tabela II – Valores aspectuais do PPC nas variedades do Português.....p.177

Tabela III – Valores aspectuais do PPS nas variedades do Português.....p.178

Tabela IV – As ocorrências do adjunto adverbial *vs.* Variedade do Português no PPC.....p.181

Tabela V – As ocorrências do adjunto adverbial *vs.* Variedade do Português no PPS.....p.182

Tabela VI – Telicidade do verbo *vs.* Variedade do Português no PPC.....p.184

Tabela VII – Telicidade do verbo *vs.* Variedade do Português no PPS.....p.184

Tabela VIII – Telicidade *vs.* Valores Aspectuais do PPC no PE e PB.....p.185

Tabela IX – Telicidade *vs.* Valores Aspectuais do PPS no PE e PB.....p.186

Tabela X – Variedade do português *vs.* Grau de formalidade no PPC.....p.187

Tabela XI – Variedade do Português *vs.* Grau de Formalidade no PPS.....p.188

9. ESTUDO DIACRÔNICO DO PRETÉRITO PERFEITO

Tabela I – Ocorrências do Pretérito Perfeito no PB do século XVI ao XX.....p.193

Tabela II – Valores aspectuais do PPC no PB : século XVI ao XX.....p.196

Tabela III – Valores aspectuais do PPS no PB: século XVI ao XX.....p.204

Tabela IV – O PPC e os adjuntos adverbiais do século XVI ao XX.....p.205

Tabela V – Cruzamento dos fatores valores aspectuais *vs.* presença/ausência de adjunto adverbial no século XVI (PPC)p.205

Tabela VI – O PPS e os adjuntos adverbiais do século XVI ao XX.....p.206

Tabela VII – O PPC e a telicidade dos verbos base nos séculos XVI ao XX.....	p.208
Tabela VIII – Valores aspectuais do PPC vs. telicidade do verbo principal no século XVI.....	p.209
Tabela IX – Valores aspectuais do PPC vs. telicidade do verbo principal no século XX.....	p.210
Tabela X – O PPS e a telicidade dos verbos base nos séculos XVI ao XX.....	p.211
Tabela XI – O PPC e o grau de formalidade dos textos nos séculos XVI ao XX.....	p.212
Tabela XII – o PPS e o grau de formalidade dos textos nos séculos XVI ao XX.....	p.214

LISTA DE ABREVIATURAS

PB - Português do Brasil

PE - Português Europeu

PPS - Pretérito Perfeito Simples

PPC - Pretérito Perfeito Composto

PMQPS - Mais-que-perfeito Simples

PMQPC - Mais-que-perfeito Composto

PI - Pretérito Imperfeito

I_t - Intervalo de tempo

MR - Momento de Referência

MF - Momento de Fala

ME - Momento do Evento

E - Evento

e - Estágios do evento

CO - Textos [-] formais

O - Textos [+] formais

LISTA DE GRÁFICOS

8. ANÁLISE DOS DADOS DO PE *vs.* PB

Gráfico I – Porcentagem do PPS e do PPC no PE e no PB.....p.176

9. ESTUDO DIACRÔNICO DO PRETÉRITO PERFEITO

Gráfico I – Ocorrências do PPC: século XVI ao XX.....p.194

Gráfico II – Ocorrências do PPS: século XVI ao XX.....p.195

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	iii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	iv
LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	viii
SUMÁRIO.....	ix

INTRODUÇÃO.....	p.1
-----------------	-----

PARTE I

1. LÍNGUA: REALIDADE EM “FAZIMENTO”.....	p.10
1.1. A natureza social da linguagem.....	p.10
1.1.1. Princípios gerais da teoria da variação e mudança	p.16
1.1.2. Estudos diacrônicos: o estudo da língua em tempo real.....	p.21
1.2. A Linguística Histórica e o estudo do Português Brasileiro.....	p.23
1.2.1. O Português Brasileiro e o Português Europeu Contemporâneo.....	p.27
2. A CATEGORIA TEMPO.....	p.30
2.1. O <i>Tempo</i> : discussões e definições.....	p.30
2.1.1. Teorias sobre o Tempo.....	p.38
2.1.2. O estudo do Tempo após a Teoria da Relatividade.....	p.39
2.2. O Tempo Verbal.....	p.43
2.2.1. A interpretação semântica dos tempos verbais.....	p.47
3. A CATEGORIA ASPECTO.....	p.52
3.1. O aspecto nominal.....	p.52
3.2. O aspecto verbal.....	p.54
4. O PRETÉRITO PERFEITO DO MODO INDICATIVO.....	p.71
4.1. O Pretérito Perfeito: definições.....	p.71
4.2. Proposta de caracterização do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro.....	p.80

4.3. O emprego do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro.....	p.88
4.4. O emprego do Pretérito Perfeito no Português Europeu.....	p.91
4.5. O emprego do Pretérito Perfeito em outras línguas românicas.....	p.97
4.5.1. O emprego do Pretérito Perfeito no Francês: comparação com o Português.....	p.100
4.5.2. O emprego do Pretérito Perfeito no Espanhol: comparação com o Português.....	p.103
5. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PRETÉRITO PERFEITO.....	p.116
5.1. Os tempos verbais no latim.....	p.116
5.2. A evolução do particípio e das conjugações perifrásticas.....	p.119
5.3 Os valores auxiliares “ter” e “haver” nas línguas românicas.....	p.121
5.4. O emprego da forma “ter/haver + particípio” no Português Arcaico.....	p.123

PARTE II

6. MONTAGEM DO CÓRPUS.....	p.135
6.1. Seleção dos textos.....	p.138
6.1.1. Gêneros textuais	p.140
6.1.2. Grau de formalidade.....	p.143
6.1.3. O gênero epistolar.....	p.147
6.1.4. O grau de formalidade em “sincronias passadas”	p.150
6.2.O nosso corpus.....	p.154
6.2.1. O corpus do Português Brasileiro.....	p.154
6.2.2. O corpus do Português Europeu.....	p.156
7. FATORES DE ANÁLISE.....	p.158
7.1. Fatores de análise do Português Brasileiro: perspectiva diacrônica.....	p.158
7.1.1. Tempo real.....	p.158
7.1.2. Grau de formalidade.....	p.160
7.1.3. Telicidade do verbo.....	p.162
7.1.4. Valores aspectuais.....	p.170
7.1.5. Presença ou ausência de adjunto adverbial.....	p.171
7.2. Fatores de análise do PE vs. PB.....	p.172
8. ANÁLISE DOS DADOS DO PE vs. PB.....	p.174
8.1 Confrontando as ocorrências em PE e PB.....	p.175

8.1.1. O PPC e o PPS nas duas variedades do Português atual.....	p.175
8.1.2. Variedade do português <i>vs.</i> Valores aspectuais das formas verbais.....	p.176
8.1.3. Variedade do Português <i>vs.</i> Ausência/presença de adjunto adverbial.....	p.180
8.1.4. Variedade do Português <i>vs.</i> Telicidade do verbo.....	p.183
8.1.5. Grau de Formalidade <i>vs.</i> Variedade do Português.....	p.187
8.2. Outros casos.....	p.189
8.3. O emprego do PPC e do PPS no Português Brasileiro e Europeu.....	p.190
9. ESTUDO DIACRÔNICO DO PRETÉRITO PERFEITO.....	p.192
9.1. Análise das ocorrências no PB.....	p.193
9.1.1. Estudo do tempo real.....	p.194
9.1.2. Estudo do tempo real <i>vs.</i> valores aspectuais.....	p.196
9.1.3. Estudo do tempo real <i>vs.</i> presença/ausência de adjuntos adverbiais.....	p.204
9.1.4. Estudo do tempo real <i>vs.</i> telicidade do verbo.....	p.208
9.1.5. Estudo do tempo real <i>vs.</i> grau de formalidade.....	p.212
9.2. Ter+ Particípio Passado Variável: pistas para a história do PPC.....	p.215
9.3. O estudo diacrônico do PPS e do PPC: síntese dos resultados.....	p.219
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.222
REFERÊNCIAS.....	p.230
ANEXOS.....	p.243
ANEXO A – Amostra de fragmentos de textos escritos no Português Brasileiro.....	p.244
ANEXO B – Amostra de fragmentos de textos escritos no Português Europeu (século XX).....	p.274

INTRODUÇÃO

"A percepção do desconhecido é a mais fascinante das experiências. O homem que não tem os olhos abertos para o misterioso passará pela vida sem ver nada."

(Albert Einstein)

A língua possui um caráter dinâmico e, portanto, sofre variações e/ou mudanças que podem ocorrer em diversos níveis: fonológico, sintático, semântico, pragmático e lexical. O estudo da variação/mudança no português vem abordando vários fenômenos, tais como, entre outros: o preenchimento da posição do sujeito por pronomes plenos, o aumento na ocorrência dos objetos nulos, na sintaxe; a perda de sufixos e flexões, com o conseqüente surgimento de formas verbais analíticas a partir da gramaticalização de verbos auxiliares, e com o recurso mais freqüente à recategorização de itens, na morfologia (cf. SILVA, 1997; DUARTE, 1996; CYRINO, 1997; LONGO, 2000).

No sistema verbal do português também podemos encontrar variações e/ou mudanças, como, por exemplo, as flexões de Futuro do Presente, que atualmente só ocorrem em contextos muito específicos, estando restritas, de acordo com pesquisas recentes (cf. SILVA, 1997; MOTA 1998; BARBOSA, 1999; BARBOSA; LONGO, 2001), a textos altamente formais (de teor preditivo ou injuntivo). Nos demais casos, o futuro flexionado é substituído pelo Presente do Indicativo ou por perífrases, das quais a mais gramaticalizada é *ir* + infinitivo.

O Imperativo e o Subjuntivo, por sua vez, também parecem estar perdendo espaço para formas do Indicativo, especialmente no tempo Presente, de forma que ocorrências como as seguintes não causam mais estranhamento na língua falada (cf. SCHERRE et al, 2000; BORGES, 2004; SCHERRE, 2007):

(01) Quer que eu **pago** pra você?

(02) **Faz** isso pra mim, por favor.

Essas (e outras) constatações demonstram que o sistema de tempos verbais do português está passando por uma reorganização, que ainda se caracteriza como uma tendência, mas já pode ser observada, e que deve levar ao desaparecimento de certas formas, ao surgimento de outras, e a um deslocamento de funções. É tomando essa hipótese que investigaremos o Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Composto (PPC) no Português, visando principalmente dois objetivos gerais:

(a) um estudo do pretérito perfeito simples e composto no Português Brasileiro, numa perspectiva diacrônica que leve em conta a evolução do sistema de tempos verbais no Português Brasileiro a partir das primeiras produções em textos escritos, isto é, abrangendo desde o século XVI até o século XX;

(b) um estudo comparativo do pretérito perfeito simples e composto do Português Brasileiro com o Português Europeu do século XX.

Como resultado, buscamos uma caracterização que parta de uma definição semântica abstrata para chegar a uma explicação dos possíveis usos e funções atribuídos às duas formas pretéritas ao longo de diferentes períodos do tempo no Português Brasileiro e à identificação de semelhanças e/ou diferenças nos usos desses tempos em duas diferentes variedades do português atual (Português Brasileiro e Português Europeu).

Alguns argumentos, que partem de questões levantadas – mas ainda não resolvidas – a respeito do emprego das formas simples e composta do Pretérito Perfeito no Português, justificam um estudo mais aprofundado dessas formas verbais, entre eles:

(i) a definição temporal e a característica aspectual do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC) (cf. BARBOSA, 2003), como, por exemplo:

(03) João **foi** a Maceió. (perfectivo)

(04) João **tem ido** a Maceió. (valor iterativo)

(05) João **tem andado** doente (valor durativo)

(ii) o contraste do uso do Pretérito Perfeito Composto (PPC) no português e nas demais línguas românicas;

(iii) a baixa frequência do PPC no Português Brasileiro (PB) atual (cf. BARBOSA, 2003);

(iv) a possibilidade de existir diferenças no emprego do PPS e do PPC no Português Brasileiro e no Português Europeu, já que diversos fatores – como, históricos, sociais e culturais – distinguem Brasil e Portugal.

Sendo assim, justifica-se um estudo mais aprofundado, que contemple a variação diacrônica das formas do Pretérito Perfeito do modo Indicativo, numa tentativa de avaliar as hipóteses de caracterização dessas formas e nos levar, por um lado, a estabelecer com mais clareza as diretrizes que norteiam as mudanças no sistema verbal do Português Brasileiro e, por outro lado, na comparação com o Português Europeu atual, a verificar se lá essas formas possuem o mesmo uso e funções, como parece apontar Silva (1998).

Estando os objetivos gerais expostos acima, arrolam-se os seguintes objetivos específicos:

- a. fazer uma revisão bibliográfica sobre a origem das formas simples e composta do Pretérito Perfeito na passagem do latim ao português;
- b. buscar informações sobre o emprego do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Composto (PPC) no Português Arcaico;
- c. investigar a forma simples e a composta com o intuito de identificar similaridades e dissimilaridades nas características e funções,
- d. estabelecer os contextos de ocorrência de cada uma na história do português brasileiro;
- e. verificar se houve uma especialização gradual de sentido das formas ou se no Português Brasileiro as duas nunca equivaleram;
- f. comparar a forma simples e a composta do pretérito perfeito encontradas no Português Brasileiro do século XX com as encontradas no Português Europeu do mesmo período, procurando semelhanças ou diferenças em seus usos.

Para realizarmos o estudo diacrônico do Português Brasileiro (PB), montamos um corpus com amostras de textos escritos (gêneros oratório e epistolar) do Português Brasileiro (PB) desde o século XVI até o século XX, distribuído entre dois grandes grupos, [+] formal e [-] formal. Além disso, para o estudo comparativo entre o Português Europeu (PE) e Brasileiro (PB), construímos um corpus com textos escritos do século XX (gêneros oratório e epistolar) de PE, durante nosso estágio PDEE, financiado pela CAPES, junto a Universidade de Lisboa, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Martins. A partir desses corpus extraímos e analisamos as ocorrências de Pretérito Perfeito.

Como podemos observar a seguir, a própria estrutura do nosso trabalho reflete os nossos objetivos acima expostos e as preocupações teórico-metodológicas. Dividimos esta tese em duas partes: na **PARTE I** – mais teórica –, discutimos sobre concepções, estabelecemos fundamentações teóricas, justificamos algumas definições adotadas e fazemos algumas propostas de caracterização; na **PARTE II**, abordamos questões teórico-metodológicas sobre montagem de corpus, testamos as hipóteses e definições propostas na primeira parte e discutimos os resultados baseados na análise de ocorrências extraídas de contextos de uso real. As seções da **PARTE I** são as seguintes:

Seção 1: LÍNGUA: REALIDADE EM “FAZIMENTO” - como o título diz, trata do ponto de vista sobre a língua que norteia este estudo. Ela é entendida como uma realidade heterogênea, que sofre transformações. Essa seção está dividida em dois grupos: **1.1. A natureza social da linguagem**, que aborda as diferentes concepções de língua, todas perpassando pelo seu caráter social. Partindo dessa concepção, nossa fundamentação teórica está baseada nos princípios gerais da teoria da variação e mudança laboviana e em algumas considerações sobre o estudo da língua ao longo do tempo; no outro grupo **1.2. A Lingüística Histórica e o estudo do Português Brasileiro**, refletimos sobre alguns definições atribuídas à Lingüística Histórica, chegando à discussão das possíveis e diferentes histórias sobre a origem do português. Ainda dentro desse último grupo, levantamos algumas discussões acerca das diferenças e/ou semelhanças entre o Português Brasileiro e o Português Europeu (**1.2.1. O Português Brasileiro e o Português Europeu Contemporâneo**).

Seção 2: **A CATEGORIA TEMPO** - inicialmente, retomamos algumas diferentes concepções de Tempo (**2.1. O Tempo: discussões e definições**, **2.2. Teorias sobre o Tempo**), e ressaltamos a importância da Teoria da Relatividade para o estudo dessa categoria (**2.3. O estudo do Tempo após a Teoria da Relatividade**). Além disso, partindo dos estudos de Reichenbach (1980) e de Corôa (1985), estabelecemos a definição de Tempo adotada para este trabalho – categoria que expressa relações de simultaneidade e anterioridade entre os momentos do evento (ME), da fala (MF) e de referência (MR) –, e comentamos a interpretação semântica não-ambígua (baseada nos estudos de Corôa) dada aos tempos verbais do modo Indicativo no português (**2.4. O Tempo Verbal**, **2.4.1. A interpretação semântica dos tempos verbais**).

Seção 3: **A CATEGORIA ASPECTO** - assim como fizemos na **seção 2** para a categoria Tempo, discutimos sobre as diferentes definições de Aspecto existentes, chamando atenção para o fato de que o aspecto não deve ser somente associado ao verbo (**3.1. O aspecto nominal**), e estabelecemos a concepção adotada para este trabalho (**3.2. O aspecto verbal**): uma categoria não dêitica que exprime quantificação de eventos e/ou estágios expressa pelo verbo. Além disso, com base em estudos como de Castilho (1966), Travaglia (1994), Corôa (1985) e Longo (1990), adaptamos um quadro com valores aspectuais, e a partir dele destacamos três valores importantes para o estudo do Pretérito Perfeito: o iterativo, o durativo, e o perfectivo.

Seção 4: **O PRETÉRITO PERFEITO DO MODO INDICATIVO** - realizamos uma revisão bibliográfica (**4.1. O Pretérito Perfeito: definições**) em gramáticas e estudos lingüísticos de diferentes séculos sobre as definições dadas ao Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Pretérito Perfeito Composto (PPC); em seguida propomos (**4.2. Proposta de caracterização do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro**), baseados em Barbosa (2003), uma caracterização dessas formas verbais. Destacamos também os diferentes usos (**4.3. O emprego do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro**, **4.4. O emprego do Pretérito Perfeito no Português Europeu**) das formas compostas e simples do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE) e levantamos algumas discussões e comparações do emprego dessas formas verbais em outras línguas românicas (francês e espanhol) – **4.5. O emprego do Pretérito Perfeito em outras línguas românicas**.

Seção **5: ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PRETÉRITO PERFEITO** - na primeira parte dessa seção (**5.1. Os tempos verbais no latim**) apresentamos sucintamente o percurso dos tempos verbais do latim para o português e, em seguida, refletimos sobre a origem da forma composta do Pretérito Perfeito (**5.2. A evolução do particípio e das conjugações perifrásticas**), que, de acordo com Câmara Jr. (1970) e Said Ali (1964), originou-se da expressão *habeo litteram scriptam* (tenho uma carta escrita / em meu poder). Discutimos também sobre os valores dos verbos auxiliares “ter” e “haver” nas línguas românicas (**5.3**) e o uso da forma “ter/haver + particípio passado” no Português Arcaico (**5.4.**), partindo, principalmente, de estudos como de Mattos e Silva (1981, 1989, 1995) e Cardoso e Pereira (2003).

Vejamos agora as seções da **PARTE II** desta tese:

Seção **6: MONTAGEM DO CÓRPUS** - como já mencionado, para testarmos as nossas hipóteses construímos, para a análise diacrônica, um corpus do Português Brasileiro (PB), desde o século XVI ao XX, e para o estudo comparativo entre as duas variedades do português, montamos um corpus com textos escritos do PE, século XX. Para a montagem desses dois corpus, antes do processo de digitalização dos textos, passamos pela etapa de escolha deles (**6.1. Seleção dos textos**). Nessa fase, baseamo-nos na noção de gênero textual, para nos auxiliar na escolha dos tipos de gênero que iriam compor a nossa amostra do Português. Optamos pelo gênero oratório, que faria parte do grupo [+] formal, e o epistolar, com cartas informais, que se encaixaria no grupo dos textos [-] formais. Entretanto, nesta etapa, encontramos duas grandes dificuldades: (a) não tivemos acesso a nenhum texto português do século XVI pertencente ao gênero oratório; e (b) o que consideraríamos informal em outras sincronias. Para tentarmos solucionar esses problemas: (i) optamos por trabalhar com as cartas no século XVI nos dois grupos, levando-nos a buscar mais informações sobre esse gênero; e (ii) criamos um referencial que nos orientasse na distinção entre o [+] formal e o [-] formal em épocas passadas.

Seção **7: FATORES DE ANÁLISE** - apresentamos e discutimos os grupos de fatores utilizados no estudo diacrônico do Português Brasileiro (**7.1. Fatores de análise do Português Brasileiro: perspectiva diacrônica**):

- a) Tempo Real: investigamos a evolução do pretérito, verificando se houve perda da vitalidade da forma composta. Em estudo sobre o emprego do perfeito composto, Barbosa (2003) verificou diminuição da frequência, no século XX, em relação ao século XIX. Comparando textos de diferentes épocas, a partir do século XVI, por meio desse fator, testamos a hipótese de que houve um decréscimo no rendimento do Perfeito Composto e um conseqüente aumento na produção do Perfeito Simples, levando a uma oposição entre o português e as demais línguas românicas. Consideramos, portanto, que existe uma relação inversa entre a forma composta e o período de tempo real.
- b) Grau de formalidade: fatores estilísticos muitas vezes se correlacionam à rentabilidade das formas lingüísticas. Tendo em vista que o estilo formal tende à preservação das normas gramaticais e resiste a mudanças, propusemos investigar se em textos [+] formais, como os oratórios, por exemplo, encontra-se maior frequência de uma das formas do que em textos [-] formais (como as correspondências entre amigos, por exemplo).
- c) Telicidade do verbo: segundo Castilho (1966, p.143), o valor aspectual do pretérito perfeito composto está relacionado com o tipo de verbo: (a) expressa valor durativo se o verbo é **atélico** (*O senhor não pode calcular como essa doença me tem aborrecido*); (b) expressa valor iterativo se o verbo é **télico** (*Tenho perdido um dinheirão por causa dêle, nem tu imaginas*). Dessa forma, testamos a hipótese de que os valores aspectuais das formas verbais estudadas neste projeto relacionam-se com verbos **télicos** ou **atélicos**.
- d) Valores aspectuais: as formas foram analisadas quanto a seu valor temporal ou aspectual (iterativo, durativo ou perfectivo), para verificar se desde o século XVI já se observava a especialização de sentido que caracteriza o português perante as demais línguas românicas ou se o valor aspectual predominante do Perfeito Composto se desenvolveu mais tardiamente.

- e) Presença ou ausência de adjunto adverbial: analisamos a relação entre o aspecto e os adjuntos adverbiais; para isso dividimos a nossa análise em três grupos: (a) ausência de adjunto adverbial, (b) presença de adjunto adverbial, marcando aspecto em combinação com a forma verbal e (c) presença de adjunto, empregado para reforçar um aspecto já expresso pela forma verbal.

Em seguida, destacamos que no estudo comparativo do PE vs. PB (**7.2. Fatores de análise do PE vs. PB**) utilizamos as ocorrências encontradas das formas simples e compostas do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro (PB) do século XX e as comparamos com as encontradas em um *cópus* também de textos escritos, [+] formais vs. [-] formais, do Português Europeu (PE). Ressaltamos também que as formas do PE foram analisadas respeitando o mesmo grupo de fatores citados acima, com exceção do primeiro (tempo real); em seu lugar inserimos o grupo “variedade do português”.

Seção 8: ANÁLISE DOS DADOS DO PE vs. PB - com o auxílio do pacote estatístico VARBRUL, confrontamos e analisamos (**8.1 Confrontando as ocorrências em PE e PB**) quantitativamente e depois qualitativamente as ocorrências das formas simples e compostas do Português Brasileiro (PB) e Europeu (PE). A partir dessa análise pudemos chegar a algumas conclusões sobre as funções dessas formas verbais nessas duas variedades do português.

Seção 9: ESTUDO DIACRÔNICO DO PRETÉRITO PERFEITO - após termos constatado os usos atuais do PPS e do PPC no Português Brasileiro e no Europeu, analisamos diacronicamente as ocorrências dessas formas verbais no Português Brasileiro, observando o seu desenvolvimento desde a origem, no século XVI, buscando verificar se essas duas formas nunca possuíram as mesmas funções, ao contrário do que ocorre em outras línguas românicas. Para isso, utilizamos novamente o pacote estatístico VARBRUL e analisamos os resultados, primeiramente, quantitativamente e, em seguida, qualitativamente. Além disso, apresentamos e discutimos sucintamente algumas ocorrências de “ter+particípio variável” que nos fazem retomar a estrutura que originou a forma composta do Pretérito Perfeito (**9.2. Pistas para a história do PPC**).

Com essa pesquisa pretendemos, por meio do estudo comparativo do PE *vs.* PB apontar fatores de unidade e/ou diversidade que caracterizam essas duas variedades do português. Além disso, a partir da análise diacrônica do Pretérito Perfeito, buscamos refletir sobre os processos de variação e mudança no português, tentando contribuir, em especial, para o estudo da história do Português Brasileiro. Os avanços que essa vem tendo atualmente nos motivam cada vez mais à volta para o passado, visando interpretar melhor o presente e tentando estabelecer novas visões sobre a formação da língua portuguesa no Brasil.

PARTE I

1. LÍNGUA: REALIDADE EM “FAZIMENTO”

“a língua muda porque é um sistema em perpétua adaptação as necessidades das comunidades que a utilizam e essas comunidades também mudam”.
(Esperança Cardeira¹)

1.1. A natureza social da linguagem

O ato de se comunicar é uma constante em qualquer ponto da escala da vida animal; todos os animais se comunicam de alguma forma e em algum período de sua vida ou por necessidade de sobrevivência ou por motivos biológicos (como, por exemplo, conservação da espécie) só possíveis por meio da interação. Porém, é na espécie humana que a comunicação atinge o seu mais alto grau de complexidade e eficiência.

Os meios de se comunicar podem variar muito: movimentos, como na dança das abelhas; reação a cores ou a odores (por exemplo: as borboletas que atraem os machos pelo cheiro); produções vocais como entre as aves, os mamíferos etc. O ser humano se serve desse e de outros instrumentos para interagir um com o outro. Essa interação social envolve a ação de produzir, enviar, receber a comunicação e reagir a ela. Compreendida dessa maneira, podemos dizer que a linguagem é o instrumento mais eficaz e natural de comunicação à disposição do homem.

Um caso de manifestação da linguagem é a língua: produto social da faculdade da linguagem e conjunto de convenções necessárias. A realização da língua na sociedade ocorre por meio da fala. Por este motivo, a fala é considerada, por Saussure (1970 [1916]), a substância da língua. Neste sentido, a escrita é considerada a representação da fala, embora nunca a espelhe fielmente.

Saussure (1970 [1916]), ao estudar a linguagem – centrando-se nas regras e nas convenções subjacentes que permitem à língua operar –, separou-a em *langue* (**língua**, o sistema formal da linguagem que governa os eventos da fala) e a *parole* (**fala**, palavra propriamente dita, o discurso, ou os eventos da fala). Sob essa perspectiva, o lingüista francês manifesta interesse por aquilo que é comum a todos os falantes e que funciona em um nível inconsciente.

¹ Fragmento extraído de: CARDEIRA, E. **O essencial sobre a história do português**. Lisboa: Caminho, 2006, p.14.

Além dessa dicotomia, Saussure propôs outra: **sincronia** vs. **diacronia**. A análise científica do objeto do estudo em si, relacionado apenas com o que lhe era pertinente, quase que imóvel no tempo, foi chamada de estudo sincrônico, em oposição ao diacrônico, que aborda a história da língua ao longo do tempo, onde a mudança está sempre presente.

Outro lingüista francês, Meillet (1965 [1911]), que também fez reflexões sobre “linguagem/língua”, relacionou o estudo desta com o contexto social em que ela está inserida, definindo-a como um **fato social**:

A linguagem é eminentemente um fato social. Com efeito, ela entra exatamente na definição proposta por Durkheim; uma língua existe independentemente de cada um dos indivíduos que a falam e mesmo que ela não tenha nenhuma realidade exterior à soma desses indivíduos, ela é contudo, por sua generalidade, exterior a eles. (MEILLET, (1965 [1911], p.230)

Podemos observar que a posição desse lingüista sobre a língua, em alguns pontos, opõe-se à de Saussure (1970 [1916]). Para Meillet, é inaceitável que esse lingüista propusesse separar a variação lingüística das condições externas de que ela depende: essa noção a afasta da realidade, associando-a, assim, a uma abstração. Esse lingüista também não aceitava a afirmação feita por Saussure de que a língua é “considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 1970 [1916], p.166), pois, para Meillet, não se pode compreender a língua sem fazer referência a sua história.

Sob esse ponto de vista, a concepção de Saussure (1970 [1916], p.31) de que a língua “é a parte não social da linguagem” não coincide, portanto, com a noção de língua como “fato social” de Meillet. Assim, para nós, fica evidente que Saussure faz uma distinção entre estrutura da língua e história, enquanto Meillet tenta unir essas duas noções.

Para Meillet, como a língua é um fato social, a Lingüística passa a ser tomada como “uma ciência social”, por isso, sob esse ponto de vista, “o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação lingüística é a mudança social”² (Meillet, (1965 [1911], p.17).

O lingüista americano William Labov (1972), faz o seguinte comentário sobre a contribuição de Meillet e os limites da lingüística saussuriana:

² Esta idéia é retomada por Labov posteriormente.

Meillet, contemporâneo de Saussure, pensava que o século XX veria a elaboração de um procedimento de explicação histórica fundado sobre o exame da variação lingüística enquanto inserida nas transformações sociais (1921). Mas discípulos de Saussure, como Martinet (1961), aplicaram-se a rejeitar essa concepção, insistindo fortemente em que a explicação lingüística se limitasse às inter-relações dos fatores estruturais internos. Com essa atitude, aliás, eles estavam seguindo o espírito do ensino saussuriano. Com efeito, um exame aprofundado dos escritos de Saussure mostra que, para ele, o termo 'social' significa simplesmente 'pluri-individual', nada sugerindo da interação social sob seus aspectos mais gerais. (LABOV, 1972, p.237)

Cabe ressaltar, no entanto, que, embora tanto Labov quanto Meillet tenham estudado a estrutura da língua e sua evolução num contexto social, porém o segundo estudou principalmente as “línguas mortas”, e o primeiro estudou (e estuda) a língua em situações contemporâneas concretas, enfrentando assim problemas metodológicos diferentes de Meillet.

Essa visão historicista de Meillet (1965 [1911]), associando história com a língua, também pode ser vista quando o lingüista definiu as duas tendências antagônicas, atuantes nas línguas, a "diferenciação" e a "unificação". Meillet, sem negar, em momento algum, o fato de que as línguas estão sempre em movimento – expandindo-se, e, como conseqüência, tendendo à diferenciação – leva-nos a entender que a unificação se daria como “força” contrária à diferenciação, que num caso extremo levaria à falta de compreensão mútua entre os falantes³.

Para esse autor, toda língua tende a se diferenciar segundo alguns fatores:

(1) durante o processo da **aquisição da língua falada** (cf. MEILLET, 1965 [1911], p.111): a criança aprende a língua por imitação, e como essa imitação não é perfeita, pode ocorrer a diferenciação;

(2) durante o **uso que o indivíduo faz da língua quando adulto**: as palavras empregadas pelo adulto tendem a “se soldar” umas às outras; passando a serem expressas de maneira diferente, pois cada indivíduo faz as suas próprias combinações lingüísticas (cf. Meillet, 1965 [1911], p.111);

³ Meillet salienta que não é necessário que se chegue a essa situação extrema para que a força da unificação comece a atuar.

(3) de acordo com a **localidade** (ou **dimensão geográfica**): numa mesma região podemos observar que uma forma da língua, em uma primeira época, corresponde a diversas formas, em um outro momento, para cada localidade, esse tipo de diferenciação afeta principalmente a gramática e a pronúncia (o vocabulário, pouco): “o falar de cada localidade tende a assumir progressivamente características próprias” (Meillet, 1965 [1911], p.112);

(4) de acordo com a **dimensão social**: “nenhuma população é totalmente homogênea, cada diferenciação social pode ser traduzida por uma diferenciação lingüística” (MEILLET, 1965 [1911], p.113).

Qualquer um desses processos de diferenciação, segundo Meillet, tende a tornar a língua inteligível somente a grupos sociais cada vez mais reduzidos (cf. MEILLET, 1965 [1911], p.116). As populações fragmentadas em pequenos grupos distintos e falando línguas diversas podem oferecer resistência a grupos maiores e organizados, como, por exemplo, aconteceu na colonização da América, onde havia diversas línguas indígenas que, inicialmente, exerceram resistência à nova língua do colonizador (cf. MEILLET, 1965 [1911], p.116); no caso específico do Brasil, o português era língua minoritária.

Em oposição a esse processo de **diferenciação**, Meillet cita outra força atuante na língua: a **unificação**. Essa força seria uma reação contrária ao processo de **diferenciação**, pois não se espera que os falares de uma comunidade se tornem muito distintos. Dessa forma, entendemos que a **unificação** e a **diferenciação** seriam duas forças que atuam constantemente sobre a língua - como se fossem as forças negativas e positivas da Física -, apontando sempre em direções opostas.

Refletindo sobre o papel dessas duas “forças” no contexto atual, acreditamos que, apesar do tempo que nos separa das reflexões de Meillet, ainda é válido pensar a língua nessa perspectiva – com essas forças atuantes. A língua, independentemente do período, na época em que Meillet escreveu ou no contexto atual em que vivemos, continua em constante variação, podendo sofrer mudanças, influenciadas, como afirma Tarallo (1985), por fatores lingüísticos (aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos) e não-lingüísticos (formalidade, escolaridade, sexo, espaço geográficos, nível social), que podemos considerar como fatores responsáveis pela diferenciação.

Mattos e Silva (1992), num estudo sobre a origem do Português Brasileiro, observou esse fenômeno, afirmando que o Português Brasileiro, desde sua origem, vive e convive com a diversidade tanto regional como social, mesmo que, nas palavras de Castilho (1992) a “visão oficialista do mundo que o português criou, tentou apagar as diferenças entre o PB e o PP (com a teoria da unidade na variabilidade) e buscou simplificar o panorama lingüístico brasileiro, descrevendo-o como um país praticamente unilíngüe” (CASTILHO, 1992, p.264).

Além dos fatores de diferenciação apontados por Meillet, atualmente, os pesquisadores sociolingüistas abordam outros pontos relevantes para a pesquisa lingüística, como o grau de escolaridade e a faixa etária. Sendo assim, os fatores situacionais, contextuais, psicológicos, regionais, sociológicos e etnológicos tornam-se cada vez mais fundamentais para explicar a diferenciação⁴ de uma determinada língua. Esses fatores são constantemente compensados pelo processo de unificação.

Dessa forma, acreditamos que as forças apontadas por Meillet ainda são atuantes, pois o sistema lingüístico encontra-se sujeito à pressão de duas forças, permanentemente, uma, atuando no sentido da diversidade e outra, no sentido da unidade. Essa “briga” das forças contrárias “unificação” e “diferenciação” se manifesta por meio da interação e da tensão entre esses impulsos contrários, de tal modo que as línguas exibem inovações, mantendo-se, contudo, coesas. Temos assim, de um lado, o impulso à variação/diferenciação e, possivelmente, à mudança; de outro, o impulso à convergência, base para a noção de comunidade lingüística, para que sempre haja um entendimento entre os falantes de uma comunidade. A partir desse nosso ponto de vista, podemos afirmar que todo sistema lingüístico encontra-se permanentemente sujeito à pressão de duas forças que atuam no sentido da diversidade e da unidade.

Outro importante lingüista que trata sobre “língua” e a questão da mudança é Coseriu, (1979) que se opõe à idéia saussuriana de considerar “em si mesmo, o sistema algo imutável”. Saussure (1970 [1916]) menciona “deteriorações” produzidas pelas mudanças na língua, pois, para ele, a mudança é exterior ao sistema, visto que, em primeiro lugar, sua razão ou causa não se acha no próprio sistema (na língua), mas sim, na fala que a faz evoluir.

Coseriu tenta preencher a lacuna deixada por Saussure entre **língua** e **fala** (*langue* e *parole*) e entre **sincronia** e **diacronia**, baseando-se em Humboldt, para quem a língua era *energeia* e não *ergon*, ou seja, energia, vida, dinamismo e não algo que está pronto. Assim, esse

⁴ Aqui podemos falar também em diversidade lingüística.

“dinamismo” da língua só é possível por meio da fala ou, nas palavras de Coseriu: “a língua não existe senão no falar dos indivíduos, e o falar é sempre falar uma língua” (COSERIU, 1979, p.33).

Em lugar da dicotomia **língua e fala**, Coseriu propõe a tríade **sistema, norma e fala**, considerando importante distinguir nas estruturas que constituem a língua o que é normal ou comum (**norma**) - tudo que é estabelecido e comum nas realizações lingüísticas tradicionais -, e o que é funcional (**sistema**):

O sistema é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados de um falar compreensível numa comunidade; a norma, em troca, é um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente: não corresponde ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada. O sistema abrange as formas ideais de realização duma língua (...) a norma, em troca, corresponde à fixação da língua em moldes tradicionais; e neste sentido, precisamente, a norma representa a todo momento o equilíbrio sincrônico (externo e interno) do sistema. (COSERIU, 1979, p.50)

Para nós, aqui, Coseriu se aproxima das idéias de Meillet, pois afirma ainda que “a língua não pode ser isolada dos fatores externos – isto é, de tudo aquilo que constitui a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes” (COSERIU, 1979, p.19):

Para esse lingüista, a língua deve ser entendida, inicialmente, como “função”, depois como “sistema”, pois ela funciona não por ser um sistema; mas por constituir um sistema a partir do momento que cumpre uma função. Essa função liga-se a fatores históricos que deixam marcas na organização sistêmica da própria língua. É a partir dessa reflexão, que Coseriu define “língua funcional” – língua que se pode falar – um “sistema de oposições funcionais e realizações normais” (COSERIU, 1979, p.50).

Sobre a outra dicotomia saussuriana **sincronia vs. diacronia**, Coseriu argumenta que nem uma nem outra têm uma finalidade em si mesma, considerando que o que se descreve é sempre a atualidade de uma tradição. A sincronia e a diacronia não são excludentes, são apenas operações distintas que se complementam⁵. Sob essa perspectiva, concordando com Coseriu, acreditamos que considerar a língua um objeto histórico não implica excluir a descrição e a teoria.

⁵ Labov (1972) também compartilha dessa visão.

Partindo desses estudos, a Sociolingüística busca cada vez mais estudar a língua em uso nas várias comunidades, investigando os aspectos lingüísticos e sociais. Essa ciência interdisciplinar associa língua e sociedade, analisando os empregos lingüísticos concretos (heterogêneos).

Labov (1972) questionou o termo “sociolingüística”, uma vez, tem-se conhecimento de que a língua é essencialmente um sistema de comunicação social, mas depois admitiu o uso desse termo, para que assim pudesse ser feita uma diferenciação entre as pesquisas que trabalhavam com dados lingüísticos baseados em intuição e as pesquisas que partiam de dados reais, obtidos por meio de gravações orais ou por textos escritos (sociolingüísticos).

Outra razão para a distinção entre os estudos da língua baseados em dados intuitivos e os baseados em dados reais está nos objetivos: enquanto a Lingüística (interna) – como o estruturalismo e o gerativismo – busca estudar e descrever um sistema homogêneo e abstrato de língua, a Sociolingüística (ou lingüística externa) volta-se para a língua no contexto em que se concretiza, analisa a heterogeneidade do sistema, preocupa-se com a diversidade da língua em situações ou contextos reais.

Desde que surgiram as primeiras pesquisas sociolingüísticas, suas áreas de interesse estão, cada vez mais, expandindo-se, desenvolvendo pesquisas sobre, por exemplo: contato entre as línguas, questões relativas ao surgimento e extinção lingüística, multilingüismo, variação e mudança.

É importante lembrarmos que a Sociolingüística apresenta uma relação estreita com a área da Lingüística Histórica (cf. item **1.1.2.**), uma vez que, abordando a variação da língua dentro da estrutura social da comunidade em que ocorre, identifica e aponta tendências de processos de mudança em andamento, que são decorrentes, obviamente, dessas variações. Sendo a língua um meio de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua, é evidente que existam forças sociais que agem sobre essa interação. E é esse relacionamento entre língua e sociedade que constitui o objeto de análise da sociolingüística.

A Sociolingüística, sob esse ponto de vista, estuda a importância social da linguagem, desde pequenos grupos sócio-culturais a comunidades maiores. De acordo com Mollica (2003, p.10), “se cada grupo apresentasse comportamento lingüístico idêntico, não haveria razão para se ter um olhar sociolingüístico da sociedade”.

1.1.1. Princípios gerais da teoria da variação e mudança

As línguas, por não constituírem uma realidade estática, são heterogêneas e estão em constante “fazimento” (Coseriu, 1979). O processo de mudança emerge da heterogeneidade, na medida em que duas ou mais variantes passam a se confrontar dialeticamente no universo das relações entre os diferentes grupos de falantes. Por isso, podemos afirmar que nem toda variação significa uma mudança, mas que, para haver mudança, é necessário haver variação (cf. WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1982, 1994).

Coseriu argumenta que “a mudança lingüística está ao alcance de qualquer falante, pois pertence à experiência corrente sobre a linguagem” (COSERIU, 1979, p.58) e é sempre um problema histórico, que depende do conhecimento das condições (sistemáticas e extra-sistemáticas) da língua em análise e de se considerar a sua realidade dinâmica.

Esse autor ressalta, ainda, que as mudanças lingüísticas são causadas, principalmente, por: “uma **causa eficiente**, que é a liberdade lingüística, e uma **razão universal**, que é a finalidade expressiva (e comunicativa) dos falantes” (COSERIU, 1979, p.175-6). Além disso, Coseriu acrescenta que essas causas das mudanças, geralmente, ocorrem em “circunstâncias” e de acordo com “modalidades classificáveis” – equivalentes a classes ou tipos de finalidades expressivas.

Atualmente, uma grande parte das pesquisas que estudam os fenômenos de variação e mudança dentro de uma língua baseiam-se teórica e metodologicamente na **teoria da variação e mudança**, de William Labov.

Como vimos, Labov (1972) prevê a relação entre língua e sociedade e a possibilidade de investigar e descrever a sistematicidade da variação existente e própria das línguas. O modelo de análise lingüística proposto pelo autor é também conhecido como “Sociolingüística Quantitativa”, uma vez que os dados coletados recebem um tratamento estatístico. É por meio de modelos quantitativos que se podem estabelecer correlações entre fatos lingüísticos e socioculturais, propiciando uma melhor visão da variação da língua, que é descrita em termos de regras variáveis, às quais se podem atribuir valores probabilísticos (ou pesos relativos) que expressam o papel de cada fator (lingüístico ou não) na escolha de cada uma das formas concorrentes. Os resultados finais dessa análise podem permitir a formulação de regras gramaticais variáveis. Trata-se, portanto, de um sistema lingüístico de probabilidades, composto de formas em relação de concorrência.

Os fatores que desencadeiam a mudança lingüística são numerosos e diversificados; podem ser explícitos e perceptíveis, ou, ao contrário, invisíveis e inacessíveis à percepção do falante. Podem ainda ser externos ou internos ao sistema da língua.

A Sociolingüística, como disciplina independente e com uma metodologia própria, desenvolveu-se principalmente a partir dos anos 60, nos Estados Unidos e no Canadá. Seu objetivo é descrever a relação entre os fatos lingüísticos e os fatos sociais, portanto exteriores à língua, tais como idade, sexo/gênero, nível de escolarização, classe social, etnia, profissão, contexto estilístico ou situacional etc.

Os princípios gerais dessa proposta teórica foram postulados por Weinreich, Labov e Herzog (1968) em seu texto **Empirical foundations for a theory of language change** (Fundamentos empíricos para uma teoria de mudança lingüística).

Nesse estudo da mudança lingüística de Weinreich, Labov & Herzog (1968, p.121-5) encontramos cinco questões teóricas centrais:

a) o problema dos condicionamentos (*the constraint problem*) – alguns fatores determinam mudanças possíveis numa dada direção. Assim, cada restrição pressupõe uma explicação que diz respeito à causa da mudança. Pode-se, então, saber quais são as mudanças possíveis e se são de ordem universal;

b) o problema da transição (*the transition problem*) – essa questão objetiva responder como uma língua muda, ou seja, como ela passa de um estágio para outro. Isso implica também a transmissão de regras de uma geração a outra e, portanto, a localização social do falante na comunidade de fala. Numa escala social, há grupos mais inovadores e menos inovadores. Localizar que grupo lidera a mudança é também, portanto, uma questão crucial. Há que se levantar hipóteses para o funcionamento de cada nível lingüístico num estudo sincrônico e diacrônico, na tentativa de entender os sistemas intermediários, que dizem muito mais sobre as mudanças do que os estágios inicial e final;

c) o problema do encaixamento (*the embedding problem*) – deve-se observar como uma mudança se encaixa no sistema lingüístico e na matriz social da comunidade. Há que se investigar como uma mudança pode desencadear outra, num ‘efeito dominó’, dentro do sistema lingüístico;

d) o problema da avaliação (*the evaluation problem*) – a avaliação social diz respeito à forma como os falantes julgam a mudança e qual o efeito desse julgamento sobre a mudança. Isso implica o nível de atenção do falante em relação à fala;

e) o problema da implementação (*the actuation problem*) – a propagação da mudança se dá em determinados ambientes estruturais e se difunde progressivamente a partir de ambientes mais favoráveis. Há que se investigar que fatores propiciam que uma determinada mudança ocorra em uma língua em uma determinada época e não em outra. Essa parece ser a questão mais difícil a ser respondida pela teoria. Para a sua resolução deve ser considerada a combinação dos resultados para todos os problemas anteriores.

Com esses “princípios empíricos”, Weinreich, Labov & Herzog (1968) sugerem que a mudança inicia-se quando um dos muitos traços que caracterizam a variação na fala se difunde por meio de um subgrupo específico da comunidade da fala. Este traço assume, assim, uma certa significação social. Uma vez que a mudança lingüística está encaixada na estrutura lingüística, ela é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema.

Podemos, então, afirmar que todo fenômeno lingüístico que sofre variação e/ou mudança primeiro acontece na fala, depois alcança a escrita, já que esta é a modalidade mais conservadora da língua. Um exemplo de situação em que o falante percebe uma determinada variação na língua (cf. FARACO, 1991, p.13-4) é quando sente dificuldades, ao escrever, de empregar certas estruturas, que, embora sejam produtivas na fala, ainda não são aceitáveis na escrita.

As inovações comuns na língua falada não são aceitas de imediato pela língua escrita, pois a primeira reação dos falantes às formas inovadoras é negativa, por serem consideradas “erradas” e não seguirem a norma padrão. Por isso, geralmente essas mudanças ocorrem na fala informal de grupos intermediários, ganham aceitação na fala informal dos grupos mais altos e chegam a situações formais de fala e informais da escrita, para só depois disso conseguirem ser aceitas na escrita formal.

É por isso que um dos fatores de análise da nossa pesquisa será o “estilo”; variável relacionada à forma como as pessoas (relação social) se comunicam sobre um determinado

assunto, em um determinado lugar⁶. Por um lado, em situações menos formais, entre pessoas com as quais se tem mais intimidade, é comum que se usem formas lingüísticas vernáculas; por outro lado, em contextos de maior formalidade, entre pessoas que não se conhecem ou de posições hierárquicas diferentes, os falantes adaptam sua maneira de falar e usam com maior freqüência variantes de prestígio. As diferenças de contexto mais formal e menos formal levam os falantes a utilizarem, respectivamente, estilos mais formais e menos formais. É no estilo menos formal, que podemos observar com maior freqüência o vernáculo; é nesse contexto que muitas mudanças se implementam. É isso que tentaremos verificar em nosso trabalho: se há diferenças nos usos do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC) em contextos mais ou menos formais.

Assim, com base nos estudos de WEINREICH, LABOV e HERZOG (1968, p.187-8), os princípios sociolingüísticos que norteiam o nosso estudo do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Composto (PPC) do modo Indicativo, são os seguintes:

- (a) a mudança lingüística não deve ser identificada como uma deriva aleatória originária da variação inerente na fala. Ela tem início quando a generalização de uma alternância particular em um dado subgrupo de uma comunidade de fala assume direção e toma um caráter de diferenciação regular (ordenada);
- (b) a relação entre estrutura e homogeneidade não existe (é uma ilusão). A estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos por meio de regras que governam a variação na comunidade de fala;
- (c) nem toda variação (variabilidade e heterogeneidade) implica em mudança, mas toda mudança pressupõe uma variação;
- (d) a generalização da mudança lingüística através da estrutura lingüística não é nem uniforme, nem instantânea;

⁶ É importante lembrar que os falantes possuem um repertório lingüístico que varia a de acordo com o local, o interlocutor, o assunto, o ambiente.

- (e) as gramáticas em que ocorre a mudança lingüística são gramáticas da comunidade de fala. Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas pelas funções sociais, os idioletos não fornecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes;
- (f) a mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo; não está confinada a etapas dentro da família. Qualquer descontinuidade encontrada na mudança lingüística é resultado de descontinuidades específicas dentro de uma comunidade;
- (g) os fatores sociais e lingüísticos estão inter-relacionados no desenvolvimento da mudança lingüística. Por isso, explicações que fiquem restritas a um ou outro aspecto, mesmo que sejam bem elaboradas, falharão em explicar um rico volume de regularidades que pode ser observado em estudos empíricos do comportamento lingüístico.

Portanto, fica evidente que os objetivos da Sociolingüística são descrever e analisar a variação numa língua, depreendendo a sistematização que lhe é inerente e comparando os resultados das análises com vistas à projeção de possíveis rumos que as variantes tomarão. Assim, a concepção e o alcance do modelo sociolingüístico são, ao mesmo tempo, sincrônicos e diacrônicos, uma vez que toda mudança implica uma variação. Nesse modelo, a estrutura de uma língua somente será totalmente entendida à medida que se compreendam efetivamente os processos históricos de sua configuração.

1.1.2. Estudos diacrônicos: o estudo da língua em tempo real

O foco principal da Lingüística Histórica, que, como já mencionamos, está estritamente relacionada com a Sociolingüística, é o estudo das mudanças que ocorrem nas línguas ao longo do tempo. Weinreich, Labov e Herzog (1968) demonstram em sua obra que a lingüística histórica envolve todos os estudos que tratam do funcionamento das línguas a partir de dados datados e localizados. Outra obra clássica, **Sincronia, Diacronia e História**, de Coseriu (1979), aponta como históricos todos os estudos lingüísticos que tratam do funcionamento sincrônico e do “constituir-se” diacrônico das línguas.

O estudo histórico da língua pode compreender vários aspectos, permitindo a realização de comparações, como, por exemplo (cf. MATTOS E SILVA, 2004, p.156):

- a. entre estágios sucessivos de línguas históricas geneticamente relacionadas (ou não);
- b. entre estágios sucessivos de uma mesma língua histórica –como é o caso desta tese;
- c. entre variantes dialetais (geográficas, sociais, de registro) de uma língua;
- d. entre gerações conviventes de usuários, como na teoria de variação e mudança laboviana, de uma língua, utilizando o recurso do tempo aparente em contraposição com o tempo real.

Segundo Paiva e Duarte (2003), a pesquisa da mudança em tempo real, ao longo do tempo, possibilita reconhecer de maneira eficiente, principalmente, dois tipos de mudanças (p.181):

- (a) as que aparecem de forma gradual em uma comunidade lingüística;
- (b) as que caracterizam a história do comportamento lingüístico do indivíduo ao longo da sua vida.

Cabe destacar que, em nossa pesquisa, sob uma perspectiva diacrônica, avaliaremos e compararemos os usos e funções do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC) no Português Brasileiro (PB), em diversos pontos do tempo (do século XVI ao XX) em textos escritos formais e informais.

O estudo da mudança em tempo real permite não apenas localizar o momento de aparecimento (ou morte) de uma determinada variante lingüística, mas também “verificar a regularidade na ação dos princípios que regem a variação e subjazem à implementação da mudança” (PAIVA; DUARTE, 2003, p.182).

Essa regularidade é a base do princípio de “uniformitarismo” de Labov (1972), que argumenta que as forças que estimulam mudanças lingüísticas no presente são as mesma que

estimularam mudanças no passado. Sob este ponto de vista, podemos observar que a compreensão dos fatos passados pode auxiliar na compreensão de fatos no presente e vice-versa.

Porém, o estudo diacrônico envolve alguns problemas, entre eles a ausência de falantes da língua em um tempo passado. Isso leva, como foi o caso desta pesquisa, o linguísta a estudar amostras da língua escrita, analisando documentos considerados representativos de uma determinada época, partindo do pressuposto de que neles se encontram registros de variações e/ou mudanças de uma forma – no nosso caso, as formas simples e composta do Pretérito Perfeito - em um dado momento sincrônico em relação a outro.

Labov (1994, p.11) faz um comentário sobre esses documentos representativos de uma dada época que chegam a nossas mãos e são utilizados em *cópus* para pesquisas diacrônicas, alertando: “os fragmentos da documentação escrita que permanecem são os resultados de acidentes históricos que vão além do controle do investigador”. É por esse motivo que esse sociolinguísta define o estudo da mudança no tempo real como a “arte de fazer o melhor uso dos maus dados”.

Com base nessas discussões, trabalharemos sob a perspectiva da Linguística Histórica, coadunando-nos com Mattos e Silva (2004, p.156), no seu sentido estrito: o da mudança de uma língua em tempo real de longa duração. Realizaremos uma análise comparativa sincrônica entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE) do século XX, e após verificarmos as funções atuais das formas simples e composta do Pretérito Perfeito do modo Indicativo nessas duas variedades, finalizaremos este trabalho com um estudo diacrônico dessas formas verbais no Português Brasileiro (PB) entre os séculos XVI e XX.

1.2. A Linguística Histórica e o estudo do Português Brasileiro

Ultimamente tem havido uma grande motivação para a volta aos estudos históricos no Brasil, decorrente, sobretudo, do processo de conhecimento da realidade sincrônica do Português Brasileiro (PB) que, a partir dos anos sessenta, tornou-nos conscientes da sua complexa heterogeneidade, especialmente a social. Segundo Mattos e Silva, os avanços dos estudos históricos do PB têm sido fundamentais para que se começasse “a entrever e explicitar com mais

exatidão o aspecto da heterogeneidade lingüística do Brasil e as suas complexas variações” (MATTOS E SILVA, 1992, p.81).

A questão histórica do Português Brasileiro (PB), nomeado de várias formas – português no Brasil, modalidade brasileira da língua portuguesa, português do Brasil etc. – ocupou, na primeira metade do século vinte, muitos autores, que procuravam formular teses sobre o assunto. Entre essas teses, destacamos duas propostas de periodização, que se baseiam em fatores externos da língua.

A primeira proposta é a de Serafim da Silva Neto (1986 [1950]), que parte de fatos da história política do Brasil – o início da colonização, a expulsão dos holandeses e a chegada da família real portuguesa –, e divide a história da língua em três fases:

a) *Primeira fase*: inicia-se em 1532, com a colonização, e vai até 1654, com a expulsão dos holandeses,. Segundo esse filólogo, essa é a fase do **povoamento da costa**, caracterizada por: (i) escassez do elemento branco; (ii) início do processo que resultará no predomínio da população negra sobre a indígena; (iii) a necessidade da língua geral para todos; (iv) e o bilingüismo generalizado.

b) *Segunda fase*: inicia-se em 1654, (a partir de quando, extinta a ameaça holandesa, se teria marcado em definitivo a colonização portuguesa do Brasil) e vai até 1808, com a vinda da família real portuguesa. Essa fase é marcada pelo **povoamento do interior** e caracterizada por: (i) crescimento da influência dos brancos e dos negros; (ii) diminuição da presença de índios; (iii) diminuição do uso da língua geral, até limitar-se às povoações do interior e aos aldeamentos dos jesuítas; (iv) povoamento do interior com as massas do litoral – índios, negros, mestiços e brancos “decaídos”, que se expressavam através de um crioulo ou semicrioulo –, no período que vai de meados do século XVII a meados do século XVIII.

c) *Terceira fase*: a partir de 1808, marcada pela **urbanização**: (i) emigração das elites rurais para as cidades; (ii) dualidade lingüística entre a nata social (constituída por brancos e mestiços que ascenderam socialmente), exposta, cada vez mais, à influência da escolarização, e outro estrato social, constituído pelos descendentes dos índios, negros e mulatos da Colônia.

A outra proposta encontrada é a de Paul Teyssier (1984, p.75-78), que também divide a história do PB em três fases:

a) **Primeira fase:** inicia-se com o período colonial e vai até a chegada de D. João VI (1808). Nessa fase o português europeu falado pelos colonizadores portugueses vai adquirindo traços específicos; os aloglotas aprendem o português de forma imperfeita; o português coexiste com a língua geral – um tupi que, simplificado e gramaticalizado pelos jesuítas, se torna língua comum; conservam-se muitas línguas indígenas particulares, denominadas línguas travadas.

b) **Segunda fase:** inicia-se com a chegada de D. João VI (1808) e vai até o período da Independência do Brasil. Essa fase é caracterizada pelo que autor chama de período da *relusitanização* do Rio de Janeiro, com a chegada da família real e de uma população de 15.000 portugueses.

c) **Terceira fase:** de acordo com Teyssier, é a fase do “Brasil independente”, marcada pela chegada de imigrantes europeus, principalmente entre os anos de 1870 e 1950; pela extinção do tráfico negreiro e a diluição dos índios na mestiçagem brasileira, contribuindo para o “branqueamento” do Brasil contemporâneo; e, por fim, pela urbanização e industrialização do país, nas grandes cidades. É nessa terceira fase que o autor afirma ter “nascido” o “português brasileiro”.

Podemos observar, ao analisar e comparar essas duas propostas, a presença de alguns “problemas”. Na primeira proposta, destaca-se, inicialmente, a falta de coerência entre a caracterização de cada uma das fases (corretamente delineadas) e a tese defendida por Serafim da Silva Neto de que o PB é homogêneo e conservador. Esse pesquisador fundamentava-se na diversificada “dialetação regional” das línguas românicas da Europa, contrapondo-a à possibilidade de intercomunicação lingüística em nosso extenso espaço territorial e, também, em elementos conservadores, documentados nos estudos de Dialectologia da primeira metade de nosso século.

Quanto à proposta de Teyssier, acreditamos ser a menos elaborada das duas, principalmente, em relação à sua justificativa para a segunda fase: extremamente curta para dar

conta de mudanças significativas no plano lingüístico em todo o Brasil. Além disso, em sua proposta, Teyssier reduz ou mesmo omite a participação dos negros, juntamente com os portugueses, na formação do Português Brasileiro.

A partir da década de 70, como já colocado anteriormente, surgem novas possibilidades de se formular (ou reformular) uma proposta de periodização a partir da datação de mudanças lingüísticas.

Para melhor conhecimento do presente e do passado de uma língua, os estudos sociolingüísticos já nos deram um conjunto significativo de informações sobre características que marcam a heterogeneidade social do português usado no Brasil, mas esse conjunto significativo tem-se centrado, principalmente, sobre a variação urbana e também sobre as divergências entre usos falados e usos escritos.

Segundo Tarallo (1993), a partir da articulação entre diversas mudanças sintáticas que teriam afetado o sistema pronominal e a ordem das palavras, seria possível observar-se, na passagem do século XIX para o século XX, a configuração de uma “gramática” do Português Brasileiro diferente da “gramática” do Português Europeu. Independentemente de se poder discutir a idéia de que as mudanças sintáticas estudadas por Tarallo definam uma nova “gramática” distinta da “gramática” do Português Europeu, a identificação de um conjunto inter-relacionado de mudanças em um dado momento da história de uma língua é suficiente para sustentar uma nova proposta de periodização.

Embora não tenha havido por parte de Tarallo uma preocupação sistemática no sentido de correlacionar as mudanças estruturais analisadas a fatores sócio-históricos, tal correlação é apontada por Mattos e Silva (1995, p.84), quando afirma:

(...) a sócio-história lingüística, ou seja, a “história externa” do português brasileiro fundamenta a proposição de que a sua “gramática” é divergente da “gramática” do português europeu, como mostrou Fernando Tarallo em um dos seus últimos trabalhos – Diagnosticando uma gramática do português brasileiro: o português d’aquém e d’além mar ao final do século XIX.

Matos e Silva (1995), porém, levanta uma hipótese relevante e distinta: a de que a datação da emergência dessa “gramática” brasileira talvez possa ser antecipada em aproximadamente um

século, devendo situar-se, portanto, não no trânsito do século XIX ao XX, mas, sim, na passagem do século XVIII ao século XIX:

(...) a análise de fontes escritas mais próximas do português brasileiro falado, que possam vir a ser utilizadas, tais como cartas particulares inéditas de brasileiros, caso sejam encontradas, anteriores à primeira metade do século XVIII, poderá fazer recuar a definição dessa “gramática” para antes do momento proposto, já que a sua sócio-história mostra que ele se originou e se desenvolveu em uma contextualização multilíngüe complexa e absolutamente livre das peias da normatização, pelo menos até o início do século XIX. (MATTOS E SILVA, 1995, p.84)

Segundo Mattos e Silva (1993), a partir da segunda metade do século XVIII, uma série de fatores da história externa conduzem à definição do Brasil “de língua nem indígena nem africana: o português brasileiro abre o seu caminho”. (MATTOS E SILVA, 1993, p.79):

Em 1757, com o Marquês de Pombal, define-se uma nova política lingüística e cultural para o Brasil, afirmando-se que o português era a língua da colônia. Nessa época, o Marquês toma algumas decisões:

- obriga ao uso do português em documentações oficiais;
- implementa o seu ensino leigo no Brasil (antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsa do Brasil).

Outro fator favorável à formação da Portuguese Brasileiro, ocorrido a partir do século XVIII, de acordo com Mattos e Silva (1993), foi o crescimento do número de mulatos e de brancos brasileiros e a presença não maciça de portugueses. Podemos, então, afirmar que o Português Brasileiro, desde a sua origem, vive e convive com a diversidade tanto regional como social.

No século XIX, surgem outros fatores marcantes (e aparentemente divergentes) na trajetória do Português Brasileiro:

- por um lado, com o início da chegada de imigrantes no Brasil, há um favorecimento da diversificação regional;

- por outro lado, a chegada da corte portuguesa a partir de 1808, e de muitos outros portugueses que abandonaram Portugal nessa época, favoreceu uma aproximação em relação ao Português Europeu.

Além disso, a primeira Constituição Brasileira, de 1823, tornou obrigatório o ensino em todo o Brasil. De acordo com Mattos e Silva (1993), os letrados brasileiros, que do século XVI ao início do século XIX não ultrapassavam 0,1% da população, cresceram no último século e atingiram aproximadamente 30% em 1920.

Mattos e Silva (1993) também afirma que a presença da escola, mesmo que precária, fez surgir um novo elemento: a **norma explícita** (que até então só atingia uma minoria). O policiamento gramatical se tornou uma preocupação da elite brasileira (que persiste até os dias de hoje) e “entrou como fator sociolinguístico significativo na história do Português Brasileiro, sobretudo urbano” (MATTOS E SILVA, 1993, p.80).

Essa breve discussão sobre a formação do PB nos faz lembrar de que Meillet (1965 [1911], p.51) não estava errado ao afirmar, já no início do século XX, que: “a história política de um povo e a história política de sua civilização explicam a história de sua língua”.

1.2.1. O Português Brasileiro e o Português Europeu Contemporâneo

Retomando as reflexões feitas na seção anterior, pudemos observar que a língua falada no Brasil indiscutivelmente partiu do Português Europeu (PE), mas ao longo do tempo, devido à sua realidade geográfica, histórica e social, foi adquirindo particularidades, e se concretizando como uma variedade do português.

Para exemplificar a variação existente entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), podemos citar algumas diferenças (cf. MATEUS, 2003, p.45 - 51) que se encontram em vários níveis dessas variedades (fonético/fonológico, semântico, lexical, morfológico e sintático).

No nível fonético, por exemplo, é evidente, em PE, a redução das vogais átonas e a existência de uma vogal [ĩ], que frequentemente é suprimida (como em: **partir** p[]rtir, **tomar** t[u]mar, **levar** l[ĩ]var, **pode** pod[ĩ] ou pod[], enquanto em PB essas vogais não apresentam a mesma redução (p[a]rtir, t[o]mar, l[e]var, pod[i]). Na maioria dos dialetos do Brasil, ocorre uma

vocalização do /l/ final de sílaba (**Brasil**, Brasi[w] e não Brasi[l]) e a introdução de um [i] entre duas consoantes que geralmente não formam grupo (tais como as palavras: **captura** cap[i]tura, **absurdo** ab[i]surdo, **pneu** p[i]neu).

Podemos citar também outros aspectos em que as duas variedades se distinguem, tais como⁷:

(i) a expressão anafórica do complemento verbal da terceira (ou segunda) pessoa : no PE fala-se **eu vi-o na rua, eu quero vê-lo**, enquanto que em PB fala-se, **eu vi ele na rua, eu vi você na rua, eu quero lhe ver, eu quero ver você**;

(ii) o emprego de “ter” vs. “haver” com significado de existir: no PB, dizemos “**tem** fogo naquela casa”; já no PE, “**há** fogo naquela casa”;

(iii) o uso das formas de tratamento, como, por exemplo: no PE temos para o tratamento mais formal, o nome próprio, o cargo, o título ou o grau de parentesco, por outro lado, no PB utilizamos **o senhor, a senhora**; já no discurso familiar o PE faz uso do pronome **tu** ao passo que o PB, na maioria das regiões do Brasil, utiliza o pronome **você**;

(iv) o uso de palavras aparentemente idênticas, mas com significados diferentes: por exemplo, no PB, utilizamos palavra **camisola** para se referir a uma roupa (feminina) para dormir, no PE, para se referir a uma **blusa (t-shirt)**;

(v) palavras com o mesmo significado, derivadas da mesma base, porém com diferentes sufixos, como, por exemplo: para designar “pessoa que fuma”, no PE, temos **fumador**, e no PB, **fumante**.

Levando-se em conta o modo como as tendências de diferenciação e unificação atuam no contexto lingüístico brasileiro (cf. **seção 1.1** deste capítulo), deparamos-nos com a seguinte questão: o PB e o PE são duas línguas diferentes ou são duas variedades de uma mesma língua

⁷ Exemplos extraídos de: MATEUS, 2003, p.45 – 51.

(português) que possuem semelhanças e diferenças ocasionadas por processos sócio-históricos diferentes?

Para contribuir para a resposta a essa questão, baseando-nos nos conceitos de variação e mudança abordados neste capítulo, investigaremos as ocorrências do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Composto (PPC) em textos informais e formais do século XX escritos no Brasil e as compararemos com as ocorrências em textos do mesmo tipo e época produzidos em Portugal para verificar se haveria alguma semelhança ou dissimilitude no emprego e funções dessas formas verbais nessas duas variedades do português.

Antes de desenvolvermos essa análise comparativa, realizaremos uma revisão bibliográfica sobre Tempo e Aspecto, pontuando os conceitos adotados para o desenvolvimento desta tese, assim como a definição de Pretérito Perfeito, sua origem e comparação com outras línguas românicas.

2. A CATEGORIA TEMPO

**“O tempo é relativo e não pode ser medido
exatamente do mesmo modo
e por toda a parte. ”
(Albert Einstein)**

2.1. O *Tempo*: discussões e definições

Há muitos séculos o homem tenta definir o que é **Tempo**; muito antes de haver uma preocupação com a língua e sua relação com essa categoria, os lógicos e os filósofos antigos e medievais já tentavam defini-lo.

Na filosofia, dentre os muitos pensadores que discutiram sobre a noção de **Tempo**, podemos citar Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C) e Santo Agostinho (354-430)⁸.

Aristóteles, em sua obra **Poética**, fala explicitamente do **Tempo** apenas uma vez, ao comparar a tragédia com a epopéia, afirmando que podemos distingui-las da seguinte forma: a tragédia deve encerrar-se, tanto quanto possível, “no tempo de uma única revolução do sol ou não ultrapassá-la senão um pouco; e a epopéia não tem duração delimitada no tempo” (ARISTÓTELES, V, p.24).⁹

Entretanto é em sua obra **Física** (parte IV) que Aristóteles se detém mais no conceito de **Tempo**, caracterizando-o como um fenômeno físico, natural. Após mostrar as dificuldades a respeito da existência e da natureza do **Tempo**, nega que ele seja “movimento”. Porém, afirma que ele não existe sem a mudança nem sem o movimento, pois é quando percebemos o movimento (*kínesis*) que percebemos o **Tempo**. Dessa forma, o **Tempo** pode ser definido como a medida do movimento (anterior e posterior), caracterizando um processo quantitativo, expresso mediante grandezas, dias como horas, minutos e segundos (cf. PUENTE, 2001). Aristóteles também mostra, nessa sua obra, que o **Tempo** tem um suporte cosmológico, o movimento dos astros.

⁸ Esses pensadores também foram citados por Fiorin (1994), ao fazer sua reflexão sobre **Tempo**.

⁹ A partir dessa regra, a respeito da duração desejável da ação dramática, o classicismo estabeleceu a lei da unidade de tempo, parte da lei das três unidades (tempo, lugar e ação) da tragédia.

Já Santo Agostinho afirma que o **Tempo** é um fenômeno que não tem um suporte científico, nem pode ser explicado por nenhuma doutrina que trata da natureza, origem ou princípios que norteiam o mundo e o universo (não é cosmológico)¹⁰, mas que se dá no espírito humano.

Tais reflexões sobre essa entidade são encontradas em seu livro XI das **Confissões**¹¹, onde discute os paradoxos contidos na noção do **Tempo**, buscando analisar sua natureza. A discussão sobre o **Tempo** está inserida nas comparações que Agostinho faz sobre o **Tempo** e a **Eternidade**.

A **Eternidade**, para Agostinho, é caracterizada pelo presente eterno (*totum esse praesens*¹²) e pela estabilidade em oposição à sucessão e à instabilidade do tempo. Relacionando o **Tempo** com a **Eternidade**, esse pensador afirma: “Teus anos são como um dia, e teu dia não se renova a cada dia, é um hoje e esse hoje não dá lugar a um amanhã, assim como não sucede a um ontem. Teu hoje é a eternidade.” De acordo com esse ponto de vista, não existe vivência temporal fora do quadro gerado pela ação do espírito.

Podemos perceber, assim, que a procura agostiniana para entender o **Tempo** se dá em resposta a conceitos recebidos de pensadores anteriores sobre o ser e o não ser do tempo e a medida do que não é, mais precisamente aqueles contidos na **Física**, de Aristóteles. Agostinho propõe a seguinte pergunta: “Que é com efeito o tempo?”, e, a partir dela, mostra-nos que, embora o *argumento cético* nos oriente a considerar o não ser do **Tempo**, o uso cotidiano da linguagem, ainda que não saibamos explicar como, obriga-nos a considerar o contrário.

Esse *argumento cético*, retomado por Santo Agostinho, de acordo com Fiorin (1994) postula:

O passado não tem ser, porque não é mais (*iam non est*), o futuro, porque ainda não é (*nondum est*), e o presente, porque não permanece (XIV, 17). Na análise do presente, é de fundamental importância a comparação com a eternidade. *Praesens autem si semper esset praesens nec in praeteritum transiret, non iam esset tempus, sed aeternitas* (XIV, 17).¹³ Para que o presente seja tempo, precisa perder-se no passado. Portanto, não podemos dizer que ele é, já que a razão de seu ser é de não mais ser. *Si*

¹⁰ Fiorin cita quatro argumentos dados por Santo Agostinho que explicam os motivos que levaram este filósofo a descartar uma solução cosmológica para a questão do tempo; nesta pesquisa apenas citaremos algumas reflexões (cf. FIORIN, 1994, p.140-4).

¹¹ Autobiografia escrita entre os anos de 397 e 400.

¹² Em SANTO AGOSTINHO, XI, p.13

¹³ Com efeito, se o presente fosse sempre presente e não transitasse para o pretérito, já não seria tempo, mas eternidade.

*ergo praesens, ut tempus sit, ideo fit, quia in praeteritum transit, quomodo et hoc esse dicimus, cui causa, ut sit, illa est, quia non erit, ut scilicet non uere dicamus tempus esse, nisi quia tendit non esse?*¹⁴
(FIORIN, 1994, p.138-9)

A partir desse argumento, Agostinho propõe outra discussão que consideramos relevante e que também é citada por Fiorin (1994) em suas reflexões sobre o **Tempo**:

como o tempo pode ser, se o passado não é mais, o futuro não é ainda e o presente não é sempre? Por outro lado, falamos em tempo longo e tempo curto. No entanto, como se pode medir aquilo que não é? Novamente, a linguagem é o guia seguro, pois dizemos a respeito do passado que foi longo e do futuro que será longo. Mas "esse longo passado foi longo quando era já passado ou quando era ainda presente? Ele não podia ser longo senão enquanto fosse algo suscetível de ser longo. Uma vez passado, não era mais; portanto, não poderia ser longo, já que não era de modo algum mais".¹⁵ Por isso, "dizemos 'o tempo presente foi longo', porque é enquanto presente que ele era longo. Ele não se tinha ainda perdido no não ser; era, portanto, alguma coisa que podia ser longa. Mas logo que passou, imediatamente, deixou de ser longo porque deixou de ser".¹⁶ (FIORIN, 1994, p.137)

Segundo Fiorin (1994), Agostinho, ao fazer essas comparações abandona um suporte cosmológico do tempo e fixa a experiência do tempo no espírito por meio de signos (imagens-vestígio e imagens antecipantes). Dessa forma, esse pensador: “deixa de interessar-se pelo tempo físico e caminha na direção da reflexão sobre o tempo lingüístico. Com efeito, a linguagem não é somente a prova de que o argumento cético não subsiste, mas é ela que propicia ao homem a experiência temporal” (FIORIN, 1994, p.137)

Agostinho começa a inserir o passado no presente, mostrando-nos que só o presente pode ser medido. Em seguida, ele, que opusera o passado e o futuro ao presente, volta-se para esse tempo para refletir sobre ele. Começa por questionar se “cem anos” podem ser simultaneamente

¹⁴ Se, portanto, o presente, para ser tempo, precisa transitar para o passado, como dizemos que ele é, já que a única razão, para que seja, é não ser, de forma que de fato não dizemos que o tempo é, a não ser porque tende para o não ser?

¹⁵ *Quod enim longum fuit praeteritum tempus, cum iam esset praeteritum, longum fuit, an cum adhuc praesens esset? Tunc enim poterat esse longum, quando erat, quod esset longum; praeteritum uero iam non erat; unde nec longum esset poterat, quod omnino non erat* (SANTO AGOSTINHO, XV, 18), tradução feita por Fiorin (1994, p.136)

¹⁶ *.sed dicamus : "Longum fuit illud praesens tempus", quia cum praesens esset, longum erat. Nondum enim praeterierat, ut non esset, et ideo erat, quod longum esse posset; postea uero quam praeteriit, simul et longum esse destitit, quod esse destitit* (SANTO AGOSTINHO, XV, 18), tradução feita por Fiorin (1994, p.136).

presentes. Após algumas considerações mostra-nos que não, pois, se o primeiro ano estiver em percurso, os outros noventa e nove ainda não aconteceram, ou seja, não são ainda. Se o segundo estivesse em curso, haveria um ano já passado, um presente e os outros futuros. Se esse raciocínio se aplica a todos os anos, cem anos não podem ser presentes.

Agostinho, portanto, conclui que o presente não é apenas o tempo que não permanece, é também o que não tem extensão, já que, mesmo que se concebesse um ponto no tempo que não pudesse ser dividido em parcelas de tempo, ele seria tão rapidamente levado do futuro para o passado, que não teria nenhuma extensão de duração.

Apesar disso, Agostinho acredita que a experiência articulada pela linguagem mostra-nos que o tempo pode ser medido. Medimos o tempo enquanto passa, pela consciência que temos dele, pois o passado, que não é mais, o futuro, que não é ainda, e o presente, que não tem extensão, não podem ser medidos, a menos que se diga que o nada pode ser medido. Na verdade, é quando o tempo passa que pode ser sentido e medido, pois, tendo passado, como não é mais, não é mensurável. Ninguém ousaria dizer que o passado e o futuro não existem, pois seu ser está ligado à linguagem, uma vez que as pessoas podem predizer o futuro (*cecinerunt*) e narrar (*narrant*) o passado.

Para esse filósofo, é inexato dizer que temos três tempos, passado, presente, futuro, pois o que temos, na verdade, são três modalidades de presente, o do passado, que é a memória, o do presente, que é o olhar, a visão, o do futuro, que é a espera.

Além dessas reflexões filosóficas, muitos lingüistas teceram considerações relevantes sobre o **Tempo**. Entre eles, podemos citar Benveniste (1989[1974]), que afirma: “uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico e outra é inseri-lo no tempo da língua” (1989[1974], p.74). Para esse autor, existe o **tempo lingüístico**, o **tempo físico** e o **tempo crônico** (ou **cronológico**).

O **tempo físico** tanto pode ser a medida do movimento exterior das coisas como a relação entre o anterior e o posterior; é um contínuo uniforme, infinito e linear, exterior ao homem. Seu correlato humano é o tempo psíquico, que consiste na vivência que cada um tem do passar do tempo e que faz com que sintamos que transcorre de forma lenta ou rápida, dependendo do fato que estamos levando em consideração.

Já o **tempo crônico** ou **cronológico** é o tempo dos acontecimentos, “que engloba nossa própria vida enquanto seqüência de acontecimentos” (BENVENISTE, 1989[1974], p.71). As

situações ocorrem umas em relação às outras, de tal forma que podemos estabelecer relações de simultaneidade, anterioridade e posterioridade entre elas. Baseado em movimentos naturais recorrentes e, assim, ligado ao tempo físico, constitui o calendário. Além disso, está relacionado a acontecimentos, que lhe servem de eixo referencial.

É importante destacar que no **tempo crônico**, o que chamamos de “Tempo” é a continuidade em que se dispõe em série os acontecimentos; “os acontecimentos não são o tempo, eles estão no tempo” (BENVENISTE, 1989[1974], p.72). Dessa forma, podemos dizer que tudo está no tempo, exceto o próprio tempo.

O **tempo crônico** comporta uma dupla versão: a **objetiva** e a **subjéitiva**. Em sua versão **subjéitiva**, o **tempo crônico** explica a nossa visão de tudo que ocorreu em relação temporal com o que consideramos fundamental em nossa vida, por exemplo, permite-nos localizar o que aconteceu antes de nascermos, depois de nos casarmos, etc. A sucessão linear do tempo físico ou a simples sensação de seu passar se converte na situação das ações em relação às outras, indicando o lugar e a orientação relativa dos acontecimentos. Já o **tempo cronológico (crônico) objetivo**, segundo Benveniste, possui três características básicas: (a) o estabelecimento de um ponto (a **condição estativa**, como chama Benveniste); (b) a situação em relação a esse ponto (a **condição diretiva** ou **direcional**); e (c) a medida da distância temporal (**condição mensurativa**).

Por fim, o **tempo lingüístico** se baseia, segundo Benveniste, no **tempo crônico**, porém não coincide totalmente com ele. O tempo lingüístico se fundamenta no estabelecimento de um ponto não estático. O **tempo lingüístico** é irreduzível seja ao **tempo crônico**, seja ao **tempo físico**, por isso podemos dizer que, para Benveniste, há um tempo específico da língua.

De acordo esse lingüista francês, o que o **tempo lingüístico** tem de singular é que ele é organicamente ligado ao exercício da fala e se define e se ordena como função do discurso. Esse tempo tem seu centro – “um centro, ao mesmo tempo, gerador e axial - no presente da instância da fala” (BENVENISTE, 1989[1974], p.74). Cada vez que o falante emprega a forma gramatical no presente, ele situa a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração. Mas, como aponta Benveniste, esse “presente”, enquanto função do discurso, não pode ser localizado em nenhuma divisão particular do **tempo crônico**, já que ele as admite todas e, ao mesmo tempo, não exige nenhuma. Dessa forma, o *agora* é reinventado a cada vez que o enunciador enuncia, é a cada ato de fala um tempo novo, ainda não vivido (cf. BENVENISTE, 1989[1974], p.74).

Para Fiorin (1994), o **agora** - resultado do ato de linguagem - percorre o “fio do discurso” permanecendo sempre **agora**. Torna-se, portanto, um eixo que ordena a categoria topológica da “concomitância vs não concomitância”. Essa, por sua vez, articula-se em “anterioridade vs posterioridade”¹⁷.

Outro lingüista, Weinrich (1964), em seu estudo sobre os tempos verbais¹⁸ (no francês, espanhol e alemão), afirma que as formas temporais não exercem propriamente a função de localização temporal, mas servem para situar o leitor ou o ouvinte no processo comunicacional. O pretérito perfeito simples, o imperfeito, o mais que perfeito, o futuro do pretérito e o passado anterior indicam que o enunciador está narrando, enquanto o presente, o pretérito perfeito composto e o futuro do presente mostram que o narrador está comentando os eventos. Por isso, ele afirma que há dois sistemas temporais nas línguas, o do **mundo narrado** e o do **mundo comentado**. Essas funções foram deduzidas, principalmente, do fato de que os tempos de cada um desses sistemas manifestam, respectivamente, um distanciamento e uma aproximação.

Os tempos do **grupo temporal I (mundo comentado)** podem se deslocar para uma situação do **grupo II (mundo narrado)** ou vice-versa. Weinrich resolve este tipo de infração na concordância dos tempos através do conceito **Metáfora Temporal**.

Os tempos narrativos deslocam-se, como metáforas, para um contexto comentador e expressam um matiz que limita a validade do discurso, podendo expressar cortesia, timidez, hipótese, incerteza. Já os tempos do comentário, ao se deslocarem para um contexto narrativo, levam consigo as características desse mundo, ou seja, emprestam ao relato um pouco da seriedade, tensão e compromisso do mundo comentado. Ao invés de limitarem a validade do discurso, ampliam-na.

Weinrich distribui os tempos de acordo com três eixos¹⁹ de comunicação:

- a. a **situação de locução**;
- b. a **perspectiva de locução**;
- c. o **relevo**.

¹⁷ Noções utilizadas por Fiorin (1994) para definir os tempos verbais.

¹⁸ Weinrich estudou os tempos do modo Indicativo; para este autor os do Subjuntivo, Imperativo, Infinitivo, Gerúndio e Particípio são “semitempos” (não são formas verbais em sua totalidade, pois se mostram indiferentes à distinção entre o **mundo narrado** e o **mundo comentado**, porém podem fixar a perspectiva ou estabelecer o relevo).

¹⁹ Segundo Weinrich (1964), esses três eixos que governam o sistema temporal não são coordenados, mas subordinados uns aos outros.

O primeiro dos três eixos – **situação de locução** – focaliza-se na distinção que o autor faz entre o narrar (mundo narrado) e o comentar (mundo comentado). Essas duas ações do falante correspondem a duas atitudes de locução diferentemente caracterizadas: o **comentário**, pela tensão ou pelo engajamento; a **narrativa**, pela distensão ou pelo desprendimento. São representativos do mundo comentado: o diálogo dramático, o memorando político, o editorial, o relatório científico, o tratado jurídico e todas as formas de discurso ritual codificado e performativo. São representativos do mundo narrado: o conto, a lenda, a novela, o romance, a narrativa histórica.

O segundo eixo, o da **perspectiva de locução**, trata da relação de antecipação, de coincidência ou de retrospecção entre o tempo do ato e o tempo do texto. No francês, entre os tempos do comentário (**mundo comentado**), o **presente** é o tempo-zero, o **pretérito perfeito composto** é o retrospectivo e o **futuro do presente**, o prospectivo. Já no *mundo narrado*, o autor aponta dois tempos-zero, o **pretérito perfeito simples** e o **pretérito imperfeito**, enquanto o **pretérito-mais-que-perfeito** é retrospectivo e o **futuro do pretérito**, prospectivo, em relação aos tempos-zero. Cabe ressaltar que o Futuro do Pretérito é para a narrativa o que o Futuro do Presente é para o comentário. Ambos assinalam a informação antecipada.

Por fim, como terceiro eixo, temos o **relevo**. Dar “relevo”, para Weinrich (1964), consiste em projetar para o primeiro plano certos eventos, colocando outros num plano de fundo. Essa é a distinção, por exemplo, entre pretérito perfeito e imperfeito e o passado anterior e o mais que perfeito. Com ela, o autor pretende desvencilhar-se da noção de aspecto, muito ligada, segundo ele, à frase, e muito dependente da referência temporal (quer se fale de estado, de processo, ou de evento). Os traços de relevo temporal só incidem sobre os tempos do mundo narrado e não se combinam com a perspectiva prospectiva.

Fiorin (1994), assim como Benveniste, afirma que há uma proximidade entre tempo lingüístico e tempo crônico. Por outro lado, a temporalidade lingüística é muito bem demarcada em suas três articulações e muito limitada em cada uma delas. Fiorin cita o exemplo de **hoje**. O tempo lingüístico existente em **hoje** só pode ser deslocado para trás e para frente em duas distâncias (dias): “ontem e anteontem e amanhã e depois de amanhã. Uma terceira gradação - transanteontem ou depois de depois de amanhã” - é excepcional; mesmo a segunda distância não tem uma expressão lexical independente, é constituída de **ontem** e **amanhã** levadas a um grau

mais distante. O sentidos das palavras **ontem** e **amanhã** são definidas a partir de **hoje** e marcam as distâncias temporais a partir do presente lingüístico. Quando o enunciador, por razões pragmáticas, sente a necessidade de impelir a temporalidade para além dos limites enunciados por **ontem** e **amanhã**, o discurso sai de seu plano próprio e utiliza termos relacionados com do **tempo crônico**, tais como: “há dez dias, em duas semanas” (FIORIN, 1994, p.1554-155).

Seguindo esse ponto de vista, na proposta de Fiorin, que nos faz lembrar dos três eixos da proposta de Weinrich, temos num primeiro eixo o sistema enunciativo (diretamente ligado ao momento da enunciação) e o enuncivo (ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado), este com dois subsistemas, um relacionado a um momento de referência pretérito e outro, a um momento de referência futuro. Um segundo eixo distingue em cada sistema ou subsistema uma simultaneidade, uma anterioridade e uma posterioridade. E o terceiro eixo auxilia na diferenciação entre o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito.

Porém, essa proposta de Fiorin (1994) se afasta da proposta de Weinrich (1964) em dois pontos: Weinrich não separa subsistemas vinculados a pontos de referência pretérito e futuro e dissocia totalmente os tempos verbais da experiência temporal vivida; Fiorin afirma o oposto disso. De acordo com Fiorin, embora reconheçamos a singularidade do tempo lingüístico, este tempo possui “algo” em comum com os outros tempos. Além disso, Fiorin não aceita a diferenciação entre tempos do **mundo narrado** e do **mundo comentado**, pois segundo este autor, podemos narrar com tempos do comentário e comentar com tempos da narração.

Lyons (1979, p.320), outro lingüista que faz reflexões sobre o **Tempo**, afirma que considerar a oposição entre presente, passado e futuro um traço universal da linguagem humana é inexato. O autor acredita que essa tripartição não se encontra em todas as línguas e que naquelas em que a distinção passado, presente, futuro é gramaticalizada, a oposição não é necessariamente temporal. O tempo verbal relaciona o tempo da situação que está sendo descrita (momento em que ocorre o evento /momento da fala) ao o ponto zero do contexto dêitico, isto é, o momento do enunciado (momento da fala). Segundo esse autor, o melhor seria opor “passado” e “não passado”, pois o “futuro é mais uma questão de modo de que de tempo” (LYONS, 1979, p.322) e o presente nem sempre implica contemporaneidade com o ato da enunciação.

Comrie (1986), ao contrário de Lyons, afirma que qualquer cultura apresenta o **Tempo**, se isso não ocorresse seria perfeitamente viável imaginar os homens aparecendo mortos, depois velhos e em seguida tornando-se gradualmente mais novos até desaparecer no ventre da mãe. O

que falta em muitas culturas é a conceptualização de progresso, ou seja, de mudança associada com deslocamento temporal (COMRIE, 1986, p.4). Para Comrie, seria um erro confundir ausência de conceito de tempo com ausência de mecanismos na língua para expressar o tempo.

Além disso, como ressalta Longo (cf. LONGO, 1990, p.127-129), acreditamos que utilizando apenas dois momentos (o da ocorrência do evento ou **momento do evento** e o do enunciado ou **momento da fala**) para caracterizar os tempos verbais, mesmo se distinguirmos passado, presente e futuro, conciliando **tempo cronológico** e **tempo gramatical**, não se pode dar conta de um terceiro componente da categoria, o **psicológico**. Por essas razões, deixamos de levar em consideração estudos como os de Lyons, que se baseiam apenas nos dois momentos, momento da fala (MF) e momento do evento (ME) para definir os tempos verbais.

O conflito entre o **tempo cronológico** – aparentemente irreversível – e **psicológico** – reversível e internalizado pelos indivíduos – só pode ser resolvido, como aponta Corôa (1985), com o reconhecimento, a partir da Teoria da Relatividade de Einstein, de que as relações entre eventos²⁰ são diferentes das relações entre a percepção dos eventos.

Até o começo do século XIX acreditava-se num tempo **absoluto** (como veremos a seguir, na próxima seção), ou seja, cada evento poderia ser rotulado por um número chamado ‘tempo’ de uma forma única. Entretanto, a descoberta de que a velocidade da luz parecia a mesma para todos os observadores, independentemente do deslocamento de cada um, levou à teoria da relatividade e nela foi necessário abandonar a idéia de um tempo único e absoluto (HAWKING, S, 1988, p.199), como vimos na afirmação de Einstein – epígrafe no início desta seção. Em vez disso, cada observador teria sua própria medida de tempo. O **Tempo** se tornou um conceito mais pessoal, relativo ao observador que o estiver medindo.

2.1.1. Teorias sobre o Tempo

É necessário, antes de falarmos da Teoria da Relatividade e de suas influências no estudo das línguas naturais, fazer alguns comentários sobre algumas teorias que definem o **Tempo**. Essas definições, segundo Corôa (1985), estão apoiadas em três visões diferentes do mundo.

A primeira visão é a de **Tempo Absoluto**, baseada em Newton e Galileu, que postula que

²⁰ “Um evento é qualquer coisa que acontece num determinado no espaço e, e num tempo determinado” (HAWKING, S, 1988, p.47).

o tempo existe fora dos eventos (ontológica). De acordo com Corôa (1985, p.28), o tempo absoluto flui sem relação com qualquer coisa externa a ele. Existem assim dois tipos de entidades temporais: (a) os momentos: são posições temporais e não dependem de eventos para existir; (b) os eventos: são separados dos momentos, mas se dão necessariamente neles.

Outra teoria sobre o tempo é a **Relacional**; nessa linha de pensamento a entidade **Tempo** não existe. Para os seguidores dessa teoria, o tempo é constituído a partir de eventos e das suas relações. Assim, diferente do tempo absoluto, a teoria de **tempo relacional** possui apenas um tipo de objeto: os **eventos**. O tempo é a ordem das coisas não contemporâneas e todos os elementos podem ser ordenados pela relação de contemporaneidade (coexistência) ou de anterioridade / posterioridade temporal. Para Corôa (1985, p.28), as características de simultaneidade e de anterioridade de eventos “são semelhantes nas teorias de tempo absoluto e na de tempo relacional. A simultaneidade é transitiva, reflexiva e simétrica”: se Y é simultâneo com X e X é simultâneo com Z, então Y é simultâneo com Z, X com Y e Z com Y. “A anterioridade é transitiva, irreflexiva e assimétrica”: se Y é anterior a X e X anterior a Z, então Y é anterior a Z devido à transitividade.

A principal diferença, então, entre teorias de tempo absoluto e teorias de tempo relacional está, respectivamente, na existência ou não de um conjunto de momentos. Em uma teoria absoluta o momento em que o evento ocorre é suficiente para individualizá-lo; em uma teoria relacional, como não existem momentos distintos, não podemos individualizar o evento segundo o momento (CORÔA, 1985, p.28)

A última definição que temos dessa entidade é a de **Tempo Relativo**. De acordo com Corôa, os “problemas” não resolvidos por qualquer das duas teorias citadas anteriormente têm solução mais adequada com a teoria de **tempo relativo**. Essa teoria tornou-se conhecida após a divulgação da pesquisa de Albert Einstein conhecida como **Teoria da Relatividade Especial (TRE)** que foi elaborada em seu trabalho intitulado **Zur Elektrodynamik bewegter Körper**. A TRE não se afasta da teoria mecânica de Newton pelo postulado da relatividade, mas sim, pelo “postulado da constância da **velocidade da luz no vácuo**, que implica na relatividade da simultaneidade” (CORÔA, 1985, p.28). Para estudiosos de lingüística, como nós, isto pode significar a relatividade na **percepção** do evento.

2.1.2. O estudo do Tempo após a Teoria da Relatividade

A **Teoria da Relatividade Especial (TRE)**, segundo Reichenbach (1980), mudou a concepção de tempo como sendo irreversível e mostrou que existem eventos cuja sucessão temporal pode ser considerada na direção contrária. Dessa forma, nas palavras de Corôa (1985, p.31):

em um mundo de tempo absoluto existe um presente de alcance universal, isto é, uma região de devir; num mundo de tempo relativo cada coisa tem, num certo sentido, seu presente próprio e há pontos isolados de devir. Só podemos efetuar as ligações entre os presentes dos vários objetos recorrendo a convenções: uma descrição no presente para A pode não o ser para X, mas a ordem dos eventos se mantém com respeito aos referenciais.

A Física proposta por Isaac Newton no séc. XVII tinha como base fatos fortes e convincentes. Tão convincentes, que foi amplamente utilizada nos séculos seguintes sem ser questionada. Os princípios da Mecânica Newtoniana determinaram praticamente todo o desenvolvimento tecno-científico de dois séculos após o seu surgimento. Esta Mecânica caracteriza-se por não questionar a validade de seus conceitos; como, por exemplo, a questão sobre o referencial no qual são feitas as medidas e a influência do método de medida sobre as grandezas em questão.

Mesmo nos nossos dias, os conceitos estabelecidos pela Mecânica Newtoniana permanecem firmemente ligados ao nosso raciocínio cotidiano. Estes conceitos estavam tão fortemente enraizados que atravessaram vários séculos sem que alguém questionasse seus fundamentos.

Porém, em 1905, um jovem físico alemão, Einstein, propôs estender o princípio da Relatividade já conhecido na Mecânica Clássica a toda a Física. Ele postulou que as leis da Física têm a mesma formulação em todos os referenciais galileanos, e afirmou que seria possível colocar em evidência o movimento de um referencial (R) em relação a outro R' por intermédio de qualquer tipo de experiência, fosse ela mecânica, ótica ou eletromagnética, realizada no referencial R'.

Einstein demonstrou que o tempo absoluto, aquele teorizado por Newton, simplesmente não existe. O tempo não pode existir se não em conexão com o espaço e é fatalmente individual, relativo a um único observador.

Deste modo, Einstein desencadeia um enorme tumulto, pois chega depois de séculos em que o conceito linear e absoluto do tempo tinha dominado o pensamento moderno e as várias filosofias e ciências. Antes dele, somente Santo Agostinho tinha intuído que tempo e espaço tinham começado do nada, criados por Deus e que o tempo absoluto não existia. Nesse sentido, a Relatividade de Einstein misteriosamente nos leva pela estrada de Santo Agostinho, particularmente sobre aquela sua ênfase em relação à pessoa como indivíduo e à sua experiência.

Não existe o relógio abstrato e absoluto de Newton independente do observador (até mesmo Immanuel Kant na sua filosofia fez entusiasticamente o tempo se tornar uma “forma pura a priori”), existem tantos relógios quantas são as pessoas e os seus contextos, os seus espaços, as suas histórias.

Como podemos observar, a **Teoria de Tempo Absoluto** teria que definir entre seus primitivos os momentos presente, passado e futuro, que seriam entidades com existências próprias, independentes de eventos. Já a **Teoria Relacional** não considera os momentos independentes dos eventos, mas os determina pela relação entre os eventos. A esta teoria falta um sistema fixo de referência que permita explicar as relações mais complexas nas distinções dos tempos verbais.

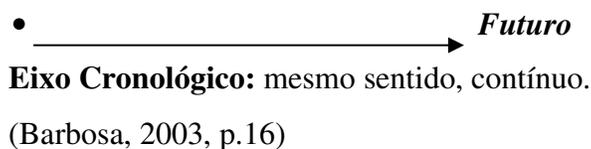
A partir da Teoria da Relatividade, portanto, como já mencionamos, passou-se a ter um conceito mais individual do **Tempo**, específico para cada observador. Corôa (1985, p.30) acrescenta ainda que esse “observador” seria um “sistema fixo de referência dentro do qual o conjunto temporal se encontra”.

Seguindo os conceitos dessa “nova” teoria, passamos a ter uma visão tripartida do tempo, subdividindo-o em: cronológico, psicológico e gramatical. Corôa (1985, p.24) também questionou a validade dessa subdivisão, porém, depois de algumas reflexões, afirma que podemos intuitivamente “perceber e sentir que essa categoria denominada **tempo** é um só e cada um dos três ao mesmo tempo” (p.25).

Com base nos argumentos da autora, encontramos as seguintes definições:

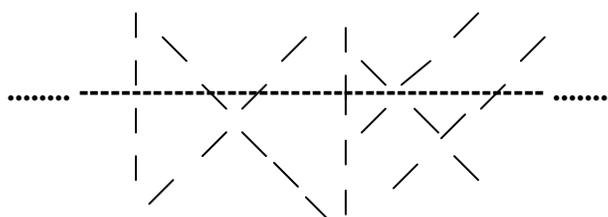
(A) **Tempo cronológico:** marcado por um ponto com contínuo deslocamento em direção ao futuro, de duração constante e irreversível, que graficamente em Barbosa (2003) foi representado da seguinte forma:

Figura 1 - Eixo Cronológico



(B) **Tempo psicológico:** caracterizado por não ter uma duração constante, existindo em função do indivíduo, podendo parar, dar “pulos” (ir para o passado, depois presente, voltar para o passado), retroceder, acelerar-se, representado em Barbosa (2003, p.16) de acordo com a **Figura 2:**

Figura 2 - Eixo Psicológico



Eixo Psicológico: não tem sentido (direção),
sem início, sem fim, não contínuo.

(C) **Tempo gramatical:** marcado, em português, pelo radical mais o acréscimo de morfemas típicos modo-temporais, como, por exemplo:

Am + o = amo



Morfema modo-temporal e número-pessoal

Am + ei = amarei



Morfema modo-temporal e número-pessoal

Reichenbach (1980) acredita que essa nova teoria de Einstein não só atinge os conceitos fundamentais da Física como também as verdades filosóficas. Baseando-se, então, na lógica, esse filósofo e matemático faz uma proposta de definição dos tempos verbais. Dessa forma, Reichenbach foi capaz de esclarecer algumas indagações que na época existiam sobre a ligação entre lógica e língua natural.

Como veremos na próxima seção, ao Ponto²¹ do Evento e ao Ponto da Fala, Reichenbach acrescenta o **Ponto de Referência**. Este ponto passaria a representar a perspectiva temporal do falante, que é transmitida para o ouvinte no ato da enunciação. A partir desses três pontos, como veremos a seguir, elabora definições formais para todos os tempos do inglês.

2.2. O Tempo Verbal

Uma parte dos problemas que apresenta o tratamento do tempo verbal nas gramáticas clássicas, assim como no caso de outras categorias gramaticais também relacionadas com fenômenos extralingüísticos, deve-se à falta de uma distinção clara entre: *la noción que los seres humanos tienen del tiempo, la forma en que lo conciben y comprenden y las características que la categoría lingüística 'tiempo' presenta en una lengua concreta o en las lenguas en geral* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2872)

Confundir as noções gerais de passado, presente e futuro que aplicamos em nossa vida ou a história de uma comunidade com as que recebem a mesma denominação na gramática de uma

²¹ Reichenbach chama de Ponto (*Point*), o que chamamos de **momento** (M).

língua supõe um ponto de partida incorreto, que impede de entender a autêntica natureza do tempo lingüístico e seu funcionamento no interior de uma língua.

O tempo lingüístico, para a maioria dos autores consultados, possui duas faces, podendo ser “dêitico” ou “não-dêitico”²². O “tempo dêitico” caracteriza o **tempo verbal** associando o momento em que se dá o evento ao momento em que se dá a enunciação. Por oposição, o tempo “não-dêitico”, que é o tempo do desenvolvimento da enunciação, caracteriza o **aspecto**, de que trataremos na próxima seção deste trabalho.

No **Dicionário de lingüística** de Dubois et al. (1978), **tempo** é uma categoria gramatical que, na maioria das vezes, está associada ao verbo. Segundo a definição dada neste dicionário, o **tempo** expressa diferentes categorizações de tempo “real” ou natural, sendo a oposição mais freqüente a do **presente** (“momento do enunciado produzido”/ *agora*) ao **não-presente** (que pode ser passado ou futuro).

Outra lingüista, Corôa (1985), argumenta que a idéia de tempo físico (quantitativo) pode ser correlacionada, de certo modo, à categoria gramatical **tempo**. Além disso, a autora ressalta que em uma língua (e sua respectiva gramática) existe também o elemento **psicológico** que interfere na tripartição fundamental do tempo – presente, passado e futuro – e acrescenta, com modificações interpretativas, afetivas, durativas e aspectuais, subdivisões do tempo variáveis de língua para língua, que estão sempre atuantes.

Como também já foi mencionado na seção anterior, os momentos do evento e da fala – respectivamente, momentos da ocorrência e do enunciado, para Lyons – não são suficientes para caracterizar os tempos verbais, pois, embora permitam conciliar tempo **cronológico** e tempo **gramatical**, não conseguem dar conta do terceiro componente da categoria, o **psicológico**. O conflito entre o tempo **cronológico** e o **psicológico** pode ser resolvido, de acordo com Corôa (1985), que se baseia na proposta de Reichenbach (1980), reconhecendo-se que as relações entre eventos são diferentes das relações entre a percepção dos eventos.

Reichenbach (1980) não define diretamente o verbo, mas os tempos verbais. E para isso recorre a uma outra definição, a de indivíduos: algo que ocupa uma parte contínua e limitada de espaço e tempo. Assim, as descrições individuais são, em sua maioria, construídas por referência a outros indivíduos: os que ocupam o espaço e o tempo imediatamente contíguos.

²² Segundo Corôa (1985), Guillaume (1969) foi o primeiro a estabelecer essa distinção.

Em seu livro **Elements of Symbolic Logic**, Reichenbach (1980) explica propriedades lógicas das línguas naturais e, ao tratar do verbo, aponta como característica fundamental dos morfemas de tempo (*tenses*) do inglês a capacidade de relacionar cronologicamente três pontos que seriam estruturalmente relevantes para sua compreensão:

- **Ponto do Evento:** momento da realização da ação expressa pelo verbo;
- **Ponto da Fala:** momento da enunciação;
- **Ponto de Referência:** perspectiva temporal que o falante transmite ao ouvinte.

Na explicação dos diferentes usos e valores dos tempos verbais, Longo (1990, p.154) considera os três pontos como “construtos teóricos abstratos”, cuja localização é fixada, para cada tempo verbal, relativamente aos demais tempos do sistema lingüístico a ser estudado.

Aceitando-se a não-concretude dos momentos, elimina-se a necessidade de derivar contextualmente a sua interpretação. Embora tal derivação seja possível sempre que ocorre uma frase semanticamente temporalizada, podemos considerar que a localização dos momentos já está contida nos morfemas modo-temporais isolados. Se isso não fosse possível, a fixação dos momentos seria parte das implicaturas²³ dos tempos verbais, e não do seu significado.

Libertada da necessidade de vincular a localização dos momentos a elementos das frases concretas, e considerando que o momento do evento sempre pode ser fixado em relação a momento da fala, Corôa (1985) tomou os estudos de Reichenbach e de Ilari (1981) como ponto de partida, utilizando os termos **Momento do Evento (ME)**, **Momento da Fala (MF)** e **Momento de Referência (MR)**:

Dos três momentos é o ME que se manifesta mais concretamente por ter um referente definido e captar mais objetivamente o intervalo de tempo em que ocorre o processo, evento, ação ou estado descrito. É, como diz Ilari (1981), o tempo da realização do predicado. O MF, por estar ligado mais diretamente ao ato da comunicação e à pessoa do discurso, tem seus limites um pouco mais ambigüamente colocados: é mais uma classe de indivíduos do que um intervalo de tempo concreto, entendendo-se “classe de indivíduo” na concepção de Reichenbach - algo descrito não por uma ocorrência única mas pela recorrência do mesmo tipo de

²³ **Implicaturas** são sentidos derivados, atribuídos a um enunciado a partir do contexto (ILARI, R.; GERALDI, J.W. **Semântica**. 10 ed. São Paulo: Ática, 2002, p.75-7)

ocorrência por oposição a ocorrência de outro tipo. Entretanto, é o MR o mais complexo desses construtos. Sua natureza quase que estritamente teórica faz com que esteja mais afastado do ato de comunicação do que o MF e seus contornos sejam ainda menos concretamente percebidos. (CORÔA, 1985, p.39)

Para melhor entendermos as definições de “momentos” e principalmente de “referência”, observemos os exemplos dados por Corôa, abaixo citados:

- (01) Em 1914 eclode a Primeira Guerra.
- (02) Em 1939 eclode a Segunda Guerra.
- (03) Em 1983 o Brasil vai ao FMI. (p.41)

Percebemos que os "presentes" de (01), (02) e (03) são diferentes, mas o uso do tempo Presente não dá origem a sentenças agramaticais porque cada uma delas explicita o MR por meio de uma medida de tempo: o ano convencionalmente aceito no mundo ocidental.

Assim, podemos afirmar que o MR se aproxima da definição de tempo psicológico da qual falam os estudiosos de língua. Segundo essa definição, o tempo psicológico pode retroceder, parar, acelerar-se e violar a ordem cronológica das coisas e dos fatos. Dessa forma, percebemos que a caracterização do MR - embora possa identificar-se com alguma indicação mais concreta que apareça num determinado texto (por exemplo, as datas) - está mais próxima deste tempo psicológico, maleável e livre, que o falante e o ouvinte reconhecem como o sistema de referência temporal em que ocorrem tanto o MF quanto o ME.

Observemos esses outros exemplos:

- (04) Carolina vive em Londres.
- (05) Marcos saiu.
- (06) João tinha saído quando Ana telefonou.

No exemplo (04) por meio do tempo verbal, conseguimos perceber que o evento em questão (**viver**) é simultâneo, ou se sobrepõe, pelo menos parcialmente, ao momento da fala. Em (05) o evento (**sair**) ocorreu no passado, por isso o momento do evento é anterior ao da fala, e,

por fim, em (06) os eventos descritos nas duas frases (**sair** e **telefonar**) são anteriores ao momento da fala, mas a “saída” de João é também anterior ao “telefonema” de Maria. Neste caso a oração temporal funciona como ponto de referência.

É importante ressaltar um questionamento feito por Ilari (1981) a respeito desses esquemas que definem os tempos verbais, como os de Reichenbach e de Corôa. Segundo o autor, essas definições poderiam apresentar dificuldades na explicação dos casos de “transporte de cena” quando se tenta formular uma regra de interpretação para sentenças com o verbo no presente e um adjunto de futuro ou para o presente histórico ou dramático.

Corôa soluciona tais questões ressaltando que os momentos não são simplesmente **pontos** ou momentos únicos, mas **conjuntos de momentos** (CORÔA, 1985, p.48), isto é, **intervalos de tempo** que podem ser determinados por meio da interação com os elementos discursivos.. Para essa lingüista, não é preciso haver coincidência extensional entre ME, MR e MF para que as consideremos simultâneas; basta que haja um ponto de coincidência.

Longo (1990, p.134), concordando com Corôa, acrescenta, ainda sobre esse assunto, que é interessante utilizarmos a noção de **intervalos de tempo** para repensarmos os três pontos (momentos) definidos por Reichenbach. Por exemplo:

(07) Gosto muito de pêssego.

Nesta frase o intervalo de tempo compreendido pelo evento “gostar” se expande para além dos limites do momento da fala. Sendo assim, seguindo Longo e Corôa, sempre que utilizamos o termo **momento**, estamos identificando-o com intervalo ou período e não com ponto.

Com base no que foi visto até aqui, da mesma forma que fizemos em Barbosa (2003), consideraremos **Tempo** a categoria que expressa relações de simultaneidade e anterioridade entre três momentos: o momento da fala (MF), o do evento (ME) e o da referência (MR).

2.2.1. A interpretação semântica dos tempos verbais

Para a nossa pesquisa, admitimos que as interpretações dos tempos verbais no sintagma, na frase e no texto são solidárias e consideramos como núcleo sintático-semântico da frase o verbo, partindo, assim, das seguintes hipóteses:

(i) as categorias modo, tempo e aspecto não estão apenas morfologicamente amalgamadas no português; relacionam-se estruturalmente também do ponto de vista semântico, ainda que muitas vezes seja possível identificar a predominância de uma delas na realização dos enunciados.

(ii) os tempos verbais têm significados básicos, sobre os quais podem operar adjuntos para dar origem aos valores que prevalecem nos diferentes contextos.

A hipótese (i) parece ser de aceitação consensual na bibliografia consultada, porém, das diferentes conceituações apresentadas, podemos extrair alguns pontos fundamentais, tais como:

a) a dificuldade para o estudo semântico das formas verbais, para Ilari (1997), está na ausência de correspondência biunívoca entre os recursos expressivos e os conteúdos expressos, somada ao fato de que as construções que expressam tempo também exprimem modo e aspecto. Nem sempre é “fácil separar os valores autenticamente temporais das expressões lingüísticas de seus valores aspectuais e modais”. (p.11)

b) o **aspecto** e o **tempo** são categorias estreitamente relacionadas, mas que não se confundem, porque o aspecto não leva em conta o processo de enunciação, e o tempo, sim. Em outras palavras, somente o tempo é categoria dêitica; o aspecto leva em conta o intervalo em que se desenvolve o estado de coisas expresso pelo tempo.

c) quanto às categorias **modo** e **tempo**, afirma Fonseca (1977) que:

“longe de haver incompatibilidade, há, pelo contrário, íntima ligação entre o que era tradicionalmente designado por valores modais e valores temporais: a escolha de tempos verbais tem uma incidência em toda a organização do discurso por parte do locutor e constitui, pois, um meio importante de modalização do enunciado. Só esta observação pode levar a uma efetiva compreensão dos chamados “empregos modais” de alguns ‘tempos’, como o futuro, o imperfeito, o condicional (uso modal, neste

caso, já consagrado na própria designação da forma)”. (FONSECA, 1977, p.110-111)

Se a ligação intrínseca entre as três categorias em geral não é questionada, a hipótese de valores semânticos não-ambíguos é fonte de divergências. Para autores como Lyons (1977) e Mateus et al. (1983 e 2003), as formas verbais são polissêmicas. O caso típico é o do Presente do Indicativo, que pode ser empregado para expressar futuro e na afirmação de fatos atemporais ou onitemporais.

Apoiamo-nos em Ilari (1997) para avaliar duas alternativas de abordagem da questão da ambigüidade das formas verbais. Para esse semanticista, postular tal ambigüidade seria problemático, pois, “à falta de adjuntos, os tempos verbais não são realmente polissêmicos, havendo interpretações privilegiadas, se não obrigatórias” (ILARI, 1997, p.25). A alternativa proposta em (ii) encontra um obstáculo “na abstração que seria exigida para se formularem os valores básicos” (p.25).

Outra dificuldade apontada por Ilari é que às vezes é o verbo que opera sobre o adjunto e não o contrário, como na frase (08), em que, segundo o autor, “agora” indica um momento passado:

(08) Agora, o paciente já não sentia dores, só um leve cansaço.

Excepcionalmente, as interpretações do adjunto e do verbo podem até ser não-equivalentes, como na frase “**Eu sou você amanhã**”, de um antigo comercial de uísque.

Em vista disso, concluímos que a interpretação semântica do sintagma verbal nem sempre está subordinada à interação com adjuntos, e preferimos não adotar a hipótese da polissemia, conscientes, portanto, de que teremos de buscar representações mais abstratas.

Cabe ressaltar que ao atribuir a cada tempo verbal um valor não ambíguo (básico), analisaremos separadamente a interação verbo+adjunto adverbial, pois esta pode resultar em diferentes valores. O importante, coadunados com Longo (1990, p.136), é não esquecermos que o valor básico deve ser solidário com os demais.

Para definir os valores básicos dos tempos verbais, partimos dos estudos de Corôa (1985) que procurou atribuir a cada tempo verbal do português uma definição única e não-ambígua. Fundamentada nos estudos de Reichenbach (1980), suas representações não levam em conta a

interação verbo/adjunto temporal, nem o uso de auxiliares na expressão do tempo, centrando-se na interpretação fornecida pelo morfema modo-temporal do verbo. Partindo das possibilidades combinatórias dos três pontos temporais reichenbachianos - que ela denomina momentos do evento (ME), da fala (MF) e da referência (MR) - tenta verificar quais delas estão gramaticalizadas em nossa língua, admitindo graus diferentes de abstração para os momentos.

Com esses pressupostos, elimina-se a necessidade de derivar contextualmente a interpretação dos tempos verbais, podendo-se considerar que a localização dos momentos já está contida nos morfemas flexionais isolados. Corôa apresenta as seguintes definições para os tempos do indicativo português (as vírgulas indicam simultaneidade e os hífens, anterioridade):

Presente: ME, MF, MR

Imperfeito: ME, MR – MF

Perfeito: ME – MR, MF

Mais-Que-Perfeito: ME - MR - MF

Futuro do Presente: MR, MF - ME

Futuro do Pretérito: MR - MF - ME

Futuro do Presente Composto: MF - ME - MR

A autora atribui simultaneidade a MF e MR nos chamados tempos absolutos: Presente, Perfeito e Futuro do Presente. Corôa afirma que tal formulação é aplicável ao Perfeito porque se contempla o resultado do evento, e o sistema de referência se aproxima então do momento da fala: expressa-se “um fato já ocorrido visto a partir do momento da enunciação tendo-se como referência algo "atual", pois o resultado é, no perfeito, muitas vezes mais importante que o próprio evento” (p.53). Daí resulta também a distinção temporal entre Perfeito e Imperfeito, pois neste último o evento é visto da perspectiva passada²⁴:

No imperfeito o falante se coloca numa perspectiva também passada, para contemplar o evento na sua ocorrência. O que o falante transmite ao ouvinte com o uso do imperfeito é uma ótica do evento a partir do próprio momento do evento, e não de seus fins, resultados ou conseqüências: o falante se coloca, e, conseqüentemente, coloca o ouvinte, no momento

²⁴ Embora postule uma distinção temporal entre Perfeito e Imperfeito, a autora reconhece que tal distinção deve ser complementada por outra, de base aspectual.

do evento. O ME e o MR, portanto, são simultâneos. (...) (CORÔA, 1985, p.53)

No Futuro do Presente, MF é simultâneo a MR porque o evento é visto da perspectiva do MF, embora se realize posteriormente. Na definição do Futuro do Pretérito, ME é posterior a MF porque o evento é previsto como futuro a partir de uma perspectiva passada; como essa possibilidade é contemplada a partir de um sistema de referência que se coloca antes da enunciação, MR é anterior a MF.

Finalmente, considerando que os momentos são conjuntos de pontos ou intervalos de tempo, a autora afirma que não é preciso haver coincidência extensional entre ME, MR e MF para que os consideremos simultâneos; basta que haja um ponto de coincidência. Por exemplo, nos casos de presente histórico ou dramático, o MR se amplia, deslocando-se para o passado e “abrangendo-o de tal modo que tanto o MF como o ME se incluem no MR. (...) ME e MF não têm necessariamente pontos em comum, mas ambos o têm como o MR” (p.47), ou seja, o ME é simultâneo a MR e MF, também.

Longo acrescenta ainda que se considerarmos que a relação de simultaneidade é transitiva, teremos em (09) e (10) a mesma definição [ME,MF,MR], novamente com o o MR deslocando-se para o passado:

(09) Em 1945, uma bomba arrasa Hiroshima.

(10) Olha só o que Eliana me apronta ontem. (LONGO, 1990, p.160)

Caso semelhante ocorre no seguinte exemplo:

(11) Amanhã eu pego o meu trabalho.

em que “o MR se desloca para o futuro, estendendo-se para além dos limites de ME e de MF” (LONGO, 1990, p.161).

Assim, concordando com Longo (1990) e Barbosa (2003), acreditamos que a definição única e não-ambígua dada por Corôa (1985) aos morfemas dos tempos verbais do modo Indicativo é satisfatória, apresentando definições distintas para cada um dos tempos verbais e

conseguindo apreender as intuições dos falantes – do ME em relação ao MF –, e por isso a adotamos.

3. A CATEGORIA ASPECTO

Muitos estudos sobre **aspecto** relacionam essa categoria somente ao verbo, pois é nele que geralmente se concentra a expressão da situação, porém, é importante ressaltar, assim como faz Travaglia (1994), que também podemos encontrar **aspecto** nos nomes. Por isso, antes de discutirmos sobre aspecto verbal, teceremos alguns comentários sobre o aspecto nominal²⁵.

3.1. O aspecto nominal

Comrie (1976), em seu trabalho sobre **aspecto**, mostra-nos que, em algumas línguas, certos derivados nominais têm uma distinção aspectual bem definida, como é o caso, por exemplo, desses seguintes nomes em inglês: *thieving* (“roubando” / aspecto imperfectivo) vs. *theft* (“roubo” / aspecto perfectivo).

Dubois et al. (1978, p.73), em seu **Dicionário de lingüística**, define o **aspecto** como “uma categoria gramatical que exprime a representação que o falante faz do processo expresso pelo verbo (ou pelo nome de ação), isto é, a representação de sua duração, do seu desenvolvimento ou do seu acabamento” (grifo nosso). O autor dá exemplos como *violação*, *marcação*, mas não explica os seus valores aspectuais.

Já Travaglia (1994) chama a atenção para algumas oposições aspectuais em alguns substantivos e adjetivos no português brasileiro, citando quatro grupos distintos:

- **1º grupo**: substantivos que apresentam situações durativas ou pontuais, dinâmicas ou estáticas, tais como:

- (a) explosão: é um evento (pontual);
- (b) festa: é um processo (durativo);
- (c) paz: é um estado (durativo) (TRAVAGLIA, 1994, p.127).

²⁵Discutiremos nesta seção (3.1), sucintamente, algumas questões relevantes sobre o aspecto nominal, principalmente sua ligação com os verbos.

- 2º grupo: pares de substantivos que exprimem a oposição entre acabado/não-acabado, como por exemplo (TRAVAGLIA, 1994, p.127)²⁶:

Não-acabado (indicam uma situação em curso)	Acabado (indicam uma situação acabada)
Mordeção	Mordedura
Queimação	Queimadura
Assação	Assadura
Rachação	Rachadura
Escravização	Escravatura

Quadro I - Pares de substantivos: acabado vs. não-acabado

- 3º grupo: adjetivos terminados em *-nte*, tais como **corrente**, **nascente**, **constituente**, **residente**, por exemplo, têm freqüentemente um valor cursivo, como mostram os exemplos (01)-(04):

(01) Há água corrente (= que corre) bem perto daqui.

(02) Encontrei-a na janela contemplando o sol nascente (= que estava nascendo).

(03) Os elementos constituintes (= que constituem, que estão contituindo) da comissão merecem a inteira confiança do presidente.

(04) João Silva, casado, motorista, residente (= que reside, que está residindo) nesta cidade, vem requerer. (TRAVAGLIA, 1994, p.128)

- 4º grupo: adjetivos terminados em *-vel* têm um valor de não-começado e, geralmente, exprimem uma virtualidade ou potencialidade, como ocorre com palavras como: **constituível**, **tocável**, **lavável**, etc.

²⁶ A inserção desses nomes em frases deixa essa oposição mais clara, por exemplo: “Eu estou com uma **queimação** horrível no estômago” (= meu estômago está queimando / evento não-acabado); “Eu tomei muito sol e fiquei com muitas **queimaduras**” (estar queimado / evento acabado).

De acordo com Travaglia, também podemos observar que os nomes do terceiro grupo passam a ter um valor aspectual de começado ou não-acabado “mais nítido”, quando eles são opostos ao particípio (que também é uma forma de valor adjetivo) do mesmo verbo que lhes serve de base (**nascente / nascido; corrente / corrido; constituinte / constituído**).

Além disso, de acordo com Travaglia, se compararmos adjetivos terminados em **-vel**, os terminados em **-nte**, e os seus respectivos particípios (com valor adjetivo), observamos haver formas adjetivas marcando exatamente as três fases de realização do evento:

<i>não-começado</i>	<i>começado ou não-acabado</i>	<i>acabado</i>
Constituível	Constituinte	constituído
Tocável	Tocante	tocado
Falável	Falante	falado

Quadro II – Fases da realização de um evento

É importante destacar ainda que tanto os substantivos quanto os adjetivos, utilizados nos exemplos como nomes que expressam valores aspectuais, são derivados de verbos.

O aspecto dos nomes, principalmente, essa constatação de que a maioria dos nomes que expressam aspecto são derivados de verbos, merece um aprofundamento; porém, neste trabalho, como já ressaltamos, vamos nos deter apenas no estudo do aspecto verbal.

3.2. O aspecto verbal

Os estudos que fazem referência direta à categoria **aspecto** no português (cf. SAID ALI, 1964; CÂMARA JR., 1970, 1974, 1989 [1957]; CUNHA, 1972; PONTES, 1972; AZEVEDO FILHO, 1975; LUFT, 1976; CASTILHO, 1967; TRAVAGLIA; 1994; BECHARA, 2002) mostram que os meios de se expressar o aspecto podem ser por: flexão verbal, perífrases verbais, semantema do verbo, os afixos (alguns sufixos e prefixos), a repetição de verbo (por exemplo: “**cai, cai** balão” / aspecto durativo), os adjuntos adverbiais, o tipo oracional e o complemento do verbo.

O **aspecto** também pode ser expresso pela ação conjunta de mais de um desses recursos citados no parágrafo anterior. Muitas vezes, nestes casos, é difícil separar e afirmar se é um ou outro recurso que expressa o **aspecto**. Por essa razão, ao falarmos em um meio de expressão, freqüentemente nos referiremos a outros, embora pretendamos agrupar o maior número de informações sobre cada recurso de expressão quando falarmos especificamente sobre ele. É o que acontece com o perfeito simples nos exemplo abaixo: (05) exprime aspecto acabado e em (06), com a interação com o adjunto adverbial, expressa aspecto durativo:

(05) Ele **trabalhou** aqui.

(06) Ele sempre **trabalhou** aqui.

Nas gramáticas tradicionais do português, a categoria **aspecto** (por exemplo, SACCONI, 1990, FARACO; MOURA, 2000, 2001, 2002; CUNHA; CINTRA, 2001, BECHARA, 2002) é tratada de modo superficial, geralmente como observação ou nota de rodapé, e como já mencionamos anteriormente, na grande maioria das vezes, sua definição é relacionada à descrição dos tempos verbais. Dessa forma podemos chegar à conclusão que esta categoria não é ou está claramente descrita nos manuais do português, por dois principais motivos:

(a) porque na língua portuguesa não há, realmente, marcas morfológicas características da categoria, como há em russo e em outras línguas eslavas, por exemplo;

(b) porque **tempo**, **modo** e **aspecto** podem vir amalgamados tanto em desinências como em lexemas adjacentes (verbos auxiliares, adjuntos adverbiais, etc).

Sobre essa última idéia, Lyons (1979) nos chama a atenção, afirmando que:

Tempo, modo e aspecto fundem-se uns nos outros em muitas outras línguas além do inglês. Isso ocorre, em parte, porque certas noções, como se viu, poderiam ser classificadas como modais, aspectuais ou temporais; e, em parte, porque outras distinções, além das oposições sistemáticas morfológicas e sintáticas rotuladas como tempo, modo ou aspecto, têm de ser distinguidas na análise semântica dessas línguas. Apenas quando essas noções são expressas por meio de processos como

a flexão ou o uso de partículas é que os lingüistas a elas se referem como gramaticais. (LYONS, 1979, p.333)

É importante destacar que essa relação entre **tempo**, **modo** e **aspecto** em português já é levantada por Câmara Jr. (1970, p.98), quando o autor menciona que:

a complexidade para a interpretação do morfema flexional, propriamente verbal, em português decorre em primeiro lugar, da cumulação, que nele se faz, das noções de tempo e de modo, além da noção suplementar de aspecto que às vezes se inclui naquela primeira.

Por outro lado, alguns autores, nem sequer citam o termo **aspecto**; entretanto, parecem notar algumas características que poderíamos reconhecer como aspectuais. Essas noções são chamadas de “definições indiretas” por Travaglia em seu livro **O aspecto verbal em português**. Esse tipo de referência indireta ocorre, principalmente, quando os autores tentam definir o emprego de alguns tempos e modos verbais, perífrases ou verbos auxiliares.

Said Ali (1964), por exemplo, entre os vários autores que podemos citar, refere-se de maneira indireta à noção de **aspecto** quando afirma que o presente e o pretérito imperfeito do indicativo expressam ação **durativa**, ou seja, expressam um “aspecto durativo”. Cunha (1972, p 432-435) ao afirmar que o pretérito imperfeito do modo indicativo exprime um fato passado que não está concluído (inacabado) e o pretérito perfeito do modo indicativo, um fato concluído (acabado), também está se referindo indiretamente ao **aspecto**.

Voltando a Câmara Jr. (1970; 1974, p.84-6; 1989 [1957], p.140-8), observamos que o autor nos chama a atenção para a categoria **aspecto**, afirmando que estamos habituados a uma classificação das formas verbais apenas pela categoria **tempo**²⁷, e que é necessário passarmos a levar em consideração o **aspecto**. Segundo este lingüista, o **aspecto** é a maneira de ser da ação, apresentando o processo verbal do ponto de vista da sua duração (cf. CÂMARA JR., 1989 [1957], p.141). Essa duração do processo pode se caracterizar: “1) como um ponto, ou instantâneo; 2) como uma linha apreciável de duração contínua ou repetida; 3) como apenas iniciado; 4) como conclusivo; 5) como permanecendo em seus efeitos depois de realizado; e assim por diante” (cf. CÂMARA JR., 1989 [1957], p.148).

²⁷ Para o autor, **Tempo** “assinala a época de ocorrência em relação ao momento em que se fala” (CÂMARA JR., 1989 [1957], p.148).

Pelo que apresentamos até aqui, fica evidente que a definição de **aspecto** é muito divergente, por isso resolvemos fazer uma revisão sobre as diferentes definições de aspecto de alguns autores por nós analisados para chegarmos a uma definição de **aspecto** coerente com a nossa pesquisa.

Castilho (1966), em sua tese de doutorado intitulada **Introdução ao aspecto verbal na língua portuguesa**, realizou um estudo pioneiro sobre o aspecto verbal no português. Segundo esse autor, aspecto é “a relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração e desenvolvimento” (CASTILHO, 1966, p.14), podendo expressar os seguintes valores fundamentais: **completamento** (perfectivo), **duração** (imperfectivo), **repetição** (iterativo), e **neutralidade** (indeterminado).

Além disso, Castilho aponta, apoiado em muitos exemplos, como meios de se expressar o aspecto, os seguintes recursos lingüísticos: o semantema do verbo, a flexão temporal, os adjuntos adverbiais, certos tipos oracionais, o complemento do verbo, as perífrases e os sufixos.

Quanto aos meios de expressão de aspecto, é importante destacar que nos restringiremos à enumeração feita no parágrafo anterior; entretanto na medida em que as colocações de Castilho estiverem relacionadas com a nossa pesquisa, faremos as citações necessárias.

Os quatro valores fundamentais de aspecto, citados anteriormente, foram subdivididos por Castilho e organizados da seguinte forma:

ASPECTO	VALOR
Imperfeito: Inceptivo Cursivo Terminativo	Duração
Perfectivo: Pontual Resultativo Cessativo	Completamento
Iterativo: iterativo imperfeito iterativo perfectivo	Repetição
Indeterminado	Negação da duração e do completamento (neutralidade)

Quadro III – Tipos de aspectos segundo Castilho

(Fonte: CASTILHO, 1966, p.14)

O autor ainda apresenta outras subdivisões, porém não as citaremos aqui, por não serem relevantes para o propósito desta pesquisa.

Cabe ressaltar que Castilho (1966, p.49), assim como Travaglia (1994, p.56-60), apontam algumas noções como **não-aspectuais** – marcadas por fugirem da oposição duração / completamento –, mas que, geralmente, estão ligadas às noções de aspecto e não podem ser desprezadas, pois servem para caracterizá-las. É por isso que essas noções, mesmo sendo classificadas como **não-aspectuais**, aparecem nos quadros de “aspectos” do português, esquematizados por esses autores, como mostram os **Quadros III e IV**. As noções definidas como *não-aspectuais* são: **incoação** (mudança de estado), **progressão**, **resultado** e **cessamento**. Travaglia acrescenta ainda a **habitualidade**, justificando que “esta noção existe quando temos a iteração, que surge da duração descontínua ilimitada. A noção aspectual é essa duração” (TRAVAGLIA, 1994, p.56). A **habitualidade**, a partir desse ponto de vista, está ligada a essa noção de duração, já que é dela que surge a repetição sem a qual o hábito não existe.

Mateus et al. (2003, p.129) chamam de **aspecto** a categoria que “fornece informações sobre a forma como é perspectivada ou focalizada a estrutura temporal interna de uma situação, descrita pela frase, em particular, pela sua predicação”.

De acordo com as autoras (2003), em português, assim como em outras línguas naturais, as informações aspectuais podem ser expressas por afixos que também contêm informações temporais, pelas construções com auxiliares e também por meio de combinações de vários elementos presentes em uma determinada frase, como certos adverbiais e alguns sintagmas nominais, dependendo da sua natureza sintático-semântica. Observemos os exemplos dados por Mateus et al. (2003, p.133):

- (07) a. A Maria **canta** árias de óperas famosas.
- b. A Maria **cantava** árias de óperas famosas.
- c. A Maria **costuma** cantar árias de óperas famosas.
- d. A Maria **cantou** árias de óperas famosas **durante muitos anos**.

Todos esses exemplos, para Mateus et al. (2003), apresentam uma leitura “habitual”: em (7a) e (7b) o aspecto é expresso pelo tempo verbal, em (7c) pelo auxiliar “costumar” e em (7d) pelo advérbio “durante muitos anos”

Outro extenso trabalho sobre aspecto verbal é o de Travaglia (1994), que assim como Castilho, também faz um estudo detalhado sobre o aspecto no português. Define-o como uma “categoria verbal de Tempo, não-dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vistas: o do desenvolvimento, do completamento e da realização da situação”. (TRAVAGLIA, 1994, p.44)

Nesse seu trabalho, Travaglia também nos chama a atenção para o fato de que em uma mesma forma pode haver “diferentes combinações de aspectos simples” (1994, p.83):

- (08) Célia **anda limpando** a casa para mim.
- (09) Célia **andou limpando** a casa para mim.

Por meio desses exemplos, observamos que, além de ambos exprimirem duração contínua ilimitada, em (08), o evento é interpretado como não-acabado e incompleto e em (09), como acabado e completo. Sendo assim, podemos afirmar que nesses dois exemplos ocorre a combinação de noções aspectuais: no exemplo (08) temos a idéia de Imperfectivo (incompleto) e Iterativo, e no exemplo (09), Perfectivo (completo) e Iterativo.

Após mostrar que podem ocorrer combinações de noções aspectuais, Travaglia propõe um quadro (**Quadro IV**) de aspectos do português, com treze tipos de aspectos simples²⁸:

²⁸ Para Travaglia, o *aspecto simples* é “caracterizado por exprimir uma única noção de aspecto” (TRAVAGLIA, 1994, p.75).

Noções Aspectuais			Aspectos	
I. Duração	Duração	A. Contínua	a. limitada	Durativo Ex: O treinador do time esteve doente. (p.88)
			b. ilimitada	Indeterminado Ex:O ano tem 365 dias. (p.90)
		B. Descontínua	a. limitada	Iterativo Ex: Minha filha tem saltitado com uma cabritinha feliz. (p.92)
			b. ilimitada	Habitual Ex: Toda as manhãs ela me cumprimenta com um sorriso. (p.93)
	Não Duração ou Pontualidade			Pontual Ex: Caxias ataca o inimigo e vence-o . (p.95)
	1. Fases da realização	A. Por começar	Não-começado Ex: A cozinha está por limpar . (p.97)	
		B. Não acabado ou começado	Não- acabado ou começado Ex: Estou lendo um livro interessante. (p.99)	

II. Fases		C. Acabado	Acabado Ex: Maria leu o livro. (p.100)
	2. Fases do desenvolvimento	A. Início (situação em seu ponto de início ou nos primeiros momentos)	Inceptivo Ex: Os marceneiros estão começando a armar o telhado. (p.100)
		B. Meio (situação em pleno desenvolvimento)	Cursivo Ex: Estamos fazendo um bolo pra mamãe. (p.101)
		C. Fim (situação em seu ponto término ou nos últimos momentos)	Terminativo Ex: Espere um momento que eu estou acabando de arrematar o seu vestido. (p.102)
	3. Completamento	A. Completo	Perfectivo Ex: Antonio ouviu música o dia todo. (p.86)
		B. Incompleto	Imperfectivo Ex: A mistura ia endurecendo lentamente. (p.87)
	Ausência de noções aspectuais		

Quadro IV - Noções de aspecto de acordo com Travaglia

(Fonte: TRAVAGLIA, 1994, p.85)

Nesse quadro (**Quadro IV**), o autor, resumidamente, reúne as noções aspectuais que, de acordo com seu trabalho, atuam no português.

Outra estudiosa das categorias verbais, Côroa (1985), considera que o **aspecto** é a quantificação lógica dos subeventos²⁹ de um evento³⁰, podendo ser de dois tipos:

(i) **perfectivo**: todos os subeventos estão incluídos em um mesmo espaço de tempo;

(ii) **imperfectivo**: apenas um subevento, necessariamente, está incluído em um mesmo espaço de tempo.

Para essa lingüista, **aspecto** é uma categoria gramatical (categoria morfológica), pois, sob seu ponto de vista, é expressa pela flexão do verbo:

(10) Eu **li** o livro.

(11) Eu **lia** o livro.

A partir dessas várias conceituações atribuídas ao **aspecto**, podemos afirmar que existem alguns pontos que são comuns e importantes de se destacar:

a) a não referência à localização no tempo: o **aspecto** é uma categoria não-dêitica, pois não leva em conta o processo de enunciação (a situação de fala); já o **Tempo** é uma categoria dêitica;

b) a **constituição temporal interna**: refere-se a situação em si, à sua duração;

c) a noção de **desenvolvimento** (fases do evento: início, meio e fim) e **complemento** (completa ou incompleta) da situação;

d) o **intervalo de tempo**: localiza a situação dentro de um intervalo temporal em que ocorre o evento.

²⁹ **Subevento**: é qualquer dos estágios intermediários de um evento, inclusive o inicial e o terminal.

³⁰ **Evento**: é qualquer ação, estado ou processo expresso pelo verbo.

Segundo Côroa (1985, p.64), além da “confusão entre as noções de aspecto e tempo”, existe também a “confusão” entre **aspecto** (*Aspekt*) e **modo de ser da ação** (*aktionsart*). Para Klein (1974 *apud* Côroa 1985, p.65) o **aspecto** é uma categoria gramatical e o **modo de ser da ação** é uma categoria léxico-semântica.

Lyons (1979) também não trata a noção de *aktionsart*, mas sua definição de **aspecto** diz respeito ao contorno temporal interno dos estados de coisas (**Aspecto + *aktionsart***). Para ele:

a categoria aspecto inclui uma larga variedade de distinções possíveis. Como distinções temporais, todas elas se relacionam com o tempo; mas como diz Hockett, relacionam-se com o “contorno ou distribuição temporal” de “uma ação, acontecimento ou estado de coisas”, e não com a sua “localização no tempo”(..). (LYONS, 1979 p.331)

Embora estabeleça a diferença entre **aspecto** e *aktionsart*³¹, Comrie (1976) prefere não usar este termo em seu trabalho, devido aos usos que o termo vem adquirindo, e que geram uma enorme confusão. O autor (1976) apresenta duas posições: (i) uma delas considera o **aspecto** como a gramaticalização de distinções semânticas relevantes, enquanto a *aktionsart* representaria a lexicalização das distinções, independentemente de como estas distinções são lexicalizadas; (ii) a segunda posição, adotada por eslavistas, considera o **aspecto** como a gramaticalização de distinção semântica, e a *aktionsart* como a lexicalização da distinção, que é feita por meio da morfologia derivacional. Portanto, Comrie propõe a seguinte definição de **aspecto**:

*As the general definition of aspect, we may take the formulation that ‘aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation’.*³² (COMRIE, 1976, p.3)

O autor afirma que a distinção aspectual básica deve ser a de perfectivo e imperfectivo e mostra como as características internas (como, por exemplo, as oposições durativo vs. pontual,

³¹ Em nota de rodapé, somente.

³² Tradução: “como definição geral do aspecto, podemos adotar o seguinte: ‘os aspectos são os diferentes modos de observar a constituição temporal interna de uma situação’ ”.

télico vs. atélico) daquilo que chama de situação (estado, atividade, etc) interferem na manifestação do **aspecto**.

Mateus et al. (1983) fazem uma separação entre as distinções aspectuais decorrentes da natureza dos estados de coisas descritos e as distinções aspectuais expressas por formas verbais, construções perifrásticas e classes adverbiais temporais. As autoras definem aspecto como:

a categoria que exprime o modo de ser (interno) de um estado de coisas descrito através de expressões de uma língua natural, (i) por selecção de um predicador pertencente a uma dada classe; (ii) por quantificação do intervalo de tempo em que o estado de coisas descrito está localizado, e ou (iii) por referência à fronteira inicial ou final desse intervalo, ou a intervalos adjacentes. (MATEUS et al, 1983, p, 125)

Dessa forma, as autoras estão separando o aspecto interno e externo, mostrando esquematicamente a sistematização e definição de valores aspectuais, em que há o pontual (incoativo, causativo, inceptivo, conclusivo, cessativo) e o durativo (cursivo, permansivo, iterativo, frequentativo, habitual, gnômico), e valores distintos, do acabado (perfectivo) e inacabado (imperfectivo).

Para Dik (1989), o termo **aspecto** está relacionado a diferentes distinções semânticas. Segundo esse autor, há uma noção maior de aspectualidade, que dá conta de todas essas distinções. O termo **aspecto** fica reservado às distinções aspectuais que são expressas gramaticalmente. A aspectualidade atinge as seguintes áreas:

(a) O tipo de estado de coisas (EC) – algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental) –, que é designado pelo predicado³³. Essa subárea, chamada de *aktionsart*, está na tipologia de ECs da Gramática Funcional. Assim, o que caracteriza cada tipo de ECs é um diferente “modo de ação”, correspondente a uma diferente característica da semântica interna do predicado (como por exemplo: [± dimânico], [± télico], [± momentâneo], etc).

³³ O **predicado** é aquilo que designa propriedades ou relações, e se aplica a um certo número de termos (que se referem a entidades) produzindo uma “predicação, que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação lingüística que o falante faz da situação”. Por exemplo (cf. NEVES, 1997, p.84):

	Termo	Predicado	Termo	Termo
Predicação	Pedro	entregar	O livro	à menina
Estado-de-coisas	Entidade 1	relação	Entidade 2	Entidade 3

(b) Perfectividade/imperfectividade: é o tipo de aspectualidade que diz respeito ao fato de o EC ser apresentado de um ponto de vista externo, como um todo completo e indivisível (perfectivo) ou de um ponto de vista interno, não completo e em progresso (imperfectivo).

(c) Fases aspectuais: descrevem o que pode ser dito, em um determinado ponto de referência na dimensão temporal, em relação à ocorrência de um EC. Aqui estão os valores prospectivo, ingressivo, progressivo, e o perfeito.

(d) Aspecto quantificacional: expressa as diferentes formas de quantificação sobre um conjunto de ECs. São os valores iterativo, habitual e freqüentativo.

Percebe-se, assim, que para Dik (1989) há uma separação entre aquilo que faz parte do predicado - a *aktionsart* - e aquilo que é acrescentado a esse predicado, como os valores de perfectividade/imperfectividade, de fases ou de quantificação.

É necessário ressaltar que um dos pressupostos básicos da corrente funcionalista (de base holandesa) é a organização das frases em camadas. A cada uma dessas camadas podem ser acrescentados operadores (meios gramaticais) e satélites (meios lexicais), que as modificam, interferindo em cada uma das fases. A esse respeito afirma Neves (1997, p.92) que “com esse aparato, explicam-se, por exemplo, as relações entre modalidade, de um lado, e tempo, e aspecto de outro”. Assim, no predicado está o próprio aspecto qualificacional - a *aktionsart* – como, por exemplo, os traços [+ télico] e [- télico].

Nesse nível, os operadores e satélites que podem ser acrescentados têm a função de modificar a estrutura interna dos estados de coisas, como por exemplo os operadores de perfectividade ou de imperfectividade (flexões verbais). Dessa forma, fica evidente o motivo pelo qual o autor separa as noções internas das externas: cada uma delas opera em um determinado nível.

A respeito da distinção perfectivo/imperfectivo, Dik afirma que, como pertence à camada mais baixa de operadores, e opera imediatamente sobre o predicado, é de se esperar que ocorram interações entre esses operadores e o tipo de ECs designado pela estrutura de predicados.

Já Corôa ressalta que, em algumas sentenças, o **aspecto** e o “modo de ser da ação” (*aktionsart*) expressam conteúdos muito semelhantes e só podemos diferenciá-los usando os

seguintes recursos: processo lexical para modo de ser da ação e morfológico para o aspecto, como mostram os exemplos (CÔROA, 1985, p.67 / grifo nosso):

(12) Acabei de ler Vida Secas.



Modo de ser = [+ completude]

(13) Li Vidas Secas. (grifo meu)



Aspecto = [+ completude]

Em ambos os casos temos a expressão de uma “ação completa”: em (12) a “ação completa” é expressa por um recurso lexical (perífrase “acabar de + VERBO”), ou seja, por meio do “modo de ser da ação”; enquanto em (13), foi expressa por meio da noção de **aspecto** que caracteriza o Pretérito Perfeito, um recurso morfológico (gramatical).

A partir dessas diferentes considerações sobre aspecto, acreditamos ser mais pertinente, assim como fez Longo (1990) e Barbosa (2003), reunir as duas categorias (**aspecto** e *aktionsart*), uma vez que a própria Corôa reconhece que, em casos como os exemplos (12) e (13), trata-se de uma mesma noção, “ação completa”, expressa por recursos diferentes.

Além disso, é importante destacar que não negamos o caráter básico da oposição perfectivo/imperfectivo, porém acreditamos que outras noções ligadas ao aspecto podem ser relacionadas às básicas, e delas derivadas, como duração, iteração, etc.

Dessa forma, consideraremos **aspecto** uma categoria não-dêitica que exprime a quantificação dos eventos e/ou estágios³⁴ expressos pelo verbo e que a aspectualidade nos verbos pode-se manifestar por meio de processos lexicais, sintáticos, semânticos e fonológicos.

Mais especificamente, teríamos a aspectualidade dos verbos marcada:

- a) pela oposição perfectivo vs. imperfectivo, do ponto de vista flexional,
- b) por meio de auxiliares, do ponto de vista léxico-semântico.

Com base em Longo (1990), que se aproxima dos estudos de Travaglia (1985) e se afasta dos estudos de Castilho (1968) (cf. **Quadro III**), adaptamos o seguinte quadro de noções aspectuais³⁵:

ASPECTO	DEFINIÇÃO FORMAL ³⁶	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
Inceptivo	~p [p	exprime um evento em um estágio inicial de desenvolvimento	<u>Comecei a</u> andar
Cessativo	p T ~p	o evento é considerado em seus últimos momentos ou término (longo).	<u>Terminei de</u> ler o livro.
Cursivo	[...p...]	expressa um evento em pleno desenvolvimento	<u>Estou lendo</u> um livro

³⁴ **Estágio** será o termo que representará em nossa pesquisa qualquer uma das fases intermediárias de um evento, por exemplo, estágio inicial, estágio medial, estágio terminal ou final. Este termo equivale ao usado por Corôa (1985), **subevento**.

³⁵ Onde os símbolos significam: [= início; T = a seguir;] = término; ~ = não; p = evento; I_t = intervalo de tempo.

³⁶ Baseada em Mateus et al. (1983).

		(progressivo).	
Iterativo	[p...p...p]	expressa a repetição do evento dentro de um espaço de tempo	Ele <u>tem viajado</u>
Durativo (habitual/freqüentativo)	p ⁿ em I _t	expressa a duração descontínua e ilimitada de um evento dentro um espaço de tempo	Ele <u>costuma</u> estudar até tarde Ele <u>tem estado</u> doente
Permansivo	p T p	exprime um evento contínuo	As velas <u>permanecem</u> queimando
Ingressivo	~ p T p	indica o ingresso em um estado novo	Ele <u>ficou</u> sabendo que eu fui viajar. / João <u>passou a</u> fumar
Resultativo	(x causa (~ p T p))	indica uma conseqüência ou resultado final de um evento	A opinião sobre o referendo só recentemente <u>veio a</u> formar-se
Perfectivo	[I _t] _{MR} ³⁷	indica que um evento se completa dentro de um espaço de tempo	Ele <u>comeu</u> o bolo
Imperfectivo	[I _t] _{MR}	indica que um evento não se completa dentro de um espaço de tempo	Ele <u>comia</u> o bolo

Quadro V – Quadro de noções aspectuais

³⁷Substituímos a expressão Ponto de Referência (PR), utilizada por Mateus et al. (1983), por Momento de Referência (MR), para expressar a perspectiva temporal em que o falante se coloca.

É importante destacarmos que assim como Longo (1990), Travaglia (1994) e Barbosa (2003), acreditamos que o mesmo verbo ou auxiliar pode expressar matizes combinadas, como em (14):

(14) Carolina vive cantando .
 [iterativo e imperfectivo]

Neste exemplo (14), a “combinação” do verbo auxiliar *viver* com o verbo principal *cantar* ocasiona uma interpretação aspectual iterativa e imperfectiva, em que o evento (*cantar*) se repete (iteração) dentro de um determinado intervalo de tempo (I_t), mas não está concluído dentro deste mesmo I_t .

Cabe ressaltar que para o nosso trabalho três valores aspectuais são essências: o **perfectivo**, o **durativo** e o **iterativo**. Como veremos na próxima seção, ao atribuímos a mesma definição temporal para o PPC e o PPS, passamos a diferenciá-los com base em seus valores aspectuais. O valor básico do PPS é perfectivo:

(15) Maria **viveu** aqui
[evento “viver” se completa (perfectivo) dentro de um intervalo de tempo passado]

mas esse tempo pode, eventualmente, assumir um valor predominantemente durativo quando associado a um adjunto, como no exemplo:

(16) Maria sempre **viveu** aqui.
 Duração (predomina) + perfectivo

[o evento “viver” além de se “completar” (perfectivo) também se repete (iteração) dentro de um Intervalode tempo passado]

O PPC³⁸ gramaticaliza tempo pretérito somado ao aspecto quantificacional, por isso, só é utilizado quando se quer expressar a pluralidade de eventos. Sendo assim, seus dois valores aspectuais básicos são o **iterativo** ou o **durativo**, dependendo da interação auxiliar + verbo base:

(17) Maria **tem estado** doente.

 Perfectivo + **durativo** (predominante)

[o evento “estar” doente se completa (perfectivo) e dura (duração) dentro de um Intervalo de tempo passado, e devido à característica quantificacional do PPC, abre-se a possibilidade – não necessariamente - de se repetir em outro intervalo de tempo]

(18) João **tem viajado** para Rio Claro,

 Perfectivo + **iterativo** (predominante)

[o evento “viajar” se completa (perfectivo) e se repete (iteração) dentro de um Intervalo de tempo passado, e devido à característica quantificacional do PPC, abre-se a possibilidade – não necessariamente - de se repetir em outro intervalo de tempo]

Assim, acreditamos que embora possam existir valores aspectuais combinados, na maioria das vezes, haverá um valor aspectual predominante ou básico.

³⁸ Na próxima seção (4), veremos que PPC possui caráter quantificacional, genérico e indefinido, por isso, é incompatível com períodos delimitados ou com a semelfactividade. Essa são as características que distinguem o PPC do PPS, não o caráter temporal nem a (im)perfectividade aspectual.

4. O PRETÉRITO PERFEITO DO MODO INDICATIVO

4.1. O Pretérito Perfeito: definições

O Pretérito Perfeito, como vimos na **seção 2** – sobre a interpretação dos tempos verbais –, pode ser definido, segundo Corôa, como [ME - MR, MF]: o momento do evento (ME) ocorre antes (é posterior) do momento da fala (MF) e o momento de referência (MR) é simultâneo a este último momento (MF), ocasionando o relato de um evento ocorrido no passado visto de uma perspectiva presente. Esta definição, de acordo com Barbosa (2003) e Barbosa & Longo (2004), permite explicar os usos registrados nas gramáticas e manuais: “para descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente e que o considera do presente” (CUNHA, 1972, p.434). Entretanto, Corôa não comenta, ao definir semanticamente os tempos verbais, assim com já apontamos em Barbosa (2003), a possível distinção entre a forma simples e a composta do Pretérito Perfeito, levando-nos a deduzir que ambas possuem a mesma interpretação semântica.

Essa hipótese, de que o Pretérito Perfeito Simples (PPS) e o Pretérito Perfeito Composto (PPC) possuem a mesma definição semântica temporal, não é compartilhada por todos os que se dedicam ao estudo dos tempos verbais. Alguns autores, como Comrie (1986) e Longo (1990), argumentam que o Perfeito Simples e o Composto têm a mesma definição semântica, mas outros estudiosos, como Cano (1998), consideram que há diferenças semânticas relevantes entre os dois tempos. Corôa (1985), ao elaborar seu “sistema definitório” dos tempos verbais não trata do Perfeito Composto, podendo-se deduzir que a representação desse tempo seria a mesma proposta para o Perfeito Simples.

Por isso, na tentativa de chegar a uma proposta de caracterização do Pretérito Perfeito, realizamos uma revisão de estudos lingüísticos procurando, inicialmente, definir que diferenças podemos encontrar entre o Pretérito Perfeito Simples (PPS) e o Composto (PPC).

Na gramática de Barros³⁹ (1971 [1540]) - uma das primeiras a tentar uma descrição gramatical da língua portuguesa –, o verbo possui como característica duas figuras, uma simples

³⁹ A **Grammatica da língua portuguesa** foi editada no ano de 1540. Existe um exemplar dessa edição na Biblioteca da Ajuda (http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/index.htm) em Lisboa, outro na Biblioteca Municipal de Évora e um terceiro na Biblioteca Municipal de Rouen (França). A segunda edição só veio aparecer em 1785, por iniciativa dos monges cartuxos, num volume intitulado **Compilaçam de varias obras do insigne portuguez Joam de Barros**

e outra composta: “Simplex será ô que nam for composto dalguma páрте significativa; e composto ô que se compõe de duas” (BARROS, 1971 [1540], p.329)

De acordo esse autor, temos em nossa língua portuguesa cinco tempos, assim como a língua latina: presente (amo/ “aquele que fazemos alguma obra presente”), passado por acabar (amava / “aquele per que mostro em outro tempo fazer alguma cousa”), passado acabado (amei), passado mais que acabado (acabara) e vindouro, ou futuro (amarei/ “é aquele em que se há de fazer alguma obra”). Barros não menciona o “pretérito perfeito composto”, apenas comenta sucintamente as formas compostas:

Chamamos tempo per rodeo quando simplesmente nam podemos usár d’algum; entám, pera ô sinificár tomamos este vérbo tenho, naquele tempo que é máis confórme ao vérbo que queremos conjugár, e, com o seu partiçipio passádo dizemos: tivéra amádo, como se póde ver no tempo passádo e máis que acabádo, no módo pera desejár, o quá suprimos per este rodeo, por nam termos simples com que ô sinificár. (BARROS, (1971 [1540]), p.340).

Como podemos observar, apesar do assunto não ter sido aprofundado, esse fragmento nos mostra que Barros reconhece: (a) a existência de perífrases verbais do português (que ele classifica de *circunlóquios* ou *rodeos*); (b) a idéia de aspecto, quando se refere ao passado mais que acabado e (c) a ocorrência de “ter” como verbo auxiliar + participípio.

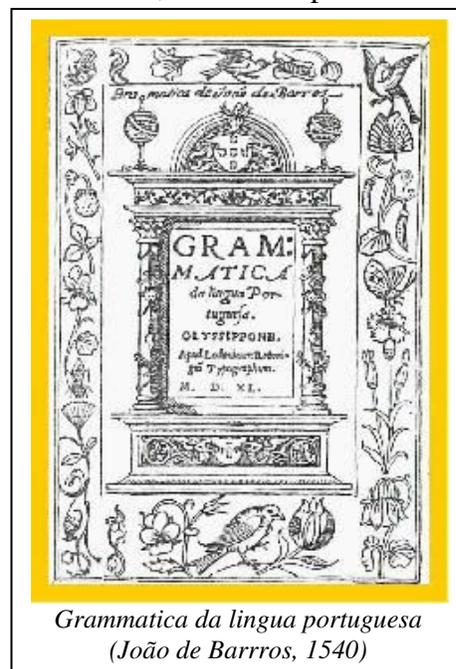


Figura 1 – Gramática de João de Barros

em que se encontram, além da **Gramática**, a **Cartinha**, publicada pela primeira vez em 1539, o **Dialogo em louvor de nossa linguagem** e o **Dialogo da uiçiosa Vergonha**. Já em 1957, José Pedro Machado publicou a terceira edição e, em 1971, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa lançou uma quarta edição, que também inclui a **Cartinha** e os dois diálogos citados, com reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações feitas por Maria Leonor Buescu.

Outro gramático, Soares Barbosa (1871 [1803]), no final do século XVIII, dá o nome de **Presente Perfeito** à forma que chamamos de “Pretérito Perfeito Composto”. Para esse autor, na forma “**tenho sido**”, o auxiliar denota um tempo presente e o particípio um evento acabado (que não existe mais) em relação à época atual (momento em que o enunciador fala).

Segundo Soares Barbosa, “posso dizer hoje, este anno, esta semana, muitos annos tenho sido espectador (...)” (SOARES BARBOSA, 1871 [1803], p.147), pois esta forma verbal pode fazer referência a qualquer tempo passado, cujo período de existência venha acabar no presente. Soares Barbosa **não** menciona que o Pretérito Perfeito Composto expressa um evento (ou como ele mesmo chama “existência”) que se estende até o momento presente.

Já o Pretérito Perfeito Simples (chamado de “absoluto”), segundo esse gramático, expressa ação de um tempo passado, de existência acabada em relação à atual, porém “absoluta e indeterminada pois não se sabe quando foi acabada” (SOARES BARBOSA, 1871 [1803], p.149).

Boléo (1936, p.8) aponta que “o que torna expressivo o Perfeito Composto português e lhe atribui um lugar inconfundível e único no quadro das línguas românicas é a faculdade de poder exprimir a duração e a iteração sem qualquer expressão adverbial (embora esta se lhe possa vir juntar)”. Ainda segundo esse autor (BOLÉO, 1936, p.9), quando se emprega o Pretérito Perfeito Simples para expressar a **duração** ou a **iteração**, este tempo exige sempre o acompanhamento de expressões adverbiais, como por exemplo na frase “Vinte anos farejei a terra, tu foste sempre o meu genro escolhido” (durativo) ou “Dizei-lhe, que também dos portugueses / alguns traidores houve algumas vezes” (iterativo). Neste caso, a idéia de duração ou a de iteração é traduzida pelas expressões adverbiais e não pelo tempo verbal, embora haja alguns verbos como “ficar”, “permanecer” e os incoativos, que por si já expressam duração.

Em gramáticas como as de Pereira (1927), Dias (1933), Melo (1968), Cunha (1970), encontramos as seguintes definições (**Quadro I**) para o Pretérito Perfeito Simples e o Composto:

GRAMÁTICOS	PERFEITO SIMPLES	PERFEITO COMPOSTO
Eduardo Carlos Pereira (1927)	é o passado absoluto. A ação tem origem e conclusão no passado sem relação com o presente (a não ser relação de anterioridade)	indica uma ação que não só é anterior ao presente, mas também os resultados duram até o presente
A. Epiphanio da Silva Dias (1933)	emprega-se quando transportando-nos com os pensamentos para o passado, registramos acontecimentos que se deram como momentos históricos.	expressa a continuidade ou a repetição de uma ação desde um momento passado até o momento em que falamos
Gladstone Chaves Melo (1968)	situa no passado uma ação completa	indica que a ação, repetida, continua do passado até o presente indica uma ação habitual ou freqüente
Celso Cunha (1970)	expressa uma ação acabada (concluída)	exprime a repetição de um ato ou sua continuidade até o presente em que falamos.

Quadro I: Definições do PPC e PPS

(Fonte: BARBOSA, 2003, p.51)

Fiorin (1995), ao comparar os usos dos tempos pretéritos no francês e no português, comenta que o Passé Simple perdeu a sua vitalidade na fala, mas o Perfeito Simples a conserva,

porque o tempo composto correspondente não tem no português propriamente função temporal, e sim aspectual. Para ele, o PPC tem valor durativo e não-acabado, só conservando valor de anterioridade em contextos restritos (por exemplo, “Tenho dito”).

Neves (2000) também salienta o valor aspectual do Perfeito Composto, introduzindo-o na exemplificação de operadores gramaticais de iteração:

(01) Tenho saído com ele, ido a todos os lugares que quero conhecer.

(02) Tem comprado muitos diamantes? (NEVES, 2000, p.64)

Castilho (1966), em seu artigo **A sintaxe do verbo e os tempos do passado em português**, comenta a evolução das línguas românicas e o desenvolvimento do sistema verbal dessas línguas. Sobre os tempos compostos, o autor afirma que “houve uma época em que as línguas românicas opuseram claramente a perífrase à forma simples do pretérito” (CASTILHO, 1966, p.142); porém, com o passar do tempo, somente as línguas do oeste conservaram essa distinção, “fazendo as demais que a perífrase suplantasse o pretérito, tomando-lhe os valores”.

Para Castilho (1966, p.142-3), se hoje, entre as línguas românicas, ainda encontramos a forma simples do pretérito “deve-se isto a mero conservadorismo da linguagem literária ou dialetal, pois na linguagem falada é a perífrase que predomina”.

Castilho, assim como Ilari (1997), e Barbosa (2003), atribui dois valores semânticos ao Pretérito Perfeito Composto (PPC) do português: ação que **dura** no passado e ação que se **repete** no passado. Além disso, atribui ao PPC a característica de exprimir um evento que se estende até o presente; entretanto, esta afirmação é discutível, pois em Barbosa (2003) vimos que isso é apenas uma possibilidade que essa forma oferece, não há uma obrigatoriedade de sempre se estender até o presente. Aprofundaremos a discussão a seguir.

Castilho associa cada um dos valores atribuídos ao PPC a um tipo de verbo, **télico** ou **atélico**⁴⁰: um evento dura se o verbo é **atélico**, por exemplo: “**Tem andado** alegre como sempre, é uma tontinha” (CASTILHO, 1966, p.143); um evento é iterativo se o verbo é **télico**, como por exemplo: “**Tenho perdido** um dinheirão por causa dêle, nem tu imaginas” ou em “Já **tenho**

⁴⁰ De acordo com Castilho (1967) e Travaglia (1994), como discutiremos mais detalhadamente na **Seção 7** (cf. p.162-170), **verbo télico** é aquele que expressa uma situação que necessariamente chega a um fim, (por exemplo, decidir, fazer uma cadeira, morrer, nascer, explodir, engolir etc) e **verbo atélico** é aquele que exprimi uma situação que não tende a um fim necessário (como, por exemplo, cantar, chover, ler, caminhar, mastigar, andar etc).

advertido que as histórias antigas não devem ser reprovadas com facilidade” (CASTILHO, 1966, p.143). Cabe ressaltar que nesse último exemplo dado por Castilho, a expressão “já **tenho advertido**”, a nosso ver, parece expressar passado e valor semântico perfectivo.

A repetição expressa pelas formas do PPC, de acordo com Castilho, pode também estar relacionada a: (a) complementos verbais no plural, como por exemplo: “E era isto, onde eu saí, ao pé das altas montanhas de Genova, onde o mar **tem feito** grandes furnas. / A opinião pública, melhor juiz que todos, **tem identificado**, aqui e ali, casos em que as punições jamais chegaram a convencer ninguém” (CASTILHO, 1966, p.143); ou (b) determinados adjuntos adverbiais: “Eu também **tenho ouvido**, confessou o Dr. Magalhães, **tenho ouvido** até muitas vezes”.

Outros autores, como Koch (1984, 1997), que se dedicaram ao estudo da progressão temporal em textos do português, procurando opor os tempos segundo o modo de enunciação (experiential ou narrativo) – baseando-se na teoria de Weinrich -, costumam incluir o Perfeito Simples no grupo da narrativa (pretérito), e o composto, no do comentário (presente).

Comparando essas diferentes propostas, podemos observar que quase todos os autores se concentram nos valores de duração/continuidade e iteração da forma composta, mas não se posicionam claramente quanto ao valor temporal. Quanto ao Pretérito Perfeito Simples, todos afirmam que possui valor de pretérito e de evento completado.

Essas considerações trouxeram à tona as seguintes questões (cf. BARBOSA, 2003): o Perfeito Composto tem valor aspectual ou temporal e, se puder ser caracterizado como tempo, é presente ou pretérito?

Para respondê-las, em Barbosa (2003), tomamos como ponto de partida a morfologia dos dois pretéritos: forma simples (flexionada) e forma composta de auxiliar + base participial. A auxiliabilidade é um processo em que o auxiliar interage com a base nominal e produz como resultado um efeito semântico diverso do que seria obtido pelo uso de cada um dos verbos isoladamente.

No caso específico das perífrases temporais, Ilari (1981, p.189) afirma que o “auxiliar toma por argumento a interpretação temporal dos afixos das formas conjugadas e dá como valor a interpretação temporal da perífrase de tempo no seu todo”. Ilari (1997, p.29) ressalta que *ter* deve ser tratado como auxiliar de tempo porque leva o evento das sentenças em que aparece a ser interpretado sistematicamente como “passado em relação ao tempo em que se localizaria, se aquele morfema de tempo fosse aplicado à base verbal”. O auxiliar equivale a um morfema

gramatical de tempo que fosse afixado ao radical de um verbo pleno, adquirindo, portanto, o estatuto de categoria funcional.

Outra característica do Pretérito Perfeito Composto, segundo os autores citados, é expressar um evento que tem início no passado e se estende/continua até o presente. Porém, Comrie (1986, p 199-200), referindo-se ao português, afirma que o PPC expressa um fato concluído no passado:

a sentença *Ele tem estudado muito ultimamente* indica que ele começou a estudar num passado não muito distante, fez disso um hábito e que esse hábito continuou até o momento presente - embora o hábito possa ter terminado imediatamente antes do momento presente. Assim, a referência temporal do perfeito do português é passada; precisamos identificar um ponto temporal num passado não muito distante (a forma verbal não especifica que ponto no tempo) e um ponto temporal infinitesimalmente anterior ao momento presente; a referência temporal do perfeito português abrange o período completo entre esses dois pontos.

Segundo Comrie, se desejamos indicar explicitamente que o hábito inclui o momento presente, utilizamos o Presente do Indicativo. Ao contrário do que postulam Fiorin (1995) e Cano (1998), não necessariamente o evento expresso pelo PPC marca um valor “inacabado”, como se pode perceber com o exemplo (3): o evento "escrever" não está obrigatoriamente em curso no momento em que o falante enuncia a frase (o falante não está necessariamente escrevendo a carta quando o falante produz essa frase), embora a carta esteja inconclusa:

(03) Tenho escrito a carta.

Outro argumento que enfraquece a hipótese de que o PPC não tem referência temporal pretérita é o fato de que situações que se prolongam até o momento da fala podem ser expressas não só pelo Perfeito Composto ou pelo Presente, mas também pelo Perfeito Simples (+ adjuntos):

(04) Gabriele mora nos Estados Unidos desde que nasceu.

(05) Gabriele sempre morou nos Estados Unidos.

Tais frases parecem até mais naturais, no Português Brasileiro (PB), do que a correspondente com o PPC:

(06) Gabriele tem morado nos Estados Unidos (sempre/ desde que nasceu).

Além disso, nem sempre que a situação se estende até o presente podemos utilizar o Perfeito Composto:

(07) Faz dez anos que Gabriele mora nos Estados Unidos.

(08) ? Faz dez anos que Gabriele morou nos Estados Unidos.⁴¹

(09) * Faz dez anos que Gabriele tem morado nos Estados Unidos.

Com esse exemplo, em Barbosa (2003) concluímos que o Presente também pode expressar o valor aspectual durativo, acompanhado de adjunto. Já o traço repetição ou iteração é mais adequado para delimitar esse tempo. Quando se diz:

(10) Nascida na Califórnia (EUA), Della Grace **vive** há dez anos/desde 1985 em Londres.

usa-se o presente para designar um evento que dura, observado em sua totalidade, não como eventos que se repetem. Já na ocorrência abaixo⁴²:

(11) Ele (o leitor) afirma que todo mês **tem ido** ao posto e recebido a informação de que o pedido está em análise e que ele deve retornar ao posto em 40 dias. (20/05/1995 - Cotidiano)

Podemos verificar que o Pretérito Perfeito Composto é usado para expressar uma repetição (aspecto iterativo): a ida ao posto do INSS se repete periodicamente.

⁴¹ Possível, desde que a situação não perdure mais, isto é, com a interpretação de que Gabriele morou nos Estados Unidos até 1997, hoje já não mora mais.

⁴² Exemplo extraído de Amorim (2001).

Como podemos perceber, embora encontremos ocorrências em que o Presente é usado indicando uma ação que começou no passado e se repete indefinidamente, ou seja, com sentido semelhante ao do Pretérito Perfeito Composto, parece haver uma diferença: o Presente expressa implicitamente repetição, enfatizando o fato descrito pelo sentido do verbo, já o Pretérito Perfeito Composto dá ênfase à repetição expressando-a explicitamente. Podemos observar isso no exemplo (12) a seguir⁴³:

(12)

Neblina causa 5 acidentes por dia

Trecho de 12 km da via Dutra motiva campanha da Polícia Rodoviária. A neblina **tem causado** em média cinco pequenos acidentes por dia no trecho de 12 km da via Dutra entre Jacareí e São José dos Campos (interior de SP).(07/06/1995, Cotidiano)

Nesse exemplo (12), a mesma idéia – acidentes por neblina ocorrem – é expressa pelas formas conjugadas no Presente e no Pretérito Perfeito Composto. Entretanto, o uso do Presente no título não transmite explicitamente a idéia de repetição em um intervalo de tempo, o que é explicitado no corpo do artigo pelo Pretérito Perfeito Composto.

O mesmo ocorre em um exemplo encontrado em nosso cópulo do Português Europeu (PE):

(13) **Desenvolve** ainda atividades de formação profissional e **TEM PRESTADO** relevante colaboração em cursos de formação promovidos pelo Centro de Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional de Viseu. (PE, O, 1998)

⁴³ Exemplo extraído de Amorim (2001).

Esse fragmento (discurso político) poderia ter sido escrito empregando-se os dois verbos grifados no Presente:

(13') **Desenvolve** ainda atividades de formação profissional e **PRESTA** relevante colaboração em cursos de formação promovidos pelo Centro de Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional de Viseu.

Mas por que isso não ocorre? Acreditamos que o autor do discurso, em (13), ao flexionar o verbo “desenvolver” no presente, quer nos passar a idéia de que muitas atividades tem sido realizadas durante o seu governo (atemporalidade), sem marcar a idéia repetição desse evento dentro de em um intervalo de tempo. O contrário ocorre com o verbo “prestar”, que ao ser conjugado no Pretérito Perfeito Composto, expressa explicitamente a idéia de repetição.

Como podemos observar, expressar valor aspectual durativo ou iterativo (repetição) não é característica exclusiva do PPC, também pode ocorrer com o Pretérito Perfeito Simples ou com o Presente; assim como expressar um evento que tem início no passado e se estende/continua até o presente é simplesmente uma possibilidade que o Pretérito Perfeito Composto deixa aberta, não necessariamente o emprego dessa forma composta expressa um evento que se estende até o momento presente. Sendo assim, essas constatações parecem enfraquecer a hipótese de que o Pretérito Perfeito Composto (PPC) não tem referência temporal pretérita. Por isso, concluímos que tanto o Pretérito Perfeito Simples (PPS) como o Pretérito Perfeito Composto (PPC) devem receber, com base na fundamentação terórica de Reichenbach (1980) e Corôa (1985), a mesma definição temporal: ME - MR, MF. Acreditamos que as diferenças entre esses dois tempos do Português Brasileiro (PB) devem ser buscadas em outros traços semânticos ou pragmáticos.

4.2. Proposta de caracterização do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro

Partindo da hipótese que o Pretérito Perfeito Composto (PPC) e o Pretérito Perfeito Simples (PPS) possuem a mesma definição temporal (ME - MR, MF), como concluímos na subseção anterior, fomos buscar respostas para as suas diferenças em outros componentes do seu significado. Uma solução possível nos é indicada por Ilari (2001), que analisando frases com o

PPC no português brasileiro, aponta várias características dessa forma, das quais destacamos as seguintes:

Propriedades do PPC	Exemplos
- expressa iteração, independentemente de estar presente na oração um adjunto de frequência, podendo eventualmente assumir valor de continuidade	(14) Ele nos visitou. (= uma vez ou várias vezes) (15) Ele nos visitou várias vezes. (= várias vezes) (16) Ele nos tem visitado. (= mais de uma vez)
- a distinção entre o valor iterativo e o	(17) O Fernando tem publicado na série

durativo tem a ver com características aspectuais do predicado	“Novos Escritores” da Editora Ática. (18) A este governo tem faltado vontade política para a solução dos problemas.
- não pode ser usado para expressar um período de tempo que começa e se conclui no passado, para descrever fatos que se processam uma única vez, ou um número definido de vezes;	(19)* Eles têm vindo três vezes. (20) Eles têm vindo muitas vezes / milhares de vezes
- a iteração, que o autor compara à pluralização de eventos, pode ser entendida como um escalonamento de eventos no tempo, não necessariamente regular	(21) Alberto tem voltado de Rio Claro no trem das 8h. (nessa oração não ficamos sabendo quais os dias ou quantas vezes Alberto voltou de Rio Claro.)

Quadro II – Características semânticas do PPC (Ilari)

Na tentativa de explicar de maneira unitária tais propriedades, Ilari sugere que o PPC seja tratado como uma função que se aplica a diferentes tipos de predicados, de maneira semelhante a certos operadores quantificacionais do português, que podem incidir sobre nomes indicativos de quantidade contínua (CONTÁVEIS) ou descontínua (NÃO CONTÁVEIS OU MASSIVOS): “muitos livros” vs. “muito açúcar”.

Muitas línguas, segundo Palmer (1976), possuem sistemas gramaticais de número⁴⁴, mas também existem muitas outras que não possuem. Algumas línguas clássicas, como o sânscrito, o grego e o árabe, tinham o dual para fazer referência a dois objetos; já outras línguas, como o jijiano e o tigre (etiópia), fazem a distinção entre “pequenos plurais” e “grandes plurais”.

Uma outra forma de se marcar o número é pela distinção entre individual e global. O inglês, por exemplo, como menciona Palmer (1976, p.141) e outros gramáticos, faz a distinção numérica das classes nominais entre substantivos **contáveis** (*count nouns*) e **não contáveis** ou

⁴⁴categoria gramatical, assim como gênero.

nomes massivos (*mass nouns*)⁴⁵; por exemplo, temos *dog* (cachorro) e *book* (livro) como nomes **contáveis** e *butter* (manteiga) e *petrol* (gasolina) como nomes massivos. Os nomes contáveis podem ser precedidos no singular pelo artigo indefinido “*a*”, *a dog* (um cachorro), e nunca podemos escrever **a butter* (*uma manteiga). Por outro lado, nomes massivos (como *butter*) podem vir precedidos por um quantificador indefinido, como *some* (com sentido de “algum”): *some butter* / **some dog*.

Podemos observar que os nomes **contáveis** são mais individualizados, caracterizam espécies, são menos genéricos; já os massivos referem-se a uma quantidade não individualizada, mais genérica. Associando essa distinção com o Perfeito Composto (PPC) e Simples (PPS), podemos dizer que o PPS, por ser [+] **definido**, está para os **contáveis**, assim como o PPC, por possuir traços [+] **genérico** e [+] **indefinido**, está para os **massivos**.

Aplicando tal proposta ao Pretérito Perfeito Composto (PPC), poderíamos dizer que, além de gramaticalizar tempo pretérito, esta forma verbal constitui-se em operador de aspecto quantificacional, que – atuando sobre predicados de natureza diversa⁴⁶ – produz como resultado eventos plurais relacionáveis à continuidade (duração) ou descontinuidade (iteração). Aproveitando a sugestão de Mateus *et al.* (1983), podemos propor para esse aspecto a representação $[p^n \text{ em } I_t]$, onde p simboliza o evento e I_t o intervalo de tempo em que esse evento se realiza (de maneira ilimitada e contínua ou descontínua).

O Pretérito Perfeito Simples (PPS) também pode expressar a pluralização de eventos, mas não a assinala explicitamente como a forma composta. Atribui-se então ao PPS o valor de forma não marcada em relação ao PPC⁴⁷. Desse modo, a explicitação estaria condicionada à interação com adjuntos:

(22) Os cachorros latiram [várias vezes] [durante o passeio].

Nessa frase podemos verificar que, sem a presença do adjunto, temos um evento concluído (“os cachorros latiram”); se interpretarmos essa frase somando ao valor semântico do PPS o adjunto adverbial “várias vezes”, teríamos a interpretação pluralizada do evento, porém

⁴⁵ alguns nomes pertencem às duas classes, como *fish* (peixe) e *cake* (bolo).

⁴⁶ Não nos vamos deter nessa questão, que será retomada no desenvolvimento da pesquisa. A hipótese inicial é que a interpretação preferencialmente durativa ou freqüentativa pode estar condicionada ao conteúdo lexical da base ou a certos adjuntos. Para maiores detalhes, ver Ilari (s/d) ou Cano (1998).

⁴⁷ Da mesma forma como se considera o singular e o masculino não marcados em relação ao plural e ao feminino.

perfectiva: os cachorros latiram (interpretação perfectiva) mais de uma vez durante o passeio. Em vista disso, verificamos que tanto o Pretérito Perfeito Composto (PPC) quanto o Pretérito Perfeito Simples (PPS) podem indicar pluralidade de eventos, porém cada um a seu modo.

Além disso, concluímos que é possível distinguir os pretéritos do ponto de vista aspectual. Para tanto, como já mencionamos no capítulo desta tese sobre **aspecto**, adotamos a conceituação de Corôa (1985, p.74), segundo a qual o aspecto é a quantificação dos estágios⁴⁸ de um evento. Um estágio é qualquer uma das fases intermediárias de um evento, por exemplo, estágio inicial, estágio medial, estágio terminal ou final. O Pretérito Perfeito Simples (PPS) se opõe ao Pretérito Imperfeito (PI) porque no primeiro **todos** os estágios se realizam no intervalo de tempo compreendido pelo evento em questão, e no segundo **ao menos um estágio** se localiza nesse intervalo de tempo. Conciliando a distinção de Corôa com a função de pluralização de eventos atribuída por Ilari à forma composta, podemos dizer que no Pretérito Perfeito Composto (PPC) **mais de um estágio** ou **evento completo** está necessariamente incluído no I_t . Essa concepção ajuda a entender por que os eventos (ou estágios) expressos pelo PPC podem ser interpretados como estendendo-se até o presente ou futuro: o fato de certos eventos/estágios se localizarem no intervalo de tempo em questão deixa aberta a possibilidade de que outros eventos/estágios venham a se realizar fora desse I_t .

No Pretérito Perfeito Composto (PPC), a interação do auxiliar com a base pode resultar em duas interpretações baseadas em seus valores aspectuais:

(a) iterativa: quando temos a pluralidade de eventos, por exemplo:

(23) **Tenho comido** em casa dele e já me correu uma pelega de 200. (CO, 1959, ML)

(24) Te conheço de outros carnavais, lá dos bailes do DCE de Belzonte, antes de 64. Naquela época você não tinha essa barba e nem era tão gostoso, nem tão inteligente e sensível como **tenho te visto** na TV HOMEM. (PB, CO, 1980, FL)

(b) durativa: quando os produtos são estágios do evento, e se repetem dentro de um intervalo de tempo.

⁴⁸ Substituímos a palavra *subevento*, utilizada por Corôa (1985), pelo termo *estágio*.

(25) Meu filho, **tenho andado** muito preocupada. Como você é jornalista e conhece muita gente de proa, quem sabe você possa interferir com elas por sua mãe? (PB, CO, 1977, H)

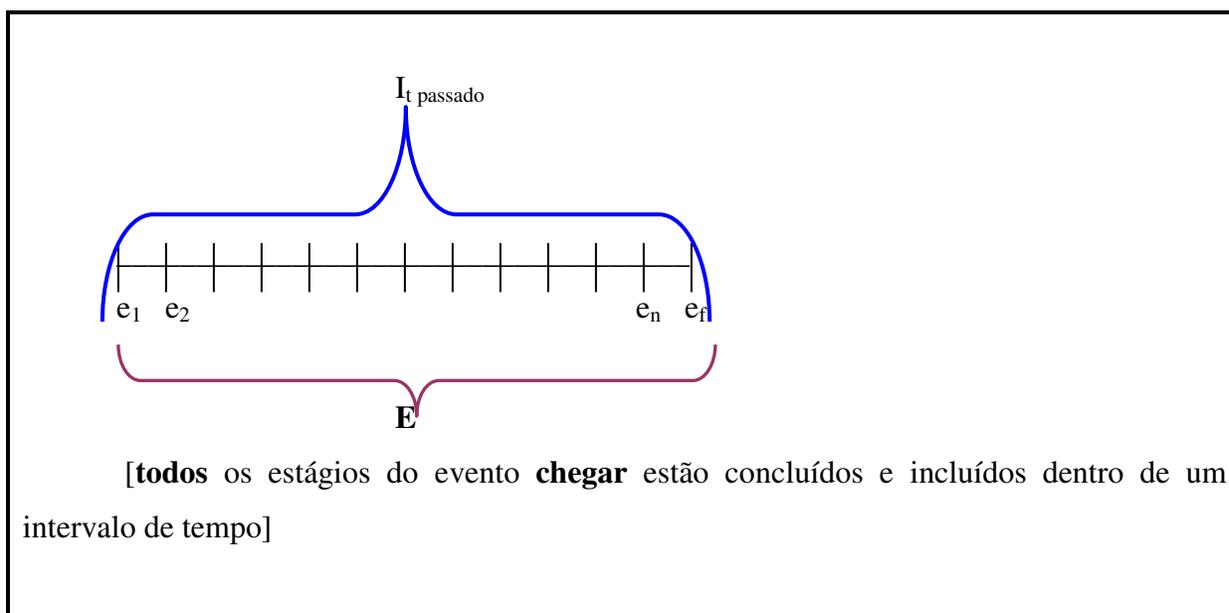
(26) Mãe, minha vida **tem sido** um inferno! (PB, CO, 1977, H)

Em ambas as interpretações, como já afirmamos, o PPC pode expressar eventos que se estendem até o presente (ou futuro), pois o fato de alguns estágios se localizarem no intervalo de tempo em questão abre a possibilidade de que outros estágios/eventos possam se realizar fora desse I_t .

Observemos os exemplos abaixo, em que tentamos explicar, graficamente, os valores semânticos dos tempos do pretérito. Para isso utilizamos os seguintes símbolos: E= evento, e= estágio, n= número indeterminado, l= inicial, f= final, I_t = intervalo de tempo, e o I_{t1} é um intervalo de tempo facultativo, que pode ou não existir:

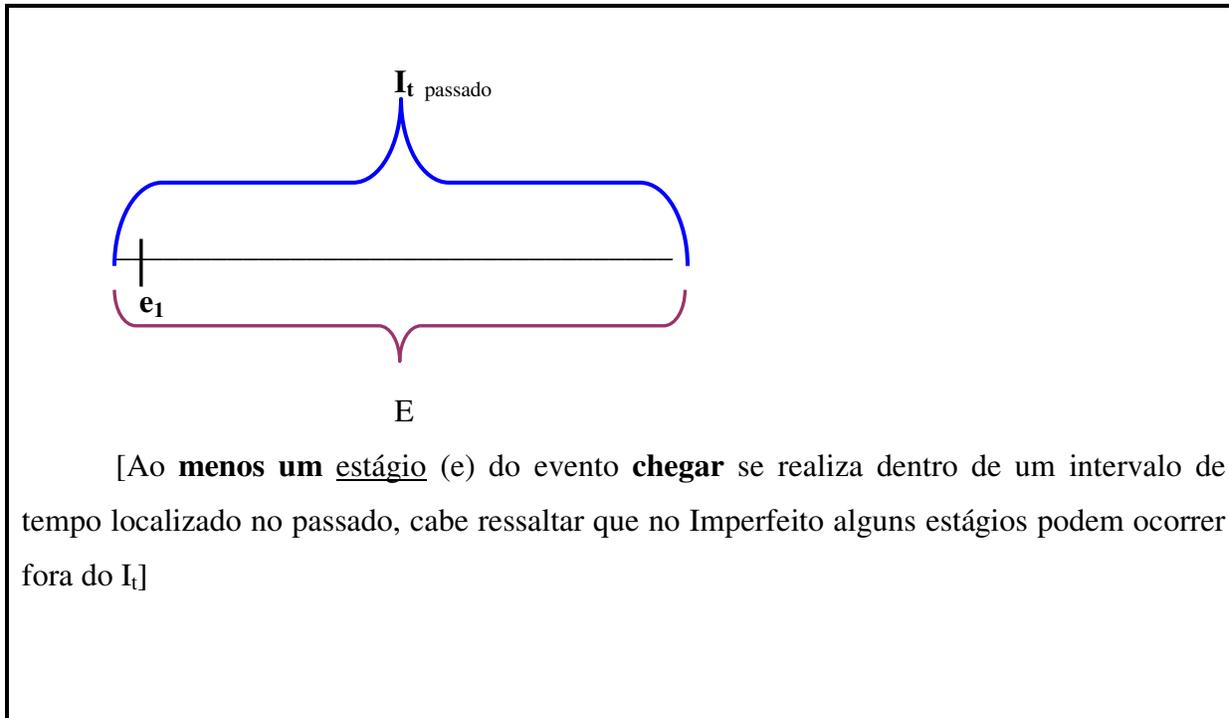
(27) **Cheguei** na cidade às 9 h. (PB, CO, 1904, ML)

Figura 2 – Interpretação do PPS



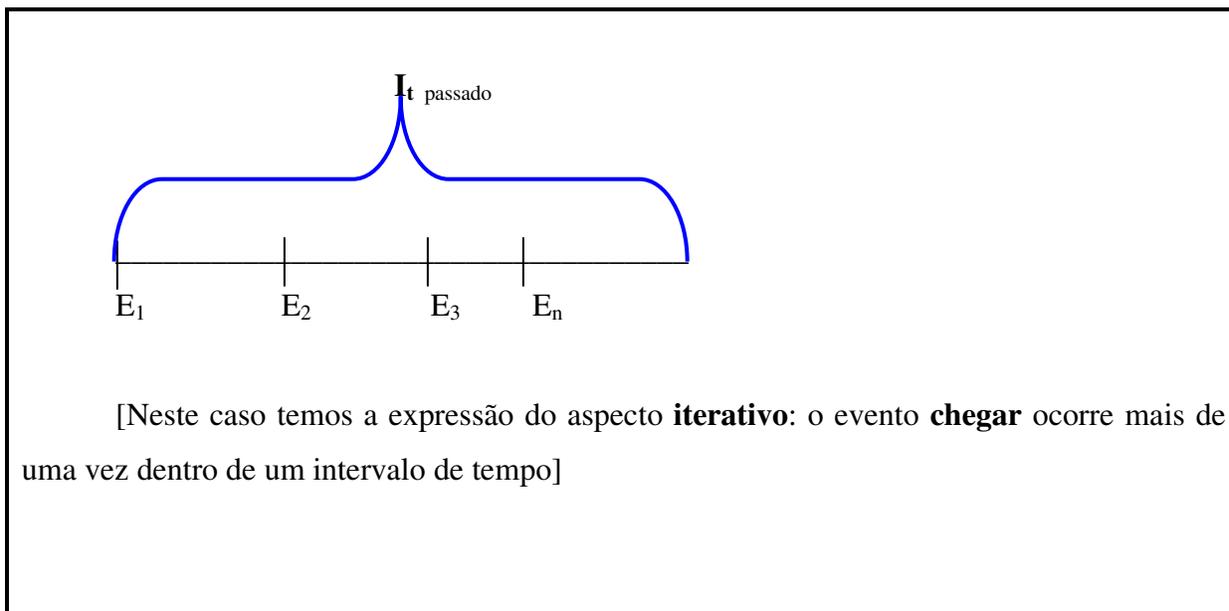
(28) **Chegava** na cidade às 9h.

Figura 3 – Interpretação do PI



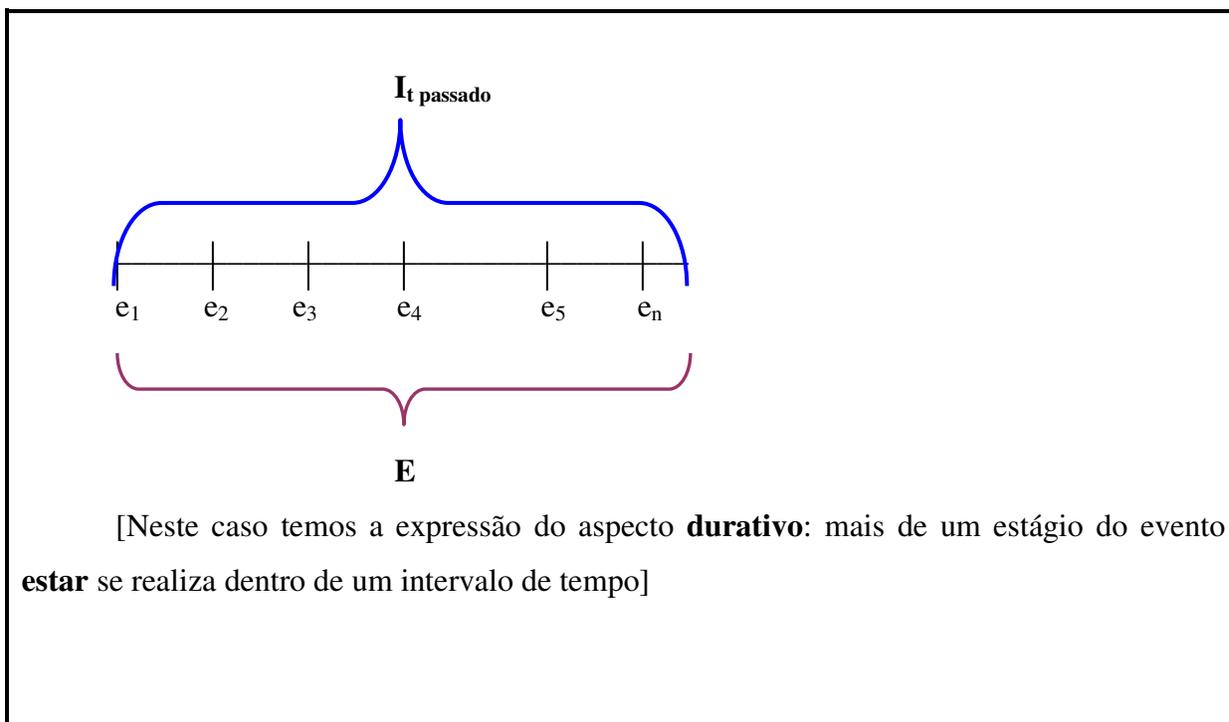
(29) **Tenho chegado** na cidade às 9h.

Figura 4 – Interpretação do PPC (iterativa)



(30) **Tenho estado** doente.

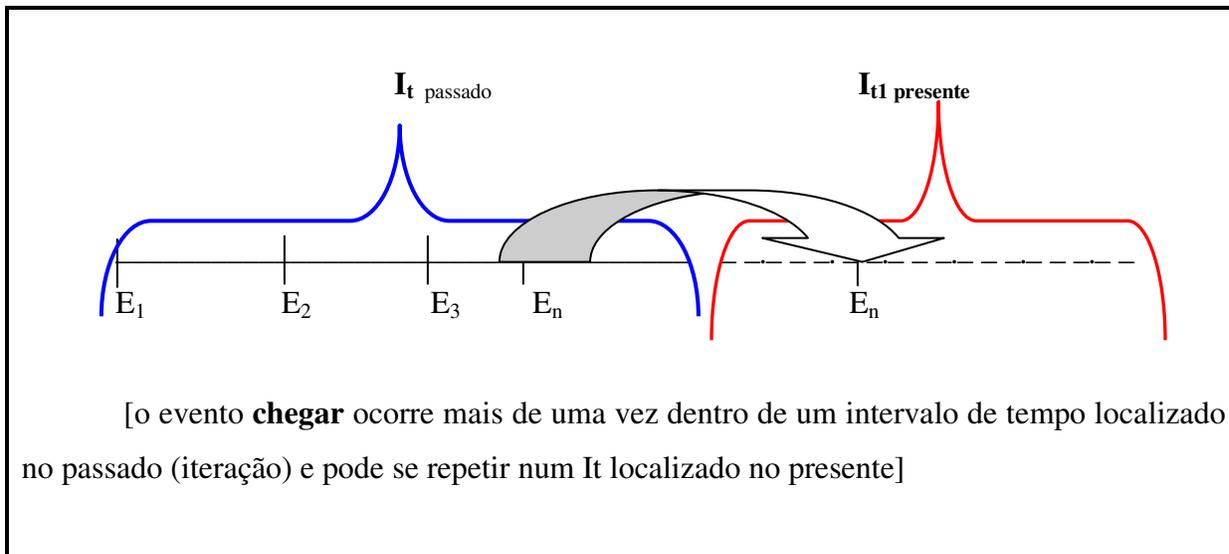
Figura 5 – Interpretação do PPC (durativa)



A possibilidade do evento se estender até o presente ou não, como já mencionamos, ocorre devido à característica peculiar que o PPC possui: este tempo verbal abre a possibilidade do evento (ou estágio) ocorrer fora do intervalo de tempo (passado). Observe os exemplos abaixo, onde a seta  representa a possibilidade do evento em questão ocorrer novamente num tempo presente:

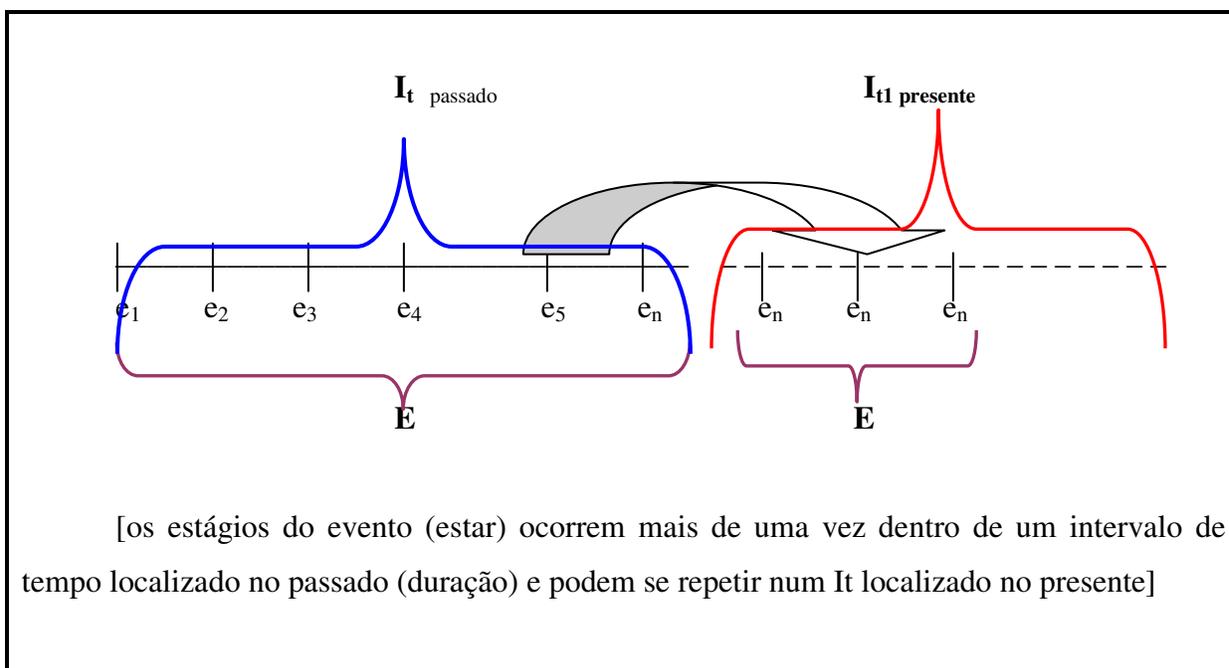
(31) **Tenho chegado** na cidade às 9h.

Figura 6 – PPC (iterativo): possibilidade do evento ocorrer em outro I_t



(32) **Tenho estado** doente.

Figura 7 – PPC (durativo): possibilidade do evento ocorrer em outro I_t



Acreditamos que estas sejam as definições mais apropriadas para o PPS e o PPC no português atual.

4.3. O emprego do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro

Discutiremos a seguir o emprego dos dois pretéritos perfeitos do Indicativo, tentando apresentar uma caracterização inicial do papel que lhes cabe atualmente no conjunto dos tempos verbais do português. No estudo dessas formas em amostras do português brasileiro, a primeira constatação é que tanto a forma simples como a composta têm baixo índice de frequência na língua falada (CANO, 1998; CAMPOS; LONGO, 1998). Visto que o emprego do PPC é numericamente irrelevante na modalidade falada de linguagem, torna-se indispensável a pesquisa da língua escrita.

O ponto de partida foi uma amostra extraída do banco de dados do Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (Universidade Estadual Paulista) e analisada por Mota (1998). Pesquisando 100 verbos em extratos de literatura romanesca, oratória, técnica, jornalística e dramática, num total de aproximadamente 48.000 ocorrências de tempos pretéritos numa amostra de 5.000.000 ocorrências de palavras em textos escritos em prosa (décadas de cinquenta a noventa), a autora verificou que a frequência de PPC também não é significativa: registrou-se uma porcentagem de 53% de PPS e de 0,6% de PPC.

Tais resultados sugerem que a forma composta não tem grande peso no sistema verbal do português brasileiro, ao contrário do que ocorre em outras línguas românicas. Motivações relacionadas à complexidade morfológica do Pretérito Perfeito Composto (PPC) não se sustentam quando o opomos a outras formas, principalmente ao Mais-Que-Perfeito Composto, que ocupa um espaço relevante nesse mesmo sistema. Para explicar o baixo rendimento do PPC, deve-se então recorrer a restrições de ordem semântica e/ou discursiva. A principal delas se relaciona às categorias funcionais traduzidas por essa forma, que gramaticaliza tempo pretérito somado ao aspecto quantificacional. Portanto, só é utilizada quando se quer exprimir a pluralidade de eventos. Observe-se, além disso, que a aproximação proposta por Ilari se faz entre o PPC e a quantificação indefinida. Isso sugere que o conteúdo semântico veiculado pelos pretéritos do

português brasileiro também pode ser correlacionado a outras categorias semânticas, como **genericidade e definitude**⁴⁹. Comparemos alguns exemplos de Pretérito Perfeito Composto do jornal Folha de S. Paulo (33 - 35), com seus correspondentes no Pretérito Perfeito Simples (33' - 35'):

(33) Desde a noite de quinta-feira ele **tem conseguido** evitar a imprensa.

(33') Desde a noite de quinta-feira ele **conseguiu** evitar a imprensa.

(34) **Temos buscado** melhorar o funcionamento da organização social.

(34') **Buscamos** melhorar o funcionamento da organização social.

(35) O consumo de linho **tem crescido** no Brasil por causa da abertura do mercado.

(35') O consumo de linho **cresceu** no Brasil por causa da abertura de mercado.

A possibilidade de substituição não significa que ambas as formas sejam semântica ou funcionalmente idênticas. Parece-nos que a diferença está em que o PPC exprime necessariamente a pluralidade dos eventos, além de assumir valor genérico e indefinido, ao passo que a forma simples, como membro não-marcado do par opositivo, pode ou não comportar esses valores. Assim, em (36-38) os eventos podem ter-se realizado uma única vez ou várias vezes, num período de tempo definido ou não, como se pode observar com o acréscimo de adjuntos:

(36) Desde a noite de quinta-feira ele conseguiu **sempre / uma única vez** evitar a imprensa.

(37) Buscamos melhorar o funcionamento da organização social **desde que assumimos o cargo / no ano passado**.

(38) O consumo de linho cresceu no Brasil **ultimamente / em 2001**.

⁴⁹ Para Chafe (1979, p.173-174), manifestam-se no nome ou no verbo *unidades semânticas cuja presença não pode ser predita, dada uma determinada unidade lexical*. Como exemplo, temos passado, genérico, perfectivo, inferencial, progressivo, etc.

Já o PPC, por seu caráter quantificacional, genérico e indefinido, é incompatível com períodos delimitados ou com a semelfactividade⁵⁰:

(39) Desde a noite de quinta-feira ele tem conseguido **sempre** / ***uma única vez** evitar a imprensa.

(40) Temos buscado melhorar o funcionamento da organização social **desde que assumimos o cargo** / ***no ano passado**.

(41) O consumo de linho tem crescido no Brasil **ultimamente** / ***em 2001**.

Essas são as propriedades que distinguem as duas formas verbais, e não o seu caráter temporal nem a (im)perfectividade aspectual. O PPC não pode ser empregado com adjuntos de passado devido a seu valor indefinido, incompatível com intervalos de tempo fechados, e não porque as situações que expressa se estendem até o momento presente ou mesmo o ultrapassam. Do mesmo modo, os eventos gramaticalizados por esse tempo, por não terem os seus limites definidos, implicam a possibilidade – mas não a obrigatoriedade – de reiteração a qualquer tempo.

Barbosa (2003), analisando as ocorrências do PPC e PPS no português brasileiro em textos escritos dos séculos XX e XIX (literatura oratória e jornalística), verificou que o número de formas simples foi predominante em ambos os séculos nos dois tipos de literatura. Entretanto, observou também que ocorre uma inversão: o número de ocorrências do PPC diminuiu do século XIX (80%) para o século XX (20%), mostrando que essa forma está deixando de ser uma forma produtiva no português do Brasil, diferentemente do que ocorre nas outras línguas românicas. O contrário ocorre com as formas do Perfeito Simples, que teve índice de ocorrências mais alto no século XX (60%). Observemos a **Tabela I** abaixo:

⁵⁰ quando um determinado evento ocorre em um único período ou uma única vez.

TABELA I - Ocorrências do PPC e PPS nos séculos XX e XIX

		PPS		PPC	
		N	%	Nº	%
		↓ (leitura vertical)		↓ (leitura vertical)	
Séculos	XIX	920	40%	225	80%
	XX	1432	60%	57	20%

Concluimos assim que o PPS, por ser menos determinado do ponto de vista semântico, acaba por preencher um espaço discursivo mais amplo, ocorrendo em contextos interditados ao PPC e invadindo terreno que poderia ser ocupado pela forma composta.

Todas essas considerações nos mostram que o Pretérito Perfeito Composto do português brasileiro – ao contrário do que ocorreu nas outras línguas românicas – encontra-se atualmente em desvantagem em relação ao PPS, por estar mais sujeito a restrições de ordem semântico-discursiva. Estabelecendo uma analogia com o emprego dos modos verbais, pode-se concluir que as formas marcadas, como o PPC e o Subjuntivo, estariam perdendo terreno para as não marcadas, como o Perfeito Simples e o Indicativo.

Dessa forma, com os resultados encontrados nesta pesquisa tentaremos verificar a validade de nossas hipóteses e chegar a uma descrição das funções dos tempos PPS e PPC que possa explicar seus usos e distribuição no português brasileiro atual.

4.4. O emprego do Pretérito Perfeito no Português Europeu

Como nossa pesquisa visa uma caracterização que parta de uma definição semântica abstrata para chegar a uma explicação das possíveis funções atribuídas às duas formas pretéritas no Português Brasileiro (PB) atual, resolvemos verificar se as ocorrências dessas formas, seus usos e funções, são semelhantes ou diferentes nas principais variedades do português atual: Português do Brasil (PB) e Português Europeu (PE).

Para isso, buscamos em Portugal pesquisas que tratassem do emprego do Pretérito Perfeito Composto (PPC) e do Pretérito Perfeito Simples (PPS) no Português Europeu (PE).

Encontramos o estudo sobre os **tempos compostos** de Silva (1998), que procura descrever o funcionamento do sistema verbal do Português Europeu. O autor justifica a sua pesquisa afirmando que existem poucos estudos aprofundados sobre categorias verbais (aspecto e modalidade de ação/ *aktionsart*), e sobre os tempos compostos (segundo o autor essas formas recebem um tratamento superficial).

Neste trabalho, os tempos compostos, principalmente o Pretérito Perfeito Composto e o Pretérito Mais-que-Perfeito do modo Indicativo, são considerados formas rentáveis no Português Europeu (PE) atual:

[os tempos compostos] [...] são geralmente marginalizados em estudos sobre o verbo, mesmo sabendo que alguns deles são frequentemente usados no nosso dia a dia (em especial os chamados pretérito mais que perfeito composto e pretérito perfeito composto do modo indicativo). (SILVA, 1998, p.12)

Entretanto, é interessante ressaltar que o autor não apresenta um estudo quantitativo que confirme essa sua afirmação.

Silva, em uma perspectiva funcionalista, parte do conceito de monema de Martinet (1985), pois argumenta que a definição de “palavra” – “unidade lingüística mínima, o ponto de partido da gramática tradicional” (SILVA, 1998, p.23) –, é ambígua e geradora de equívocos. Por isso, esse lingüista acredita “ser mais apropriado” utilizar em sua dissertação o conceito de classes de monemas, já que, sobre este ponto de vista, monema seria a unidade mínima significativa constituída de forma e sentido. Seguindo essa teoria, o monema verbal é determinado por suas categorias⁵¹ verbais – monema de “tempo”, de “perspectiva”, de “modo” e “aspecto” –, e ainda obrigatoriamente determinado pelo monema de “pessoa”.

Para definir os tempos compostos, Silva se baseia nos conceitos dados por Barbosa (1994, 1995) – que, por sua vez, também parte das concepções adotadas por Martinet –, e define **aspecto** como monema de "perfeito". O significante desse monema se manifesta em dois pontos distanciados no enunciado, por exemplo: “ter + -do” é a forma conjugada do verbo “ter” seguido do particípio. Este monema tem o valor de acabado, de realizado “e pode situar o estado de coisas descrito pelo monema verbal em relação ao momento da enunciação” (SILVA, 1998, p.50), como em:

⁵¹ Martinet (1985, p.40) chama de **modalidades verbais**.

(42) **Tenho comido** muita fruta.

É importante destacar que, diferentemente do que consideramos na presente pesquisa⁵², Silva afirma que o **Aspecto** é marcadamente gramatical e “reflete uma configuração lingüística da realidade” (SILVA, 1998, p.52).

O autor destaca a oposição funcional entre o Pretérito Perfeito Simples (PPS) e o Pretérito Perfeito Composto (PPC) no Português Europeu (PE), afirmando que, em outras línguas românicas, essa oposição dissolveu-se. Silva ressalta, ainda, que essa oposição não se observa apenas na língua portuguesa, mas, também, baseando-se em Boléo (1936, p.135), em galego e, parcialmente, em asturiano e leonês.

O valor que a forma **tem amado** possui em PE, de acordo com esse lingüista, não encontra “equivalência directa aos tempos gramaticais simples ou compostos do francês, nem da maior parte das outras línguas” (cf. CAMPOS; XAVIER, 1991, p.331 *apud* SILVA, 1998)

Silva argumenta que no PE a forma **tem amado** apresenta diferenças em relação à forma **amou**, citando os exemplos abaixo:

(43) Ele **amou** aquela mulher.

(44) Ele **tem amado** aquela mulher. (SILVA, 1998, p.71)

Nesses exemplos, de acordo com a análise de Silva, a forma composta caracteriza-se “pelo sentido de perfectividade relativamente ao momento da enunciação que lhe é conferido pelo monema de ‘perfeito’, além do sentido correspondente ao monema verbal (de tipo lexical” (SILVA, 1998, p.71).

Alguns autores, citados por Silva, como por exemplo Fonseca (1977), contestam esta idéia, defendendo que **tem amado**, ao contrário de **amou**, localiza o processo num período de tempo que do passado se estende até ao presente, incluindo obrigatoriamente o momento de enunciação (ou momento de fala, como consideramos nesta pesquisa) e que entre ambos há uma oposição entre imperfectividade (**tem amado**) e perfectividade (**amou**):

⁵² Assim como fizemos em Barbosa (2003), baseando-nos em Côroa (1985), consideramos **Aspecto** como a quantificação de eventos e/ ou estágios em um determinado intervalo tempo.

- (45) **Encontrei** o Luís há dez anos.
(46) * **Tenho encontrado** o Luís há dez anos.
(47) **Encontrei** o Luís na semana passada.
(48) * **Tenho encontrado** o Luís na semana passada.
(49) **Encontrei** o Luís esta semana.
(50) **Tenho encontrado** o Luís esta semana. (SILVA, 1998, p.73)

Silva, para enfraquecer essa concepção de que o PPC tem um caráter “imperfectivo”, marcando um evento que **obrigatoriamente** se estende até o presente e o inclui, comenta que os exemplos (46) e (48) apenas evidenciam que o PPC não pode vir acompanhado de advérbios que expressam um valor pontual⁵³ no tempo, mas não necessariamente conduzem à conclusão de que os eventos ocorridos se estendam obrigatoriamente até o momento de fala (presente). Além disso, o autor nos chama a atenção para exemplos como os das frases em (51) e (52), em que a forma composta aparece acompanhada do advérbio **já** (que marca uma seqüência de instantes delimitada):

- (51) O rapaz já tem estado doente.
(52) Já tenho lido livros mais interessantes. (SILVA, 1998, p.74)

Esses exemplos, segundo Silva, não confirmam a idéia de que **obrigatoriamente** o Pretérito Perfeito Composto expressa um evento que se estende até o presente e o inclui, pois a presença do advérbio mostra que a forma **tem amado** designa uma ação com caráter perfectivo, situada num momento anterior ao momento da fala (não o incluindo).

Segundo o autor, quando utilizamos o PPC, até podemos externamente incluir o momento da fala na localização temporal subjacente a essa forma; porém, lingüisticamente, essa forma composta é um perfectivo e não se prolonga até ao momento da enunciação. Além disso, o autor faz uma observação sobre o fato da forma simples (**amou**) representar uma ação pontual e a composta representar, geralmente, uma ação durativa. Cabe destacar que quando se trata da forma simples, o autor parece ignorar o valor semântico do verbo, que, como veremos, pode influenciar no valor aspectual expresso pela forma verbal, como é o caso da “telicidade”

⁵³ Como na subseção 4.2. **Proposta de caracterização do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro**, Boléo (1936) e Ilari (2001) também fazem comentam esta incompatibilidade do PPC com adjuntos adverbiais pontuais.

(capacidade do verbo expressar um evento que tende para um fim ou não) – que abordaremos na seção sobre a análise dos dados.

A forma simples acompanhada de adjunto também pode expressar duração. Para nós, é a interação “Pretérito Perfeito Simples (PPS) + adjunto” que vai proporcionar uma interpretação durativa; contrariamente, para Silva, é o advérbio sozinho que expressa esse valor:

(53) D. João reinou durante quarenta e oito anos. (SILVA, 1998, p.76)

Outro exemplo analisado por Silva, extraído de Boléo (1936, p.129), é o seguinte:

(54)

À sombra do lindo céu

Eu **jurei, tenho jurado**

Não ter outros amores

Só a ti eu **tenho amado**.

Em (54), de acordo com Silva, “jurei” exprime uma ação praticada uma única vez (e situada num momento anterior ao momento da fala); “tenho jurado” reforça a idéia anterior e contém o sentido de ação praticada várias vezes; e “tenho amado”, que não traduz exatamente o mesmo sentido da forma composta anterior (“tenho jurado”), “apresenta um determinado estado de coisas como anterior relativamente ao momento da fala e caracterizando-se por uma certa duração” (SILVA, 1998, p.77). Por isso, o autor ressalta o valor pontual de “jurei”, o valor iterativo de “tenho jurado” e o valor durativo de “tenho amado”. A diferença entre os sentidos iterativo e durativo de “tenho jurado” e “tenho amado”, respectivamente, para esse linguista, está nos valores semânticos dos verbos: “jurar” é um verbo **não-estativo**, e “amar” é um verbo **estativo**. Vale ressaltar que nesta tese, assim como Silva, também discutiremos a influência dos traços semânticos do verbo principal na expressão de valores aspectuais, das formas simples e composta do Pretérito Perfeito, ao analisarmos a sua telicidade.

Silva refere-se, ainda, a um outro uso do PPC no PE: a forma : “tenho dito”. Neste caso, o autor define essa forma como “cristalizada”, “um autêntico fóssil lingüístico vivo” (SILVA, 1998, p.84), que mantém ainda o sentido de pretérito exclusivamente perfectivo. Nesses casos, de

"**tenho dito** e **disse**, neutraliza-se finalmente a oposição existente entre estes sintagmas, uma vez que a escolha do orador é meramente estilística.

Sendo assim, de acordo com os estudos de Silva, os sentidos da PPC e do PPS encontram-se bem delimitados e só coincidem, no caso do verbo “dizer”, no contexto e na situação descritas anteriormente.

O autor conclui que a forma composta atualiza um valor de “perfectividade relativamente ao momento de enunciação, não incluindo esse momento” (SILVA, 1998, p.157). Silva associa a esse valor, o carácter durativo do PPC, que apesar de expressar um evento que não engloba o momento da enunciação, abrange para o que o autor – baseando-se em Carvalho (1981) – chama de “presente lingüístico”: um presente extensivo que se inicia em um passado próximo e “dura” até um futuro também próximo. Cabe mencionar que embora Silva levante essas características da forma composta do Pretérito Perfeito, ele não faz uma proposta de definição para esse tempo verbal.

Outros autores também comentam os usos do PPS e do PPC no Português Europeu, como Mateus et al (2003). Essas lingüistas desenvolveram a sua gramática utilizando exemplos do Português Europeu; por isso achamos relevante discutirmos os seus estudos dentro da seção sobre o PE.

De acordo com Mateus et al. (2003), o Pretérito Perfeito Simples (PPS) expressa uma “informação temporal de passado associada eventualmente a uma noção de terminado” (p.139), como ocorre nos exemplos (55) a (59):

(55) O Rui leu o livro.

(56) O Rui esteve doente.

(57) O Rui morreu.

(58) O Rui tocou piano.

(59) O Rui espirrou. (MATEUS et al, 2003, p.139)

Por outro lado, o Pretérito Perfeito Composto (PPC) é caracterizado como um tempo que expressa uma duração que tem início (não claramente determinado) no passado e perdura no presente. Acrescentam ainda que, dependendo da construção em que esse tempo ocorre, seus valores podem estar associados à iteração, “por vezes apoiada por expressões adverbiais” (p.142):

(60) O Manuel tem visitado a avó.

Esse traço de iteratividade, para as autoras, está associado ao tipo aspectual de predicado. Dessa forma, esse traço deixa de ocorrer em frases estativas, como:

(61) Ela tem estado doente.

mantendo-se apenas a informação temporal (início de um evento/estado no passado que se prolonga no presente). Essa definição diverge da nossa (cf. subseção **4.2. Proposta de caracterização do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro**), pois, como já justificamos, acreditamos que o PPC é um tempo passado marcado por traços aspectuais (de iteração ou duração) e que devido ao seu caráter quantificacional, o evento expresso pode se realizar em outro intervalo de tempo (presente, por exemplo)

Mateus et al (2003, p.142-3) citam ainda um outro uso do Pretérito Perfeito Composto no PE:

(62) Quando a Ana chegar na casa de Maria, já o Rui a tem visitado.

(63) Sempre que a Ana chega a casa de Maria, já o Rui a tem visitado.

Nesses exemplos, de acordo com as autoras, o ponto de perspectiva temporal não é o momento da fala, por isso o PPC, nesses casos, deixa de ter uma interpretação iterativa. Em PB, parece-nos que no lugar do PPC, na frase (62) ficaria melhor o Futuro e na frase (63), o PPS:

(64) Quando a Ana chegar na casa de Maria, o Rui já a terá visitado

(65) Sempre que a Ana chega a casa de Maria, o Rui já a visitou.

Dessa forma, com base nessas discussões, justifica-se um estudo mais aprofundado, que contemple a comparação entre as formas simples e compostas do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE) atual para verificar se essas formas possuem o mesmo uso e funções.

4.5. O emprego do Pretérito Perfeito em outras línguas românicas

Na maior parte das línguas românicas existe um passado "simples" e um passado "composto"; no entanto, houve, ao longo dos tempos, um gradual desaparecimento da forma simples em favor da composta ou perifrástica. Entre o português e as outras línguas românicas que se originaram do latim vulgar, no que diz respeito ao Perfeito Simples e Composto, percebemos atualmente algumas diferenças relevantes quanto aos usos. Em Barbosa (2003), vimos que no século XX, no PB, o PPS conserva toda a sua vitalidade, enquanto o PPC é usado apenas em situações restritas, como operador aspectual, expressando iteração e duração sem a presença de adjuntos.

Boléo (1936) já chamava a atenção para o fato de que as demais línguas românicas necessitam recorrer a expressões auxiliares “várias vezes”, “sempre”, “até aqui”, “desde há algum tempo”, etc. para traduzir as duas significações expostas do Perfeito Composto português: a duração e a iteração.

No português atual o verbo “ter” (no latim *tenere*), além de continuar com a sua função de verbo pleno, atua como auxiliar de tempo composto; já o verbo “haver” (latim *habere*) aparece como auxiliar apenas em registro literário. Quando o verbo “ter” ocorre em construções de tempo composto, o objeto direto ocorre à direita do particípio (“**ter**-particípio-objeto direto”) e o particípio não concorda em gênero e em número com o objeto. Por exemplo, em:

(66) Marcos **tem consertado** a moto todos os anos

(67) ? Marcos **tem consertada** a moto todos os anos

(68) ? Marcos **tem** a moto **consertada** todos os anos

Além de ocorrer em construções de tempo composto, *ter* também pode aparecer em construções como:

(69) Marcos **tem** a moto **consertada**.

Nessa construção, o particípio ocorre à direita do objeto com o qual concorda em gênero e número e possui uma função predicativa, aproximando-se da construção que esteve na origem do surgimento dos tempos compostos nas línguas românicas (cf. BARBOSA, 2003; ILARI, 1996).

De acordo com Colaço e Gonçalves⁵⁴ (1995, p.125), podemos dividir as línguas românicas em dois grupos: o Francês e o Italiano, de um lado, em que ocorre a concordância entre particípio e o clítico; e o Português, o Castelhana e o Romeno, de outro, em que não ocorre a concordância entre o particípio e o clítico. A partir dos dados apresentados por essas autoras, resumidamente, teríamos que:

a) O Francês e o Italiano não dispõem de construção resultativa⁵⁵, enquanto o Português, o Castelhana e o Romeno possuem esta construção, como mostram os exemplos:

(70) O João tem os livros lidos.

(71) Juan tiene leídos los libros.

(72) Ion are cartile citite. (COLAÇO; GONÇALVES, 1995, p.120).

b) na construção de tempo composto, o Português, o Castelhana e o Romeno nunca exibem concordância entre o particípio e o objeto direto, enquanto o Francês e o Italiano exibem concordância entre o particípio e o objeto:

(73) Jean les a lus.

(74) Gianni li ha letti. (COLAÇO; GONÇALVES, 1995, p.125)

c) no Castelhana, a distinção entre a construção de tempo composto e a construção resultativa é visível na escolha do auxiliar:

(75) Juan **ha** leído los libros (TER é auxiliar)

(76) Juan **tiene** leídos los libros (TER não é auxiliar) (COLAÇO; GONÇALVES, 1995, p.128).

⁵⁴ Colaço e Gonçalves realizaram um estudo (sob uma perspectiva gerativista) sobre a concordância do objeto com o particípio passado no Romeno, Castelhana e Português.

⁵⁵ Entende-se por construção **resultativa** um evento ou estado que é produto (resultado) de um acontecimento anterior.

d) no Português e no Romeno é manifestada pela diferente ordem dos constituintes objeto direto e participio, como por exemplo (COLAÇO; GONÇALVES, 1995, p.129):

(77) João tem os livros lidos

Ion are cartile citite

*Juan tiene los libros leidos.

(78) *João tem os livros lidos.

*Ion are citite cartile.

Juan tiene leidos los libros.

Benveniste (1974, p.238-245) já mostrara que, em francês, a diferença central entre o *passé composé* e o *passé simple*, que ele denominou **aoristo**, é que este é um tempo da história, enquanto aquele é um tempo do discurso. O *passé composé* indica uma anterioridade em relação ao presente; o *simple*, uma simultaneidade em relação a um momento de referência Pretérito.

Fiorin (1995) também chama a atenção para a diferença existente entre o português e outras línguas românicas, por exemplo, o francês, o italiano e o romeno, no que concerne ao uso do Pretérito Perfeito.

Em italiano, segundo Fiorin, apesar de esses tempos serem chamados *passato remoto* e *passato prossimo*, terminologia inadequada, já que se diz *due anni fa andammo in Scozia* e *Dio ha creato il mundo* (SERIANNI, 1989, p.471-473 *apud* FIORIN, 1995), o uso é idêntico ao do francês e do romeno. Como o tempo mais usado na língua falada é o passado composto – porque, em geral, a conversação está referida ao momento da enunciação – nessas línguas, o passado simples vai desaparecendo, mesmo nos textos escritos, sendo substituído pelo passado composto acompanhado de certas partículas temporais, o que configura, para Weinrich, o aparecimento de um novo tempo "compósito" ou "analítico" (1964, p.137-138).

4.5.1. O emprego do Pretérito Perfeito no Francês: comparação com o Português

Em francês, como mencionamos anteriormente, temos duas formas para expressar o passado: *passé simple* (fis) *passé composé* (ai fait).

Meillet (1965 [1911]) chegou a afirmar que o *passé simple* deixou de ocorrer no uso corrente da língua. Boléo (1936, p.65), posteriormente, fez o mesmo, argumentando que o *passé composé* passou a ser usado “quase por completo” no lugar do *passé simplé* e destacando a ocorrência da forma simples, ao lado da forma composta, apenas em jornais e textos literários. Sobre essa situação de uso, Meillet menciona que na língua literária parece haver uma diferença de sentido entre os usos do *passé composé* e do *passé simplé*:

la langue parlée du centre de la France, tout autour de Paris, n’a plus que cette forme [j’ai fait] ; mais la langue écrite a conservé deux formes, *je fis* et *j’ai fait*, l’une exprimant purement et simplement que l’action de <faire> a eu lieu à un moment du passé, l’autre indiquant que l’action est réalisée: il y a ici un reste de distinction d’aspect. (MEILLET, 1965 [1911], p.183)

Fiorin (1995), ao comparar os usos dos tempos pretéritos no francês e no português, também comenta que o *passé simple* perdeu a sua vitalidade, mas o Perfeito Simples a conserva, porque o tempo composto correspondente não tem no português propriamente função temporal, e sim aspectual. Para ele, o PPC tem valor durativo e não-acabado, só conservando valor de anterioridade em contextos restritos (por exemplo, *Tenho dito*).

Outras pesquisas relevantes, que fazem comparações entre o português e o francês, foram a de Gonçalves Travaglia (1977 e 1982), em que são abordadas as dificuldades de tradução de textos literários e culturais. O primeiro trabalho, realizado em 1977, trata a tradução do francês para o português, e o segundo (1982), da tradução do português para o francês.

Em seu primeiro estudo (1977), ao tratar dos problemas de tradução dos tempos verbais para o português, a autora observou os seguintes tipos de traduções:

(79) *Celle d’un personnage du folklore brésilien qui a nourri la création littéraire et cinématographique*

(79’) *...a de um personagem do folclore brasileiro que tem nutrido a criação literária e cinematográfica.*

(80) *Nous avons étés accusés par certains (...) de faire une revue de et pour l'élite.*

(80') *Temos sido acusados por alguns (...) de fazer um revista de e para a elite.*

No primeiro exemplo (79), se traduzíssemos como "Que nutriu a criação literária e cinematográfica", estaríamos sugerindo que a literatura e o cinema atualmente não se inspiram mais no personagem em questão (Lampião), o que não é verdadeiro. No exemplo (80), a idéia de fato contínuo é depreendida mais do contexto sociocultural que do lingüístico. É por esta razão que o Pretérito Perfeito Composto (PPC) na versão em português é o mais adequado.

Cano (1998), discutindo as pesquisas de Gonçalves Travaglia (1977 e 1982), observou que, apesar dessas observações, no segundo trabalho, o de 1982, ao traduzir e comentar diversos contos brasileiros para o francês, a autora não fez o caminho inverso; isto é, ao traduzir o PPC do português para o francês, optou mais pelo Presente francês do que pelo *passé composé*, como podemos observar nos seguintes exemplos:

(81) *Desde que ela chegou não me lembro quando, não sou muito bom em lembrar datas, quase não temos falado em outra coisa...*

(81') *Depuis qu'elle est apparue, je ne me souviens plus quand, je ne suis pas très bon pour retenir les dates, on ne parle presque pas d'outre chose .*

(82) *Devemos reconhecer - aliás todos reconhecem - que esse funcionário tem dado boa conta do recado.*

(82') *Il faut qu'on reconnaisse - tout le monde le reconnaît d'ailleurs - que cet employé exerce très consciencieusement son métier.*

(83) *Fique sabendo que temos recebido delegações de outras cidades, do estado de fora, que vem aqui para ver se conseguem comprá-la.*

(83') *Il faut que vous sachiez, Monsieur, que nos recevons des délégations d'outre provinces et d'outre ville que viennent ici pour l'acheter.*

(84) *Dizem que a máquina já tem feito até milagres, mas isso – aqui para nós – eu acho que é exagero de gente supersticiosa, e prefiro não ficar falando no assunto.*

(84) *On a même dit que la machine a déjà fait des miracles, mais ça - entre nous je trouve que c'est quand même de l'exagération due a quelques superstitieux, et je préfère ne pas en parler*

Podemos verificar que, nos exemplos (81), (82) e (83) a autora traduziu o Pretérito Perfeito Composto português para o Presente francês e no exemplo (84) para o *passé composé*. Neste último exemplo, podemos observar que o advérbio "já" influenciou na tradução para o francês, pois expressa ação concluída. Se o autor do conto quisesse ressaltar o aspecto iterativo, e ao mesmo tempo manter a ação como não-acabada, deveria, coadunado com Cano (1998), ter excluído o advérbio - a máquina tem feito até milagres -, pois a iteração, expressa pelo passado composto, não pode estar associada com uma ação concluída, como , por exemplo, a expressa pelo advérbio "já".

O que nos chamou atenção para esses trabalhos foi o fato de o Pretérito Perfeito Composto no português poder ser traduzido para o francês pelo Presente. A pergunta "o que você tem feito" só pode ser traduzida por "*quest-ce que tu fais?*" ou "*que fais-tu?*". Nenhum falante do português perguntaria ao encontrar alguém ou numa conversa ao telefone: "o que você faz?". Se queremos saber de suas ações ou o que uma pessoa "tem feito" (iteração/hábito), o tempo verbal mais adequado em português é o PPC ou outra perífrase equivalente como "o que você anda fazendo?"; mas como nas demais línguas românicas o PPC não expressa os mesmos aspectos que no português, o tempo mais adequado nessas línguas acaba sendo o Presente, muitas vezes auxiliado por adjuntos adverbiais.

4.5.2. O emprego do Pretérito Perfeito no Espanhol: comparação com o Português

Outra língua românica importante de mencionar é o espanhol. Como não temos a intenção – nem tempo hábil – de montarmos um corpus de espanhol para analisarmos as suas formas verbais correspondentes ao PPS e ao PPC do português, fomos buscar em gramáticas (e em alguns estudos lingüísticos) do espanhol como é previsto o uso dessas duas formas do Pretérito Perfeito. Estamos cientes de que as funções previstas nessas gramáticas não refletem necessariamente o uso (real), entretanto, o que pretendemos é, partindo de gramáticas

tradicionais, fazer uma “ponte” com alguns estudos lingüísticos e levantarmos alguma discussões e reflexões sobre esses tempos em castelhano e compará-los ao português.

Para iniciarmos as nossas reflexões nos baseamos principalmente na gramática de Bosque e Demonte (1999). Nessa gramática, os autores nos chamam a atenção para o fato de que, assim como ocorre nas gramáticas do português, nas gramáticas espanholas peninsulares, podemos encontrar algumas formas verbais do espanhol com nomenclaturas diferentes, como podemos observar no quadro abaixo:

FORMAS	Bello (1847)	Grae⁵⁶ (1931)	Gili Gaya (1943)	Esbozo (1973)	Bosque e Demonte (1999)
canto	Presente	presente	presente	Presente	presente
Canté	Pretérito	pretérito indefinido	pretérito perfecto absoluto	pretérito perfecto simples	pretérito
Cantaba	Co-pretérito	pretérito imperfecto	pretérito imperfecto	pretérito imperfecto	co-pretérito
Cantaré	Futuro	futuro simples	futuro absoluto	Futuro	futuro
Cantaria	pos-pretérito	Potencia simples	futuro hipotético	condicional	pos- pretérito
he cantado	ante-presente	Pretérito perfecto	pretérito perfecto atual	pretérito perfecto compuesto	ante- presente
había cantado	ante-co- pretérito	pretérito plus- cuamperfecto	pretérito plus- cuamperfecto	pretérito plus- cuamperfecto	ante- pretérito
hube cantado	ante- pretérito	pretérito anterior	Ante- pretérito	pretérito anterior	⁵⁷
habré cantado	ante-futuro	futuro perfecto	antefuturo	futuro perfecto	ante-futuro
habría cantado	ante-pos- pretérito	potencial compuesto	antefuturo hipotético	condicional perfecto	ante-pos- pretérito

Quadro III – Tempos verbais do modo Indicativo no espanhol: comparações

(Fonte: BOSQUE E DEMONTE, 1999, p.2883)

⁵⁶ Nomenclatura mais utilizada.

⁵⁷ A forma composta “hube cantado”, segundo Bosque e Demonte (1999), é uma forma arcaica, registrada somente na língua literária, possuindo no espanhol atual valor idêntico a forma *había cantado* ou *canté*, por isso os autores não a citam em seu quadro dos tempos verbais.

Como podemos observar, os nomes atribuídos às formas, além de se basearem na noção dos três “valores” básicos **presente, pretérito e futuro**, também são dados a partir da adição dos prefixos *ante-*, *co-*, e *pos(t)-*.

Segundo Bello (1984 [1847], p.662), como *canté* expressa uma situação anterior ao momento de origem (o que neste trabalho chamamos de momento de fala), recebe o nome de **pretérito**; *cantaba*, como exprime uma situação simultânea a uma referência anterior a de origem, será um **co-pretérito**; e *cantaría* um **pos-pretérito**.

As formas do modo Indicativo *canto*, *canté*, *cantaré*, *cantaba* e *cantaría* fazem parte do conjunto de formas simples primárias do sistema verbal espanhol atual e possuem a função de determinar *ámbitos temporales respecto de un punto cero* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.3937) que, geralmente, coincide com o momento do ato da fala.

Cada uma dessas formas temporais primárias pode se subdividir secundariamente: *había cantado*, *he cantado*, *habré cantado* e *habría cantado*⁵⁸. De acordo com Bosque e Demonte, essas formas secundárias de perspectiva retrospectiva se constroem a partir da união do auxiliar **haber** com o particípio do verbo principal, e recebem, na gramática tradicional espanhola, o nome de tempos compostos. Além dessas formas os autores ressaltam ainda a existência das formas com perspectiva secundária prospectiva, que correspondem à construção *ir a + infinitivo*, como, por exemplo: *Te voy a decir una cosa que nadie sabe, porque a nadie se la he dicho* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.3937).

No **Quadro IV**, podemos observar que o equivalente ao PPS e ao PPC do português no espanhol, sem levar em consideração seus valores semânticos, são as formas *canté* e *he cantado*, respectivamente.

A forma simples do pretérito no espanhol, de acordo com Bosque e Demonte (1999), expressa um evento temporalmente localizado no passado, acabado, não havendo a necessidade de um indicador temporal, por exemplo, um advérbio de tempo, na frase:

(85) *Elena llegó.*

(86) *La reunión terminó sin un acuerdo unánime.* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2900)

⁵⁸ Idem nota anterior.

Bosque e Demonte acrescentam ainda que essa forma pode aparecer em uma frase combinada com *diversos matices de contenido aspectual* do verbo ou com *a combinación de la misma con los significados de otros elementos lingüísticos*, como um adjunto adverbial, por exemplo. (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2901). A combinação dessa forma verbal com esses adjuntos pode ocasionar o aparecimento de outras possibilidades de significações aspectuais (valores aspectuais), como ocorre no exemplo (87):

(87) *La Tierra siempre giró alrededor del Sol.* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2902)

Nesse exemplo, a combinação do “adjunto+forma pretérita” possibilitou uma interpretação semântica durativa, tal como ocorre no português, como vimos na seção sobre o português brasileiro.

Já a forma composta do pretérito (*he hecho*), para Bosque e Demonte, indica uma ação que se realiza antes do ponto zero (do presente), mas que mantém relação com esse ponto, ou seja, não expressa um evento que simplesmente ocorre fora do presente, mas sim que está em relação direta com ele. Podemos assim dizer que, no espanhol, o perfeito composto expressa um evento que ocorreu próximo ao momento presente.

Bosque e Demonte (1999) ainda acrescentam que, por pertencer ao âmbito do presente, o evento expresso pela forma composta sempre se realiza na presença do falante. Neste caso, não se trata tanto de que o evento seja imediatamente anterior ao ponto zero (a partir de onde se mede o tempo), mas sim de que existe nesse ponto um resultado ou consequência sua, como ocorre no exemplo (88):

(88) *En este momento se le há caído el peine a tu prima.* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2941)

Independentemente da distância entre a realização do evento e do momento da fala, ambos podem integrar-se diante de determinações contextuais em um espaço temporal comum que os contém, como mostra a frase abaixo:

(89) *Hemos emitido el primer capítulo ya en esta semana*

(90) *Hasta ahora el coche no me há dado problemas.* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2942/ grifo nosso)

A integração do evento acaba antes do momento da fala (presente) e sua continuação no presente e uma possível inclusão depois deste se obtém com o que os autores chamam de verbos permanentes (*ser, ver, oír*) e advérbios do tipo *siempre, toda la vida*. Nesse caso o perfeito composto no espanhol indica que, mesmo sendo um evento completo, segue existindo, podendo um evento que ocorreu num passado próximo acontecer no presente ou no futuro:

(91) *Siempre ha sido una chica muy guapa.* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2942)
[é uma moça bonita e provavelmente continuará sendo]

(92) *Toda la vida he oído las mismas críticas.* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2942)
[agora também as ouve e provavelmente continuará ouvindo]

Se o falante espanhol não quiser que a ação expressa pelo perfeito composto indique um evento que acontece também no momento da fala (presente), pode empregá-lo acompanhado de advérbios, e assim limitar o evento, como por exemplo:

(93) *Hasta hace poco ha sido una chica muy guapa.* [no momento presente não é mais uma moça bonita]

(94) *Hace un momento he oído las mismas críticas.*

(95) *El miércoles pasado le hemos dado una fiesta de despedida.*

Segundo essa gramática, os espanhóis que “falam essa variedade” não poderiam utilizar o Perfeito Simples nessas frases, pois o evento mantém relação com o momento presente e/ou pertence a uma passado próximo (como no exemplo 95).

Bosque e Demonte (1999) ainda tratam da oposição das formas do Pretérito Perfeito Simples (*hice*) e do Pretérito Perfeito Composto (*ha hecho*), afirmando que, ao estudar esses dois tempos no espanhol, devemos considerar os seguintes aspectos:

- (a) o valor histórico dessas formas (os seus usos) na Espanha (península);
- (b) o valor dessas formas nas variedades do espanhol americano e canário;
- (c) a diversa evolução histórica dessas formas temporais na Espanha, nos países americanos que falam castelhano e nas Ilhas Canárias, entre outras regiões.

Fazendo uma retrospectiva histórica, com base em Bosque e Demonte (1999, p.2944), a forma do Pretérito Perfeito Simples originou-se do perfeito latino (*cantavi* > *canté*; *feci* > *hice*; *dixi* > *dije*) que possuía o valor moderno de pretérito e de ante-presente castelhanos (ou seja, indicava eventos pontuais, terminados antes do momento da fala). Por isso, no espanhol pré-clássico eram possíveis construções que atualmente estão em desuso no espanhol da Península, pois passaram a ser usadas com a forma composta, como por exemplo:

(96) *¡Ahora salió por la puerta!* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2944)

(no espanhol atual o esse ennciado teria perfeito composto)

Assim como no português, a estrutura com *hacer* surgiu no romance, a partir da derivada do latim vulgar *habeo factum*, cujo valor semântico básico no espanhol pré-clássico era resultativo:

(97) *Tengo escritos(as) cinco capítulos/páginas del libro.*

Bosque e Demonte (1999), retomando os estudos de Lenz (1920), ressaltam que a construção *he cantado* no espanhol expressava, historicamente, o resultado de uma ação passada e terminada que *permanece como estado presente* (LENZ, 1920, p.451); ou seja, teriam o mesmo valor de posse que possuem atualmente as construções resultativas com *tener*, *traer*, *llevar* + *participio* (flexionando gênero e número com o objeto direto):

(98) {*Lo (el plan) / La (la solución)*} {*trae / lleva*} *muy bien pensado/a.* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2944)

Foi só a partir da época clássica que a forma composta *he hecho* começou a ser usada para expressar um evento que ocorre num passado (concluído) próximo e que possui alguma ligação com o presente, podendo trazer consigo uma certa importância para o falante no momento da fala.

A partir dessas considerações, podemos observar que no espanhol peninsular a forma do Pretérito Perfeito Simples (*hice*) e do a Pretérito Perfeito Composto ou Ante-Presente (*ha hecho*) possuem semelhanças e diferenças:

(a) Semelhanças: ambas as formas exprimem um evento anterior ao momento da fala, ações perfectivas, terminadas antes do momento da fala;

(b) Diferenças: a forma *hice* expressa um evento que ocorreu anteriormente ao momento da fala, não pertencendo mais ao presente do falante: “*constituyendo un ámbito propio en el pasado*”; já a forma *ha hecho* exprime um evento que ocorreu anteriormente ao momento da fala, mas que pertence ainda a *actualidad del hablante* (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2945).

Se levarmos em consideração essas diferenças mencionadas no item (b), teríamos claramente dois usos distintos (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.2945):

(99) *A comeinzos de 1985 nos compramos um Mercedes* (mais distante do momento da fala)

(100) *Esta mañana nos hemos comprado um Mercedes.* (mais próximo do momento da fala)

Se tentássemos definir esses usos temporais do PPS e do PPS no espanhol peninsular baseados na teoria de Corôa (1985), assim como fazemos para o português, seguindo o que é previsto gramática de Bosque e Monte (1999), teríamos a seguinte representação: :

Pretérito Perfeito Simples: ME_r – MR, MF

Pretérito Perfeito Composto: ME_p – MR, MF

Como podemos observar seria necessário, para o espanhol, diferenciar o a localização do Momento do Evento no eixo do tempo: Momento do Evento Remoto (ME_r) para os PPS e Momento do Evento Próximo (ME_p) para o PPC. Já o Momento de Referência (MR), parece-nos que permace simultâneo ao Momento da Fala (MF) para as duas formas pretéritas.

No português, tanto no PE quanto no PB atual, o Pretérito Perfeito Simples é usado para expressar ações passadas, inclusive as mais recentes; o Momento de Evento (ME) não precisa ser diferenciado – entre “remoto” ou “próximo” – como é previsto nas gramáticas para o espanhol peninsular. Observemos os exemplos encontrados em nosso córpus:

a) passado recente (próximo):

- No PB:

(101) E no domingo passado **vieram** perguntar-me se ainda havia papel para queima (CO, 1921, p.80, GR)

- No PE:

(102) Não escondo, hoje, a minha profunda felicidade pela presença do Senhor Presidente da República e de V. Exas. que muito honram o Instituto Politécnico de Viseu, como não **escondi no passado recente** a minha profunda tristeza pelo ostracismo a que nos remeteram outros responsáveis políticos quando da inauguração, a 19 de Setembro de 1995, das instalações do moderno e funcional edifício pedagógico da Escola Superior de Tecnologia. (PE, O, 1998, JB)

B) expressando passado remoto:

- no PB:

(103) **Recebi** a tempo, há muito tempo, um cartão. (CO, 1921, p.81, GR)

- no PE:

(104) Desde há muito tempo que me cai bastante cabelo. **COMPREI** ampolas antiqueda, champôs especiais ...Porém, quando deixo de usar as ampolas ainda me cai mais cabelos do que antes. Tentei com que melhorasse cortando-o. Porém não serviu de nada. (PE, CO, 1994, R)

Porém, cabe destacar que Bosque e Demonte nos chamam a atenção para o fato de que essa distinção entre a forma simples e a composta do pretérito no espanhol não é tão bem definida. A relação com o presente, marcada pela forma composta, pode variar, podendo expressar eventos mais ou menos próximos do momento da fala; quem determina isso é o falante (efeito discursivo). Assim, sua relação com o presente pode ser de um dia, uma semana, um ano, um século, uma hora, etc; e os advérbios que vão acompanhar o antepresente (forma composta) podem ser qualquer um desses.

Por outro lado, a forma simples também pode aparecer em uma frase acompanhada com diferentes tipos de advérbios, já que quem define se o evento em questão está acabado em relação ao momento da fala é o falante. Dessa forma, também podemos encontrar frases com a forma *hice* acompanhada de advérbios como *la semana pasada, hace dos minutos, un mês, un siglo*, etc.

Por manter uma relação com o presente, a forma composta *ha hecho* pode expressar eventos mais ou menos próximos ao momento da fala do que as designadas pelas formas simples. É por isso que Rojo (1974) afirma que os eventos expressos pelo ante-presente “*están o se sienten como psicológicamente más cercanas al hablante*” (ROJO, 1974, p.105).

Essa diferença entre a forma simples e a composta no espanhol, apesar de sutil, segundo Bosque e Demonte (1999), encontra-se na língua literária e na língua falada na Espanha (península); entretanto, essa diferença não ocorre na Galícia e em outras regiões, onde os falantes utilizam com mais frequência a forma simples. Já na fala informal de Madri, a forma composta tende a substituir a simples.

Assim, podemos dizer, baseando-nos nos estudos de Bosque e Demonte (1999), que a oposição *hice vs ha hecho* se manifesta em proporções semelhantes na língua literária em todos os territórios que possuem como língua materna o castelhano, porém, na língua falada existem variações de uso: contrariamente ao que ocorre na Espanha, a forma simples é usada com maior frequência do que a composta nos países da América.

Aqui parece ocorrer o contrário na língua portuguesa, pois, tanto no Brasil como em Portugal, a forma simples é mais usada que a composta, e possui os mesmos usos nas duas variedades do português (cf. **Seção 8** desta pesquisa).

Nas obras literárias castelhanas da América Latina, principalmente em fragmentos que tentam reproduzir a fala coloquial, podemos observar e comprovar o uso da forma simples no lugar da forma composta, discordando assim da norma peninsular. Observemos esses exemplos

dados por Bosque e Desmonte (1999, p.2946, grifo nosso), em que as formas grifadas representam o uso da forma simples no lugar da composta:

(105)

- ¿ *Me esperaste mucho?* – *me pergunto Vivian*

- *No.*

- ¿ *No te aburiste?* (...)

- *No, no me aburrí...* [obra: **Três tristes tigres**]

Aqui cabe uma pergunta: como podemos explicar essa diferença de usos das formas simples e composta na língua falada da Espanha e das outras regiões da América?

Lope Blanch (1961), em seu estudo sobre o pretérito no espanhol do México, Berschin (1976), estudando o espanhol da Colômbia e e Mühle (1985), o do Chile, afirmam que a forma composta (ou ante-presente) não caiu em desuso na América; o que acontece é que essa forma verbal passou a ser empregada em outra situação de uso, muito parecida com a do português atual (cf. BARBOSA, 2003), expressando aspecto iterativo e durativo, como mostra o exemplo abaixo:

(106)

- ¿ *Hás escrito a Fulano?*

- *Eso lo hemos discutido muchas veces.* (LOPE BLANCH, 1961, p.136)

Em oposição, o pretérito simples passa a expressar o passado, independentemente da sua relação com o presente:

(107)

- ¿ *Escribiste a Fulano?*

- *Eso ya lo discutimos ayer.* (LOPE BLANCH, 1961, p.136)

Segundo Lope Blanch (1961) essa variação é conseqüência de uma evolução histórica das línguas espanholas da América Latina diferente da peninsular.

Lope Blanch (1961) ressalta ainda um outro uso da forma composta no espanhol do México: é freqüente em frases exclamativas, que possuem um conteúdo afetivo marcado, por exemplo, *!Me he llevado um susto!* (LOPE BLANCH, 1961, p.141).

Esse maior uso da forma simples para expressar um evento passado, independentemente de sua distância ou relação com o presente, foi observado também nos estudos sociolinguísticos de Kubarth (1992), ao estudar o espanhol – língua falada – de Buenos Aires. A análise de seus dados revelou que “*a frecuencia de uso del pretérito compuesto es más alta em las personas de mayor edad y baja considerablemente en la juventude*” (KUBARTH, 1992, p.565). Isso mostra uma variação no uso das formas do pretérito no espanhol americano.

Outro estudo semelhante é o de Cardona (1979), que pesquisou os tempos do pretérito do modo indicativo na norma culta de Porto Rico. Nessa pesquisa o autor observou uma distinção aspectual no uso das formas simples e composta, a primeira marcada pelo traço [+pontual] e a segunda pelo traço [+contínuo].

Os estudos de Catalán (1964, 1966) na língua canária mostram também uma oposição no uso das formas *hice* e *ha hecho* semelhante às encontradas por Lope Blanch (1961), no espanhol do México, as de Berschin (1976), no espanhol da Colômbia e as de Mühle (1985) no do Chile, como mostram os exemplos abaixo:

(108) - ¿Te *caíste*, mi nino?

(109) - ¿Dónde *estuvieran* hoy? (CATALÁN, 1964, p.246)

Entretanto, Catalán ressalta que isso não significa que o uso do pretérito simples no lugar do antepresente (forma composta) já esteja cristalizado, muito menos que exista um “*estado de caótica confusión*” (CATALÁN, 1964, p.246); o que ocorre é um uso divergente da “norma” oficial (da Península). O pretérito composto ou antepresente nas Canárias se emprega, apenas, como no espanhol pré-clássico e no português atual, para indicar uma ação durativa ou iterativa e o pretérito simples continua a expressar eventos perfectivos, pontuais do passado.

Outro estudo linguístico realizado recentemente sobre o PPS e o PPC no espanhol é o de Oliveira e Barros (2007). As autoras, em seu artigo “Tempo e referência: a questão dos dois

pretéritos em espanhol”⁵⁹, tentam verificar se a teoria de Bello⁶⁰ (1979 [1810]) e a de Reichenbach (1980 [1947]) são “suficientes” para definir esses dois tempos verbais.

As autoras partem das teorias de Bello (1979 [1810]) e de Reichenbach⁶¹ (1980 [1947]), pois ambas abordam o sistema temporal verbal e procuram definir as formas verbais por meio de representações que se baseiam em três noções: ponto do evento, ponto da fala e ponto de referência.

Cabe ressaltar, como destacam Oliveira e Barros (2007), que Bello diante da dificuldade de definir as formas compostas, utiliza o termo *cosa* (coisa) para denominar o que Reichenbach posteriormente vai chamar de **ponto de referência**, reconhecendo assim “um outro elemento que influencia na nomenclatura adotada por ele” (OLIVEIRA e BARROS, 2007, p.151).

Oliveira e Barros (2007) analisam os tempos verbais, indicados em negrito, dos quatro enunciados⁶² abaixo:

(110) Juan Pablo II **fue** dado de alta y **regresó** al Vaticano. (www.clarin.com / Argentina 13/03/2005)

(111) Juan Pablo II **há sido dado** de alta la tarde del domingo, sobre las 18.15, hora española, del Policlínico Gemeli, donde llevaba ingresado 18días. (www.el-mundo.es / Espanha 13/03/2005)

(112) Um país, señalan, donde a pesar del bloqueo se **han alcanzado** índices de salud, educación y cultura reconocidos internacionalmente. (www.granma.cu / Cuba 14/03/2005)

(113) Este domingo, el Pontífice **pronunció** sus primeras palabras en público desde que le fue practicada la traqueotomía. (www.el-mundo.es / Espanha 13/03/2005)

Em (110), os eventos marcados pela forma simples (fue e regresó), indicam, segundo Oliveira e Barros (2007, p.157) “anterioridade do atributo ao ato da enunciação”, ou seja, . os

⁵⁹ Oliveira e Barros (2007) utilizam como cópús notícias de jornais publicadas na Espanha e em cinco países da América Latina (Argentina, Bolívia, Peru, Cuba e México).

⁶⁰ Segundo Bello (1979 [1810]) o presente, o passado e o futuro são “tempos absolutos” (formas simples que apresentam um único valor temporal), que podem ser representados por fórmulas: (A), (C) e (P). Essas letras correspondem, respectivamente, à eventos anteriores (anterioridade), a eventos simultâneos (coexistência) e a eventos posteriores (posterioridade) em relação a um momento da enunciação (ou da Fala, seguindo a teoria de Reichenbach). As formas compostas são chamadas de “complexas” e, de acordo com o autor, apresentam mais de um valor temporal. Por exemplo, a forma composta do pretérito (*he amado*) é representada como AC (significando: anterioridade à coexistência).

⁶¹ Abordamos a teoria do Reichenbach na **seção 2**.

⁶² As autoras justificam trabalhar com esses dados, pois consideram como “usos recorrentes” em seu cópús.

eventos expressos pela forma simples foram iniciados e concluídos no passado. A forma verbal (**há sido dado**) do exemplo (111), para as autoras, indica que o evento marcado coincide com a duração extensiva de um outro evento também passado, marcado pelo pretérito imperfeito (*llevaba*).

Já o exemplo (112) Oliveira e Barros associam com o exemplo dado por Bello: "*La Inglaterra se ha hecho senora dei mar.*" (em que o evento denotado pela forma composta tem relação com a coexistência). Segundo essas lingüistas, o PPC no espanhol tem essa característica representada pelo exemplo de Bello: expressa um evento iniciado no passado que continua no momento da enunciação e pode se estender até ela. Por fim, no exemplo (113), para elas, "o fator relevante na escolha" do PPS foi a consideração do falante de que o evento está num plano temporal passado e concluído.

Portanto, analisando esses dados sob a perspectiva teórica de Bello e Reichenbach, as autoras constataram que ambas as teorias não são suficientes, para descrever os usos do PPC e do PPS no espanhol: "vimos que é importante levar em conta outros elementos explícitos e/ou implícitos a fim de justificar o uso do PS e do PC" (OLIVEIRA e BARROS, 2007, p.156).

É importante destacar que, para definirmos os usos do PPS e do PPC no português, nesta pesquisa não nos baseamos apenas em traços temporais; as diferenças entre essas duas formas podem ser explicadas por meio de seus traços aspectuais.

Como podemos observar, no espanhol, o perfeito composto (antepresente) ainda é bastante usual, assim como o perfeito simples (pretérito). O tempo composto *he hecho* deve ser empregado quando designa um evento ocorrido em um período de tempo que inclui o presente, enquanto o pretérito designa um evento acabado em relação ao momento da enunciação. Porém, essa distinção que se faz desses dois tempos no espanhol, como pudemos constatar em estudos lingüísticos realizados a partir variedades do espanhol, é diferenciado mais pela região do que pela norma, já que há uma tendência de se usar um pelo outro indistintamente em algumas regiões ou de serem utilizadas com usos distintos em outras.

Vimos que, em algumas regiões, o uso do PPC se assemelha ao do português, expressando valor aspectual de iteração e/ou duração. Já no espanhol normativo, previsto em manuais e gramáticas tradicionais, o PPC é o mais habitual, utilizado para expressar um evento passado que tem relevância para o presente, e o PPS, para expressar um evento passado e acabado que não tem conseqüências para o presente.

Tudo isso nos leva ao seguinte à seguinte conclusão: existe um contraste do uso do PPC e PPS no português e as demais línguas românicas. Por outro lado, também nos leva a um questionamento: esse contraste explicaria a baixa frequência do PPC no Português Brasileiro atual? Ao que tudo indica, as restrições semânticas da forma composta no português parecem explicar seu baixo emprego; testaremos isso a partir da análise das ocorrências encontradas em nosso cópuz.

Cabe ressaltar que o objetivo dessa seção não foi de chegar a um quadro de funções do PPS e do PPC no espanhol. Tentamos apenas levantar alguns pontos relevantes para que assim pudéssemos questionar algumas características do espanhol em relação ao português. Acreditamos que é interessante e necessária uma análise das formas do PPC e do PPS em espanhol de diferentes regiões para que se possa identificar as funções atuais dessas formas verbais nessa língua.

5. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PRETÉRITO PERFEITO

Todas as línguas variam ao longo do tempo (cf. WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1982, 1994), e o latim não fugiu dessa “regra”. O latim foi uma língua falada ao longo de séculos, apresentando variações, principalmente, pelo fato de ser falada em espaços geográficos diversificados, por povos variados (foi imposto a outros povos durante as conquistas romanas), além de ser a língua de uma sociedade estratificada, formada por patrícios, plebeus e escravos.

As línguas românicas derivaram das variedades mais populares da língua latina, o **latim vulgar**, distinto da modalidade literária – **latim literário** ou **clássico** -, conhecida por meio de textos escritos, como, por exemplo, de Cícero e Virgílio, que chegaram até nós graças ao trabalho de copistas da Idade Média.

Nesta seção, partindo do latim, percorreremos, sucintamente, a trajetória de formação dos tempos compostos, mais especificamente, do Pretérito Perfeito Composto (PPC) no português.

5.1. Os tempos verbais no latim

O **verbo** em latim era um vocábulo “eminente flexional” (CÂMARA JR., 1974, p.125); esse seu caráter tipológico manteve-se, até certo ponto, na língua portuguesa. Segundo Câmara Jr. (1974), tanto o português quanto o latim podem indicar o sujeito do verbo (falante, ouvinte, ou outro ser) expresso pela desinência temporal e certas características que “acompanham obrigatoriamente, dentro da língua, a significação intrínseca da forma verbal” (p.125).

De acordo com Said Ali (1964) e Câmara Jr. (1974), as categorias verbais eram essencialmente três em latim:

(a) **aspecto**: que podia ser “concluso” ou “inconcluso” em relação ao evento que se comunicava; por exemplo, a corrida de um atleta podia ser apresentada já na meta ou ainda em desenvolvimento.

(b) **tempo**: que se baseava na ocasião da ocorrência do evento, sob a perspectiva do momento em que se fazia a comunicação: presente, pretérito e futuro.

(c) **modo**: que expressava a apreciação do falante a respeito do que dizia, ou seja, o “modo” pelo qual encarava a sua própria comunicação. Dentro desta categoria, o latim opunha às formas gerais, ditas do modo Indicativo, outras, do modo Subjuntivo, em que a ocorrência era explicitamente dada, na flexão verbal, como duvidosa, desejável ou hipotética; também havia um tipo de forma verbal destinado a transmitir ordens ou proibições: o modo Imperativo, em que o sujeito era necessariamente o ouvinte.

Levando-se em consideração as suas características morfológicas, os verbos latinos possuíam temas e morfemas sufixais para construir os seis tempos simples que conhecemos: Presente, Perfeito, Imperfeito, Mais-que-perfeito, Futuro do Presente, Futuro do Pretérito.

Em suas descrições da língua, os gramáticos latinos ainda não tinham compreendido a noção geral do “aspecto”. Mas, de acordo com Câmara Jr., desde o gramático Varrão (séc. I a.C.) já se tinha percebido a oposição entre evento **concluso** e **inconcluso** nas formas verbais latinas.

Tais formas apresentavam, em sua grande maioria (com exceção dos verbos chamados *defectivos*), **um tema** para a formação dos tempos que exprimem a noção de um evento processual ou freqüente, chamado de tema do *infectum* (“não-acabado”); e **outro tema** para a formação dos tempos que expressam a noção de um evento pontual ou instantâneo, chamado de tema do *perfectum* (“acabado”).

Com essa terminologia (*infectum* e *perfectum*), de acordo com Ilari (2000), as gramáticas latinas querem chamar a atenção para o fato de que a oposição entre os tempos do Presente e os do Perfeito não foi originariamente de caráter temporal, mas aspectual: qualquer evento podia ser representado como acabado (concluso) ou não-acabado (inconcluso) em qualquer tempo (presente, passado ou futuro).

No latim tínhamos, então, expressando eventos acabados ou não-acabados, a possibilidade de seis tempos, como podemos observar no **Quadro I**:

	AÇÃO ACABADA	AÇÃO INACABADA
Presente	Perfeito Ex: <i>amauisti</i>	Presente Ex: <i>amas</i>
Passado	Mais-que-perfeito Ex: <i>amaueras</i>	Imperfeito Ex: <i>amabas</i>
Futuro	Futuro Perfeito Ex: <i>amaueris</i>	Futuro Simples Ex: <i>amabis</i>

Quadro I: O sistema temporal no latim

(Fonte: ILARI, 2000, p.101)

Seguindo essa perspectiva, pode-se verificar, como afirma Ilari, que os valores primitivos dos tempos verbais latinos eram um pouco diferentes do que sugerem as traduções românicas. Por exemplo:

O sentido exato de *vixit* (apesar da tradução portuguesa ‘viveu’) era ‘o indivíduo apontado pelo sujeito da oração completou a ação de viver’ ou ‘ele viveu até o fim’ (portanto: morreu); a primeira leitura era aspectual, isto é, a ação não era representada como passada, mas como acabada no momento da fala (ILARI, 2000, p.102).

Já no latim vulgar, a distinção do aspecto, expressa pela oposição entre os dois sistemas de formas acabado e não-acabado, perdeu-se e os tempos verbais que ficaram foram reinterpretados como “localizando ações no tempo” (ILARI, 2000, 101). Esses tempos passaram, então, a serem definidos com base em relações de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade entre o momento da fala, o momento em que a ação expressa pelo predicado se realiza (concretiza), e um terceiro momento, que é tomado como ponto de referência e evidenciado por elementos que estão expressos dentro do texto/contexto.

Em português, segundo Câmara Jr. (1974), no que se refere ao sistema do Indicativo, a oposição entre aspecto **inconcluso** e aspecto **concluso** se expressa no Pretérito pela oposição primeira entre Imperfeito e Perfeito. Dentro do aspecto **concluso**, tem-se um segundo Pretérito (Mais-que-perfeito) mais remoto, já completado por ocasião de outro Pretérito. Já dentro do aspecto **inconcluso**, no plano temporal, temos o Pretérito Imperfeito se opondo ao Presente (passado *vs.* presente). O futuro parte de um ou de outro, subdividindo-se, respectivamente, em Futuro do Pretérito e Futuro do Presente.

Câmara Jr. (1974) resume sucintamente o sistema de Indicativo no português da seguinte forma (**Quadro II**):

	PRETÉRITO	FUTURO	PRESENTE	FUTURO
IMPERFEITO	amava	Amaria	Amo	amarei
PERFEITO	amei			
MAIS-QUE-PERFEITO	amara			

Quadro II: O sistema de Indicativo no português

(Fonte: CÂMARA JR., 1974, p.31)

O lingüista ressalta, ainda, que as correspondências “estruturais não importam no mesmo rendimento funcional para todas essas formas” (CÂMARA JR., 1974, p.131). O português adotou, segundo Mattoso, um sistema mais simples em comparação ao latim.

5.2. A evolução do particípio e das conjugações perifrásticas

De acordo com os estudos de Câmara Jr. (1974), as línguas indo-européias sempre conheceram, ao lado das formas flexionais do verbo, locuções verbais ou perífrases para expressar categorias que não estão previstas no quadro das flexões. O futuro, por exemplo, constituiu-se comumente dessa maneira.

O particípio perfeito, no latim clássico, era uma estrutura nominal e tinha a morfologia de um nome adjetivo (tema **-o / -u**), com flexão nominal de gênero e número. Dessas formas

passaram para o português, de acordo com Câmara Jr. (1970), as formas de acusativo masculino e feminino no singular e plural.

Já a forma perifrástica de *ter* (conjugado no Presente) + particípio perfeito se originou, segundo Câmara Jr. (1970) e Said Ali (1964), num padrão oracional que se estabeleceu em latim para indicar o aspecto **permansivo** que desaparecera do *perfectum* latino. Segundo Câmara Jr., usava-se o verbo *habere* com um objeto modificado por um particípio perfeito que com ele concordava em número, gênero e caso (na função de predicativo do objeto direto):

(01) *habeo litteram scriptam*

(01') tenho uma carta escrita (em meu poder).

Esse padrão oracional continua a existir nas línguas românicas, com a substituição de *haver* por *ter* em português e em espanhol (*tener*). Entretanto, foi do latim vulgar que derivou uma conjugação perifrástica, de aspecto **permansivo**: “o particípio perfeito associou-se diretamente ao verbo *habere* e a locução em conjunto subordinou a si o nome objeto”. (CÂMARA JR., 1970, p.167). Do ponto de vista morfológico, a locução não sofreu mudança, conservando-se gramaticalmente a concordância nominal do particípio com o substantivo objeto. Foi somente após um período de variação livre na língua literária clássica que a concordância do particípio com seu objeto direto perdeu-se, e a construção se estendeu a verbos intransitivos.

Ainda no português arcaico se encontrava, como já mostrou Said Ali (1964), e posteriormente Mattos e Silva (1981, 1989, 1995), a construção **ter + particípio** na função de predicativo do objeto, por exemplo:

(02) Que vejão os Mouros se **temos** nós os cavallos **comestos**

Se a divida he já pagada

Sustentaremos a honra que **temos ganhada**. (SAID ALI, 1964, p.147 - 154)

É por isso que Said Ali (1964) e Câmara Jr. (1956), afirmam que, enquanto houver a concordância do particípio com o complemento direto, essa seqüência não pode ser considerada como tempo composto ou locução verbal, por não ter ocorrido ainda a fusão semântica e sintática que marca a construção do tempo composto. Nas palavras de Câmara Jr: “enquanto a forma

verbal adjetiva se mantém articulada com o objecto de acção, não há a rigor uma conjunção verbal composta, mas uma construção frasal que deixa em evidência o estado de posse” (CÂMARA JR., 1956, p.82).

Assim, podemos afirmar que a estrutura “*haver* ou *ter* + *particípio*”, que a Gramática Tradicional chama de “**Pretérito Perfeito Composto**” do modo Indicativo, só aparece documentada sob essa forma a partir de um determinado momento da história da língua portuguesa.

Podemos considerar, então, uma forma composta pretérita no português, a forma “**ter ou haver (flexionadas no Presente do Indicativo) + o particípio invariável**”: “eu tenho escrito cartas”. É importante destacar que para selecionarmos as ocorrências do PPC para serem analisadas nesta pesquisa, seguindo as afirmações de Câmara Jr. e Said Ali, ficamos apenas com as formas “*ter*+ *particípio invariável*”; casos em que o “*particípio*” concordava com o verbo *ter* não foram computadas como forma do PPC, e serão comentadas separadamente.

Acreditamos que houve um período da língua portuguesa marcado pela variação, um período em que a concordância do *particípio* com seu objeto era facultativa; ou seja, houve um período em que as duas variantes concorreram, e a “vencedora” foi a forma que hoje chamamos de Pretérito Perfeito Composto (PPC). Lemle (1984), sobre isso, afirma que a concordância do *particípio* representa “um estágio de conflito entre duas gramáticas, ambas condizentes com evidências existentes em outras partes da língua: os falantes podiam alocar a forma *participial*, quer à categoria de adjetivo, quer à de advérbio” (LEMLE, 1984, p.128). Dessa forma, assim como a autora, partimos do seguinte princípio: quando adjetivo, obedecia às regras de concordância; quando advérbio, permanecia invariável. O *particípio* verbal originou-se da forma adverbial.

Sobre a origem do PPC, encontramos também o trabalho de Naro e Lemle (1977, p.265), que afirmam que a construção que conhecemos como PPC é produto da reorganização de uma construção - historicamente precedente - em que o verbo *ter* era acompanhado de um complemento com *particípio* que possuía um “status de adjetivo”. Quando ocorre essa reanálise, o verbo *ter* passa a ser empregado como auxiliar da forma composta.

Como podemos perceber, é só a partir de um determinado momento da história do português que *ter* e *haver* podem ser chamados de auxiliares. De acordo com Mattos e Silva (1989), esse “momento” tem sido situado imprecisamente pelos estudiosos da língua: alguns

marcam como posterior ao que se costuma chamar de Português Arcaico, outros, como Naro e Lemle (1977), propõem que tenha surgido por volta da segunda metade do século XVI.

5.3. Os verbos auxiliares “ter” e “haver” nas línguas românicas

A maioria das línguas românicas possui como auxiliar dos tempos compostos uma forma que deriva de *habere*. No caso particular do tempo composto com o auxiliar no Presente, é construída uma ocorrência singular que pode ocorrer em contextos não-durativos e expressa um valor temporal de anterioridade, como em:

(24) Il a lu les livres.

(25) Juan ha leído los libros.

(26) Gianni ha letto i libri. (COLAÇO; GONÇALVES, 1995, p.24)

A especificidade do PPC no português contemporâneo, em relação às outras línguas românicas, decorre da escolha do auxiliar *ter* (<Lt. *tenere*) em vez de *haver* (<Lt. *habere*). De acordo com Campos (2000), os dois verbos mantiveram os valores temporais/aspectuais que possuíam como verbos plenos. Considerando que, em Português Arcaico, os verbos *ter* e *haver* eram utilizados como verbos plenos com diferentes significados⁶³, a autora propõe um segundo traço aspectual: “haver” constrói uma mudança de estado, marcando uma predicação não estativa; “ter” tem um valor durativo, marcando uma predicação estativa.

Seguindo essa oposição aspectual do “ter” vs. “haver”, o contraste que se observa entre o Português e as outras línguas românicas pode, de acordo com Campos, explicar-se pela coocorrência do auxiliar “ter + Presente do Indicativo”. Segundo essa autora, devido o valor durativo expresso por esta construção, o PPC não pode referir-se a situações passadas que não incluam o momento da fala. Cabe salientar que, como já vimos na seção anterior – onde definimos o PPS e o PPC –, acreditamos que o PPC pode apontar para uma situação presente (deixa aberta essa possibilidade), mas que não necessariamente a inclui.

⁶³ O verbo *haver* refere-se à posse inalienável e *ter* refere-se à posse contingente, que não é adquirida por herança. No século XII existia uma distinção de significado: *tenere*, como posse “in feudo”, e *habere*, como posse por “herencia” (tal distinção reflete o sistema sócio-político, sociedade feudal, da época) (Cf. CARDOSO & PEREIRA, 2003, p.180).

Diante dessa discussão, muitos autores consideram o PPC, como já comentamos em seções anteriores, como um tempo presente. Cardoso e Pereira (2003), por exemplo, consideram que a designação Pretérito Perfeito Composto (PPC), atribuída pela tradição gramatical às seqüências de “ter” no “Presente do Indicativo + particípio” não é correta, pois essa construção não assume um valor aspectual perfectivo, não devendo ser “confundida” com as formas de perfeito das outras línguas românicas. As autoras sugerem o termo Pretérito-Presente para designar o PPC.

Voltando-nos à questão do “ter” como auxiliar do PPC, questionamos o seguinte: o valor aspectual do PPC deveria ser atribuído unicamente ao seu auxiliar “ter”?

Acreditamos que não. É importante destacar que os valores aspectuais de imperfectividade, duratividade e iteração não são uma característica inerente a todos os tempos compostos do Português, como podemos observar no exemplo a seguir:

(29) O Jorge já tinha vendido o ingresso quando decidiu ir a festa.

Na verdade, se esses valores fossem marcados apenas pela ocorrência do verbo “ter”, seria de esperar que o Pretérito Mais-que-Perfeito Composto construísse um valor iterativo e não uma ocorrência singular, com valor perfectivo, como de fato acontece. Podemos verificar, por conseguinte, que a forma do PPC – a construção “como um todo” e não apenas o auxiliar - contrasta com os outros tempos compostos relativamente aos valores temporais/aspectuais construídos.

5.4. O emprego da forma “ter/haver + particípio” no Português Arcaico

A construção **ter/haver + particípio** tem sido bastante estudada sob a perspectiva da história da língua portuguesa.

Mattos e Silva (1981) desenvolveu um estudo sobre os verbos “ter” e “haver” seguidos de particípio, com base em textos dos séculos XIV e XV, e concluiu que os dois verbos estão em variação livre ainda no século XV⁶⁴, embora não possam ser definidos como auxiliares.

⁶⁴ Nesta tese analisamos apenas o Pretérito Perfeito Composto com auxiliar “ter”.

Em outra pesquisa mais recente, Mattos e Silva (1995a) procurou analisar as estruturas de posse “ter” e “haver” encontradas em um *córpus trecentista*⁶⁵ (da segunda metade do século XIV), cujos resultados foram descritos pela autora em outra obra sua – **Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico** (1989) –, e as comparou com as ocorrências encontradas em um *córpus quatrocentista*⁶⁶ (século XV).

No seu estudo descritivo sobre um *córpus trecentista*, Mattos e Silva (1989) encontrou 803 ocorrências do verbo “haver” (*aver*, no *córpus*) e 119 do verbo “ter” (*teer* ou *tээр*, no *córpus*). Esses dados permitiram que a autora afirmasse que o verbo “haver” é muito mais freqüente que o verbo “ter” no português trecentista. Entretanto, dessas ocorrências, apenas 05 eram de “haver” e 34 eram de “ter” seguidos de participípio. Dessas 39 estruturas, o participípio apresenta sempre um traço transitivo e concorda em gênero e número com o elemento nominal a que está associado (e que funciona como complemento direto). Essas estruturas, como já vimos anteriormente, não devem ser consideradas “tempos compostos”.

Os elementos que compõem a estrutura *aver/teer+ PaPt + Gn*, de acordo com Mattos e Silva, distribuem-se em ordens diferentes, agrupadas em cinco tipos⁶⁷:

TIPOS	1	2	3	4	5
	aver/teer+ PaPt+Gn	Gn+aver/teer+ PaPt	Aver/teer+Gn+ PaPt	PaPt+aver/teer +Gn	Gn+ PaPt +aver/teer +
Ocorrências	4	26	7	1	1

Quadro III: a estrutura *aver/teer+ PaPt + Gn*

(Fonte: MATTOS e SILVA, 1989, p.440)

Esses cinco tipos de distribuição nos mostram a “liberdade” de estruturação que esses elementos possuem, sendo um “indicador favorável à não interpretação dessas estruturas como

⁶⁵ *Córpus analisado: Quatro livros dos diálogos de São Gregório.*

⁶⁶ *Lenda do Rei Rodrigo (1410-1420), Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes (terceira década do século XV) e Imitação de Cristo (1468-1477)*

⁶⁷ Considere-se: PaPt = participípio; Gn= grupo nominal

tempo composto, que pressupõe uma seqüência fixa ter/haver + PaPt e sem concordância do PaPt com o grupo nominal complemento directo” (MATTOS e SILVA, 1989, p.440), como já haviam ressaltado Câmara Jr. (1956, p.82) e Said Ali (1957, p.126).

Os dados analisados por Mattos e Silva (1989) levaram às seguintes conclusões:

- (a) o particípio sempre possuiu um traço transitivo, possibilitando o aparecimento de um grupo nominal (complemento) com o qual concorda o particípio;
- (b) há liberdade na distribuição dos elementos;
- (c) não há indícios de que se possa tratar o verbo “haver” (*aver*) de modo diferente do “ter” (*teer*): os dois estão em variação livre e a preferência por “ter” é marcante;
- (d) por fim, o córpus representa uma fase da língua em que não existe o tempo composto, mas sim uma estrutura frasal que expressa posse, assim como já havia afirmado Câmara Jr. (1956, p.82).

É importante ressaltar que, para analisar as ocorrências em que “ter” e “haver” não funcionam como auxiliar, mas como verbos plenos (as estruturas de posse), encontradas em seu córpus, Mattos e Silva (1989,1995a) considerou as propostas de Pottier (1978), que as define como uma relação de dependência entre o predicado e o seu respectivo sujeito:

$$SN \rightarrow V_{\text{posse}} + SN_{\text{complemento}}$$

(MATTOS e SILVA, 1995, p.301)

Para tentar fazer uma análise semântica do complemento do predicado, Mattos e Silva (1995a) subdividiu esses complementos em três tipos:

a. tipo QI	Complemento de “haver/ter” que exprime qualidades inerentes ao “possuidor” (que ocupa a posição de sujeito); qualidades não transferíveis, tais como, características e estados físicos, por exemplo: “An cincoenta anos”, “Ceguidade que avia ”;
b. tipo AI	Complemento de “haver/ter” que exprime bens ou qualidades

	próprias ou adquiridas, materiais, que são ou se tornam inerentes ao possuidor, tais como, qualidades espirituais, intelectuais afetivas e sociais, por exemplo: “An esperança en el”, “Sabida causa he pela fe que tem ”;
c. tipo AM	Complemento de “haver/ter” que exprime objetos materiais adquiríveis, externos ao possuidor: “HAVER” seguido de “pan”, “remedio”, “logares”, “morada”, etc, e “TER” seguido de “espada”, “logares”, “cavalo”, “candea”, “morada”, etc.

Quadro IV: Tipos de complementos

(Fonte: MATTOS e SILVA, 1995a, p.301-3)

A análise quantitativa desses dados demonstrou que em 82% das ocorrências, “ter” expressa o tipo AM, 18% o tipo AI e nunca o QI, e o verbo “haver” aparece com o resultado contrário: 20% do tipo AM, 80% do tipo AI (novamente sem ocorrências do tipo QI).

Desses dados Mattos e Silva concluiu que:

- a) “haver” é de uso mais generalizado (preenche as todas possibilidades semânticas)
- b) não há uma variação livre na escolha de um ou de outro verbo para construir as estruturas de posse;
- c) “ter” e “haver” não ocorrem com expressões do tipo QI.

Porém, quando a autora foi analisar mais detalhadamente os dados encontrados, percebeu que todas as expressões com “ter” – na expressão do tipo AI – eram complementadas pela palavra **fé**, enquanto que “haver” aparecia seguido por diferentes itens lexicais. Isso levou a uma reanálise dos dados, proporcionando uma reformulação das conclusões anteriormente citadas:

- a) “ter” ocorre variando com haver apenas em situações do tipo AI;
- b) a ocorrência de “ter” em AI é restrita.

Com essa análise da sincronia trecentista, Mattos e Silva pode verificar que apenas na expressão de posse do tipo AM “haver/ter” estão em alternância.

Em seguida, Mattos e Silva apresenta a análise encontrada no *córpus* constituído de textos quatrocentistas, constituído dos seguintes textos: representando a primeira metade do século XV,

a obra **Lenda do Rei Rodrigo** (1410-1420), e a segunda metade do século XV, a obra **Imitação de Cristo** (1468-1477).

A autora aplicou aos dados encontrados nesse *córpus* o mesmo tipo de análise semântica dos complementos realizada com os dados do português trecentista, obtendo as seguintes conclusões:

primeira metade do século XV	<p>a) QI aparece sempre expresso por <i>haver</i></p> <p>b) AI expresso por <i>ter</i> apenas seguido de filho - ter filho – e com <i>haver</i></p> <p>c) AM seguido tanto por <i>haber</i> como por <i>ter</i></p>
segunda metade do século XV	<p>a) QI ocorre uma vez com o verbo <i>ter</i>: <i>teer oolhos</i></p> <p>b) AI expresso por <i>haver</i> ou <i>ter</i> (este último forma predominante)</p> <p>c) AM expresso tanto por <i>haver</i> como por <i>ter</i>.</p>

Quadro V – Resultados do *córpus* quatrocentistas

(Fonte: MATTOS e SILVA, 1995a, p.304)

Com esses resultados, Mattos e Silva verificou que o verbo “ter” já preenche, na segunda metade do século XV, as três possibilidades semânticas (inclusive usada para QI), variando com a forma “haver”.

Como *córpus* de controle, Mattos e Silva acrescentou à sua amostra a obra **Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes** (terceira década do século XV), que permitiu observar que: “ter” e “haver” também ocorrem nas três possibilidades semânticas, detectando ainda a predominância da forma “haver”.

Ao comparar os resultados da análise do *córpus* formado por textos do período trecentista com os do quatrocentista, Mattos e Silva chega, sob uma perspectiva diacrônica, a três conclusões:

a) “haver” na primeira fase do português arcaico era o verbo com maior ocorrência na estrutura de posse;

b) a expansão de “ter” sobre o “haver” se origina nas estruturas do tipo AM e se difunde para as do tipo AI;

c) na segunda metade do século XV, “haver” e “ter” aparecem como variantes na da estrutura de posse, mas já se verifica a diminuição da ocorrência com “haver”.

Por fim, Mattos e Silva (1995a), no final de seu artigo, tenta responder duas questões fundamentais sobre os verbos “ter” e “haver”: (i) por que “ter” começa a substituir o “haver” nas estruturas de posse do tipo AM?, (ii) por que “ter” começa a aparecer nas estruturas do tipo AI e QI ao longo do século XV?. Para isso, inicialmente, a autora recorre às definições dos valores semânticos de *tenere* (*teneo*) e *habere* (*habeo*) no dicionário de latim de Gaffiot (1934), verificando que *teneo* recebe a definição de “algo na mão” (primeira acepção), “obter”, “ocupar”, etc, e *habeo*, como primeira definição, “ter em sua posse”, seguida de “guardar”, “ter em mão”. Como se pode observar, em latim *tenere* (*teneo*) e *habere* (*habeo*) já estavam em transição para expressar o sentido “posse de algo concreto” (ter na mão). Isso fez com que a autora (cf. MATTOS e SILVA, 1995a, p.309) pudesse inferir que:

(a) “ter”, na fase representada pelo corpus do século XIV, onde só ocorre com AM, continua com valor latino de *teneo* (ter algo em mão);

(b) “haver”, ocorrendo com QI e AI, permanece com valor primitivo de *habeo* (ter em sua posse);

(c) já no latim clássico seria possível a ocorrência de *habere* com sentido figurado em estruturas do tipo AM, variando com “ter”, com seu sentido básico.

Por isso, a autora acredita que as documentações mais antigas de “ter” em estruturas de posse – com referente concreto – podem ser explicadas pela evolução semântica de *tenere* em direção do “ter” em português.

Além disso, sobre o motivo do verbo “ter” começar a aparecer nas estruturas do tipo AI e QI ao longo do século XV, Mattos e Silva (1995a) afirma que isso ocorre devido à história semântica de *habere*⁶⁸, que já expressava a acepção básica de *tenere* ao lado de um referente concreto, ou seja, neste contexto, já estava em variação livre com o verbo *tenere*.

Assim, os dados da segunda metade do século XV mostram que “haver” já não era um verbo tão produtivo e que estava “perdendo seu espaço” para a forma “ter”: o que já surgia como possibilidade no latim clássico, “avançou, provavelmente, no latim imperial e se difundia no português arcaico” (MATTOS e SILVA, 1995, p.310).

Dessas conclusões obtidas por Mattos e Silva (1981), em cópulas do século XIV e XV, destacamos dois pontos importantes para nossa pesquisa:

(i) o tempo composto é uma forma verbal nova que se difunde ao longo do século XV;

(ii) a construção “ter/haver + particípio” NÃO deve ser analisada, assim como também afirmam Said Ali (1957) e Câmara Jr. (1956), como tempo composto enquanto houver a concordância entre o particípio e o objeto direto.

Outra pesquisa mais recente realizada sobre os tempos compostos, mais precisamente sobre a estrutura *ter/haver* + particípio, foi a de Cardoso e Pereira (2003), que descrevem o uso dessa forma, sob uma perspectiva semântica, a partir da análise de ocorrências encontradas em textos não-literários do século XIII (compreendidos entre 1214 e 1300)⁶⁹.

Nesse estudo, as autoras acreditam que, se a análise de textos do século XIII se baseasse apenas em critérios morfossintáticos –a transitividade do particípio e a concordância entre o particípio e o objeto direto –, como fez Mattos e Silva (1997), as ocorrências de tempo composto teriam pouca representatividade no cópulas: apenas cinco ocorrências de tempo composto, sendo duas construções sem concordância entre o objeto direto e o particípio ((03) (04)) e três

⁶⁸ Isso ocorreu no latim clássico e, provavelmente, no não clássico, em sentido figurado.

⁶⁹ Testamento de Afonso II, Notícia de Torto, Chancelaria de Afonso III, Foro Real de Afonso X, Foros de Garvão e documentos referentes ao século XIII editados por Clarinda Maia (1986) e Ana Maria Martins (1994)

construções com participios passados intransitivos ((05) a (07)) (CARDOSO; PEREIRA, 2003, p.167)⁷⁰:

(03) *Se alguu d(e)mandar outro en iuyzo e o demandador lhy **teu(er) forçado** algu~a cousa, ben se pod(e) deffender de lly no~ responder (1280? FR)*

(04) *e depoyz esto fez ome a maneyra de sa corte e como ((a si)) **auya posto** cabeça e começo, pose ao home a cabeça encima do corpo e neella posse razo~(1280? FR) 11*

(05) *E plus li **a custado** uosa aiuda (1214? NT)*

(06) *ou se o achar cu~ sa molh(er) leua~doa p(er) força p(er)a iazer cu~ elha ou **aia iazudo** cu~ elha (1280? FR)*

(07) *se ouu(er) a molh(er) fillos doutro marido e casar cu~ alguu ome~, ((e)) qual quer delles ((ante que)) **aya partido** cu~ se(us) fillos se fez(er) algu~a gaança co~ a parte dos fillos, quer seya mouil quer reygamento, o padrao ou a madrao aya a meyoade das gaanças, (1280? FR)*

Além disso, para Cardoso e Pereira (2003, p.167), a partir desses exemplos, os critérios morfossintáticos “não podem ser usados per se para o estabelecimento do contraste” construção de tempo composto vs. construção resultativa (tenho as cartas escritas), porque “parece não existir nenhum conflito entre a construção de tempo composto e o acordo participial”. Para justificarem essa afirmação as autoras citam o trabalho de Loporcario (1998), que argumenta que as implicações “se há acordo do participio com o objeto direto, a perífrase não é (ainda, de todo) gramaticalizada” e “se o participio é invariável, a perífrase é plenamente gramaticalizada” não estão corretas. A autora demonstra que - a partir de um exemplo em francês (*Jean les a lus*, em que ocorre a concordância entre o participio e o clítico) - a presença de concordância não necessariamente implica a existência de uma perífrase resultativa; e que existem variedades neolatinas raras que mostram ausência de acordo participial em construções resultativas (LOPORCARO, 1998, p.5).

Sob essa perspectiva diacrônica, não é a emergência de um participio invariante que leva à reinterpretação da estrutura enquanto tempo composto, mas sim a existência de um período de transição em que o tempo composto poderia ou não exibir um participio invariável. Essa idéia se

⁷⁰Os exemplos foram transcritos como encontrados no artigo de Cardoso e Pereira (2003).

aproxima das de Naro e Lemle (1977) - a mudança semântica, de traços temporais e aspectuais, ocorreram antes da mudança de traços formais – e a de Lemle (1984), que acredita que houve um período de “conflito”, como mencionamos na seção anterior: em que a concordância do particípio com seu objeto era facultativa.

Baseando-se nessa concepção de que os critérios morfossintáticos são insuficientes para o estabelecimento do contraste entre tempo composto e construção resultativa, Cardoso e Pereira (2003) propõem uma abordagem semântica dos dados, que leve em conta contrastes aspectuais/temporais (simultaneidade/ anterioridade; perfectividade/imperfectividade).

Ao analisarem seu corpus, as autoras (2003, p.169) perceberam a preferência pelo verbo “ter” nas construções resultativas⁷¹:

(08) das armas e dout(ra)s dezimas q(ue) eu **tenio apartadas** em tesouros per meu reino (1214 TL)

(09) It(em) mando a´a´sse´e´ da yg(re)ia de S(an)ta M(ari)a de Tuy o meu casal de Barcela, o q(u)al de mj~ **ten aforado** P(e)l(ae)z An(ne)s (1299 HGP114)

(10) E se **teendo** a carta **entrega** morrer (1280? FR)

(11) faça~ a eles ent(re)gar totalas herdades as q(ua)es llall esses Mo(esteiro)s e a essas E(j)g(re)ias **te~e~ e teuero~ filhados** delo te~po desse deg(re)do. (? CHP68)

Analisando o enunciado (08), as autoras verificaram que a expressão da *duratividade* é o valor predominante de “ter”. Além disso, embora a interpretação deste exemplo sugira que o sujeito sintático possui ou mantém o objeto num estado particular, a observação dos outros exemplos sugere que *ter* pode ser empregado como um marcador aspectual de duração sem obrigatoriamente implicar a interpretação de posse. Dessa forma, segundo Cardoso e Pereira, no exemplo (10), a interpretação mais adequada seria: “X entregou a carta” e, como resultado, “a carta está entregue”, em detrimento de “X possui a carta num estado particular” (CARDOSO; PEREIRA, 2003, p.170).

Porém, em Barbosa (2003), analisamos as formas do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC) no português brasileiro nos séculos XIX e XX, e constatamos

⁷¹ Entende-se por construção **resultativa** um evento ou estado que é produto (resultado) de um acontecimento anterior.

que o PPC (forma “ter + particípio invariável”), expressava além de duração, o valor aspectual iterativo (ele **tem viajado** para Maceió)⁷².

Seifert (1930, p.266) afirma que, na construção resultativa, *tener* é usado apenas como um instrumento que liga os constituintes da frase para expressar o interesse que o sujeito sintático tem no “objeto-particípio”. É por isso que, para Cardoso e Pereira (2003), devemos considerar que, enquanto o particípio tem uma função predicativa resultativa, “ter” é um marcador de localização que pode assumir diferentes interpretações, conservando o seu traço de duração.

Na análise de seus dados, Cardoso e Pereira verificaram também a preferência do verbo “haver” nas construções de tempo composto, como mostram os seguintes exemplos (CARDOSO; PEREIRA, 2003, p.171):

(13) Depoys que algue~ fez(er) sa manda, quer seendo enfermo quer saao, e depoys fez(er) outra mannda en qual tempo quer seya e daquellas cousas que p(ri)meyro **auya mandadas** tolh(er), ualha a prestumeyra manda. (1280? FR)

(14) *sobrelos coutos e herd(am)entos de Antoa´a´ e de Aua~ca e de Arouca essa Abbadessa e o Co~uento d’ aRouca s’ agrauaro~ de mj~ en mha corte por essa dema~da e por enbargo q(ue) llis fazia; sobre esses coutos e sobre esses h(er)dam(en)tos q(ue) llis **auya** dados e **coutados** p(er) mhas cartas. (1274 CA21)*

(15) *Outrosy mandamos que se omen sen memoria ou sem syso ou que no~ aya ydade ou q(ue) **aya feyta** t(ra)çon a al rey (1280? FR)*

Para as autoras, no exemplo (13), temos a construção de uma seqüência de acontecimentos, aspectualmente delimitados, marcada pelas formas “Depoys que (...) e depoys”, que, posteriormente, leva-nos a uma relação de ordem entre esses acontecimentos. O valor de anterioridade de um acontecimento relativamente a outro, também anterior, é explicitamente marcado pela ocorrência do advérbio temporal “p(ri)meyro”, associado ao Pretérito mais-que-perfeito Composto “auya mandadas”.

Já o verbo “ter” aparece com apenas duas ocorrências de tempo composto, exprimindo o valor aspectual perfectivo:

⁷² Boléo (1936), como vimos anteriormente, já chamava a atenção para o uso do PPC com valor de iteração.

(16) *Se alguu d(e)mandar outro en iuyzo e o demandador lhy **teu(er) forçado** algu~a cousa, ben se pod(e) deffender de lly no~ responder (1280? FR)*

(17) *ata que o entrege daq(ui)llo q(ue) lhy **teu(er) forçado** e non entre en iuyzo cono forçador ameos de seer entregado. (1280? FR) (CARDOSO; PEREIRA, 2003, p.172).*

Ainda que com pouca representatividade no cópuz, Cardoso e Pereira encontraram também construções de tempo composto em que o verbo auxiliar se encontra no Presente ou no Pretérito, por exemplo:

(18) *E plus li **a custado** uosa aiuda (1214? NT)*

(19) *eu Joh(an) Ean(e)s ia d(i)c(t)o p(er) esta mya & d(e) meus yrma~os ((L16)) & p(er) out(r)a q(ue) ey (**con**)p(r)ada eu & meu yrma~o (1269 HGP)*

(20) *tornelhy a soldada dubrada daquel ano se a recebeo. E se a no~ **ouue recebuda** de lhy outro ta~to (1280? FR)*

(21) *torne aaq(ue)l senh(ur) que leyxa, as armas e os cauallos que del auia e q(ua)nto del teue, saluo as soldadas que **ouue s(er)uidas**. (1280? FR)*

De acordo com as autoras, no português atual utilizaríamos o Pretérito Perfeito Simples no lugar das formas verbais apresentadas em (18)-(21). Essas ocorrências nos mostram que, no século XIII, a construção “haver + particípio” pode ter expresso um valor aspectual de perfeito semelhante ao de outras línguas românicas.

Esta possibilidade de “haver + particípio” ter construído um valor aspectual de perfeito pode, segundo Squartini (1998), também ter sido partilhada posteriormente pelo verbo “ter”, por exemplo (SQUARTINI, 1998, p.160):

(22) *Estamdo em Bragaa Vaasco Lourenço... depois que perdo Neyua como **teendes ouuido** (Fernão Lopes, Crónica del Rei Dom Joham I, C. séc. XV)*

(23) *Do Príncipe, que Deus guarde, **tenho já dado** as novas a V. Ex^a (A. Vieira, Cartas, 1626 a 1647)*

Portanto, essa pesquisa de Cardoso e Pereira (2003) demonstrou que, no século XIII, os verbos “ter” e “haver” ocorrem em construções de tempo composto. Porém, nas construções de tempo composto, observa-se uma tendência bastante acentuada para a ocorrência do verbo “haver”, 38 ocorrências, contra 2 ocorrências do verbo “ter”. Verificaram também que “ter” e “haver” podem ser empregados em construções resultativas, havendo uma preferência para a ocorrência de “ter” nesta construção.

Além disso, essa análise se aproxima da proposta de alguns autores (LOPORCARO, 1998; RIBEIRO 1996) quanto à inexistência de uma co-relação entre a concordância participial e a ocorrência de tempo composto. Ou seja, no estabelecimento do limite para o surgimento dos tempos compostos, os critérios morfossintáticos (como a concordância participial) não podem constituir um critério para a (não) ocorrência de tempo composto. Para Cardoso e Pereira, assim como para esses outros autores, a mudança semântica de valores aspectuais/temporais terá precedido a alteração dos traços morfossintáticos na construção de tempo composto, indo de encontro com a análise de Mattos e Silva.

Com base nessa discussão, coadunando com algumas concepções de Pereira e Cardoso (2003), acreditamos que não podemos levar em consideração apenas traços morfossintáticos, por isso, para complementar o nosso estudo e identificarmos as funções das duas formas verbais – Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Pretérito Perfeito Composto (PPC) – no português realizamos de uma análise que envolve também traços semânticos, como valores aspectuais e temporais.

Entretanto, para selecionarmos as formas de Pretérito Perfeito Composto (PPC) de nosso corpus, por motivos metodológicos, e contrariando as concepções de Cardoso e Pereira (2003), seguimos as afirmações de Said Ali (1964), Câmara Jr. (1956) e Mattos e Silva (1989), e consideramos PPC apenas as formas “ter+ particípio **invariável**”; vale ressaltar que as formas em que o “particípio” concorda com o verbo “ter” também foram selecionadas e analisadas separadamente.

PARTE II

*"Que ele [o pesquisador] coloque nessa construção
toda a sua inteligência, habilidade técnica
e uma dose de paixão [...] cerque seu trabalho com maior
cuidado e exigência, para merecer a confiança dos que
necessitarem dos seus resultados."*

(LÜDKE & ANDRÉ)⁷³

⁷³ LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986, p.09.

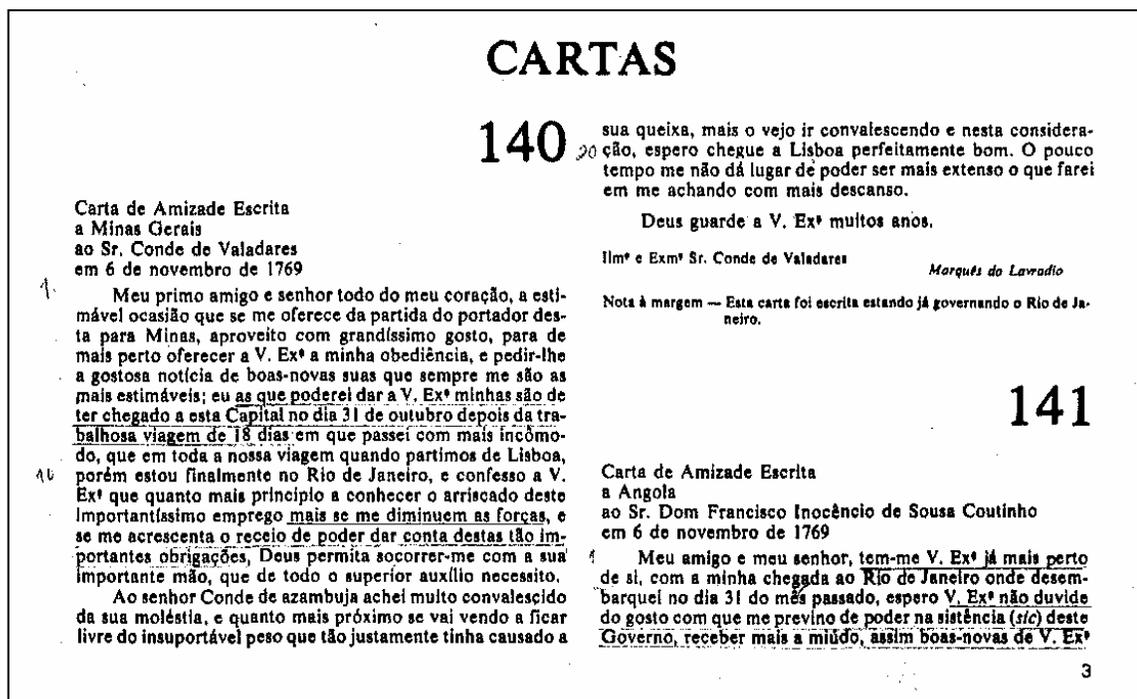
6. MONTAGEM DO CÓRPUS

A montagem do córpus foi feita a partir de várias consultas às bibliotecas – da Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), da UNICAMP, da Universidade Federal de Uberlândia, da USP, Universidade de Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, entre outras –, ao banco de dados do Laboratório de Estudos Lexicográficos e do Laboratório de Estudos Diacrônicos (LEDiP) da Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, visitas a sebos e consultas a *sites* na Internet. Depois dessa busca, reunimos textos digitalizados e não digitalizados do Português Brasileiro (PB), do século XVI ao XX e do Português Europeu (PE) do século XX. Na tentativa de formar um córpus homogêneo, com a mesma quantidade de caracteres para cada amostra representante de um determinado século e de um determinado tipo de texto (grupo [+] formal ou grupo [-] formal), transformamos os textos “não digitalizados” em arquivos de formato Word.

Para esses textos não digitalizados seguimos as seguintes etapas:

1º) “escaneamos” os textos utilizando o programa **OCR (reconhecimento ótico de caracteres)** – **ABBYY FINE READER**: primeiramente esse programa transforma o texto impresso em imagem (“.tif”), como por exemplo:

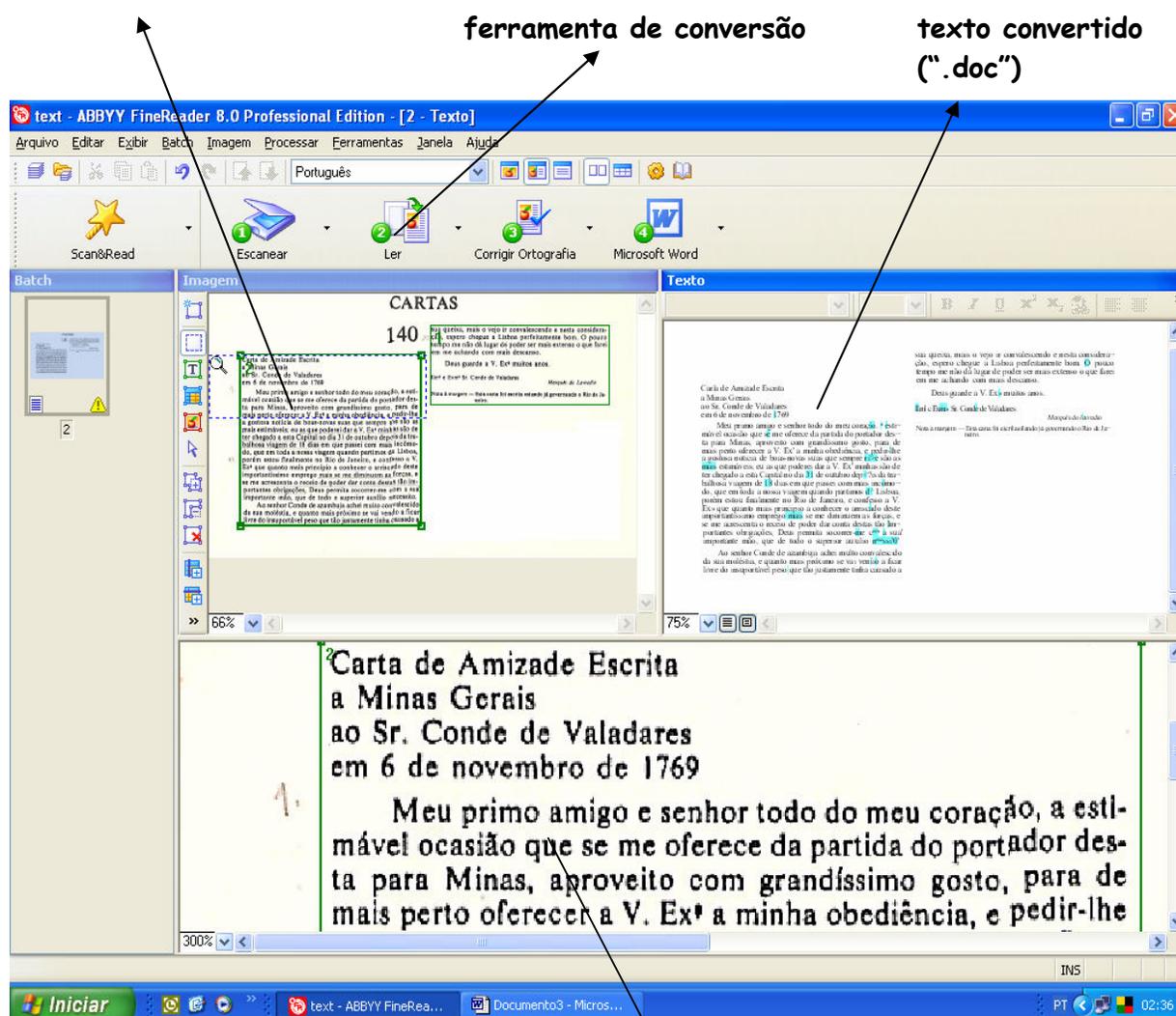
Figura 1 – Amostra de um texto escaneado (imagem)



2º) em seguida, utilizando uma ferramenta específica desse programa, selecionamos a parte do texto – que já está no computador como imagem - que queremos digitalizar, e com o recurso de outra ferramenta, “passamos” a parte selecionada da imagem para o formato de arquivo Word (formato “.doc”):

Figura 2 – Programa ABBY FINE READER

**fragmento selecionado (em verde)
que será convertido em texto (.doc)**



**Recurso do programa: para visualizar o
fragmento da imagem selecionado que
será convertido em texto (.doc)**

3º) a partir do texto digitalizado, que está em formato de arquivo Word (“.doc”), fazemos as correções de formatação, ortografia, etc, pois no processo de transformação de imagem para texto, geralmente o computador não reconhece alguns símbolos, como, por exemplo, a letra “m”, que, algumas vezes, é reconhecida como a seqüência de letras “in” ou “ni”. A **Figura 3**, abaixo, ilustra um texto convertido em “.doc” (sua imagem mostrada na **Figura 1**) antes de serem feitas as correções:

Figura 3 – Texto convertido em “.doc”: antes da revisão⁷⁴

Carta de Amizade Escrita a Minas Gerais ao Sr, Conde de Valadares em 6 de novembro de 1769

Meu primo amigo e senhor todo do meu **coraçio**. a estimável ocasião que se me oferece da partida do portador desta para Minas, aproveito com grandíssimo gosto, para de mais perto oferecer a V. Exa a minha obediência, e pedir-lhe a gostosa noticia de boas-novas suas que sempre **rire** são as mais estimáveis; eu as que poderei dar a V. Ex minhas são de ter chegado a esta Capital no dia 31 de outubro depois da trabalhosa viagem de 18 dias em que passei com mais incómodo, que em toda a nossa viagem quando partimos de Lisboa, porém estou finalmente no Rio de Janeiro, e confesso a V. Ex que quanto mais principio a conhecer o arriscado deste importantíssimo emprego mais se me diminuem as forças, e se me acrescenta o receio de poder dar conta destas tão Importantes obrigações, Deus permita socorrer-me **coin** a sua importante mão, que de todo o superior auxilio **n^{ecc}ssi'0'**

Ao senhor Conde de azambuja achei muito convalescido da sua moléstia, e quanto mais próximo se vai vendo a ficar livre do insuportável peso que tão justamente tinha causado a sua queixa, mais o vejo ir convalescendo e nesta consideração, espero chegue a Lisboa perfeitamente bom. O pouco tempo me não dá lugar de poder ser mais extenso o que farei em me achando com mais descanso.

Deus guarde a V. Exa muitos anos.

Ilmo Exmo Sr. Conde de Valadares

Marquês do lavradio

Nota à margem — Esta cana foi escrita estando já governando o Rio de Janeiro.

Após a revisão e da formatação do texto, fazendo uma comparação com o texto original, os itens destacados acima foram “corrigidos”:

⁷⁴ cf. Anexo A, p.263.

- a) coração. = coração
- b) Ríre = me
- c) n^{ecc}ssi'0' = necessito
- d) coin = com
- e) | = deletar

6.1. Seleção dos textos

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo lingüista que estuda a mudança a longo prazo – em uma perspectiva diacrônica –, como mencionado no início deste trabalho, é a ausência de falantes de épocas mais remotas (cf. **Seção 1**). Isso obriga o investigador a recorrer a amostras da língua escrita e analisar documentos considerados representativos de um determinado período, partindo da hipótese de que esses textos escritos registrem os primeiros passos de um processo de mudança ou de que dão testemunho de formas existentes em uma dada época (sincronia) e que desaparecem em outras. Entretanto, uma das dificuldades é saber se, de fato, aquela amostra de que ele dispõe representa a língua da comunidade daquela época. Os documentos escritos sobrevivem por acaso e chegam, muitas vezes, até nós por meio de “copistas” e/ou com acréscimos julgados necessários pelos editores (da época moderna)⁷⁵.

Por isso, fazendo uma associação com as reflexões de Portelli (1989)⁷⁶ sobre o problema das fontes, o pesquisador (seja ele lingüista, jornalista, historiador, etc) deve sempre ter a consciência e “cuidado” ao trabalhar com as fontes escritas, pois ele não é o “primeiro” a entrar em contato com esses textos.

⁷⁵ Labov (1994) já nos chamava a atenção para isso.

⁷⁶ Uma das principais abordagens feitas no texto de Portelli (1989) é sobre as fontes orais e o seu verdadeiro “valor” para o trabalho do historiador. Para isso, Portelli comenta as diferentes “versões” (testemunhos) existentes para a morte do operário Luigi Trastulli, a saída dos operários da fábrica e o enfrentamento com a polícia. Segundo o autor, este acontecimento histórico é significativo devido a dois fatores, principalmente: (a) seu aspecto trágico (a morte do operário); (b) *constituye el terreno sobre el que la memoria colectiva conserva una singular convergencia de relatos equivocados, invenciones, leyendas que van desde reconstrucciones imaginarias de la dinámica del acontecimiento, hasta la translación del mismo de un contexto histórico a otro* (PORTELLI, 1989, p.05). Ao longo do seu texto, Portelli vai comparando e comentando as diferentes versões sobre esse acontecimento, que variam de acordo com os “interesses” da pessoa que conta (testemunha) o fato. Por exemplo, o autor ressalta os aspectos épicos que essa “história” vai adquirindo cada vez que é contada por um operário: *a medida que nos vamos acercando a los testimonios de militantes y obreros de base, las versiones van subiendo de tono y van adquiriendo ciertos aspectos épicos, se enriquece con materiales imaginários, y apesar de los treinta años que han transcurrido, todavía están llenos de rabia contenida, como si hubieran ocurrido hace poco tiempo* (PORTELLI, 1989, p.13-4 / grifo nosso). Acreditamos que essas suas reflexões sobre as fontes orais podem ser relacionadas às fontes escritas.

Labov (1994) também nos chama atenção para esses “cuidados”, alertando-nos que as estruturas que sobrevivem nos textos escritos constituem o resultado de uma tentativa em direção à norma culta da escrita, o que significa uma certa filtragem das formas lingüísticas (e até mesmo hipercorreção). Isso faz com que, muitas vezes, sejam preservadas nos textos formas que já há muito tempo desapareceram da fala. Porém, esses problemas de forma alguma diminuem o valor e a importância de buscar no passado os caminhos percorridos por uma língua; cabe ao pesquisador tomar cuidados necessários nessa “arte de fazer o melhor uso de maus dados” (LABOV, 1994, p.11, cf. **Seção I**).

Para elaborarmos o nosso córpus, além do cuidado com a fonte de onde extrairíamos os fragmentos que iriam fazer parte da nossa amostra, deparamo-nos com três questões:

- (a) o que consideraríamos textos “brasileiros” no século XVI?;
- (b) que tipo de texto constituiria nosso córpus (cartas, jornais, peças de teatros, etc)?
- (c) como saber em textos de outros séculos, o que se compreendia, ou simplesmente se praticava, como informal? Como definir o grau de formalidade em textos escritos em sincronias passadas? Para os textos contemporâneos, não há tanto problema em perceber esses diferentes graus de formalidade, pois vivemos a mesma época e compartilhamos dos valores de nossas normas objetiva e subjetiva, no sentido coseriano, porém, não sabemos exatamente o que era ser “formal” no passado, muito menos se o que sentimos como formal, para eles, era informalidade.

A questão (a) foi a primeira a ser definida: para o século XVI, na falta de textos produzidos por brasileiros natos, selecionamos apenas textos escritos no Brasil, por portugueses, como por exemplo, os escritos pelo Padre Manoel da Nóbrega. Nossa preocupação foi investigar onde os textos desse período haviam sido escritos.

Para os itens (b) e (c), percebemos a necessidade de levarmos em consideração a questão de gênero textual, para assim definir quais tipos de textos iriam compor nosso córpus e quais métodos utilizaríamos para definir o grau de formalidade.

Partimos do pressuposto de que o ser humano sempre irá se servir da língua em quaisquer de suas atividades e, a partir do interesse, da intenção e da finalidade de cada atividade, os enunciados lingüísticos se realizarão de maneiras diversas. Essas "maneiras diversas" de realização do enunciado – relativamente estáveis – são justamente o que Bakhtin (2000) denomina gêneros do discurso, que discutiremos sucintamente a seguir.

6.1.1. Gêneros textuais

Os estudos lingüísticos que se baseiam no modelo teórico-metodológico denominado sociolingüística quantitativa ou correlacional, proposto por Labov (1972, 1982, 1994), utilizam como córpus, preferencialmente, amostras da língua falada, já que de acordo com a sociolingüística laboviana é justamente nesta modalidade da língua que podem ser observadas as primeiras variações lingüísticas. Como já discutido na primeira seção desta tese, as mudanças, geralmente, iniciam na fala informal de grupos socialmente intermediários, ganham aceitação na fala informal dos grupos mais altos e chegam a situações formais de fala; só assim conseguem ser aceitas pela escrita.

Isso ocorre, provavelmente, porque a escrita por muito tempo foi vista como uma manifestação da linguagem mais formal, estritamente ligada às normas ditadas pela Gramática Tradicional. É bastante comum, ainda hoje, vermos tentativas de diferenciação entre textos falados e escritos tendendo a verdadeiras dicotomizações entre tais modalidades da língua, como se o “oral” e o “escrito” fossem dois opostos de realização de uma dada língua, como se pudessem ser simplesmente separados em dois blocos distintos: o da escrita, marcado pelo rebuscamento lingüístico, pela formalidade, e o da fala, pela despreocupação com as normas gramaticais e pela informalidade.

Entretanto, partindo de Kress (1992), acreditamos que, embora a fala e a escrita apresentem diferenças retóricas e conceituais, parece que a percepção do escritor em relação à sua audiência (mais formal / menos formal) é que determina as diferenças sintáticas formais das sentenças, a seleção lexical, o uso de certas regras morfossintáticas e fonológicas, a estruturação dos textos, entre outras. Ou seja, a percepção do escritor em relação aos seus leitores e a intenção de criar mais intimidade é que vão determinar um grau maior ou menor de oralidade na escrita,

independentemente de gênero e registro. Inclusive, a esse respeito, Tannen (1982) afirma que as diferenças formais entre a fala e a escrita são o gênero e o registro do texto, e que estes possibilitam, muitas vezes, uma mistura das características próprias de cada uma de tais modalidades.

Assim, parece-nos evidente que o tratamento dicotômico das diferentes modalidades da língua e as suas diversas realizações segundo o gênero textual em que se enquadram, acabam por reduzir as possibilidades de uso de diferentes tipos de corpúsculos em variados estudos acadêmicos. Desses destacamos os de caráter sociolinguístico, já que privilegiam, como foi dito anteriormente, o corpúsculo formado pela língua falada, recorrendo ao texto escrito apenas nos estudos diacrônicos ou de sincronias em épocas passadas.

Diante disso, acreditamos ser pertinente o estudo dos gêneros textuais ao se escolher o corpúsculo do qual se servirá o pesquisador. Além disso, quando tomamos consciência da utilização da língua como um processo com heterogêneas e múltiplas maneiras de realização, estamos aproximando-nos das idéias de Bakhtin, principalmente, da sua reflexão e conceituação de gênero do discurso.

Na metade do século XX, com os estudos de Mikhail Bakhtin, o interesse pelos gêneros ultrapassou o âmbito dos estudos literários para abranger a comunicação oral e escrita. Bakhtin apresentou uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva, contrariando a visão de discurso dos formalistas, que privilegiava os aspectos formais e estruturais. Sob esse novo ponto de vista, o bakhtiniano, os gêneros do discurso passaram a ser considerados tipos relativamente estáveis de enunciados utilizados na comunicação.

Para Bakhtin, dentro de uma dada situação linguística, o falante/ouvinte produz uma estrutura comunicativa que se configurará em formas-padrão relativamente estáveis de um enunciado, pois são formas marcadas a partir de contextos sociais e históricos. Essas formas estão sujeitas a alterações em sua estrutura, pois, dependendo do contexto de produção e dos falantes/ouvintes que a produzem, para cada discurso são atribuídos diferentes sentidos. A partir desse pensamento, Bakhtin conclui que são muitas e variadas as formas dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2000).

Assim, os gêneros, para esse autor, possuem uma natureza verbal marcada pela relação intrínseca dos gêneros com os enunciados (e não com uma dimensão linguística e/ou formal propriamente dita, desvinculada da atividade social, que excluiria a abordagem de cunho social

dos gêneros); ou seja, os gêneros possuem uma natureza sócio-ideológica e discursiva. Como tipos temáticos, estilísticos e composicionais dos enunciados individuais, os gêneros se constituem historicamente a partir de “novas situações” de interação verbal. Por isso, os gêneros estão ligados às situações sociais da interação: qualquer mudança nessa interação gerará mudanças no gênero.

Com essa sua proposta de conceituação para os gêneros do discurso, Bakhtin veio suprir a necessidade de se compreender os enunciados como fenômenos sociais, resultantes da atividade humana, caracterizados por uma estrutura pilar básica, suscetível a determinadas modificações. Um gênero do discurso é parte de um repertório de formas disponíveis no movimento de linguagem e comunicação de uma sociedade; sendo assim, só existe relacionado à sociedade que o utiliza.

Além disso, para esse autor, a época, o meio social, o micromundo (da família, dos amigos, dos conhecidos etc.) possuem enunciados que servem de normas ao homem. Nossa fala (ou escrita), ou seja, nossos enunciados estão repletos de palavras dos "outros"; as palavras dos "outros", embora tenham sua própria expressividade e o seu tom valorativo, ao serem "tomadas" em nossos enunciados, são reestruturadas, modificadas. A visão de mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião têm sempre sua expressão verbal e isso constitui o discurso do "outro" que, por sua vez, não pode deixar de repercutir no enunciado. A mais sutil alusão ao enunciado do outro confere à fala seu aspecto dialógico.

O índice constitutivo do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário, seja ele quem for. Cada gênero do discurso em cada uma das áreas da comunicação verbal tem sua concepção padrão do destinatário que o determina como gênero. Essa "concepção padrão" surge das respostas a perguntas como: “A quem se dirige o enunciado? Como o locutor (ou o escritor) percebe e imagina seu destinatário? Qual é a força da influência deste sobre o enunciado?” (BAKHTIN, 2000, p.321). O destinatário pode coincidir em pessoa com aquele(s) a quem o enunciado responde. Nas cartas, bem como em diálogos cotidianos, essa coincidência é bastante normal: “aquele a quem respondo também vem a ser o meu destinatário de quem, por minha vez, espero uma resposta (ou, pelo menos, uma compreensão responsiva ativa)” (BAKHTIN, 2000, p.321).

De acordo com Bakhtin (2000), enquanto o locutor fala, ele leva em conta “como” a sua fala será recebida pelo destinatário, visto que o grau de informação que esse destinatário tem da

situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos - segundo a visão do locutor -, suas simpatias e antipatias, por exemplo, são aspectos que condicionarão sua compreensão responsiva do enunciado. Tais fatores é que vão determinar a escolha de um dado gênero do enunciado, dos procedimentos composicionais, bem como a escolha do estilo do enunciado.

As nuances do estilo são mais sutis quando se devem ao caráter pessoal e ao grau de proximidade do relacionamento existente entre o destinatário e o locutor nos gêneros do discurso familiar e íntimo do "outro". Embora haja diferenças entre esses dois gêneros, em ambos o destinatário é percebido de modo idêntico, ou seja, fora da hierarquia e das convenções sociais. Isso acaba resultando numa franqueza específica da fala, chegando ao cinismo, nos estilos familiares. Nos estilos íntimos, é possível notar um esforço no sentido de "fundir-se" plenamente o locutor e o destinatário. "O discurso íntimo é impregnado de uma confiança profunda no destinatário, na sua simpatia, na sensibilidade e na boa vontade de sua compreensão responsiva. Nesse clima de profunda confiança, o locutor desvela suas profundezas interiores" (BAKHTIN, 2000, p.323).

Estabelecida tais considerações, parece-nos notória a pertinência do estudo dos gêneros textuais ao se escolher um *corpus* para pesquisas lingüísticas focadas no aspecto social da língua. Afinal, indissociável da sociedade e disponível em sua memória lingüística, o domínio de um gênero permite ao falante prever quadros de sentidos e comportamentos nas diferentes situações de comunicação com as quais se depara. Conhecer determinado gênero significa ser capaz de prever regras de conduta, seleção vocabular e estrutura de composição utilizada, é a competência sócio-comunicativa dos falantes que os leva à detecção do que é ou não adequado em cada prática social. E ainda, quanto mais competente - e experiente - for o indivíduo, mais proficiente ele será na diferenciação de determinados gêneros e na facilidade de reconhecimento das estruturas formais e desentido que o compõe.

6.1.2. Grau de formalidade dos textos

Com base nessas discussões sobre gêneros textuais, e levando em consideração um dos nossos grupos de fatores de análise, como veremos no próximo capítulo, o **grau de formalidade** (textos [+] formais vs. textos [-] formais), decidimos trabalhar com dois tipos de textos: o oratório

e o epistolar. Cabe ressaltar que consideraremos **Formalidade** a adequação a um modelo (a norma culta), a uma convenção, como uma atitude de distanciamento entre emissor e receptor.

Inicialmente a nossa proposta de trabalho era montar um *cópus* dividido em dois grupos um mais formal, formado por textos oratórios, e outro menos formal, constituído de cartas pessoais (informais), entretanto, como a nossa pesquisa visa um estudo diacrônico do PPS e do PPC no Português Brasileiro (PB), tivemos dificuldades em encontrar, por exemplo, textos oratórios escritos no Brasil no século XVI. Nesse período os textos encontrados foram apenas cartas.

Isso nos levou a aprofundarmos a discussão sobre grau de formalidade, pois, diante de cartas de outras épocas, como seria possível separar o mais formal do menos formal?

O grau de formalidade apresenta, segundo Travaglia (2002), na língua escrita e na oral, um conjunto específico de variedades. As variedades de grau de formalidade da língua escrita apresentam uma maior tendência para regularidade e geralmente maior formalidade que as da língua falada. Entretanto, é importante destacar que, em cada caso, existe uma mesma relação entre os níveis de grau de formalismo propostos para a língua falada e para a língua escrita. Desse modo, podemos ter, de acordo com o autor, que se baseou em Bowen (1972), textos altamente formais na língua falada e textos totalmente informais na língua escrita. Isso fica evidente no **Quadro I**, adaptado de Travaglia (2002, p.54):

	Variedade de modo		Grau
	Língua Falada	Língua Escrita	
Variantes de grau de formalidade	Oratório	Hiperformal	+
	Formal (deliberativo)	Formal	
	Coloquial	Semi-formal	
	Coloquial distenso	Informal	
	Familiar	Pessoal	

QUADRO I – Variantes de grau de formalidade

Os textos oratórios, segundo Borba, são textos que apresentam “com mais força e persistência a norma pedagógica tradicional” (BORBA et al, 1990, p.1364). São exemplos desse tipo de texto os discursos de acadêmicos, de políticos (pronunciamento de presidentes, por exemplo), de religiosos e documentos oficiais. Por serem textos proferidos em tom de solenidade, mantêm um distanciamento entre o emissor e o receptor, e são escritos seguindo rigorosamente a norma gramatical; por isso, selecionamos amostras desses textos para compor o nosso *cópus* de textos formais. Os sermões e discursos (como, por exemplo, o sermão de Padre Vieira ou o discurso de posse do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, assim como outras composições escritas para efeitos grandiosos ou sublimes), que Travaglia afirma serem textos da língua falada, foram considerados textos escritos oratórios, pois certamente foram escritos previamente.

É interessante citar sobre essa questão uma passagem de um dos discursos que compõem o nosso *cópus*, em que o próprio autor, o Alferes António Ferreira Pinto, em seu discurso proferido durante a cerimônia do Juramento de Bandeira do Curso de Militares (P1/74), admite que o seu texto foi previamente escrito antes de ser lido: “Eis porque se tornou possível eu escrever, e mais ler, aqui, numa Unidade Militar de Portugal, qualquer coisa como isto que vos escrevi e estou lendo e que, ainda há bem pouco, me faria quase hesitar em pensá-lo⁷⁷”.

Já quanto aos textos epistolares, como discutiremos sucintamente na próxima seção, dependendo da situação em que se encontra o emissor, e principalmente de quem será o seu destinatário, o nível de formalidade pode variar do semi-formal ao informal (ou até mesmo pessoal). Selecionamos as cartas menos formais para compor o grupo de “textos [-] formais”; como exemplo, temos as cartas entre familiares e amigos. Esse tipo de carta não tem excessiva preocupação com a norma gramatical, como ocorre com os textos oratórios.

Devido a essa “despreocupação” com a norma, as correspondências [-] formais são marcadas, principalmente, pelo (grifo nosso):

(a) uso de construções mais curtas e sentenças fragmentadas:

(03) Faço votos que você esteja com saúde e feliz. Nós aqui vamos indo como sempre. Henriquinho, você é louco ? Cuidado, meu filho, com as cartas de Isto É. Estão engraçadas, mas podem não ser compreendidas. (PB, CO, 1980, H)

⁷⁷ Discurso (Português Europeu) proferido em 14/05/1974 na cerimônia do Juramento de Bandeira do Curso P1/74 por António Ferreira Pinto / Alferes Miliciano.

(04) O seu F. N.? Já esta pintando? E os seus versos sobre todas as cousas? A vinda de Brandão deve estar por poucos dias. (PE, CO, 1926, TP)

(05) Onde o amor? Onde a esperança? Onde o prazer maravilhoso de viver? Não me alongarei mais hoje. Gostava de receber notícias suas, directas. (PE, CO, 1947, L)

(b) presença de marcas de afetuosidade (proximidade) entre o emissor e o receptor, principalmente, no início da carta e nas despedidas:

(06) Mil abraços e saudades! (PE, CO, 1926, TP, p.50)

(07) Todo um carinho gaúcho e feminino de MARILCE. (PB, CO, 1980, CF)

(08) Ai, meu Amigo, se eu pudesse ia longe de tudo isto! Quem me dera na selva! Quem me dera Paz para escrever os meus livros. (LAMAS, M. 1947, p.38)

(09) Amado Essênio, dizem lendas (e vai bem longe o tempo em que as ouvi contar) que hoje dormes vigiado (PB, CO, 1864, JN)

(10) Todo seu, JOAQUIM NABUCO (PB, CO, 1864, JN)

(11) Meu primo amigo e senhor todo do meu coração (PB, CO, 1769, C. Valadares)

(c) presença do vocativo "afetuoso", que "chama" o receptor para a "conversa", estabelecendo-se, assim, uma relação de proximidade como o receptor da carta :

(12) Não esqueça nunca, Eugênio, a sua dura experiência, quanto **sofreu** e como eram tremendos os obstáculos de toda a ordem que lhe fechavam o caminho (PE, CO, 1949, ML)

(13) A gordura, em dose que não exceda a seis arrobas, é passável [...] Gosto das gordas e não sou também indiferente às magras; mas banha e osso, isso não, nem uma nem outra coisa... mas, minha amiga... que tem tanto interesse em conhecer a minha opinião ... V. Ex. é gorda ou magra? Responda-me [...], para que eu possa ser sincero na minha opinião. (PB, CO, 1892, BP)

(14) Não a [a carta] dirigi a ti, meu caro amigo, porque nós devemos falar em português, e lembrando o nosso mestre comum, ainda lembrei-me de ti. (PB, CO, 1867, JN)

(d) presença de “traços de oralidade” ou “marcadores conversacionais”⁷⁸ e interjeições:

16) Será que quando a gente conscientiza os grilos e os assume, perde as identificações? Só consigo sacar quando são assuntos sociais, mas quando sinto agressões ou masoquismos, não. Ou talvez eu não queira, né? (PB, CO, 1980, CF)

(17) Ahh! Perdão, lembro-me agora! (PB, CO, 1892, BP)

Além disso, cabe ressaltar que, como argumentamos anteriormente, para a amostra do PB do século XVI, como encontramos disponíveis apenas correspondências, tivemos que analisá-las quanto ao seu grau de formalidade e dividi-las a fim de que contemplássemos dois grupos de textos, [+] formal e [-] formal. Para isso tivemos que, novamente, recorrer à questão de gênero textual; mais especificamente, estudar as características desse tipo de texto – o epistolar –, para que assim pudéssemos elaborar métodos que nos auxiliassem a identificar o que considerar “[+] formal” e o que considerar “[+] formal” no século XVI e em outros séculos/épocas.

6.1.3. O gênero epistolar

**“(...) porque escrever
é estar a distância (...)”
(Fernando Pessoa)⁷⁹**

Partindo do mesmo ponto de vista de Gibelli (2002) – que estudou cartas de emigrantes, do século XVI –, observamos que o estudo das cartas antigas, escritas em séculos anteriores ao nosso (como, por exemplo, as cartas dos jesuítas) permite compreender as várias funções das correspondências privadas, tais como o fato de constituírem:

⁷⁸Baseamo-nos em Marcuschi (2003), que considera marcadores conversacionais todos os recursos verbais estereotipados de grande ocorrência e recorrência, que, embora não contribuam com informações novas para o desenvolvimento do tópico, situam-no no contexto geral, particular ou pessoal da conversação. (MARCUSCHI, 2003)

⁷⁹ Carta a Ofélia de 24/09/29.

(a) um meio de comunicação à distância, como já afirmava Fernando Pessoa (epígrafe), antes da era dos “telefones”;

(b) um instrumento para transmitir informações essenciais, não apenas pessoais, mas também sobre as condições de vida (aspectos sociais), de trabalho, etc, de uma época.

Sobre a origem das cartas, Vives (1978) afirma que estas surgiram para que possamos transmitir aos outros nossas próprias idéias e pensamentos: *fiel intérprete e mensajera entre los hombres* (VIVES, 1978, p.559). Além de servirem, também, como acrescenta Castillo Gómez (2006), para expressar vivências íntimas, pessoais e do cotidiano.

O texto epistolar, dessa forma, pode ser definido como:

un microtexto constituido por una comunicación escrita de natureza informativa, de petición, afectiva, de discusión, polémica, de acusación, etc., enviada por un remitente a un destinatario (...) destinada regularmente a circular en un ámbito restringido y con un número de ejemplares no superior al de los destinatarios; está caracterizada por la previsión de la recepción y por la elevada posibilidad de respuesta, que en ocasiones está explícita y, otras veces, implícita (...) (PETRUCCI, 2006, p.02)

Esta definição, dada por Petrucci (2006), na conferência de abertura do curso bianual da Escola vaticana de Paleografia, em 2002, e posteriormente publicada em seu artigo **Escritura y epistolografia** (2006), embora geral e abrangente, é pertinente e caracteriza o que representa um texto epistolar, tanto nas cartas mais recentes como nas mais remotas.

A carta busca sempre a presença do seu interlocutor – ou do outro, na visão de Bakhtin -, e, embora exista a distância que separa o locutor do receptor, procura cultivar o vínculo entre os participantes desse “diálogo”. Além disso, a carta configura o lugar através do qual o emissor se manifesta e desenvolve sua identidade.

O homem, segundo Bakhtin, baseando-se em Marx, é visto como realidade social não porque se agrupa em sociedade, mas porque é necessariamente incompreensível fora do social. Ou, como afirmou o próprio Marx, “a essência humana não é algo abstrato e imanente a cada

indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS 1977, p.13)

Além disso, cada carta tem uma motivação própria para ser escrita, porém todas elas possuem, de acordo com Castillo Gómez (2006), uma mesma característica, que define e marca essa modalidade da escrita: *la complementariedad entre la ausencia y la presencia* (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p.29). De acordo com o autor, no momento em que um indivíduo escreve uma carta, ele pensa em quem será o “outro”, o seu destinatário, com quem manterá um diálogo.

Altman (1982, p.127), baseando-se nos estudos de Richardson (1930), comenta essa relação entre escritor e leitor dentro do discurso epistolar e as possíveis variações temporais que caracterizam esse tipo de texto. Essas variações estão intimamente relacionadas com o tempo presente, pivô entre o futuro e o passado. Focalizando-se na expressão do tempo presente, a autora cita as “impossibilidades” relacionadas a esse tempo dentro da linguagem das cartas, tais como:

(i) o momento presente da narrativa de uma carta (o momento em que ela é escrita) nunca será simultâneo ao do evento (tempo em que os eventos aconteceram) e ao momento em que ela é lida;

(ii) o presente do escritor nunca é o mesmo presente do seu destinatário; no discurso epistolar é impossível o diálogo dentro de um tempo presente comum entre o narrador e o destinatário. Quando o escritor diz “Eu sinto” o seu destinatário não interpretará essa frase no presente - “você sente” -, o receptor a interpretará como “o que você sentiu quando você escreveu esta carta”.

Essa discussão de Altman permite-nos verificar que a correspondência possui um discurso que promove constantes variações temporais envolvendo a pessoa que a escreve e a pessoa que a lê.

De certo modo, como podemos observar, as cartas sempre incorporam a presença de um leitor, de um destinatário, o que Guillén (1998, p.190-191) tem chamado de *interpersonalidad imaginada* (interpessoalidade imaginada), ou seja, a imaginação do “tu leitor” por parte do “eu autor” (o emissor sempre pensa em quem será o seu OUTRO).

A carta, segundo Violi (1999), baseia-se num efeito simultâneo de presença e ausência, em que, embora o receptor esteja sempre presente no texto, sua presença continuamente nos sugere um outro lugar. Coloca-se em um tempo presente frágil, marcado pela nostalgia da presença perdida e a ansiosa espera da volta, de tal modo que a ausência pode fazer dela uma escritura de ficção.

As cartas apresentam, então, um duplo ato de representação:

(i) representam a pessoa ausente que se mostra através do signo lingüístico escrito e do suplemento que acarreta enquanto discurso de evocação perpetuado em cada ato de leitura;

(ii) e, representam um espaço de conhecimento pessoal para o autor.

Baseando-nos nessas características das correspondências, podemos observar que a carta é o lugar onde se encontram/conflitam as várias estratégias do autor/narrador e do receptor/leitor. Mas ao trabalhar esse precioso texto como *cópus*, como saber o que, nas cartas mais antigas, pode ser considerado informal? Como definir o grau de formalidade em textos escritos em épocas passadas? Como já mencionamos no início dessa seção, para os textos contemporâneos, não há tanto problema em perceber esses diferentes graus de formalidade, porém, não sabemos exatamente o que era “ser formal” no passado.

Esse é um dos desafios metodológicos para os que se ocupam da análise de materiais não-literários para as investigações sobre a história do Português Brasileiro. Para enfrentar esse desafio, vimos a necessidade de estabelecer – e descrever – um referencial que nos orientasse a distinguir o [+] formal do [-] formal em outras épocas. Na tentativa de elaborar esse referencial, baseamo-nos em quatro pontos:

(a) reunir informações sobre o perfil sócio-cultural de cada autor;

(b) examinar gramáticas e manuais de cada período para sabermos o que a norma culta previa, no período analisado;

(c) analisar o assunto das cartas;

(d) e, por fim, apoiando-nos nos pontos anteriores, verificar e analisar a relação entre emissor e receptor das cartas (formas de tratamento, despedidas etc).

6.1.4. O grau de formalidade em “sincronias passadas”

Como já afirmamos anteriormente, devemos verificar e analisar não só o escritor, mas também para quem a carta foi escrita, pois a presença de um determinado destinatário condiciona o momento da sua produção. Quando aquele que escreve escolhe aquele para quem escreve, conseqüentemente, modula o seu discurso de acordo com essa escolha. Essa idéia pode ser associada às reflexões de Bakhtin (2000) sobre a presença do outro no discurso. Para este estudioso, o outro desempenha um papel fundamental na vida do indivíduo: o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro (p.51).

O estudo dos pronomes e expressões (formas) de tratamento, por exemplo, permite-nos perceber o grau de formalidade nas cartas. Em uma carta, as formas de tratamento são palavras que exprimem o grau de distanciamento e a subordinação em que uma pessoa voluntariamente se põe em relação a outra, a fim de agradá-la e ensejar um bom relacionamento.

De acordo com Castillo Gómez (2006) – que estudou cartas escritas por espanhóis, durante o descobrimento e a colonização da América - as cartas informais iniciavam-se com: *hermanos, amadas hijas, señora madre, señores padres, hermanos de mi corazón*, etc. (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p.45). Já as cartas oficiais, memoriais, e outras variantes de cartas mais formais, adotavam um tom mais solene, de distanciamento, sendo encaminhadas a seus receptores iniciando-se com: *ilustrísimos señores, muy poderosos señores, muy magnífico e reverendo señor*, etc (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p.45-6).

A influência do “outro” nas correspondências do século XVI e XVII no Brasil, por exemplo, pode ser percebida pela escolha das formas de tratamento encontradas nas cartas (Vossa Reverendíssima, “Padres, irmãos e caríssimos” ou “caríssimos Irmãos meus”; Vossa Mercê, etc), como por exemplo:

(18) hum era desejar Bispo, tal qual V. M. (Vossa Mercê) e eu ho pintávamos quá pêra reforma dos christãos (...) (NOBREGA, M. Carta a Tomé de Souza, 1559, grifo nosso)

(19) *Pax Christi*: Depois da chegada do Bispo aconteceram algumas coisas, de que darei breve conta a Vossa Reverendíssima. para saber o que passa, para tudo encomendar a Nosso

Senhor e nos avisar sempre no que poderemos errar. (NOBREGA, M. Carta ao Mestre Provincial, 1552, grifo nosso)

(20) Rezão hé que, Vossa Mercê, por sua boa condição se tanto comunica comigo tam yndigno, e me dá conta com tanto amor de sy, de seus gostos e desgostos, por suas cartas (...) (NOBREGA, M. Carta a Tomé de Souza, 1559, grifo nosso)

Nas cartas, por exemplo, destinadas ao Mestre Provincial, superior de Nóbrega dentro da igreja, a formalidade é marcada pelo emprego da forma de tratamento Vossa Reverendíssima, abreviado com V. R. ao longo da carta. Por outro lado, em outras cartas desse mesmo autor, a informalidade é marcada pelo uso de outras formas de tratamento, como, por exemplo, ao escrever para os Padres de Coimbra usa a expressão “Padres, irmãos e caríssimos” ou “caríssimos Irmãos meus”. Já em outra carta, enviada ao o ex-governador geral Tomé de Souza, Nóbrega usa a forma de tratamento Vossa Mercê, abreviando V. M (cf. exemplos 18 e 20).

Nos círculos fechados, como o do clero, existe o emprego codificado de formas de tratamento laudatório, hierarquizados pela importância oficialmente atribuída a cada cargo. **Vossa Reverendíssima** emprega-se, no meio oficial para dirigir-se a Arcebispos e Bispos. É respeitando essa hierarquia que Nóbrega emprega em sua carta essa forma, pois ele a utiliza respeitando o seu destinatário.

Além disso, os círculos sociais também podem criar o seu protocolo para observância entre seus membros, como acontece dentro da Igreja; por isso, Nóbrega, ao se dirigir aos seus colegas do clero emprega as expressões “Padres, irmãos e caríssimos” ou “caríssimos Irmãos meus”. Dessa forma, ele tenta enfatizar ao seu destinatário a noção de igualdade.

Já a expressão de tratamento **Vossa Mercê** (que deu origem ao atual *você*), utilizada, por exemplo, por Nóbrega, várias vezes, ao longo de sua carta para se dirigir a Tomé de Souza, também nos indica qual o tipo de relação que existia entre esse jesuíta e o ex- governador geral. **Vossa Mercê** era título dado originalmente ao rei, mas, assim como **Vossa Senhoria** e **Vossa Excelência**, acabou vulgarizando-se. Cintra (1972) mostra que o “atual” sistema de tratamento difere daquele encontrado em períodos mais remotos da nossa língua, em que não havia tratamentos do tipo nominal – pelo menos não localizáveis nos textos.

Segundo esse autor, as formas nominais de tratamento sofrem um processo de especialização já no século XIV. Cintra (1972) descreve esse processo de mudança,

correlacionando-o a um processo de hierarquização cada vez maior da sociedade. **Vossa mercê**, que aparece como tratamento para o rei por volta de 1460, deixa de sê-lo em 1490. A degradação hierárquica é progressiva e a expressão passa a referir-se a duques, depois a infantas, a fidalgos e, no século XVI, já é empregada por Gil Vicente para patrões burgueses. **Vossa Senhoria** também sofre, em menor escala, o mesmo processo de perda gradativa de reverência. Começa como tratamento ao rei, passa a ser empregado para fidalgos da nobreza e se estabelece num nível superior a **Vossa Mercê**. Duarte e Lopes (2003) acreditam que tal postura pode nos sugerir, em princípio, duas hipóteses: 1) havia uma grande flutuação no emprego dessas formas de tratamento entre as pessoas da época e 2) a sociedade tinha uma grande preocupação em determinar os papéis sociais desempenhados pelos membros que a constituíam.

Faraco (1996) afirma que a progressiva alteração do valor social da forma **Vossa Mercê** (e variantes) é resultante da rápida multiplicação dessas formas em Portugal. Inicialmente utilizada como tratamento ao rei, a forma **Vossa Mercê** (além de **Vossa Senhoria**) se estende ao tratamento não íntimo entre iguais na aristocracia e começa, aos poucos, a ser utilizada por pessoas de *status* social inferior (criados, subordinados, etc.) ao se dirigirem a membros da aristocracia. Numa etapa final de decréscimo de formalidade, vamos encontrar **Vossa Mercê** e **Vossa Senhoria** sendo utilizados como diferentes variantes sociais em oposição a “tu”, que era de uso comum no tratamento íntimo.

A partir do século XVI, período em que o processo de ocupação do Brasil teve início, a degradação semântica sofrida por *vós*, a simplificação fonética de **Vossa Mercê** e o seu uso generalizado como “você” estavam em etapa bastante avançada (cf. FARACO, 1996).

Assim, podemos observar que Nóbrega, ao dirigir-se a Tomé de Souza empregando o pronome **Vossa Mercê**, expressa seu respeito em relação ao seu destinatário, embora, naquela época, esse termo fosse utilizado como mero tratamento de cortesia, mais generalizado. Isso nós mostra que entre Nóbrega e Tomé de Souza haveria uma relação mais próxima, de duas pessoas que já se conhecem há mais tempo, não existindo assim a necessidade de um tom de solenidade entre eles. É importante destacar que Vasconcelos (s/d), ao fazer seus comentários na obra **Cartas do Brasil e mais escritos do P.Manuel da Nóbrega**, já afirmava, em nota de rodapé, que esta carta de Nóbrega ao ex-governador Geral, é uma “correspondência epistolar afectuosa”.

A partir dessas discussões em torno das formas de tratamento nas cartas analisadas, pudemos observar que, nas relações da vida cotidiana ou oficial, a situação, a posição e a

importância social do destinatário influenciam na comunicação verbal de forma bastante relevante, ou, nas palavras de Bakhtin:

A estrutura da sociedade em classes introduz nos gêneros do discurso e nos estilos uma extraordinária diferenciação que se opera de acordo com o título, a posição, a categoria, a importância conferida pela forma privada ou pela notoriedade pública, pela idade do destinatário e, de modo correlato, de acordo com a situação do próprio locutor (ou escritor). (BAKHTIN, 2000, p.322)

Além disso, com essa sucinta discussão sobre a forma de tratamento **Vossa Mercê**, pudemos também ilustrar, como apontado no final de subseção **6.1.2** – no referencial (a) - , a importância de se examinar, em alguns casos, características da língua do período a que pertence o texto analisado: isso pode nos auxiliar a identificar o grau de formalidade do texto.

Analisamos também as formas de despedidas das cartas, pois, como afirma Castillo Gómez (2006, p.49), ao terminar uma correspondência, o emissor também adapta o seu texto (despedida) de acordo com seu destinatário, tal como ocorre nos seguintes fragmentos:

(21) Desta Baya a 5 de julho de 1559.

Orador e servo de V. M. em Christo, Manuel da Nóbrega. (NOBREGA, M. Carta a Tomé de Souza, 1559)

(22) *Tu autem, Pater, ora pro omnibus et presertim pro filiis quos enustristi.* Lance-nos a todos a benção de Christo Jseu dulcíssimo. Desta Baya, 1549. Padre Manuel da Nóbrega. (NÓBREGA, M. Cartas ao Mestre Provincial de Lisboa, 1549).

Como podemos observar, no exemplo (21), Nóbrega ao se despedir de Tomé de Souza: (i) não usa termos em latim, (ii) não elabora uma despedida cerimoniosa (longa), como costuma aparecer em suas cartas enviadas a seus superiores, e (iii) utiliza o pronome **Vossa Mercê** para se referir ao seu receptor. Essas marcas nos demonstram que essa carta de Nóbrega possui um baixo grau formalidade (cf. CASTILLO GÓMEZ). Por outro lado, no exemplo (22), Nóbrega ao se despedir de seu superior – o Mestre Provincial Simão Rodrigues – utiliza termos em latim, dando

um tom de solenidade à despedida; isso nos indica que esse texto possui um grau de formalidade maior se comparado com a carta de Nóbrega a Tomé de Souza.

Além disso, o assunto das cartas também nos auxilia na distinção entre cartas [+] formais e [-] formais. Nas cartas consideradas [-] formais, predominam situações narradas ou descritas, simplesmente com a função de informar o seu receptor. Já nas cartas [+] formais, como as endereçadas ao rei ou a um indivíduo pertencente a uma categoria social mais elevada, geralmente, predominam pedidos - baseados em argumentos, ou seja, a presença de um texto argumentativo mais bem elaborado - ou ordens. Por exemplo, a religiosidade dos índios é um assunto presente em quase todas as cartas de jesuítas do século XVI. Em uma das cartas, Nóbrega, ignorando as crenças dos indígenas, afirma que esse povo quer se tornar cristão. Nessa carta, enviada para o Mestre Provincial, Nóbrega utiliza esse argumento – os índios quererem se tornar cristãos - para pedir que viessem de Portugal mais roupas: “ parece-me que nom podemos deixar de dar a roupa que trouxemos a estes que querem ser christãos, repartindo-lha até ficarmos todos iguaes com elles, ao menos, por nom escandalizar aos meus irmão de Coimbra (...)”(NOBREGA, M. Carta a Tomé de Souza, 1559).

Com base nesses critérios – formas de tratamento, informação histórico-social do emissor e receptor, assunto abordado –, selecionamos as cartas do século XVI, classificando-as em [+] formais e [-] formais.

6.2. O nosso córpus

6.2.1. O córpus do Português Brasileiro

Com base no que foi descrito e argumentado até aqui, montamos o seguinte córpus do Português Brasileiro (PB):

SÉCULOS	TEXTOS [+] FORMAIS	TEXTOS [-] FORMAIS
XVI	<ul style="list-style-type: none"> - cartas de Padre Manuel da Nóbrega - carta de Pero de Magalhães Gandavo - discurso de Jerônimo D'Albuquerque - discurso de Felipe Camarão⁸⁰ 	<ul style="list-style-type: none"> - Correspondências de Jesuítas da Companhia de Jesus
XVII	<ul style="list-style-type: none"> - Padre Vieira: (a) Sermão de N. S. do Carmo, na cidade de São Luis do Maranhão, 1659⁸¹; (b) Sermão de Santo Antonio, pregado em Maranhão, 1657 - discurso (testemunho) de Domingos Jorge Velho⁸² (bandeirante) 	<ul style="list-style-type: none"> - Correspondências entre os Governadores Gerais - Correspondências de Padre Vieira
XVIII	<ul style="list-style-type: none"> - carta (documento) de nomeação do Marquês de Lavradio - discurso de José Moraes Montezinhos⁸³ - sentença condenatória (lida em público) do processo a que foi submetido Tirandentes⁸⁴ - discurso de José da Silva Lisboa⁸⁵ - discurso de Frei Caneca⁸⁶ 	<ul style="list-style-type: none"> - Conde de Valadares (cartas aos amigos) - Correspondências do Marques de Angeja
XIX	<ul style="list-style-type: none"> - discurso de Prudente de Moraes - discurso de Campos Sales - discurso de Deodoro da Fonseca 	<ul style="list-style-type: none"> - Álvares de Azevedo (cartas à mãe) - Joaquim Nabuco (cartas aos amigos) - Coelho Neto (cartas aos amigos)

⁸⁰ extraídos de: FIGUEIREDO, Carlos (Org.). **100 Discursos históricos brasileiros**. Belo Horizonte: Leitura, 2003.

⁸¹ extraído do site: <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/obras.html>

⁸² Idem nota n° 80.

⁸³ Idem nota n° 80.

⁸⁴ Idem nota n° 80.

⁸⁵ Idem nota n° 80.

⁸⁶ Idem nota n° 80.

XX	<ul style="list-style-type: none"> - discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso - discurso de Darcy Ribeiro - discurso de Gilberto Miranda - discurso de posse de Fernando Collor - discurso de João Goulart 	<ul style="list-style-type: none"> - Graciliano Ramos (cartas para amigos) - Cartas do Mario de Andrade (cartas de amor) - Monteiro Lobato (cartas aos amigos) - Henfil (cartas à mãe) - cartas de leitores para o Henfil (Revista Fradim)
----	---	---

Quadro II – Córpus do PB⁸⁷

Cabe ressaltar que cada grupo acima – por exemplo, textos [-] formais do século XVI – possui aproximadamente 100.000 caracteres⁸⁸ (sem espaços). A partir desse córpus, selecionamos as ocorrências das formas verbais simples e composta do Pretérito Perfeito do modo Indicativo.

6.2.2. O Córpus do Português Europeu

Para que pudéssemos montar nosso córpus de forma que ele represente as duas variedades da língua portuguesa (Português Europeu e Português Brasileiro), parte dessa pesquisa, ou seja, a "construção" do córpus do português europeu, foi realizada em Portugal, proporcionada pelo estágio PDEE.

A montagem do córpus foi feita a partir de várias consultas às bibliotecas – tais como, da Universidade de Lisboa, Biblioteca Nacional etc –, ao Centro de Estudos Linguísticos da Universidade de Lisboa (CLUL), visitas a feiras de livros e sebos e consultas, indicadas pela orientadora do estágio Prof^a. Dr^a Ana Maria Martins e pela Prof^a. Dr^a. Rita Marquilhas, a *sites* na internet, que disponibilizavam os tipos de textos que buscávamos. Novamente, a partir dessa busca, encontramos textos digitalizados e não digitalizados, e, assim como fizemos no córpus do PB, os não digitalizados foram transformados em arquivos em formato Word. Entretanto, como durante o estágio não tínhamos acesso a nenhum *scanner*, não pudemos utilizar o programa OCR (reconhecimento óptico de caracteres) – ABBYY FINE READER, como fizemos com a amostra do PB; por isso, os textos impressos foram digitados. Após essa etapa, reunimos o seguinte córpus do PE:

⁸⁷ cf. **Anexo A** com amostras de fragmentos dos textos que compõem o nosso córpus.

⁸⁸ Correspondente a aproximadamente 40 páginas de arquivo Word.

SÉCULO XX	TIPO DE TEXTO: formal	TIPO DE TEXTO: Informal
PE	<ul style="list-style-type: none"> - Discurso do presidente do ISPV, Prof. Doutor João Pedro Barros⁸⁹ (1998), apresentado ao XIII Congresso do PCP (1990) - Discurso de Vasco Gonçalves⁹⁰ (1975) - Discurso de Vasco Gonçalves na academia militar⁹¹ (1974) - Discurso de Costa Gomes na posse do V governo (1975) - Discurso do presidente da república António de Spínola (1974) - Discurso do primeiro ministro Vasco Gonçalves (1974) - Discurso do Alferes Miliciano António Ferreira Pinto na cerimônia do Juramento de Bandeira do Curso P1/74 -Discurso de abertura do XV Congresso do PCP por Carlos Carvalhas (1999). 	<ul style="list-style-type: none"> - Cartas de leitores para a revista <i>Ragazza</i>⁹² - cartas de Maria Lamas para um amigo - Cartas de Joaquim Teixeira de Pascoaes ao amigo Henrique Paço D`Arcos - Cartas de Henrique Paço D`Arcos ao amigo Joaquim Teixeira de Pascoaes - Cartas de Ramalho Ortigão ao amigo João do Amaral.

Quadro III – Córpus do PE⁹³

⁸⁹ In: http://www.ipv.pt/millennium/va13_4.htm], indicação da orientadora do estágio PDEE.

⁹⁰ In: <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa31>], indicação da orientadora do estágio PDEE

⁹¹ idem nota 89.

⁹² Selecionamos e digitalizamos algumas cartas dos anos de 1994, 1995 e 1996 encontradas nas seções de cartas de leitoras da revista *Ragazza* que foram coletadas a partir da pesquisa em arquivos da editora Hachette, acompanhando outra bolsista PDEE (Talita de Cássia Marine) durante as suas pesquisas nessa editora.

⁹³ Cf. **Anexo B** com amostras de fragmentos dos textos que compõem o nosso córpus

A partir desse corpus, selecionamos as ocorrências das formas verbais simples e composta do Pretérito Perfeito do PE e as comparamos com as ocorrências encontradas no PB do século XX.

7. FATORES DE ANÁLISE

Para atingirmos os dois objetivos principais desta pesquisa – a comparação das formas simples e compostas do Pretérito Perfeito do modo Indicativo no Português Brasileiro (PB) e no português Europeu (PE) e o estudo diacrônico dessas formas verbais no PB – selecionamos as ocorrências de nosso córpus (descrito na seção anterior) e as analisamos segundo alguns grupos de fatores. Nesta seção comentaremos sobre esses grupos que nortearam a nossa análise.

7.1. Fatores de análise do Português Brasileiro: perspectiva diacrônica

A partir do córpus montado, selecionamos as ocorrências do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC) e as analisamos de acordo com os seguintes grupos de fatores: (i) tempo real, (ii) grau de formalidade, (iii) telicidade do verbo, (iv) valor semântico, (v) presença (reforço ou combinação) ou ausência de adjunto adverbial.

Para realizar uma análise quantitativa e também qualitativa mais refinada das formas encontradas, organizamos os dados para que pudéssemos utilizar o pacote de programas de estatísticos VARBRUL. É importante destacarmos que, para selecionarmos as ocorrências das formas compostas, seguimos as afirmações de Câmara Jr. e Said Ali, mencionadas na **seção 4**, que afirmam que só podemos considerar PPC a estrutura “TER conjugado no Presente do Indicativo + particípio invariável”; os casos encontrados em que o “particípio” funciona como predicativo do objeto – concorda em gênero e número com o verbo “ter” – não foram computados como forma do PPC, e serão comentados separadamente.

A seguir faremos algumas considerações sobre esses grupos de fatores.

7.1.1. Tempo real

Para realizar um estudo que contemple diferentes sincronias, recorreremos a textos escritos no Brasil entre os séculos XVI e XX, visando investigar a evolução do pretérito perfeito no PB e avaliar se houve perda da vitalidade da forma composta.

Em um estudo anterior – sobre o emprego do Pretérito Perfeito do modo Indicativo –, verificamos (cf. BARBOSA, 2003) a diminuição da frequência do uso da forma composta do

Pretérito Perfeito, no século XX (20% / 57), em relação ao século XIX (80% / 225). Tal resultado nos mostrou que essa forma está deixando de ser rentável no Português do Brasil, diferentemente do que ocorre nas outras línguas românicas.

Um outro estudo, que chegou a resultados comparáveis aos nossos (BARBOSA, 2003), é o realizado por Salvi (2001), que analisou textos da literatura jornalística traduzidos para o português. Nessa pesquisa, a autora, comparando amostras de diferentes tipos de revistas publicadas em inglês com suas edições em português, verificou que o *Present Perfect* do inglês é sistematicamente traduzido pelo Pretérito Perfeito Simples, inclusive quando expressa quantificação de eventos (iteração ou duração). Nessa última situação, Salvi salienta que na tradução se opta pelo **PPS + adjunto adverbial**, como podemos ilustrar por meio de um exemplo extraído do trabalho de autora (2001, p.14):

(01) “*TAM is changing and it’s changing once more because it **has never stopped** changing since its first flight [...] (p.05)⁹⁴*”

(01’) “[...] a TAM está mudando e está mudando novamente porque jamais **deixou** de mudar desde o seu primeiro voo [...] (p.05) (grifo nosso)

No fragmento em inglês (01), a forma no *Present Perfect* (*has stopped*) expressa repetição, indicando que as mudanças na empresa TAM ocorreram mais de uma vez a partir de um acontecimento (o primeiro voo). No texto em português (01’), a forma composta em inglês é traduzida para o Pretérito Perfeito e o sentido de repetição só é mantido devido à presença dos adjuntos adverbiais “jamais” e “desde o seu primeiro voo”.

Além disso, outro dado interessante que nos motivou a fazer um estudo diacrônico do Pretérito Perfeito do Português Brasileiro foi o fato de observarmos (cf. BARBOSA, 2003) que, entre as ocorrências da forma composta, 4% apareceram, na literatura do século XIX, expressando passado, com valor aspectual exclusivamente perfectivo, como mostram os seguintes exemplos:

(02) Já me **tenho referido** a esse assunto antes.

⁹⁴Salvi extraiu esse fragmento da Reportagem “Vocation for changes”, da Revista *Classe*.

(03) Com esse intuito já se **tem feito** bastante para tranquilizá-los.

Isso evidencia que, no século XIX, o PPC era usado, em algumas situações, exprimindo valor aspectual predominantemente perfectivo, tal como ocorre nas outras línguas românicas, como vimos na **seção 4**.

Em Barbosa (2003), pudemos observar também que 5% das ocorrências do Pretérito Perfeito Simples (100 / 2352) – todas encontradas em textos escritos do século XX – aparecem empregadas com valor durativo, acompanhadas de adjunto adverbial:

(04) Sempre **vivestes** sob o signo da síntese.

(05) A Europa **foi** sempre a grande amante.

(06) **Permaneceu** tão fielmente ligado á sua terra (...) até os dias de hoje.

(07) Que **sempre** caracterizaram esta que é uma instituição.

Assim, a partir desses resultados, comparando ocorrências do PPC e do PPS, encontradas em textos formais e informais, compreendidos entre os séculos XVI e XX, testar-se-á a hipótese de que houve um decréscimo no rendimento do Pretérito Perfeito Composto e um conseqüente aumento na utilização do Pretérito Perfeito Simples, levando a uma oposição entre o português e as demais línguas românicas. Consideramos, portanto que existe uma relação inversa entre o uso da forma composta e o período de tempo real.

7.1.2. Grau de formalidade

Fatores estilísticos muitas vezes se correlacionam à rentabilidade das formas lingüísticas. Segundo Tarallo (2002, p.46), a oposição **formalidade vs informalidade** do discurso⁹⁵ poderá ser considerada como fator extralingüístico condicionador de variação.

O primeiro trabalho que verificou variações de uso de uma forma lingüística de acordo com o contexto, formal ou informal, foi a pesquisa de Labov, em 1966, que comparou o falar dos americanos de Nova York – verificando, entre outros fenômenos, a presença ou ausência do **r** final de sílaba – em contextos diferentes de formalidade. Labov analisou a fala de indivíduos de

⁹⁵ Além desse fator, Tarallo também cita o nível sócio econômico, sexo, escolaridade e faixa etária do falante, que não serão utilizados em nossa pesquisa.

três lojas: a *Sacks Fifth Avenue*, que corresponderia ao nível social mais alto, localizada num quarteirão privilegiado, próximo a outros estabelecimentos de prestígio (grau maior de formalidade); a *Macy's*, que pode ser considerada como nível médio (intermediário), localizada próxima aos distritos comerciais com preços e prestígio médios; e por fim, a *S. Klein*, que seria a de menor prestígio social, próxima a bairros mais pobres da cidade, com menores preços (grau de formalidade mais baixo). A variante de prestígio em inglês é a pronúncia do *r* retroflexo, como *car*, ou *floor*, sendo a pronúncia “zero” (o apagamento do segmento consonantal) a variante de menos prestígio. Os dados foram obtidos fazendo-se perguntas para os funcionários das três lojas. Para Labov (1966), a expectativa era de que na loja que atende uma clientela mais rica, o funcionário procure utilizar variantes de prestígio, tal como seus clientes.

Essa hipótese se confirmou, pois, ao analisar os dados, Labov (1966) observou que os funcionários da loja de nível mais alto usavam a pronúncia de maior prestígio – *r* retroflexo. Além disso, na loja *Sacks*, foram comparadas as pronúncias do *r* nos andares superiores, mais formais, onde está disponível a moda de alta costura, que constituem, assim, um contexto mais formal, e no andar térreo, onde a mercadoria ficava exposta em grande número, proporcionando um contexto mais informal. Os resultados desta pesquisa mostraram que a diferença de contextos formal e informal levava os falantes a empregar, respectivamente, estilos também formais e informais.

Nessa mesma pesquisa, o autor mostra como os graus de formalidade afetam a variação de uma série de pronúncias no inglês, analisando cinco tipos de contextos diferentes: a entrevista com um informante, a leitura de um texto, a leitura de palavras, a leitura de pares mínimos e trechos de conversa informal fora da entrevista. A partir da análise dessas gravações, o autor observou que, quanto mais formal o contexto, mais a pronúncia se aproxima da variante de prestígio.

No Brasil, uma das primeiras pesquisas realizadas baseando-se no grau de formalidade no uso da língua foi o trabalho de concordância verbal de Naro e Lemle (1977), que analisaram entrevistas feitas com alunos do Mobral no Rio de Janeiro, realizadas na casa do informante, no seu trabalho e na casa dos entrevistadores. Esses locais foram classificados quanto ao discurso (formal, informal e não familiar), quanto ao contexto (familiar e muito formal) e quanto à situação, tendo-se obtido diferenças que mostram que em locais mais descontraídos os informantes utilizam menos a marca da terceira pessoa do plural nos verbos.

Além desses, muitos outros estudos passaram a adotar como um dos fatores relevantes para suas pesquisas a questão do grau de formalidade. Na língua escrita também podemos observar essa variação, como já foi abordado na **seção 5**, já que o escritor adapta o seu texto de acordo com a sua percepção de quem será o seu interlocutor (para quem escreve, lugar, assunto etc). Por exemplo, em um discurso político – que, como já discutimos, é previamente escrito –, caracterizado por pertencer a uma situação mais formal, a preocupação com a norma gramatical é maior; já em uma carta escrita para um amigo ou familiar, o foco é a comunicação, não havendo, provavelmente, uma preocupação excessiva com a escrita (com a norma). Dessa forma, podemos afirmar que o grau de formalidade do discurso pode influenciar na variação de uma forma lingüística, tanto em textos orais como em textos escritos.

Sendo assim, tendo em vista que o estilo formal tende à preservação da norma gramatical e resiste a mudanças, por meio da análise das ocorrências das formas simples e composta do Pretérito Perfeito do modo Indicativo em textos escritos com diferentes graus de formalidade – um grupo com tendência [+] formal e outro com tendência [-] formal – procuraremos descobrir se esse fator extralingüístico influi na freqüência de uma dessas formas temporais.

7.1.3. Telicidade do verbo

Coadunando-nos com os estudos de Castilho (1967) e Travaglia (1994), também consideramos essencial para esta pesquisa analisar o verbo propriamente dito, pois a tipologia verbal de base semântica pode influenciar no estudo do aspecto. Além disso, uma mesma flexão ou perífrase verbal, por exemplo, combinada com diferentes tipologias verbais, pode resultar na expressão de diferentes noções aspectuais.

Os sistemas de classificação usados para descrever as características semânticas dos verbos/predicados são diversos. Comrie (1976) aponta três distinções semânticas básicas: estativo *vs.* dinâmico, télico *vs.* atélico e pontual *vs.* durativo, descrevendo essas categorias de acordo com as situações denotadas pelos predicados:

a) os estativos (/ - dinâmicos/) descrevem situações involuntárias que não requerem energia para continuar (ex.: ser, ter, estar, ouvir);

b) os dinâmicos (/+ dinâmicos/) denotam situações que requerem uma constante infusão de energia (ex.: ir, andar, comprar, falar);

c) os télicos (/+ télicos/) concebem uma situação como tendo um ponto final bem definido, isto é, implicam um resultado final (ex.: chegar, cantar uma música, subir em uma pedra);

d) os atélicos (/ - télicos/) indicam apenas um ponto final arbitrário, não tem um término inerente (ex.: estudar, cantar, morar, saber);

e) os durativos (/ - pontuais/) referem-se a situações que duram algum tempo (ex.: saber, conversar, levar, caminhar);

f) os pontuais (/+ pontuais/): referem-se a situações pontuais, sem duração. (ex: pular).

Já Travaglia (1994), ao estudar o aspecto verbal pelo semantema do verbo (sentido próprio do verbo), cita os seguintes tipos de verbos que mais influenciam no aspecto expresso por perífrases ou pela flexão verbal:

a) verbos télicos e verbos atélicos;

b) verbos dinâmicos (que expressam processos e eventos) e verbos estáticos (principalmente verbos de estado).

Baseando-nos nesses estudos de tipologia verbal, levantamos a seguinte questão: a forma do Pretérito Perfeito “combinaria” com algum desses tipos de verbo?

Segundo Castilho (1966, p.143), como já discutimos no capítulo sobre o Pretérito Perfeito, o valor aspectual do Pretérito Perfeito Composto estaria relacionado com a telicidade do verbo, expressando:

(i) valor **durativo** se o verbo principal for **atélico** (*O senhor não pode calcular como essa doença me **tem** aborrecido*);

(ii) valor **iterativo** se o verbo for **télico** (*Tenho perdido um dinheirão por causa dele, nem tu imaginas*).

A partir dessa afirmação, testaremos a hipótese de que os valores aspectuais das formas verbais estudadas neste projeto relacionam-se com verbos **télicos** ou **atélicos**.

Em Barbosa (2003), nossa hipótese previa que o valor durativo ou iterativo do pretérito relaciona-se diretamente com o valor semântico da base nominal, por isso verificamos se o uso do PPC e PPS poderia ser correlacionado à classe das bases nominais. Para a análise do tipo de verbos, adotamos a classificação contida no Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo (DGV) de Borba et al. (1990):

(i) **Verbos de Ação:** trazem um traço de atividade relacionada a um agente. Por exemplo:

(08) O chefe político **escreveu** e **assinou** uma carta a um sicário (CO, 1921, p.78, GR)

(ii) **Verbos de Processo:** expressam sempre um acontecimento ou evento e têm um argumento (agente) afetado. Por exemplo:

(09) Os amores que **passaram** (O, 1974)

(10) Pertencço a uma geração que **creceu** embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. (O, 1995)

(iii) **Verbos de Estado:** expressam situação ou condição por meio de um núcleo verbal ou por meio de cópula que liga o núcleo nominal. O agente (A¹) pode ser inativo ou experimentador. Por exemplo:

(11) porque [outros governantes] **foram** criaturas sem compromisso com as coisas passáveis e matáveis deste mundo. (O, 1974)

(12) Meu avó, Lindolfo Collor, **foi** o autor da primeira carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. (O,1990)

(iv) **Verbos de Ação-Processo:** trazem o traço de atividade e indicam um acontecimento ou evento em que há um elemento afetado. Por exemplo:

(13) **queimei** os papéis (CO, 1921, p.80 GR)

(14) Não voltou. **Desliguei** a televisão com a orelha ardendo. Desapontado. (CO, 1977,

H)

Quanto ao tipo de verbo, entre as formas levantadas, em Barbosa (2003, p.86) chegamos aos seguintes resultados:

TABELA I - Tipo de verbos

TIPO DE VERBOS	PPS		PPC		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ação	689	88%	93	12%	782	100%
Processo	466	92%	40	8%	506	100%
Estado	717	89%	85	11%	802	100%
Ação-processo	480	88%	64	12%	544	100%

(Fonte: BARBOSA, 2003, p.86)

Podemos observar, por meios desses dados, que o PPS predomina em todas as classes verbais, com percentuais semelhantes entre si, variando de 88 a 92%. Somente com verbo de processo encontra-se um pequeno aumento (92% de PPS vs. 8% de PPC). Verificamos assim, a não possibilidade de estabelecer correlações.

Além disso, dentre as formas compostas, nessa mesma pesquisa, predominaram os verbos de ação (33%), seguidas por ação-processo (30%), estado (23%) e processo (11%). Já no PPS, a

distribuição foi mais equilibrada, com 31% dos verbos ou ação-processo, 29% de ação, e 20% tanto de processo como de estado. Atribuímos esse resultado ao fato de muitos dos textos - que fizeram parte do *cópus* da pesquisa de Barbosa - caracterizarem-se pelo modo de enunciação narrativo, em que predominam as ações (1º plano) sobre os estados e processos (2º plano).

Dessa forma, os resultados em Barbosa (2003) não permitem confirmar a hipótese de Cano (1998), segundo a qual o PPC ocorreria preferencialmente com verbos de estado e processo.

Outro ponto interessante abordado nessa pesquisa (BARBOSA, 2003) foi a associação dos resultados das análises feitas sobre a tipologia verbal com a realizada com base nas noções aspectuais iterativa e durativa. Observamos que, entre as 282 ocorrências de PPC, 272 foram encontradas expressando valores aspectuais de iteração e duração; e das 2352 ocorrências de PPS, 66 (todas acompanhadas de adjunto adverbial) foram encontradas exprimindo valores aspectuais de duração.

Verificamos também que, entre as formas de PPC, a relação **verbo de ação + iteração** obteve o maior índice de frequência e o **verbo de estado + iteração** o menor número de ocorrências. Entre as formas simples, a relação **verbo de processo + duração** foi a que apareceu com maior número de ocorrências e **verbo de ação + duração** a com menor índice de frequência. Cabe ressaltar que o PPS, independentemente do tipo do verbo, **não** foi encontrado com valor aspectual iterativo.

Esses resultados mostram-nos que o valor iterativo pode ser associado à ação verbal e que valor durativo se correlaciona a processo e estado, independentemente do tempo verbal.

Isso também confirmou a hipótese de que o Pretérito Perfeito Composto com valor **iterativo** pode ser associado à **descontinuidade**, e o **durativo** à **continuidade** (BARBOSA, 2003, p.95):

(15) Ele tem falado com um amigo.

[TEM FALADO = evento se repete dentro de um I_t]

(16) As importações de moléstias epidêmicas têm sido motivo disto.

[TÊM SIDO = evento que dura dentro de um I_t]

Com base nos resultados acima expostos, nesta pesquisa utilizaremos apenas a oposição semântica *télico vs. atélico*. Optamos por essa classificação, pois procuramos separar os tipos de verbos através de traços semânticos mais nucleares (*/± télicos/*); além disso, como vimos em Barbosa (2003), o valor iterativo pode ser associado à ação verbal e o valor durativo se correlaciona a processo e estado, independentemente do tempo verbal (Pretérito Perfeito Simples ou Pretérito Perfeito Composto).

Para analisarmos a telicidade dos verbos, partimos das definições dadas por Travaglia (1994):

Verbo télico é aquele que indica uma situação que necessariamente chega a um fim, ou seja, uma situação que marcha para um clímax ou um ponto terminal natural. Exemplos: decidir, fazer uma cadeira, morrer, nascer, explodir, engolir, etc (TRAVAGLIA, 1994, p.61)

Verbo atélico é aquele que indica uma situação que não tende a um fim necessário. Exemplos: cantar, chover, ler, caminhar, mastigar, andar, etc (TRAVAGLIA, 1994, p.61)

Além dessas definições, Travaglia discute um “possível teste” para podermos identificar se determinada forma verbal é *télica* ou *atélica*. Segundo o autor (1994), em um verbo *télico* um determinado evento não acaba antes de chegar no seu ponto terminal; se interrompermos o evento antes de chegar ao seu término necessário, ele não se concluirá. Nesse caso uma afirmação como (17) perderia seu valor de verdade:

(17) João fez uma cadeira. (TRAVAGLIA, 1994, p.62)

Se interrompermos o evento “fazer” antes de chegar ao seu fim, não temos a conclusão desse evento que é “fazer uma cadeira”.

Ao contrário do *télico*, em um verbo *atélico*, se interrompermos o evento no meio de seu processo, a afirmação no Pretérito Perfeito continua sendo verdadeira, vejamos o exemplo:

(18) João **leu**. (TRAVAGLIA, 1994, p.62)

Em (18), se pararmos essa situação durante o seu processo, João terá lido independentemente se foi um livro inteiro ou não, mas ele terá realizado a ação de “ler o livro”.

Assim, Travaglia deduz um teste para que possamos verificar se um verbo é atélico ou télico:

Se a frase com a perífrase “ESTÁ + GERÚNDIO do verbo em questão” não implica a frase com verbo no pret. perf. do ind., o verbo é **télico**; mas, se implica, então o verbo é **atélico**. (TRAVAGLIA, 1994, p.62)

Podemos ilustrar esse teste com os verbos “caminhar” e “engolir”: “Paulo ESTÁ ENGOLINDO a comida” não implica que “Paulo “engoliu a comida”, então, o verbo “engolir” é télico; já em “Paulo ESTÁ CAMINHANDO” implica que “Paulo caminhou”, então o verbo “caminhar” é atélico.

Travaglia ainda nos chama atenção para o fato de que esse “teste” não “funciona bem” com verbos que ele denomina de **estáticos**⁹⁶, já que indicam situações não-dinâmicas e uniformes em todas as fases do seu desenvolvimento. Entretanto, por expressarem eventos que não têm um fim obrigatório, Travaglia argumenta que podemos considerá-los como atélicos.

Além disso, é importante destacarmos que, concordando com Travaglia (1994, p.63), em alguns casos não podemos afirmar categoricamente se um verbo é **télico** ou **atélico**, pois ele pode “mudar de situação” e, conseqüentemente, alterar a sua classificação. Por exemplo, “*ler*” foi apresentado em (18) como atélico, mas na frase abaixo ele funciona como télico:

(19) João **está lendo** um livro (pois não implica que João leu um livro)

Isso ocorre, pois há situações em que temos a influência do complemento do verbo, principalmente, quando o complemento é unitário, como em (19), em que o complemento é “um livro”; ou em casos em que temos um delimitador de quantidade ou uma medida que estabelece um fim obrigatório para a situação, como em (20), ou a presença de um adjunto adverbial, como em (21) (cf. TRAVAGLIA, 1994, p.63):

⁹⁶ No grupo dos verbos **estáticos** está os verbos de estado (cf. Lobato, 1975, p.34) e verbos do tipo “saber” e “estar em”.

(20) João **andar**á 3 Km a pé [= temos a presença da medida 3km]

[João está andando 3 Km não implica que João andou 3 Km]

(21) João **correu durante meia hora esta manhã** [a presença do adjunto adverbial “durante meia hora esta manhã” delimita o tempo do evento]

Outro caso é o verbo atélico "jogar", que expressa uma ação com limites temporais não completamente definidos. No entanto, na frase "jogar uma partida de futebol", como o complemento do verbo é unitário, a expressão “jogar uma partida de futebol” passa a ser classificada como télica.

Sobre essa mudança de telicidade dos verbos, Castilho (1968, p.108-109) diz que é mais comum um verbo passar de télico para atélico do que vice-versa. Em sua pesquisa, esse autor registrou 20 casos de mudança de classe de télico para atélico e somente 06 de atélico para télico. Esse resultado é explicável, pois, para Castilho, um verbo télico expressa uma ação pontual e um verbo atélico expressa uma situação durativa, e quando uma situação pontual é identificada como durativa, ele diz que o verbo passou de télico a atélico.

Travaglia, porém, chegou a uma conclusão oposta à de Castilho, argumentando que os verbos télicos indicam normalmente situações pontuais, e os atélicos indicam situações durativas, entretanto isso não ocorre sempre, pois podemos encontrar situações durativas télicas, como foi o caso de “ler um livro” (exemplo 19). Além disso, de acordo com Travaglia, o que caracteriza um verbo télico ou atélico é sua tendência ou não para um fim necessário e não sua característica pontual ou durativa. Assim, uma mudança de classificação seria observada a partir desta sua tendência.

Outra discussão relevante é a feita por Comrie, em **Aspect** (1976, p.46-47), ao comentar que as possibilidades semânticas dos verbos télicos são restritas quando associados ao aspecto perfectivo e imperfectivo, pois algumas deduções lógicas podem ser feitas a partir da associação “télico + Perfectivo / Imperfectivo”, e não podem ser feitas a partir da associação “atélico + Perfectivo / Imperfectivo”. Por exemplo, na frase (22) temos o perfectivo de uma situação télica marcando que o ponto terminal do evento foi alcançado:

(22) Regina leu uma revista.

[implica a dedução lógica que a revista foi lida e que a leitura está acabada]

Cabe ressaltar que seguindo as discussões de Travaglia, o valor télico é atribuído devido à presença do complemento unitário “uma revista”. Já neste outro exemplo:

(23) José gostou de Luiza.

temos o perfectivo de um verbo atélico, porém isso não nos permite deduzir que algum ponto terminal do evento foi concluído.

Com base nessas reflexões, resolvemos adotar para esta pesquisa a definição de télico e atélico (e o teste) proposta por Travaglia, observando se os verbos que aparecem em nosso cópulo indicam ou não uma situação que tende a um fim necessário, e se a “interrupção” do evento afeta o seu completamento. É importante destacarmos que, além dessa proposta, ao classificarmos os verbos que apareceram em nosso cópulo, também verificamos o tipo de complemento que aparece acompanhando o verbo (se é unitário), a presença de um adjunto adverbial, delimitador ou medidor que possa influenciar na classificação télico ou atélico (como ocorre nos exemplos 20 e 21). Assim, sob esse ponto de vista o verbo “ler”, por exemplo, pode ser classificado como atélico, mas se estiver acompanhado de um complemento unitário (como “um livro”, “uma revista”) é classificado como télico.

Além disso, partindo dos apontamentos mencionados de Comrie e dos de Castilho, retomamos a pergunta feita no início desta seção e levantamos as seguintes questões:

- (i) um verbo télico associado ao PPS expressaria sempre uma situação acabada?
- (ii) o valor aspectual do Pretérito Perfeito Composto estará mesmo associado ao tipo de verbo, como apontou Castilho (1966, p.143), expressando valor aspectual durativo se o verbo é **atélico** e valor iterativo se o verbo é **télico**?

Essas perguntas serão respondidas a partir da análise das ocorrências de PPS e PPC encontradas em nosso cópuz.

7.1.4. Valores aspectuais

As primeiras pesquisas variacionistas baseavam-se em aspectos morfofonológicos; assim, tinha-se duas ou mais formas que se alternavam dentro de um mesmo contexto, com o mesmo valor semântico. Somente depois de muitos estudos de variação fonológica de orientação laboviana, vieram aparecer as primeiras análises variacionistas em outros campos (sintático, semântico, discursivo)⁹⁷. De acordo com Gryner e Omena (2003), as variáveis linguísticas internas, como, por exemplo, os valores semânticos, constituem um campo aberto à investigação.

Vimos, na **seção 3**, que o que distingue o PPS do PPC são os seus valores aspectuais, e não seus valores temporais. Em Barbosa (2003), partindo dessa mesma hipótese, verificamos que o PPS não ocorreu com valor iterativo e só apresenta valor durativo em 3% (66/2352) das ocorrências (sempre acompanhadas de adjunto adverbial), havendo a predominância do seu valor perfectivo (97%). Já o PPC apresentou distribuição relativamente equilibrada dos valores aspectuais iterativos (52%) e durativos (44%), ocorrendo com valor predominantemente perfectivo em apenas 4% dos casos⁹⁸.

Como já definido na **seção 4**, atribuímos a mesma definição temporal para o PPC e o PPS, e passamos a diferenciá-los com base em seus valores aspectuais. O valor básico do PPS é perfectivo (Maria **viveu** aqui), mas como já destacamos, esse tempo pode assumir um valor predominantemente durativo ou iterativo quando associado a um adjunto, como no exemplo:

(24) Carlos sempre **viveu** em Campinas.

↳ Duração (predomina) + perfectivo

O PPC apesar de expressar perfectividade, possui dois valores aspectuais básicos, que dependem da interação auxiliar + verbo base:

⁹⁷ Os primeiros estudos realizados sobre o português falado pela equipe do PEUL já incorporavam categorias semânticas como fator de análise.

⁹⁸ As 4% das ocorrências foram encontradas no cópuz do século XIX.

(25) Carlos **tem estado** cansado.



Perfectivo + durativo (predominante)

(26) Carlos **tem ido** à Maceió,



Perfectivo + iterativo (predominante)

Dessa forma, acreditamos que, embora existam valores aspectuais combinados, sempre haverá um valor aspectual predominante ou básico. Assim, partindo dessa proposta aspectual para o PPC e o PPS, com base nos dados de Barbosa (2003) e partilhando do mesmo ponto de vista que Gryner e Omena (2003) – explorar traços semânticos, como telicidade e valores aspectuais –, analisaremos as formas encontradas em nosso cópuz quanto a seus valores aspectuais iterativo, durativo ou perfectivo para verificar se, desde o século XVI, já se observava a especialização de sentido que caracteriza o português perante as demais línguas românicas ou se o valor aspectual predominante do Perfeito Composto se desenvolveu mais tardiamente.

7.1.5. Presença ou ausência de adjunto adverbial

Não há qualquer dúvida, entre todos os autores consultados, da relação existente entre o aspecto e os adjuntos adverbiais. Castilho (1968), por exemplo, aponta várias situações em que o adjunto adverbial seria, junto com o verbo, um dos responsáveis pela expressão dessa categoria em uma determinada frase. Segundo esse autor, os adjuntos adverbiais que estão envolvidos em uma frase, que tenha o aspecto manifestado, são sempre temporais.

Travaglia acrescenta, ainda, que as noções aspectuais que recebem a influência dos adjuntos adverbiais são: o iterativo, o durativo, o inceptivo, o terminativo e o perfectivo (acabado). Desses valores aspectuais citados pelo autor, trabalhamos com três – iterativo,

durativo e perfectivo. Por isso, dos empregos dos adjuntos apontados pelo autor, utilizaremos neste trabalho duas funções⁹⁹:

a) marcar aspecto em combinação com a forma verbal:

(27) Miguel sempre **morou** com os avós.

[o advérbio SEMPRE marca aspecto durativo combinado com o Pretérito Perfeito Simples]

b) reforçar um aspecto expresso pela forma verbal, tornando-o mais patente:

(28) Marcio já **devolveu** o livro na biblioteca.

[o advérbio JÁ reforça que o evento se completou dentro de um intervalo de tempo passado]

A partir dessas duas funções dos advérbios, verificaremos se, no caso do PPS e do PPC, os advérbios possuem as mesmas funções, e com qual uso e com qual dessas duas formas verbais os advérbios são mais frequentes.

7.2. Fatores de análise do PE vs. PB

Para realizarmos o estudo comparativo das variedades do português (PE vs. PB), utilizamos as mesmas ocorrências encontradas no PB do século XX, e as comparamos com as ocorrências selecionadas do PE, século XX, encontradas em um cópulo montado durante o nosso estágio PDEE (financiado pela CAPES), realizado na Universidade de Lisboa.

Analizamos as formas do PE segundo os fatores arrolados na seção anterior, com exceção do primeiro (tempo real). Para que pudéssemos utilizar o pacote estatístico VARBRUL para auxiliar na nossa análise quantitativa e qualitativa, criamos um novo grupo de fatores: “variedade do português”.

⁹⁹ Em nosso cópulo, as frases que possuíam adjunto adverbial expressando por si só valores semânticos (como no exemplo citado na seção 2.4.1. **A interpretação semântica dos tempos verbais, deste trabalho:** “Eu sou você amanhã” foram codificados no Varbrul por meio do fator “não se aplica (/).

Como já mencionamos anteriormente, Silva (1998), ao procurar descrever o funcionamento dos tempos compostos no português europeu, afirma, sem apresentar dados estatísticos, que o Pretérito Perfeito Composto é uma forma frequente no Português Europeu atual. Silva também ressalta, assim como vimos em Barbosa (2003), que o perfeito composto possui características aspectuais de iteração e duração.

Como sabemos, fatores históricos, características sociais e culturais fazem do Brasil e de Portugal países distintos; no entanto, seriam essas diferenças tão marcantes na língua, tal como se tende a crer? Essa é uma das principais questões que procuraremos responder no decorrer de nossa pesquisa.

Assim, optamos por realizar um estudo comparativo entre as formas simples e compostas do Pretérito Perfeito do PB e as do PE para verificar se os usos e funções dessas formas aqui no Brasil também estão presentes na variedade européia, bem como se o possível fenômeno de especialização do Perfeito Composto é algo particular ao português do Brasil ou se também pode ser observado no de Portugal.

8. ANÁLISE DOS DADOS DO PE vs. PB

Podemos observar que a mudança em uma língua no decorrer do tempo tem relação com as transformações de conceitos de vida de uma sociedade, mudança das artes, da filosofia, da ciência etc. Essa evolução temporal, essa mudança diacrônica ou histórica é uma das evidências claras de que ocorre a variação nas línguas.

Não podemos esquecer também, como já mencionamos no primeiro capítulo, que a língua também varia no espaço, razão pela qual o português, por exemplo, apresenta variedades, como ocorre nos países em que é considerada uma língua oficial: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (cf. CASTRO, 2004).

Vimos, também no **seção 1** desta tese, que entre o Português Europeu (PE) e o Brasileiro (PB) podemos identificar algumas diferenças em diversos níveis lingüísticos (fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical). Mas será que em relação aos usos e funções do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Composto (PPC) no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE) atual existiria alguma dissimilitude? O PPC seria uma forma “frequente” no PE, como aponta Silva (cf. SILVA, 1998, p.12), ou seria uma forma de pouco rendimento, assim como ocorre no PB - como constamos em Barbosa (2003) – devido a suas restrições semânticas, como o traços [+genérico] e [+indefinido]? Na revisão bibliográfica do emprego do PPC e PPS no PE (cf. **seção 4.**, subseção **4.4.**) essas formas parecem possuir empregos semelhantes nessas duas variedades do Português.

Tentamos responder a estas questões montando um cópús do Português Europeu do século XX e o comparando com um do Português Brasileiro da mesma época, para que assim pudéssemos confrontar os usos desses dois tempos nas duas variedades.

Após a montagem do cópús (cf. **seção 6**), selecionamos as ocorrências das formas verbais simples e composta do Pretérito Perfeito do modo Indicativo, e as analisamos segundo os grupos de fatores mencionados na **seção 7**: (a) variedades do português atual (PE vs. PB); (b) grau de formalidade dos textos; (c) semantema do verbo (télico vs. atélico); (d) valor semântico (iterativo, durativo e perfectivo); (e) presença ou ausência de adjunto adverbial. Em seguida, utilizamos o pacote de programas estatísticos VARBUL. Além disso, fizemos os cruzamentos

dos resultados encontrados, para que assim identificássemos as similaridades e as diferenças dos empregos das formas do PPC e PPS nessas duas variedades do português.

8.1 Confrontando as ocorrências em PE e PB

A seguir apresentaremos os resultados da análise dos fatores no PE vs. PB.

8.1.1. O PPC e o PPS nas duas variedades do Português atual

Comparando as ocorrências do PPC e PPS no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE), chegamos aos seguintes índices gerais:

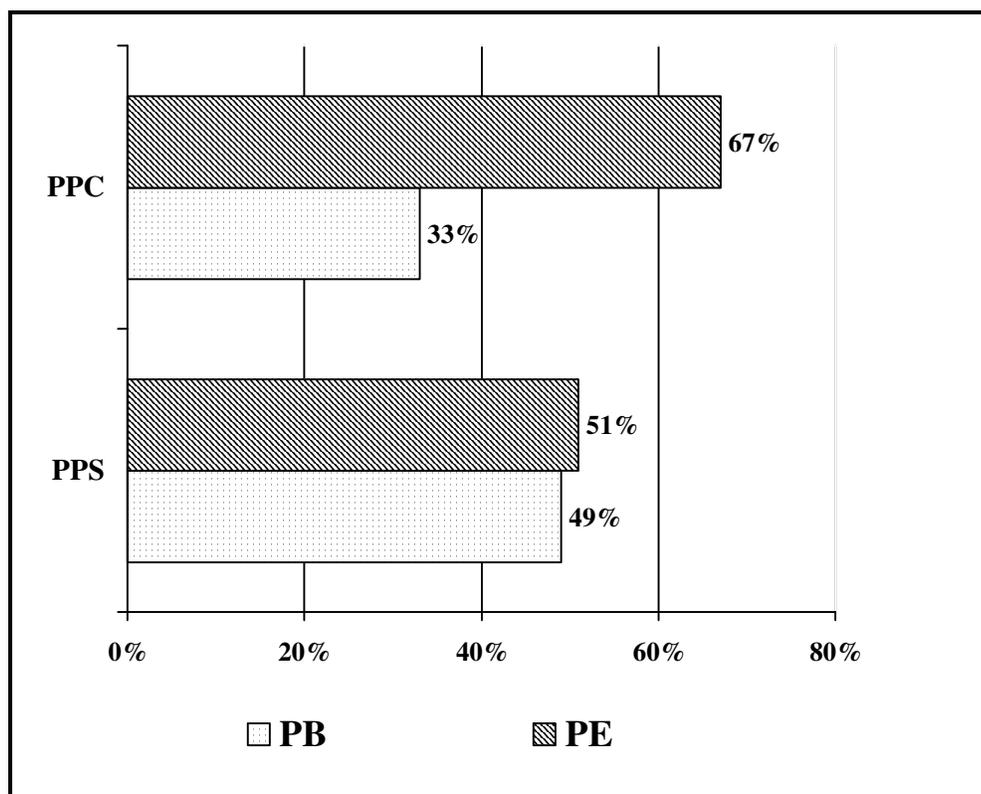
Tabela I - Ocorrências do PPC e PPS no PE e no PB do século XX

	PPS		PPC		TOTAL	
	Nº.	→%	Nº.	→%	(Leitura Horizontal →)	
PE	564	90%	61	10%	625	100 %
PB	543	95%	30	5%	573	100 %

Como podemos perceber, as ocorrências do PPS, tanto no PE (564 / 90%) como no PB (543 / 95%), mostram-nos que, nessas duas variedades, o PPC é uma forma verbal de pouca rentabilidade. Esta constatação se assemelha à de Barbosa sobre o PPC no Português Brasileiro do século XX e contraria a afirmação de Silva (1998, p.12) sobre a frequência do PPC no Português Europeu.

Além disso, graficamente, fazendo uma leitura vertical da **Tabela I** acima, chegamos a outros resultados:

Gráfico I - Porcentagem do PPS e do PPC no PE e no PB



Como podemos perceber nesse **Gráfico I**, a partir da leitura vertical da **Tabela I**, a forma composta é numericamente mais produtiva no PE (61 / 67%) do que no PB (30 / 33%). Porém, é importante destacar que essa diferença não implica, necessariamente, que o Pretérito Perfeito Composto (PPC) possui empregos distintos nas duas variedades analisadas neste trabalho; esses dados serão explicados mais detalhadamente após a análise dos outros grupos de fatores e dos cruzamentos de dados.

8.1.2. Variedade do português vs. Valores aspectuais das formas verbais

Ao confrontarmos os dados da variedade do português com os dados dos valores semânticos (traços aspectuais: iteração, duração e predominantemente perfectivo) expressos pelas formas verbais simples e compostas selecionadas em nosso cópulo, tentamos verificar se o PPS ou o PPC, em alguma das variedades, possuía um valor aspectual mais produtivo. Observemos os resultados encontrados:

Tabela II - Valores aspectuais do PPC nas variedades do Português

	PPC			
	PE		PB	
	Nº	↓%	Nº	↓%
Iteração	35	57%	18	60%
Duração	26	43%	12	40%
Perfectivo	-	-	-	-
TOTAL (Leitura Vertical ↓)	61	100%	30	100%

Os dados da **Tabela II** demonstram que o PPC, em ambas variedades do português, não ocorre com valor predominantemente perfectivo, apenas com valores iterativos (no PE, com 57% das ocorrências; e no PB, com 60%) e durativos (no PE, com 43% das ocorrências; e no PB, com 40%). Esses dados corroboram as definições adotadas para esse tempo verbal no **seção 4.** desta tese: o PPC, ao contrário de outras línguas românicas, no português atual é um quantificador de eventos, expressando pluralidade, como, por exemplo:

(a) expressando duração:

(01) Vinte e cinco anos de existência atribulada e porventura mal amada, o ensino politécnico **tem sofrido** de alguma maldição ou, no mínimo, de maledicência, decorrentes do simples atrevimento de existir e ter posto fim a mais de 700 anos de monopólio do ensino universitário.
(PE, O, 1998, JB)

(02) sobretudo se nos damos conta de que, tradicionalmente, a tendência da administração pública no Brasil **tem sido** a de aumentar os tributos sempre que não tenha coragem de cortar os gastos públicos ou de enfrentar os sonegadores. (PB, O,1990)

(b) expressando iteração:

(03) Muito se **tem dito** e **escrito** acerca do ensino politécnico e da sua importância, ou não, como subsistema do ensino superior, e pouco se **tem dito** e **escrito** que corresponda verdadeiramente ao seu relevante papel como instituição formadora capaz de recuperar um desenvolvimento regional que tarda, e quase nada sobre a realidade política e científica que conduziu à sua criação. (PE, O, 1998, JB)

(04) Calcula-se que nada menos do que 90% de todo o comércio exterior brasileiro **tem feito** isso através de nossos portos (PB, O,1990)

Tabela III - Valores aspectuais do PPS nas variedades do Português

	PPS			
	PE		PB	
	Nº	↓%	Nº	↓%
Iteração	-	-	1	0,3%
Duração	8	1%	4	0,7%
Perfectivo	556	99%	538	99%
TOTAL (Leitura Vertical ↓)	564	100%	543	100%

O PPS, na **Tabela III**, aparece com maior número de ocorrências expressando valor aspectual perfectivo, 99% tanto no PE quanto no PB (cf. exemplos 05 e 06); com poucas ocorrências exprimindo duração (1% no PE e 0,7% no PB; cf. exemplos 07 e 08) e apenas uma ocorrência no PB com valor de iteração (cf exemplo 09):

(a) valor perfectivo:

(05) Certo diretor de jornal fluminense **contratou** o mestre Cambará de Melo para organizar as vírgulas do seu conceituado diário. (PB, O, 1974)

(06) Dois rapazes **chegaram** num Hamical de corrida. **Entraram** e um deles ao olhar para o Gras, grita para o outro com grande espanto: Olha o carro onde o Pascoaes **deu** um trambolhão! **Achei**-lhe imensa graça! O rapaz **dirigiu**-se depois a mim, perguntando-me se eu conhecia o Pascoaes [...] (PE, CO, 1926, TP)

b) valor durativo:

(07) Não imagina quanto apreço tenho pela sua inteligência e cultura. Quanto me **impressionou sempre** o seu poder de penetração intelectual e a maneira clara como expõe os seus pontos de vistas. (PE, CO, 1948, ML)

(08) Fico feliz porque V. Ex^a expressa um ponto de vista que **foi sempre** o meu. (PB, O, 1990)

(c) valor iterativo (único exemplo, encontrado no PB):

(09) Durante anos, o bom João **plantou** sua lavoura muito nacional, muita flor de resedá. (PB, O, 1974)

Esses resultados também confirmam a nossa hipótese de que o PPS, assim como o PPC, também pode expressar pluralidade, porém cada um de um modo específico.

Assim, podemos afirmar que, nas duas variedades do Português, o PPS predomina expressando valor perfectivo, como nos exemplos:

(10) Num artigo que eu **achei** engraçadíssimo, intitulado “Luz, Câmara, ...gaffe!!!” está escrito que no filme de “Robin Hood” Kevin Costner brincava com pólvora quando nessa época o Marco Polo ainda não a tinha trazido da China. No entanto, depois de ter visto o filme, **reparei** que quem brincava com a pólvora era o amigo “mouro” de Robin, Azeem, ou seja, **foi** ele quem trouxe a pólvora do norte da África, onde já havia sido divulgada. O salteador usaria pólvora posteriormente para salvar os seus amigos da forca, mas quem já **viu** o filme já sabe o resto... (PE, CO, 1994, R)

(11) **Adotei** aquele teu processo de meter reticências nos lugares que deveriam mais tarde ser ocupados por palavras recalcitrantes. (PB, CO, 1921, p.78, GR)

Esses resultados permitem-nos observar que o PPC e o PPS expressam valores aspectuais semelhantes no Português Brasileiro (PB) e Europeu (PE) contemporâneos. O cruzamento entre o fator “presença ou ausência de adjunto adverbial” e a variedade do português (PE e PB) nos apoiará nessa análise.

8.1.3. Variedade do Português vs. Ausência/presença de adjunto adverbial

A análise dos resultados da seção anterior aponta para uma possível semelhança no emprego do PPC e do PPS no Português Brasileiro (PB) e Europeu (PE). Em ambas as variedades, a forma composta ocorreu predominantemente com valores aspectuais iterativo e durativo e a forma simples como perfectivo.

Outro grupo de fatores analisado foi a “presença/ausência de adjunto adverbial” nas frases em que foram encontradas as formas simples e compostas do Pretérito Perfeito. Primeiramente observamos presença ou não de adjunto na frase. No caso de presença, verificamos qual função o adjunto – como já descrevemos na **seção 6** – exercia: (i) marcava aspecto em combinação com a forma verbal (Carina sempre **morou** em Barcelona. / o advérbio SEMPRE marca aspecto durativo ou habitual combinado com o aspecto perfectivo expresso pela forma verbal]; ou reforçava um aspecto expresso pela forma verbal (O cachorro já **bebeu** toda a sua água. / o

advérbio JÁ reforça o valor aspectual expresso pelo tempo verbal: o evento se concluiu dentro de um intervalo de tempo passado)

Vejamos agora a análise da presença/ausência de adjuntos adverbiais nas ocorrências do PPC:

Tabela IV - As ocorrências do adjunto adverbial vs. Variedade do Português no PPC

	PPC			
	PE		PB	
	Nº	↓%	Nº	↓%
Reforço	4	7%	1	3%
Ausência de adjunto adverbial	57	93%	29	97%
Combinação “Adjunto+forma verbal”	-	-	-	-
TOTAL (Leitura Vertical ↓)	61	100%	30	100%

Na **Tabela IV**, constatamos que 93% no PE e 97% no PB das ocorrências do PPC foram encontradas sem a presença de um adjunto adverbial. Esse resultado confirma a nossa hipótese – fazendo uma associação com os resultados obtidos na seção **9.1.2.** – de que a forma composta expressa iteração e duração por si só, sem necessariamente estar acompanhada de adjunto adverbial.

Além disso, esses resultados nos permitem afirmar que esta propriedade do PPC é aplicável tanto para o Português Brasileiro (PB) como para o Português Europeu (PE). Para ilustrarmos essa constatação, podemos citar os exemplos (01) a (04) da seção anterior.

Além disso, das 91 (96%) ocorrências do PPC (61 ocorrências no PE e 30 no PB), apenas 4 (4%), 03 em PE e 01 em PB, estão acompanhadas de adjunto adverbial, reforçando¹⁰⁰ o valor semântico já expresso pela forma composta:

(12) **Tenho** por várias vezes me **dirigido** ao povo de Pernambuco, mas em poucas oportunidades com tanta tranqüilidade e com tanta consciência do dever cumprido. (PB, O, 1989)

(13) Ultimamente **tenho composto** algumas poesias, uma em tercetos, [...] e uma em quadras dedicadas a minha Musa. (PE, CO, 1924, TP)

(14) Quem não aguentou fui eu e desde essa altura que **tenho saído** com um rapaz diferente cada fim-de-semana. (PE, CO, 1995, R)

(15) Desde de que a revista saiu que **tenho comprado** todos os números e reconheço que é uma revista deveras interessante. Com artigos diferentes e muito porreiros. (PE, CO, 1994, R)

Para o Pretérito Perfeito Simples (PPS) computamos os seguintes resultados:

Tabela V - As ocorrências do adjunto adverbial vs. Variedade do Português no PPS

	PPS			
	PE		PB	
	Nº	↓%	Nº	↓%
Reforço	47	8%	36	6,3%
Ausência de adjunto adverbial	509	90%	503	93%
Combinação “Adjunto+forma verbal”	8	2%	4	0,7%
TOTAL	564	100%	543	100%
(Leitura Vertical ↓)				

¹⁰⁰ A estrutura “desde que”, encontrada acompanhando o PPC, foi considerada como “reforço” do valor aspectual já expresso pela forma composta., marcando o momento que a pluralização do evento se iniciou. Não poderíamos considerá-la como “combinação”, pois essa estrutura não expressa pluralidade por si só.

Entre as ocorrências da forma simples, assim como aconteceu entre as ocorrências da forma composta, predominou a ausência de adjunto adverbial: 90 % no PE e 93% no PB. Além disso, apenas 8% do PPS na variedade europeia e 6,3% na brasileira apareceram em situações em que o adjunto reforça o valor aspectual perfectivo expresso pela forma verbal, como nos exemplos abaixo:

(16) Já antontem lhe **escrevi**, em resposta à sua primeira carta, perfeitamente encantado com suas palavras que me tocaram no íntimo do coração. (PE, CO, 1924, TP)

(17) Arre! Também! já lêste "O Primo Basílio?" Se não, não leias que te perverterá o nobre coração. (PB, CO, 1904, ML)

(18) Estou apaixonada por um rapaz. Já me enrolei um bocado com ele, mas embora me pedisse, não fiz amor com ele. (PE, CO, 1995, R)

E, por fim, com menor produtividade nas duas variedades (2% no PE e 0,7% no PB) temos o caso de combinação do “PPS+adjunto adverbial”. Nesse caso, o PPS, auxiliado pelo adjunto, exprime duração e iteração¹⁰¹ - como já havíamos observado na seção **9.1.2. Variedade do português vs. Valores semânticos das formas verbais**. Para ilustrarmos o PPS expressando, combinado com adjunto adverbiais, eventos pluralizados podemos citar os seguintes exemplos extraídos do nosso córpus (cf. também exemplos (07 – 09):

(19) Sempre adorei ser o centro de todas as atenções – com amigos, na escola, quando estou com um rapaz ... até quando ando pela rua. (PE, CO, 1994, R) – (Duração)

(20) Fico feliz porque V. Ex^a expressa um ponto de vista que **foi sempre** o meu. (PB, O, 1990)

Esses resultados indicam - assim como os encontrados nas seções anteriores -, que o Pretérito Perfeito Simples (PPS) e o Pretérito Perfeito Composto (PPC) possuem funções semelhantes no PE e no PB.

8.1.4. Variedade do Português vs. Telicidade do verbo

¹⁰¹ A combinação “PPS+adjunto adverbial” expressando iteração ocorreu apenas uma vez, no PB, como mostra o exemplo (09).

Para analisarmos a telicidade dos verbos, partimos das concepções defendidas por Travaglia (1994). Consideramos verbo **télico** aquele que exprime uma situação que “caminha” para um clímax ou ponto terminal natural e verbo **atélico** aquele que expressa uma situação que não tende a um fim necessário (cf. **Seção 6**, desta tese).

O número de ocorrências dos tipos de verbos (télico ou atélico), encontrados conjugados em PPS e PPC, cruzado com o o número de ocorrências do grupo de fatores “variedade do português” nos levou aos seguintes resultados:

Tabela VI - Telicidade do verbo vs. Variedade do Português no PPC

PPC				
	PE		PB	
	Nº	↓%	Nº	↓%
Télico	23	38%	12	40%
Atélico	38	62%	18	60%
TOTAL (Leitura Vertical ↓)	61	100%	30	100%

Tabela VII - Telicidade do verbo vs. Variedade do Português no PPS

PPS				
	PE		PB	
	Nº	↓	Nº	↓
Télico	314	56%	373	69%
Atélico	250	44%	170	31%
TOTAL (Leitura Vertical ↓)	564	100%	543	100%

Na **Tabela VI**, verificamos que o PPC tende a ocorrer com mais freqüência com verbos atélicos tanto no PE (62%) como no PB (60%). Por outro lado, para a forma simples, como podemos observar na **Tabela VII**, encontramos maior número de ocorrências dos verbos télicos: 56% no PE e 69% no PB.

Essa análise quantitativa dos dados nos permite constatar, apoiando-nos no estudo do tipo de verbos (telicidade), que o PPS e o PPC possuem comportamentos semelhantes nas duas variedades do Português.

Para refinarmos essa análise, devemos, além de analisarmos quantitativamente, fazer um estudo qualitativo desses dados. Para isso será necessário levar em consideração o cruzamento entre os grupos de fatores “telicidade” e o “valor semântico”.

Observemos o cruzamento desses fatores para o PPC:

Tabela VIII - Telicidade vs. Valores Aspectuais do PPC no PE e PB

PPC			
	Télico	Atélico	TOTAL

	Nº	→%	Nº	→	Nº	→%
iteração	36	68%	17	32%	53	100%
duração	1	3,6%	27	96,4%	28	100%
perfectivo	-	50%	-	50%	0	100%

Nessa tabela verificamos, fazendo uma leitura horizontal, que das 53 ocorrências do PPC com valor iterativo, 36 (68%) são com verbos télicos e 17 (32%) com verbos atélicos; e das 28 ocorrências exprimindo o valor durativo, apenas 1 (3,6%) ocorre com verbos télicos e 27 (96,4%) são com verbos atélicos. Esses dados demonstram que – relacionando esses resultados com os da análise do **Tabela VI** - a hipótese de Castilho (1966) é válida tanto para o PE quanto para o PB:

(a) Iteração + verbos télicos:

(21) Calcula-se que nada menos do que 90% de todo o comércio exterior brasileiro **tem feito** isso através de nossos portos (PB, O,1990)

(22) **Tenho entregue** na Livraria Portugália, que os tem distribuído também por outras livrarias, os números de “Cvltvra” que me têm sido enviados. (PE, CO, 1948, ML)

(b) Duração+verbos atélicos:

(23) Até aqui o nosso pobre livro **tem vivido** à sombra dos privilégios concedidos à imprensa e às revistas. (PB, CO, 1926, ML)

(24) Em vez de apresentar desculpas pela carta tão afectuosa que tanto gostei de receber, prefiro contar-lhe, embora resumidamente, o que **tem sido** a minha vida nos últimos dez meses [...] (PE, CO, 1948, ML)

A leitura vertical da **Tabela VIII** comprova essa nossa análise, mostrando-nos também, entre as ocorrências da forma composta, a predominância do valor iterativo no grupo dos verbos télicos (97%) e a predominância do valor durativo no grupo dos verbos atélicos (61%).

Já para o PPS temos os seguintes resultados:

Tabela IX - Telicidade vs. Valores Aspectuais do PPS no PE e PB

PPS						
	Télico		Atélico		TOTAL	
	Nº	→%	Nº	→%	Nº	→%
iteração	1	100%	-	0%	1	100%
duração	3	25%	9	75%	12	100%
perfectivo	693	63%	401	37%	1094	100%

A tabela acima demonstra que das 1094 formas simples com valor perfectivo, temos um maior número de ocorrências com verbos télicos (693 / 63%) que com verbos atélicos (401 / 37%). Associando esse resultado com os encontrados no **Tabela VII** – em que observamos maior produtividade dos verbos télicos com PPS tanto no PE como no PB – podemos levantar a hipótese de que o PPS é mais produtivo com verbos télicos nas duas variedades do português, pois este tipo de verbo “indica uma situação que necessariamente chega a um fim” (cf. **seção 7**, subseção **7.1.3. Telicidade do verbo**), e a forma simples, expressa, sem estar acompanhada de adjunto, um evento acabado, ou seja, com um fim dentro de um determinado intervalo de tempo:

(25) O jornaleco vagabundo de que te **mandei** umas amostras. (PB, CO, 1921, p.77, GR)

(26) Andava com um rapaz e as coisas corriam bem[...] Um dia **entrei** num bar e vi-o beijar um homem. [...] Por isso resolvi acabar a relação. (PE, CO, 1995, R)

Assim, constatamos que, em relação ao tipo de verbo, télico ou atélico, as formas simples e compostas no PE e no PB aparecem com o mesmo comportamento, evidenciando que a nossa proposta de definição do PPC para o PB pode ser aplicada também para o PE.

8.1.5. Grau de Formalidade vs. Variedade do Português

Por fim, ao cruzarmos os resultados obtidos da análise do grupo de fatores “variedade do português (PE e PB)” com os obtidos pelo último grupo de análise, o “grau de formalidade”, chegamos aos seguintes resultados:

Tabela X - Variedade do português vs. Grau de formalidade no PPC

	PPC					
	[-] Formal		[+] Formal		TOTAL	
	(Leitura Horizontal →)		(Leitura Horizontal →)		(Leitura Horizontal →)	
	Nº	→	Nº	→	Nº	→%
PE	27	44%	34	56%	61	100%
PB	17	57%	13	43%	30	100%

Na **Tabela X** podemos observar que as ocorrências do PPC no PE e no PB não apresentam diferenças (os números são próximos) e não variam de acordo com o grau de formalidade. Esses resultados vêm consolidar a hipótese de que o que condiciona o uso dessa forma composta é o seu valor semântico específico: utilizamos o PPC para expressar eventos de forma genérica e indefinida, com valores de iteração ou duração, independentemente do grau de formalidade do texto. Além disso, embora apareça uma pequena diferença quantitativa entre os usos do PPC no PE e no PB – no PE temos baixa ocorrência do PPC em contextos [-] formais (27 ocorrências) e no PB em contextos [+] formais (13 ocorrências) – qualitativamente essa variação numérica não é relevante, pois os usos dessas duas formas verbais são semelhantes nas

duas variedades do português estudadas; o que condicionou o uso desses tempos foram as suas restrições semânticas citadas anteriormente.

Tabela XI - Variedade do Português vs. Grau de Formalidade no PPS

	PPS					
	[-] Formal		[+] Formal		TOTAL	
	(Leitura Horizontal →)		(Leitura Horizontal →)		(Leitura Horizontal →)	
	Nº	→	Nº	→	Nº	→%
PE	382	68%	182	32%	564	100%
PB	398	73%	145	27%	543	100%

Quanto ao PPS, na **Tabela XI**, verificamos que, tanto no PB quanto no PE, o número de ocorrências foi próximo. Entretanto, podemos observar que houve maior frequência de PPS nos textos [-] formais: no PE encontramos 382 (68%) formas simples e no PB, 398 (73%). Acreditamos que isso ocorre porque os textos [-] formais de nosso corpus são compostos por cartas informais e, em sua maioria, contêm diversos trechos com narrativas de fatos passados (perfectivos), como por exemplo:

(27) Sempre **fui** uma miúda certinha, incapaz de sair com dois rapazes ao mesmo tempo. Mas o meu problema **começou** quando o meu namorado me **disse** que tínhamos que acabar por que no Natal se estava a aproximar e ele, muito sem-vergonha, não sabia se conseguiria agüentar sem me por os cornos. (PE, CO, 1995, R)

(28) Teça, **escrevi** há dias ao Heitor mas creio que a carta não **chegou**. Hoje escrevo de novo, explicando o que há. [PB, CO, 1916, ML]

Por outro lado, os textos [+] formais que compõem o nosso corpus são um conjunto de discursos elaborados por políticos, comandantes do exército, membros da Academia de Letras e

presidentes de partidos, que se caracterizam por possuírem em seu conteúdo promessas, comentários, situações de uso que não favorecem o emprego do PPS.

Como podemos perceber a partir desses dados, também podemos verificar similitudes no uso do PPC e do PPS nas duas variedades do português.

8.2. Outros casos

Encontramos em nosso cópulo do PE a seguinte ocorrência:

(29) **Tenho guardado** um artigo seu, intitulado “Arte e Liberdade”, que me mandou em 1943, já de Luanda. Acha que poderia publicá-lo agora [...] (PE, CO, 1948, ML)

Nessa frase, temos a forma ter+particípio variável: se alterássemos o nome masculino “artigo” para um nome feminino, teríamos a seguinte frase:

(29’) **Tenho guardadA** uma bolsa sua [...]

Podemos perceber que o particípio também concordaria em gênero e número com o nome (no caso, bolsa). Esse exemplo nos faz lembrar da forma que deu origem ao PPC, como vimos na **seção 5** sobre a formação do PPC.

Assim como afirmam Câmara Jr. (1956) e Said Ali (1964), não consideramos essa ocorrência como PPC; entretanto, é importante ressaltar que esse dado indica que esse tipo de emprego do verbo “ter+particípio variável” ainda pode ocorrer, mesmo que com baixa frequência no português.

Outro exemplo encontrado em nosso cópulo, do PB, que também não foi considerado PPC é:

(30) Teca, procurei pulseira que servisse para você, mas não achei; há umas que **têm escrito** “lembrança” e custam \$6000. (PB, CO, 1959, ML)

Cabe destacar que não consideramos essa ocorrência como PPC, pois é possível interpretar que o verbo “ter” foi empregado como verbo pleno, acompanhado de um complemento (objeto), o substantivo feminino “lembrança”. Podemos reescrever essa frase da seguinte forma:

(30')...há umas [pulseiras] que têm “lembrança” escrito e custam \$6000.

(30'') ...há umas [pulseiras] que têm “lembrança” escrita e custam \$6000.

Essa construção, assim como (29), remete-nos à estrutura de posse, discutida por Mattos e Silva (cf. **seção 5**). Além disso, sugere que, embora a forma “tenho as cartas escritas” origine o PPC e tenha caído em desuso, ainda podemos encontrar alguns vestígios dessa construção.

8.3. O emprego do PPC e do PPS no Português Brasileiro e Europeu

A partir da comparação entre vários grupos de fatores (traços aspectuais, presença e/ou ausência de adjunto, telicidade e grau de formalidade) – que auxiliam na interpretação das formas simples e composta - e a variedade do Português, observamos que não existe nenhuma diferença significativa no emprego do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Composto (PPC) no PE e no PB. Sendo assim, podemos concluir que o PPS e o PPC possuem características e funções semelhantes nas duas variedades.

O Pretérito Perfeito do modo Indicativo no português, de um modo geral, confirmando as nossas hipóteses, possui as seguintes características:

- a. a forma simples e a forma composta possuem a mesma definição temporal;
- b. o PPC é um operador quantificacional, que expressa pluralidade de eventos (iteração ou duração) por si só, sem o auxílio de adjuntos adverbiais;
- c. o PPC é menos produtivo do que o PPS por ser usado apenas em situações semânticas restritas [+genéricas] e [+indefinidas]. Essa característica justifica o resultado do **gráfico I**: encontramos mais ocorrências do PPC no PE (61 ocorrências) em relação ao PB (30 ocorrências), pois os textos do PE, que constituem o nosso *cópus*, favorecem o emprego

da forma composta: possuem muitos contextos em que o falante quer expressar a pluralidade de eventos de forma genérica e indefinida . A percentagem maior da forma composta no PE, portanto, não implica que ela possua usos e funções diferentes nas duas variedades do português;

- d. o PPS expressa, predominantemente, aspecto perfectivo, podendo, em algumas situações, ao combinar-se com adjuntos adverbiais, expressar duração ou iteração.

Como podemos observar o PPS e o PPC possuem funções semelhantes nas duas variedades do português analisadas. Constatando o estado atual dessas formas verbais no PE e no PB, resolvemos realizar um estudo diacrônico no Português Brasileiro (PB) para que assim pudéssemos observar o desenvolvimento dessas formas verbais desde a sua origem, no século XVI. Tentaremos verificar, na próxima seção, se o Pretérito Perfeito Simples (PPS) e o Pretérito Perfeito Composto (PPC) no Português Brasileiro (PB) sempre possuíram (ou não) as características aspectuais que os distinguem .

9. ESTUDO DIACRÔNICO DO PRETÉRITO PERFEITO

"O passado é por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa."
(Marc Bloch)¹⁰²

Após a análise comparativa realizada na seção anterior, constatamos que o Pretérito Perfeito Simples (PPS) e o Pretérito Perfeito Composto (PPC) possuem usos e funções semelhantes em duas variedades do português: no Português Europeu (PE) e no Português Brasileiro (PB).

Observamos também, como já havíamos discutido na **Seção 4**, que a forma composta no português possui funções diferentes em relação a outras línguas românicas, como francês e o espanhol (dependendo da região), sendo empregado, principalmente, como um operador quantificacional, exprimindo a pluralização de eventos sem o auxílio de adjuntos adverbiais.

A partir da constatação dos usos do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC) no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE) contemporâneo, resolvemos fazer uma “viagem diacrônica” na história da variedade brasileira e, por meio de amostras dessa língua, tentar verificar as possíveis variações e/ou mudanças sofridas por essas duas formas pretéritas ao longo do tempo.

Sendo assim, nesta seção, apresentaremos um estudo descritivo-comparativo das duas formas verbais pretéritas– Pretérito Perfeito Simples (PPS) e o Pretérito Perfeito Composto (PPC) – no Português Brasileiro (PB) escrito desde a sua origem, século XVI¹⁰³, até o contemporâneo, século XX. Vimos que (cf. **Seção 1**, subseção **1.1.2. Estudos diacrônicos: o estudo da língua em tempo real**), por meio da análise diacrônica, podemos identificar o momento de aparecimento (ou morte) de uma determinada variante lingüística, e/ou suas variações de usos, que podem implicar em uma mudança.

¹⁰² BLOCH, M. **Introdução à história**. Lisboa: Publicação Europa-América, p.55.

¹⁰³ Cabe lembrar que as manifestações escritas no século XVI ainda não constituíam PB, e nem sempre eram escritas por brasileiros, por isso, adotamos como critério selecionarmos apenas textos escritos no Brasil por portugueses (ou brasileiros) – como mencionado na **Seção 5** - para compor o nosso corpus deste século. A partir do século XVII, selecionamos apenas os escritos por brasileiros.

Com base, então, nos princípios de variação e mudança, verificaremos se houve uma especialização no uso da forma composta ou se ela nunca possuiu o mesmo uso encontrado em outras línguas românicas, assim como testaremos a nossa hipótese de caracterização do PPC e do PPS, elaborada na **Seção 4**, no qual atribuímos a essas duas formas a mesma definição temporal e as diferenciamos quanto aos seus valores aspectuais.

Para isso selecionamos 3129 ocorrências de Pretérito Perfeito do nosso corpus do PB – já descrito na **Seção 6** -, distribuídas nas formas simples e composta, como mostra a **Tabela I** abaixo:

Tabela I - Ocorrências do Pretérito Perfeito no PB do século XVI ao XX

	PPC		PPS	
	Nº.	↓%	Nº.	↓%
XVI	73	25%	595	21%
XVII	40	14%	691	24%
XVIII	77	27%	459	16%
XIX	67	23%	554	20%
XX	30	11%	543	19%
Subtotal₁	287	100%	2842	100%
TOTAL	3129			

Analisamos essas ocorrências de acordo com os grupos de fatores¹⁰⁴ definidos na **Seção 7**: (a) tempo real; (b) grau de formalidade dos textos; (c) telicidade do verbo (télico vs. atélico); (d) valor semântico (iterativo, durativo e predominantemente perfectivo); (e) presença ou ausência de adjunto adverbial. Em seguida, fizemos o cruzamento do fator “tempo real” com os demais, para melhor interpretarmos os dados e estabelecermos o percurso do PPC e do PPS no Português Brasileiro.

9.1. Análise das ocorrências no PB

¹⁰⁴ Utilizamos, para auxiliar a nossa análise, o pacote de programas estatísticos VARBUL.

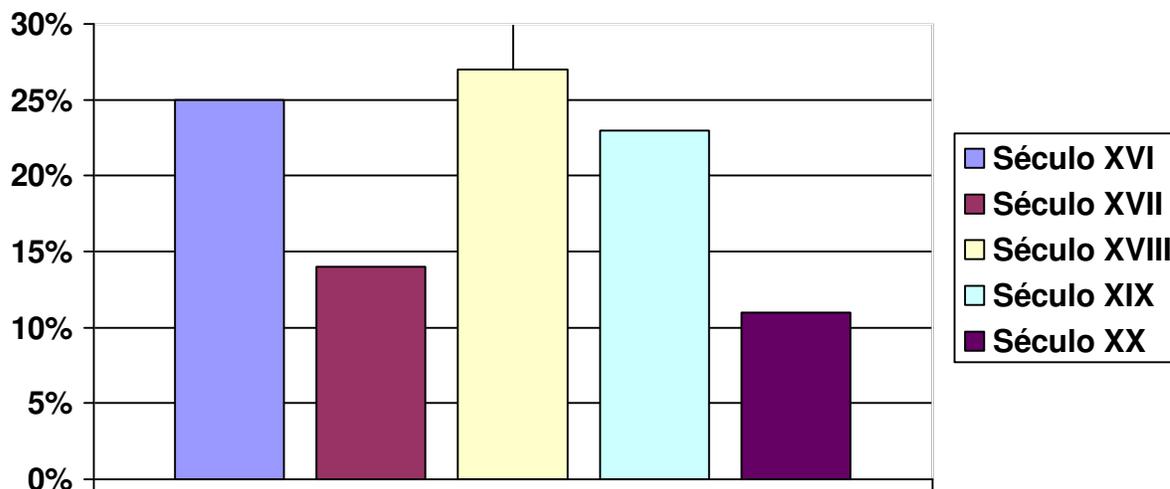
A seguir discutiremos os resultados da análise das ocorrências do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Composto (PPC) encontradas na amostra do Português Brasileiro (PB) escrito que compõem o nosso cópulus.

9.1.1. Estudo do tempo real

Confrontando as ocorrências de PPC e PPS em cada século (cf. **Tabela I**) – fazendo uma leitura horizontal –, verificamos que, como esperado, desde o século XVI, a forma composta possui baixa ocorrência em relação à forma simples.

As ocorrências das formas compostas na **Tabela I** podem ser graficamente representadas:

Gráfico I - Ocorrências do PPC: século XVI ao XX



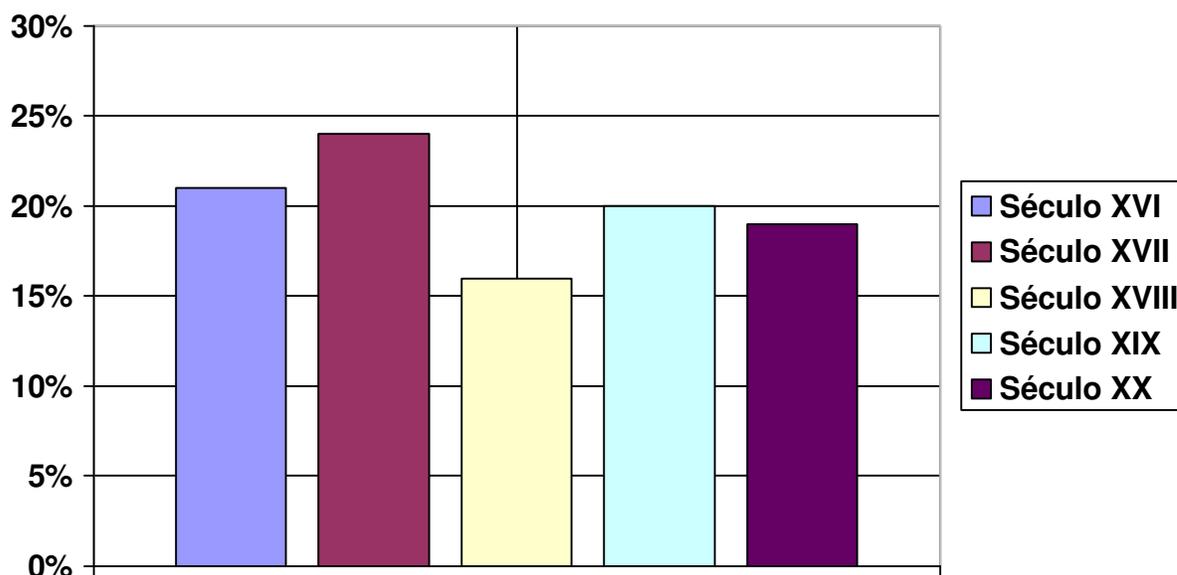
A partir deste gráfico podemos observar que o PPC manteve, do século XVI ao XIX, uma porcentagem de ocorrências em torno de 20% (variando entre 25% a 27%), com exceção do século XVII em que seu índice de ocorrências é de 14%. Acreditamos que isso ocorre devido às próprias restrições semânticas do Pretérito Perfeito Composto (PPC), já que, como veremos na **subseção 9.1.2. Estudos do tempo real vs. valores semânticos**, a forma composta já aparece

como um operador quantificacional nesse período, ou seja, os textos que compõem a amostra do século XVII não possuíam contextos em que era necessário o emprego do PPC.

No **gráfico I** podemos também observar que no século XX a rentabilidade da forma composta cai para 11 %, indicando-nos que o PPC no Português Brasileiro (PB), aparentemente, sofre um decréscimo em seu uso. Este resultado pode estar associado ao fato de que o PPC foi se especializando como um operador quantificacional, deixando de expressar exclusivamente perfectividade e passando a exprimir predominantemente iteração e duração; o decréscimo de seu uso no século XX, então, poderia ser justificado devido às suas restrições semântico-discursivas, que se tornaram mais patentes. Entretanto esta hipótese só poderá ser confirmada com a análise dos outros fatores.

Já as ocorrências do PPS (cf. **Tabela I**) podem ser assim representadas:

Gráfico II - Ocorrências do PPS: século XVI ao XX



O **Gráfico II** mostra-nos que a forma simples manteve seu percentual de ocorrências equilibrado no período de tempo que compreende a nossa análise, do século XVI ao XX, variando entre 16% a 24%. O maior rendimento dessa forma aparece no século XVII (24%), ocasionada devido ao maior número de trechos narrativos nos textos que compõem o corpus dessa época, como mostram os fragmentos abaixo:

(01) Meu amantíssimo padre Antônio Maria. (...) **recebi** outras duas cartas, a que não **respondi** até agora por falta de embarcação ou por não ter notícia dela. Agora o farei, não tão largamente como quisera, pela grande consolação que recebo com falar com V. M. [...] Hoje faz oito dias que **degolaram** no nosso terreiro o fidalgo que de lá **veio** preso pelas mortes de sua mulher e filhas, e **foi** a sua cabeça para ser posta no lugar do delito. Queira Deus que este exemplo faça algum fruto; mas que se pode esperar de uma morte quando tantas e tão repetidas não **bastaram** para emendar os que ainda se não acham livres totalmente do perigo? (PB, CO, 1687, CB)

(02) Meu irmão e sobrinho com tôdas suas famílias, posto que delas não **houve** quem escapasse da doença, todos **livraram** com vida. Eles já tem carta de seguro, mas neste tempo ninguém **tratou** de outro livramento mais que da morte. Não se **livraram** dela as duas partes mais rijas, [...] (PB, CO, 1686, PV).

9.1.2. Estudo do tempo real vs. valores aspectuais

Essa análise do tempo real pode ser correlacionada com a análise dos valores semânticos expressos pelas formas simples e compostas. Observemos os resultados encontrados no PPC:

Tabela II - Valores aspectuais do PPC no PB: século XVI ao XX

	PPC							
	PERFECTIVO		ITERATIVO		DURATIVO		TOTAL	
	Nº	→%	Nº	→%	Nº	→%	Nº	→%
XVI	37	51%	30	42%	5	7%	73	100%
XVII	13	33%	26	65%	1	2%	40	100%
XVIII	18	23%	52	68%	7	9%	77	100%
XIX	3	5%	45	67%	19	28%	100	100%
XX	0	-	18	60%	12	40%	30	100%

No **Tabela II** podemos observar que o PPC aparece no século XVI com 51% de ocorrências com valor exclusivamente perfectivo em relação aos outros valores aspectuais. Essa porcentagem vai diminuindo ao longo dos séculos (33% no XVII, 23% no XVIII e 5% no XIX)

até chegar no século XX sem nenhuma ocorrência da forma composta expressando estritamente valor de um evento “acabado”. Isso nos mostra que o PPC foi gradativamente se especializando no PB, tornando-se um operador aspectual (iteração e duração).

Para ilustrar as ocorrências do PPC com valor apenas perfectivo, observemos os seguintes exemplos:

(03) Trabalhamos de saber a lingua delles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos.

Temos determinado ir viver com as aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com elles a lingua e il-os doutrinando pouco a pouco. (PB, O, 1549, PMN)

(04) Eu **tenho mandado** o Tome de Sousa daquy desta capitania hum pilloto que he sobrinho de Pero do campo (O, 1550, p.19)

(05) Porquanto, muitos dos Cristãos, que aqui **têm vindo**, submeteram os mesmos ao jugo de Cristo, e foram eles assim obrigados a fazer por força o que não se resolveriam a fazer por amor. (CO, 1554, CJ)

(06) eu as que poderei dar a V. Ex^a minhas são de que **tenho chegado** a esta Capital no dia 31 de outubro (O,1769, CV)

Nesses exemplos as formas compostas podem ser substituídas pela forma simples:

(03') Trabalhamos de saber a lingua delles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos. **já DETERMINAMOS** ir viver com as aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com elles a lingua e il-os doutrinando pouco a pouco. (PB, O, 1549, PMN)

(04') Eu **MANDEI** o Tome de Sousa daquy desta capitania hum pilloto que he sobrinho de Pero do campo (O, 1550, p.19)

(05') Porquanto, muitos dos Cristãos, que aqui **VIERAM**, submeteram os mesmos ao jugo de Cristo, e foram eles assim obrigados a fazer por força o que não se resolveriam a fazer por amor. (CO, 1554, CJ)

(06') eu as que poderei dar a V. Ex^a minhas são de que **CHEGUEI** a esta Capital no dia 31 de outubro (O,1769, CV)

É importante destacar que, no século XIX, as três ocorrências do PPC apenas com valor de um evento que está concluído dentro de uma intervalo de tempo (perfectivo) foram acompanhadas do adjunto adverbial “já”; ou seja, a combinação PPC+adjunto adverbial (já) resultou em uma interpretação exclusivamente perfectiva, como, por exemplo, em:

(07) Meu caro Barão já lhe **tenho escrito** diversas cartas mas ainda não tive o prazer de reconhecer nas que recebo da Europa a sua caligrafia. (PB, CO, 1881, JN)

Isso indica que, já no século XIX, o PPC era utilizado preferencialmente expressando iteração e duração. É importante salientar que a combinação PPC+adjunto adverbial (já) também aparece nos século XVI, XVII e XVIII:

(08) Por outras cartas vos **tenho já escrito** de minha disposição, a qual cada dia se renova, de maneira que nenhuma diferença ha de mim a um são, ainda que algumas vezes não deixo de ter algumas relíquias das enfermidades passadas. (CO, 1554, CJ)

(09) Ao Governador de Pernambuco **já tenho escrito** com todo o aperto, remetesse os cinco mil cruzados, com aquela Capitania há de contribuir para o sustento da dita colonia.[...] (PB, CO, 1697, CB)

(10) assim como a dracma se perdeu em um lugar da casa, podendo cair em todos, assim eu me contentarei com mostrar a Santo Antônio deparador de almas perdidas nos dois vícios universais em que mais ordinariamente caem os homens, e as almas se perdem. Quais sejam estes dois vícios, bem creio que antes de eu os nomear, o **tendes já entendido**; mas no Evangelho temos duas figuras

que, sem mudar os trajos nem o apelido, por seu próprio nome nos dizem quais são. Diz o Evangelho que a mulher buscou a moeda, e estas são as duas coisas que perdem mais almas: a moeda e a mulher, Uns se perdem pelas dracmas, outros pelas damas. A cobiça cega a uns, a sensualidade cega a outros, e a cobiça e a sensualidade juntamente a quase todos. E estes são os dois feitiços que levam após si o mundo, e o trazem perdido. (PB, O, 1657, PV)

(11) **Já tenho advertido** a Vossa mercê se não intrometa na jurisdição dos juizes câmaras dessa Capitania não embaraçando as acusações e diligências da justiça, porque de qualquer procedimento desta têm as partes o recurso ordinário de que devem usar quando se achem agravadas, agora se queixa o juiz e oficiais da Câmara da vila da Vitória, do excesso com que Vossa Mercê se houve acerca de uns barreiros e como este procedimento é incivil e extraordinário; advirto a Vossa Mercê se abstenha destes excessos por serem contra o serviço de Sua Majestade, (CO, 1751, COC)

No **Tabela II** também podemos constatar que o PPC com valor iterativo ocorre com menor índice no século XVI (42%), aumentando a partir do século XVII para índices que ficam entre 60% e 68%. O valor durativo também aparece desde o século XVI (7%), porém, ao contrário do iterativo, torna-se mais produtivo somente nos séculos XIX (28%) e XX (40%). O uso mais freqüente da forma composta com valor aspectual predominantemente iterativo no século XX (60%) confirma as hipóteses de Boléo (1936), Viana (1901) e Ilari (2001) – que parte desses dois primeiros autores citados – mencionadas na seção em que realizamos uma revisão bibliográfica sobre os usos da forma composta:

(i) “o passado composto exprime iteração” (ILARI, 2001, p.134);

(ii) o “PC assume eventualmente valor de continuidade [duração]” (ILARI, 2001, p.143). Esse “eventual” valor aspectual durativo do PPC, como veremos, está relacionado, como já apontava Castilho (1967), ao semantema do verbo (no caso, a telicidade verbal).

Assim, podemos afirmar que os resultados acima expostos comprovam que o PPC foi se estabelecendo ao longo do tempo no PB como um operador aspectual, deixando de expressar perfectividade e passando a expressar valores [+genéricos] e [+indefinidos].

Cabe ressaltarmos que, ao analisarmos essas ocorrências, o valor exclusivamente perfectivo do PPC era explícito, como no exemplo abaixo:

(12) Tambem mepareseu dizer a vossa excellenca que he muito nesesario que vossa excellenca Mande dar ademe nistrasam aos ReLigiozos doCarmo do Convento de mogi por estar nodestrito ou a outro quaLquer que vossa excellenca for servido, para que posam por hú ReLigiozo Capaz para o ademenistrar eodoutrinar por que de pRezente estam moRendo semCom fisam esaCramentos por ser distantes dehuã viLa eoutra e Como **tem faLesido** o Cappitam mor da dita ALdea hé nesesario que vossa excellenca sendoser vido mande prover outro eomais Capaz que ha hé hû por nome Sebastião dasiLva que he oportador desta eser muito zeLozo para as Couzas daALdea (O, XVIII, CAI)

Nesse exemplo o próprio verbo principal “falecer” (classificado como télico) não permite uma interpretação iterativa ou durativa, sendo possível a substituição da forma composta pela simples:

(12') [...] Como **FALECEU** o Cappitam mor da dita ALdea hé nesesario que vossa excellenca sendoser vido mande prover outro eomais Capaz [...]

Ou ainda em :

(13) Já **tenho escrito** a Vossa Senhoria por carta de 14 de Maio, deste ano, dando lhe o paragem de sua chegada a esse Rio na suposição do tempo, em que o considerei partido de Lisboa: mas uns patachos que agora dele vieram para este porto, me desenganaram de se haver Vossa Senhoria dilatado na Corte, para lograr a viagem com maior felicidade. (CO, XVII, GGB)

(14) Sim, não se trata somente de sermos justos, devemos ser penitentes; devemos mostrar à face de Deus e dos outros homens que nos arrependemos de tudo o que nesta parte **temos obrado** no

passado contra a justiça e contra a religião, que nos bradam acordes que não façamos aos outros o que queremos que não nos façam a nós. (O, XVIII, JB)

Em que a informação “por carta de 14 de maio” e o advérbio “já” em (13) e “no passados” em (14) tornam patente a interpretação estritamente perfectiva, sendo possível o emprego do PPC no lugar da forma composta:

(13’) Já **ESCREVI** a Vossa Senhoria por carta de 14 de Maio, [...]

(14’) [...]de tudo o que nesta parte **OBRAMOS** “no passado contra a justiça e contra a religião. [...]

Temos ainda casos como o exemplo (15):

(15) Já **tenho dito** muyta parte de minha dor a V. M.; muytas más dores me ficavão pêra com ele desabafar, que por carta se não podem dizer. Peço-lhe pola charidade de Christo N. Senhor com que sempre me amou, que a soberba e ygnorancia que nesta conhecerá, emende paternalmente e, quanto nele for, faça socorrer a este pobre Brasil do que ele bem sabe que lhe será necessário pêra tantas ynfirmidades quantas tem, pêra que esta piquena faísca de fee e amor divino, que agora se começa acender nos corações deste gentio, se continue e não se apague, pois Christo N. Senhor venit hunc ignem mittere in terram et vult ut accendantur. Ele lhe dê por sua misericórdia a sua paz na terra e a gloria nos ceos. Amen. (CO, XVI, CBJ)

Em que novamente a forma simples poderia ser empregada no lugar do PPC:

(15’) Já **DISSE** muyta parte de minha dor a V. M.; muytas más dores me ficavão pêra com ele desabafar, [...]

Acrescentamos ainda que, embora essa ocorrência do PPC esteja acompanhada do advérbio “já”, que reforça a noção de perfectivo, acreditamos que, se a excluíssemos, a

interpretação estritamente perfectiva continuaria sendo possível já que nesse fragmento – carta de Padre Manuel da Nóbrega – o emissor se refere aos fatos já contados ao seu receptor:

(15'') **tenho dito** muyta parte de minha dor a V. M.; muytas maís dores me ficavão pêra com ele desabafar, [...]

(15'') **DISSE** muyta parte de minha dor a V. M.; muytas maís dores me ficavão pêra com ele desabafar, [...]

Cabe ressaltar que, em situações em que o PPC é usado com valor predominantemente perfectivo, o seu uso não parece ser idêntico ao PPS; em alguns casos é possível interpretar que o falante quer, além de marcar um “evento acabado” dentro de um intervalo de tempo, também enfatizar o término do evento, como por exemplo:

(16) Até agora sempre tenho estado em Piratininga, que é a primeira aldeia de Índios, que está 10 léguas do mar, como em outras cartas **tenho escrito**, em a qual estarei por agora, porque é terra mui boa; e porque não tinha purgas nem regalos de enfermaria (CO, 1554, CJ)

Em que podemos entender como “PPS+já”: :

(16') Até agora sempre tenho estado em Piratininga, que é a primeira aldeia de Índios, que está 10 léguas do mar, como **COMO JÁ ESCREVI EM OUTRAS CARTAS**, em a qual estarei por agora, porque é terra mui boa; e porque não tinha purgas nem regalos de enfermaria (CO, 1554, CJ)

Entretanto em outros casos tivemos dificuldades de estabelecer se o PPC estava expressando predominante valor perfectivo, ou se estava, juntamente com esse valor, exprimindo também iteração e duração, como ocorre no Português Brasileiro contemporâneo (cf. seção anterior). Isso se deu, principalmente, em textos escritos em séculos anteriores, e embora recorrêssemos ao contexto (mais amplo), nem sempre conseguimos chegar a uma conclusão exata, como ocorre em:

(17) [...] os favores que devem esperar de sua Real grandeza; e de que e hei de ser, assim enquanto, no Brasil estiver, como depois de me ver na Corte, um solícito instrumento; porque confesso a Vossas Mercês, que me veio, obrigadíssimo a tudo o que Vossas Mercês me escrevem. Ficará Sua Majestade entendendo, quão diversa é a opinião que o nome de Paulistas tem granjeado no conceito de alguns, contra o zelo, e a mor que mostram ter a seu Real serviço, ; e eu tenho experimentado em Vossas Mercês, por cujas palavras ouço a todos esses Povos, que em Vossas Mercês se representam Sua Majestade **tenho proposto** o único meio de se mandar o dinheiro dessas Capitánias, a esta Casa da Moeda, sem os inconvenientes das distâncias, e rios que ha por terra; e da pouca segurança das embarcações da costa, para poder vir sem perigo: e é passarem por aqui as frotas do Rio de janeiro, quando, daquele porto vierem, para trazerem o dinheiro, e quando voltarem de Portugal, para o levarem. (CO, XVII, GGB)

(17') ? [...] os favores que devem esperar de sua Real grandeza; e de que e hei de ser, assim enquanto, no Brasil estiver, como depois de me ver na Corte, um solícito instrumento; porque confesso a Vossas Mercês, que me veio, obrigadíssimo a tudo o que Vossas Mercês me escrevem. Ficará Sua Majestade entendendo, quão diversa é a opinião que o nome de Paulistas tem granjeado no conceito de alguns, contra o zelo, e a mor que mostram ter a seu Real serviço, ; e eu tenho experimentado em Vossas Mercês, por cujas palavras ouço a todos esses Povos, que em Vossas Mercês se representam Sua Majestade (**JÁ?**) **PROPUS** o único meio de se mandar o dinheiro dessas Capitánias, a esta Casa da Moeda, sem os inconvenientes das distâncias, e rios que ha por terra; e da pouca segurança das embarcações da costa, para poder vir sem perigo: e é passarem por aqui as frotas do Rio de janeiro, quando, daquele porto vierem, para trazerem o dinheiro, e quando voltarem de Portugal, para o levarem.

Nesse exemplo as interpretações aspectuais possível seriam:

- (i) de um evento “acabado”, ou seja, exprimindo uma noção exclusivamente perfectiva, tornado, assim, o exemplo (15') verdadeiro, ou
- (ii) de um evento que se repete dentro de um intervalo de tempo (iteração).

Acabamos considerando o valor aspectual da ocorrência de PPC, do exemplo (16), como iterativa, pois o contexto da carta aponta para uma proposta que o emissor já estava fazendo por repetidas vezes. Outro exemplo seria:

(18) Vi a conta que Vossas Mercês me deram na sua carta de dez do corrente, sobre o excesso com que. Padre Fernandes Aranha procedia mandando arrancar perniciosamente as mandiocas, que Mais de ,5 lavradores assistentes nas suas terras, **tem plantado** nelas (CO, XVIII, MA)

Aqui também poderíamos entender “tem plantado” como uma ação que se repete ao longo de um intervalo de tempo, porém optamos por uma interpretação exclusivamente perfectiva, já que o contexto nos leva a entender que os lavradores já haviam plantado as mandiocas e que elas foram arrancadas “perniciosamente” pelo Padre Fernandes Aranha.

Essa dificuldade de chegarmos, em alguns casos, a uma conclusão exata de com qual valor semântico aspectual predominante o Pretérito Perfeito Composto (PPC) foi empregado em outros séculos, revela-nos que, provavelmente, essa forma passou por um período de variação, em que o seu uso com valor quantificacional já era permitido, mas ainda não estava cristalizado, pois em alguns contextos – do mesmo período – ainda podemos encontrar, claramente, o seu emprego com valor estritamente perfectivo.

Observemos agora os resultados encontrados no PPS:

Tabela III - Valores aspectuais do PPS no PB: século XVI ao XX

	PPS							
	PERFECTIVO		ITERATIVO		DURATIVO		TOTAL	
	N°	→%	N°	→%	N°	→%	N°	→%
XVI	589	99%	0	0%	6	1%	595	100%
XVII	681	98,6%	1	0,1%	9	1,3%	691	100%
XVIII	448	98%	0	0%	11	2%	459	100%
XIX	542	98%	0	0%	12	2%	554	100%

XX	538	99%	1	0,7%	4	0,7%	543	100%
-----------	-----	------------	---	-------------	---	-------------	-----	-------------

Por outro lado, na **Tabela III**, vemos que o PPS exprime valor perfectivo desde o século XVI, mantendo um percentual de ocorrências constante até o século XX: 99% no XVI, 98,6% no XVI, 98% no XVIII e no XIX e 99% no XX. Isso implica que no PB o Pretérito Perfeito Simples sempre atuou com valor aspectual predominantemente perfectivo. Além disso, verificamos que, acompanhado de adjunto adverbial, o PPS também pode, a seu modo, expressar eventos plurais: o número de ocorrências do PPS exprimindo duração foi constante (variou entre 1% e 2% das ocorrências) nos séculos XVI ao XX; já com valor iterativo, encontramos apenas duas ocorrências, uma no século XVII e outra no XX (este último já citado na **Seção 8**).

9.1.3. Estudo do tempo real vs. Presença/ausência de adjuntos adverbiais

A análise da presença/ausência de adjuntos adverbiais acompanhando o PPC e o PPS no Português Brasileiro (PB) auxilia na interpretação dos seus valores aspectuais ao longo do tempo. Na forma composta, encontramos os seguintes resultados:

Tabela IV - O PPC e os adjuntos adverbiais do século XVI ao XX

	PPC			
	COMBINAÇÃO	REFORÇO	AUSÊNCIA	TOTAL
	Nº →%	Nº →%	Nº →%	Nº →%
XVI	14 19%	0 -	59 81%	73 100%
XVII	4 10%	0 -	36 90%	40 100%

XVIII	5	6%	2	3%	70	91%	77	100%
XIX	3	5%	4	6%	60	89%	67	100%
XX	0	-	0	-	30	100%	30	100%

A **Tabela IV** demonstra que, desde o século XVI, predomina o emprego de PPC sem a presença de adjuntos adverbiais (percentual entre 81% e 100%). Entretanto, embora seja uma diferença pequena, é relevante o fato de, no século XVI, a forma composta possuir maior número de ocorrências com adjuntos adverbiais (19%). É também nesse período que, como vimos na **Tabela II**, encontramos a maior percentagem de PPC com valor perfectivo. Isso nos levou a rever os resultados do século XVI e a fazer o cruzamento dos fatores “valores aspectuais” vs. “presença/ausência de adjunto adverbial”:

Tabela V – Cruzamento dos fatores valores aspectuais vs. presença/ausência de adjunto adverbial no século XVI (PPC)

SÉCULO XX	PPC				
	AUSÊNCIA DE ADJUNTO ADVERBIAL	PRESENÇA DE ADJUNTO ADVERBIAL			TOTAL
		REFORÇO	COMBINAÇÃO		
Nº →%	Nº →%	Nº	→%	Nº →%	
ITERAÇÃO	27 87%	01 3%	03	10%	31 100%
DURAÇÃO	04 80%	- -	01	20%	5 100%
PERFECTIVO	28 76%	02 5%	07	19%	37 100%

Como podemos observar, embora a ausência de adjunto com PPC predomine, como já apontado na **Tabela IV**, o cruzamento dos fatores revelou que a maioria das ocorrências do PPC expressando **iteração** aparece sem a presença de adjunto, sugerindo que já nesse século a forma composta expressava pluralidade de eventos por si só. Por outro lado, a percentagem de PPC exprimindo valor **exclusivamente perfectivo** sem estar acompanhado se adjunto foi um pouco menor (76%), indicando que o uso dessa forma estava, muitas vezes, relacionado à ausência ou presença de adjunto. Esse resultado é confirmando quando analisamos as ocorrências de PPC acompanhadas de adjunto: as 13 ocorrências são com o advérbio “já”, que, atuando junto (reforço

ou combinação) com a forma composta, auxilia na expressão do valor exclusivamente perfectivo. Os exemplos já citados, (07) e (08), ilustram este caso: (07) Meu caro Barão **já** lhe **tenho escrito** diversas cartas mas ainda não tive o prazer de reconhecer nas que recebo da Europa a sua caligrafia. (PB, CO, 1881, JN). (08) Por outras cartas vos **tenho já escrito** de minha disposição, a qual cada dia se renova, de maneira que nenhuma diferença ha de mim a um são, ainda que algumas vezes não deixo de ter algumas relíquias das enfermidades passadas.

Além disso, ainda podemos observar na **Tabela IV** que o número de ocorrências do PPC acompanhadas (com combinação) de adjunto diminuiu nos séculos XVIII (6%) e XIX (5%). Já no século XX, o PPC aparece sem nenhum adjunto acompanhando-o. Estabelecendo uma correlação desses resultados com a análise dos valores semânticos – o fato de o PPC no século XX exprimir apenas valores de duração e iteração (cf. **9.1.2**) – confirmamos a nossa hipótese de que a forma composta do Pretérito Perfeito no PB foi se especializando como um tempo verbal que exprime traços aspectuais (iteração e duração) sem a presença de adjunto adverbial. Cabe destacar que nossa pesquisa mostra que no século XVI o PPC já aparecia expressando iteração e duração, porém, com pouca vitalidade.

Observemos abaixo a **Tabela VI** com os resultados da presença e/ou ausência de adjunto adverbial ao lado do PPS:

Tabela VI - O PPS e os adjuntos adverbiais do século XVI ao XX

	PPC							
	COMBINAÇÃO		REFORÇO		AUSÊNCIA		TOTAL	
	N°	→%	N°	→%	N°	→%	N°	→%
XVI	6	1%	12	2%	577	97%	595	100%
XVII	10	1%	4	0,5%	677	98,5%	691	100%
XVIII	11	2%	16	4%	432	94%	562	100%
XIX	12	2%	24	4%	518	94%	554	100%
XX	4	0,7%	36	6,6%	503	92,6%	543	100%

Nessa tabela os percentuais indicam que, desde o século XVI, o PPS é utilizado predominantemente para expressar valor aspectual perfectivo sem a presença de adjunto: 97% no XVI, 98,5% no XVII, 94% no XVIII e no XIX e 92,6% no XX.

A **Tabela VI** também nos mostra que o PPS pode vir acompanhado de adjunto e continuar a expressar perfectividade; neste caso, o adjunto estará apenas reforçando o valor já expresso pela forma verbal, como por exemplo:

(19) Hontem **houve** Philharmonica – que esteve deserta por causa d’uma tremenda pancada de chuva. (CO, 1849, p.112 AZ)

(20) Já **escrevi** outras, principalmente pelo Padre Leonardo 'Nunes (45), depois de cuja partida chegaram as vossas, e nos deram grande consolação. (CO, 1554, CJ)

Além disso, na **Tabela VI**, podemos observar que o PPS, assim como mencionado na seção sobre a caracterização do Pretérito Perfeito (cf. **subseção 4.2**), pode expressar valores iterativos ou, principalmente, durativos, desde que combinado com adjuntos (1% das ocorrências nos séculos XVI e XVII, 2% nos séculos XVIII e XIX, 0,7% no século XX):

a) valor aspectual durativo:

(21) **tive** sempre maior confiança, peço instante instantissimamente que me ajude a alcançar de Sua Divina Majestade o remédio desta minha rebelde dureza (PB, CO, 1687, CB)

(22) o Senhor sempre **esteve** com Pai, para introduzir nos ânimos dos homens a fé de sua divindade (PB, O, 1659, PV).

b) valor aspectual iterativo (apenas duas ocorrências: uma no século XVII e outra no Século XX):

(23) Durante anos, [...] o bom João **plantou** sua lavoura muito nacional, muita flor deresedá. (PB,O, 1974)

(24) Todas as vezes que a Cristo lhe **falaram** no nascimento de sua Mãe, sempre o Senhor respondeu com o nascimento de seu Pai [PB, O, 1659, PV]

É importante destacar que a análise do grupo de fatores “telicidade do verbo” irá, certamente, refinar a nossa pesquisa, principalmente, nos resultados relacionados aos valores aspectuais e à presença/ausência de adjunto adverbial.

9.1.4. Estudo do tempo real vs. Telicidade do verbo

Como vimos na **Seção 7**, a tipologia verbal, muitas vezes, influencia na ocorrência de um determinado valor aspectual. Castilho (1967) aponta a telicidade verbal como um possível condicionante para manifestação dos valores aspectuais iterativos e durativos do PPC: o primeiro valor estaria relacionado a verbos télicos e o segundo, a verbos atélicos. Além disso, vimos também que Comrie (1976, p.46-47) argumenta que um verbo télico associado ao PPS sempre resulta em uma noção aspectual perfectiva.

Seguindo essas motivações, testamos essas hipóteses e analisamos os verbos principais (ou verbo base) encontrados nas ocorrências do PPS e do PPS. Primeiramente comentamos os resultados observados nas formas compostas:

Tabela VII - O PPC e a telicidade dos verbos base nos séculos XVI ao XX

	PPC					
	TÉLICO		ATÉLICO		TOTAL	
	Nº	→%	Nº	→%	Nº	→%
XVI	65	89%	8	11%	73	100%
XVII	29	72%	11	28%	40	100%
XVIII	56	73%	21	27%	77	100%
XIX	45	67%	12	33%	67	100%
XX	12	40%	18	60%	30	100%

A tabela acima revela uma predominância de verbos télicos nos séculos XVI ao XIX. Esse resultado confirma a proposta de Castilho, pois o compararmos com os da **Tabela II**, verificaremos que o PPC é utilizado com maior frequência nesses séculos para expressar duas noções aspectuais: exclusivamente perfectiva (principalmente, no século XVI) e predominantemente iterativa. Para testarmos essa hipótese, realizamos o cruzamento dos fatores “telicidade” vs “valores aspectuais” nos séculos XVI ao XIX, para ilustrar os resultados, apresentamos os do século XVI:

**Tabela VIII - Valores aspectuais do PPC vs. telicidade do verbo principal
no século XVI**

SÉCULO XVI	PPC				
	TÉLICO		ATÉLICO		TOTAL
	Nº	→%	Nº	Nº	→% Nº
ITERAÇÃO	30	97%	1	3%	31 100%
DURAÇÃO	-	-	6	100%	6 100%
PERFECTIVO (EXCLUSIVAMENTE)	35	97%	1	3%	36 100%

Como podemos verificar, o resultado do cruzamento no século XVI (assim como no do século XVII, XVIII e XIX) confirmou a hipótese mencionada acima: a percentagem maior de verbos atéllicos está diretamente relacionada à maior ocorrência dos valores aspectuais perfectivo e/ou iterativos expressos pela forma composta no período analisado. Vejamos dois exemplos:

(25) E se isto custar alguma cousa ele o enviará de cá em açúcar. Haja lá algum virtuoso que lho empreste, porquanto me achei nestas necessidades e com grande desejo de ver tantas almas remediadas. Escrevo isto a V. R. para a primeira embarcação mandar resposta a esta capitania de São Vicente. Os demais escreverei para ida dos navios, se me achar em parte para isso; a senão Padres e Irmãos suprirão. A uma carta, que neste São Vicente recebi, **tenho já respondido**. As que vierem por via da Bahia ainda não as v. È mais fácil vir de Lisboa recado a esta capitania do que da Bahia. (O, XVI, DHB-PMN)

(26) Há bastante tempo que não **tem chegado** a esta Bahia embarcação alguma desse Rio, nem também a sumaca em que se dizia vinham cartas de Lisboa que haviam vindo na frota, sem embargo de Vossa Senhoria não me falar nesta matéria. (CO, XVIII, COC)

Em (25) temos um caso de verbo télico – “responder (a carta)” –, que, conjugado no Pretérito Perfeito Composto, passa a expressar um valor exclusivamente perfectivo: a carta que

ele, o jesuíta, já escreveu ao seu superior. No exemplo (26) temos também um verbo télico (chegar), que, ao ser conjugado no PPC, exprime valor iterativo: o evento “chegar” se repete dentro de um I_t.

Por outro lado, a menor ocorrência de verbos atélicos nos séculos XVI ao XIX, pode ter influenciado o baixo rendimento do PPC com valor durativo, ou seja, a baixa frequência de noções durativas estaria associada ao baixo rendimento dos verbos atélicos.

Já no século XX, aparentemente, temos um resultado oposto: encontramos uma maior ocorrência de verbos atélicos (60%). Entretanto, ao cruzarmos esses resultados com os valores aspectuais das formas compostas durante esse mesmo período temos o seguinte quadro:

**Tabela IX - Valores aspectuais do PPC vs. telicidade do verbo principal
no século XX**

SÉCULO XX	PPC				
	TÉLICO		ATÉLICO		TOTAL
	Nº	→%	Nº	Nº	→% Nº
ITERAÇÃO	12	67%	6	33%	18 100%
DURAÇÃO	0	-	12	100%	12 100%
PERFECTIVO (EXCLUSIVAMENTE)	-	-	-	-	- -

O cruzamento dos fatores permitiu que pudéssemos observar que a maioria das ocorrências expressando iteração (67%) ocorreu com verbos télicos, e todas as ocorrências de PPC com valor durativo ocorreram com verbos atélicos. Esses resultados confirmam assim a hipótese de Castilho, como mostra os exemplos abaixo:

(27) Até aqui o nosso pobre livro **tem vivo** à sombra dos privilégios concedidos à imprensa e às revistas. (CO, 1926, ML)

(28) Meu filho, **tenho andado** muito preocupada. Como você é jornalista e conhece muita gente de proa, quem sabe você possa interferir com elas por sua mãe? (CO, 1977, H)

(29) O que **tem faltado**, quase sempre - no nível do estado - é, uma prática coerente com aquela. (O,1990)

(30) **Tenho aberto** os primeiros caminhos, construído casas de trabalhadores, paióis etc. Está lindo! É adiante dos Pereiras. A roça de milho chama a atenção, é um mar de milho! O café está fora de cova. Preparo terra para feijão, uma roça monstro, de 50 alqueires! (CO, 1916, ML)

Em (27) e (28) temos exemplos de ocorrências de **verbos atélicos+aspecto durativo**, já nos exemplos (29) e (30), encontramos verbos **télicos+aspecto durativo**.

Os resultados da análise dos verbos flexionados no PPS foram:

Tabela X - O PPS e a telicidade dos verbos base nos séculos XVI ao XX

	PPS					
	TÉLICO		ATÉLICO		TOTAL	
	Nº	→ %	Nº	→ %	Nº	→ %
XV	399	67%	196	33%	595	100%
XVII	463	67%	228	33%	691	100%
XVIII	327	71%	132	29%	459	100%
XIX	380	69%	174	31%	554	100%
XX	373	69%	170	31%	543	100%

Esses resultados validam as afirmações de Comrie, que sugere uma associação de valores entre o perfectivo e os verbos télicos. Como podemos perceber na **Tabela X**, em todos os séculos os verbos que obtiveram maior número de frequência foi o télico. Novamente, se fizermos um cruzamento desses resultados com os dos valores aspectuais do PPS mostrados na **Tabela III**, podemos verificar que há uma predominância de praticamente 99% de valor perfectivo. Podemos ilustrar a ocorrência de **verbo télico+valor perfectivo**, com PPS, nos exemplos (31) e (32), e **verbo atélico+mais valor durativo** (predominantemente), no exemplo (33) abaixo:

(31) E nós nos enganamos, hein ? A gente pensou que o Carlos Lacerda tinha morrido, mas quem **morreu** foi outro. (CO, 1977, H)

(32) Lino Não sei por onde nem como principiar; o Cenáculo confiscou-nos as chapas, as coitadinhas, tão prestimosas e serviçais, sempre nítidas e luzidias do uso ininterrupto; proibiu

terminantemente a banalidade; **baniu** para os quintos do inferno os velhos assuntos de cartas, (CO, 1904, ML)

(33) Sempre senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, (O, 1990)

9.1.5. Estudo do tempo real vs. Grau de formalidade

Por fim, apresentamos as ocorrências das formas simples e composta, separando-as de acordo com o tipo de texto em que elas foram encontradas: textos [+] formais e textos [-] formais.

O resultado da análise do PPC nesse grupo foi o seguinte:

Tabela XI: O PPC e o grau de formalidade dos textos nos séculos XVI ao XX

	PPC					
	FORMAL		INFORMAL		TOTAL	
	Nº	→%	Nº	→%	Nº	→%
XVI	41	56%	32	44%	73	100%
XVII	7	18%	33	82%	40	100%
XVIII	17	22%	60	78%	77	100%
XIX	33	49%	34	51%	67	100%
XX	13	43%	17	57%	30	100%

Podemos observar que, no século XVI, o PPC possui maior rendimento em textos [+] formais (56%). Podemos justificar esse maior número de ocorrências nesse tipo de texto fazendo a correlação desse resultado com os encontrados para os valores aspectuais da forma pretérita composta – em que verificamos um número elevado de ocorrências do PPC com valor exclusivamente perfectivo (51%). Para confirmarmos essa hipótese, voltamos aos dados e constatamos que o PPC teve maior número de ocorrências em textos formais, pois foi nesse tipo de texto que encontramos um número maior de ocorrências da forma composta expressando um

valor que se perdeu ao longo dos séculos: valor aspectual estritamente perfectivo. Sendo assim, podemos afirmar que no século XVI o grau de formalidade influenciou na rentabilidade das formas compostas, já que os textos desse grupo estão mais presos às normas gramaticais, como já discutido na **seção 7**, e, por isso, mais resistentes à mudança (ou seja, à cristalização do uso do PPC com valores aspectuais iterativos e durativos).

Nos séculos XVII e XVIII, embora o PPC apareça com maior ocorrências em textos [-] formais, 82% e 78% respectivamente, ao retomarmos novamente os resultados da **Tabela II** desta seção (**Valores aspectuais do PPC – século XVI ao XX**), verificamos que nesses séculos já encontramos um maior rendimento do PPC com valores predominantemente iterativos (no XVII, 65% e no XVIII, 68%). A partir desses dados podemos levantar a hipótese de que a partir do século XVII o grau de formalidade não vai influenciar a rentabilidade da forma composta; o que irá motivar a sua ocorrência é o contexto em que é empregada: situações em que o falante quer expressar eventos plurais de maneira genérica e indefinida, como por exemplo:

a) no século XVII

(34) Mas por que não cuidem, os que me ouvem, que nestas duas comparações da túnica de Antônio com a capa de José e vestiduras de Estêvão **tenho dito** alguma coisa, passemos, ou voemos mais alto, e, com a devida reverência, peçamos licença àquele benigníssimo Senhor que Santo Antônio tem nos braços, para que neste caso nos lembremos também dos seus vestidos, pois está sem eles. Pregado Cristo na cruz, em cumprimento da profecia: *Diviserunt sib vestimenta meã*, tomaram os soldados que tinham crucificado ao Senhor suas sagradas vestiduras, para as repartirem entre si. Estas vestiduras, segundo o uso comum com que se vestiam os hebreus, eram uma túnica comprida até os pés, e com mangas, e sobre esta um manto quadrado, com que se cobriam, como nós com a capa. [PB, O, 1657, PV]

b) no século XVIII

(35) Vi as cartas de Vossa Mercê em que me avisa do estado em que se acham as madeiras, sua condução, e sobre as mais dependências dessa feitoria, estimei muito que Vossa Mercê visse tudo, e as notícias que me dá quanto às duvidas que se lhe põem aos telheiros, só em uma parte

tem razão, que é em dizer também se devem fazer nos outros portos aonde vêm para as madeiras, no que não em dizer que se hão de conservar melhor sem eles, porque a experiência nos **tem mostrado**, que todos quantos se tem feito ,sem esta prevenção se tem. corrompido, e perdido as madeiras, e sua despesa, pelo que o Mestre se lembre do que me disse tocante à cidade Pernambuco, e esquece-se de que muitas vezes me falou na necessidade de telheiro, e em tudo. Determinava fazer junto às casas do homem que mora naquele porto e em que se achavam os paus, pegado ao dela: carpinteiro parece bom homem, (CO, XVIII, MA)

c) no século XIX:

(36) assumi a suprema direção dos negócios públicos e, do que **tenho feito**, na órbita administrativa, vos informarão minuciosa e circunstanciadamente os relatórios (O, 1895)

d) no século XX:

(37) Esta Comissão Parlamentar de Inquérito **tem realizado** uma tarefa realmente meritória e já convocou, para prestar depoimentos, algumas das figuras mais importantes da área fiscal. (O,1974)

Observemos agora as ocorrências do PPS em diferentes séculos e a suas relações com grau de formalidade:

Tabela XII: o PPS e o grau de formalidade dos textos nos séculos XVI ao XX

	PPS					
	FORMAL		INFORMAL		TOTAL	
	Nº	→%	Nº	→%	Nº	→%
XV	268	45%	327	55%	595	100%
XVII	334	48%	357	52%	691	100%
XVIII	206	45%	253	55%	459	100%
XIX	228	41%	326	59%	554	100%

XX	145	27%	396	73%	543	100%
-----------	-----	------------	-----	------------	-----	-------------

A tabela acima nos mostra que o PPS predomina em textos informais dos séculos XIX (59%) e XX (73%). Acreditamos que isso ocorra devido os tipos de textos que compunham esse grupo: eram cartas que, em sua maioria, continham narrações de fatos que ocorriam com o escritor.

Já nos séculos XVI, XVII e XVIII quase não houve diferença do número de ocorrências da forma simples nos textos formais e informais (aproximadamente 50% em cada tipo de texto), pois os textos que compunham o nosso córpus correspondente a estas épocas, tanto [-] formal como [+] formal, possuíam trechos onde o escritor ora narrava fatos acontecidos no Brasil ou com ele, ora comentava a situação sócio-econômica do Brasil. Portanto, podemos concluir que o grau de formalidade parece não influenciar na rentabilidade do PPS.

Assim os resultados das **Tabelas XI e XII** revelam que, com exceção da forma composta no século XVI, o que pode condicionar o emprego das duas formas pretéritas analisadas é a situação textual (contextos que favoreçam os usos das formas pretéritas de acordo com a intenção comunicativa do falante), e não o grau de formalidade do texto.

9.2. Ter+ Particípio Variável: pistas para a história do PPC

Além das ocorrências do PPC, ou seja, da forma **ter +particípio invariável** (cf. CÂMARA JR., 1956; SAID ALI, 1964; MATTOS E SILVA, 1981, 1989, 1995), encontramos também em nosso córpus ocorrências, principalmente nos séculos XVI, XVII e XVIII, que nos remetem à estrutura que deu origem ao PPC:

(38) O Padre, vejo-me cercado de angústias por ver como é largo Nosso Senhor em favorecer este negocio da conversão dos seus escolhidos, e quantas portas têm abertas de muito fruto, e quanto avarento é V. R. desses irmãos, que Ia têm. Bem creio que se V. R. mandasse alguns ao Brasil, eles se cevariam tanto nos trabalhos e em recolher tesouro para Cristo que não lhes viriam as inquietações e perturbações, que vêm a alguns, que já se enfadam de ver paredes do colégio. (PB, O, 1552, CJ)

(39) Outro dia, noutra Aldeia, achou o mesmo Padre que estavam guisando um filho dos contrários, com quem tem guerra, para o comer. Outras coisas semelhantes nos acontecem com eles, que seria longo contar, e as mais acontecem ao Padre Navarro, porque parece que o Nosso Senhor **tem feita** mercê a essa geração de particularmente aproveitar ao máximo. (PB, O, 1549, PMN)

(40) Nesta casa têm os meninos os seus exercícios bem ordenados. Aprendem a ler e escrever e vão muito avante; outros a cantar e tocar flautas; e outros, mamalucos, mais destros aprendem gramática, e ensina-a um mancebo gramático de Coimbra, que cá veio desterrado. Têm suas praticas de Deus Nosso Senhor e modos com que o louvar. (PB, CO, 1553, MN)

Cabe ressaltar que encontramos também um exemplo no PB do século XX, como mencionamos na seção 8.2.. Essas ocorrências nos indicam que o “TER+particípio variável”, apesar de ser uma estrutura que foi caindo em desuso, ainda pode ser realizada em PB. Parece que, mesmo depois de ter passado por um processo de mudança– pois originou a forma composta pretérita –, essa estrutura deixou vestígios em nossa língua.

Observemos outro exemplo:

(41) Noutra Aldeia, junto desta cidade, **temos já feita** uma casa à maneira de ermida, onde um de nós que **tem cuidado** de ensinar e pregar aos novamente bautizadose muitos outros catecúmenos que nela vivem. (PB, O, 1549, PMN)

Nesse exemplo encontramos a forma **ter+particípio variável** representada pelo particípio “feita” concordando em gênero e número com “casa”; e a forma **ter+particípio invariável** – que hoje chamamos de Pretérito Perfeito Composto do modo Indicativo – expressando valor aspectual iterativo. Isso nos chama a atenção para a hipótese, comentada na **Seção 5**, sobre a origem do PPC, de que houve um período da língua caracterizado pela variação, um período em que a concordância podia ou não ocorrer. Ou seja, coadunando com Lemle (cf. LEMLE, 1984, p.128 e cf. seção 5.2. deste trabalho): quando adjetivo, obedecia às regras de concordância; quando funcionava com as mesmas características morfológicas de um advérbio, permanecia invariável.

Além disso, encontramos também casos como esse:

(42) Estas são as razões que os padres e os principais referem nas suas cartas, com que os padres totalmente desconfiam de os índios haverem de descer sem violência, a qual violência não é menos duvidosa, antes quase impossível e mui arriscada, e de que se pode seguir uma grande ruína, principalmente em tempo que **temos guerras apregoadas** com os Holandeses; e nesta suposição dizem os padres que ficam esperando a última resolução dos superiores, para, ou ficarem, ou se virem, acrescentando, porém, que, se houverem de vir, há-de ser com muita consideração e prevenções, depois de arriscarem não menos que as vidas, representando juntamente quão lastimosa cousa será haverem de deixar aquelas almas, depois de cristãs, para que tornem a viver como gentios, oferecendo-se de mui boa vontade a ficar e padecer com elas. (PB, CO, 1658, CB)

Nesse exemplo, assim como ocorre em (41) “(...) **temos já feita** uma casa [...]”, podemos verificar que o verbo “ter” e a forma do particípio não aparecem juntos; entre eles aparecem “já” e “guerras”, respectivamente, em (41) e (42). Esses dois fatores – a concordância e o material interveniente separando “ter” do “particípio” – fomentam a hipótese de que, nesse período, o PPC ainda não era uma forma totalmente gramaticalizada.

Nesses outros casos temos a presença de material interveniente, porém já encontramos a forma que hoje chamamos de PPC (**ter+particípio invariável**):

(43) (...) o rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta e desconhecida: nem as sesmarias, que formam outra considerável parte dos mesmos domínios, poderão prosperar, nem florescer por falta do benefício da cultura, não obstante ser esta a essencialíssima condição, com que foram dadas aos proprietários delas; e até nas mesmas terras minerais ficará cessando de todo, como já **tem consideravelmente diminuído** a extração do ouro, e diamantes, tudo procedido da falta de braços, que devendo empregar-se nestes úteis e vantajosos trabalhos, ao contrário os deixam e abandonam, ocupando-se em outros totalmente diferentes (...) (PB, O, Século XVIII, MM)

(44) Chegada a época feliz da regeneração política da nação brasileira, e devendo todo cidadão honrado e instruído concorrer para tão grande obra, também eu me lisonjeio que poderei levar ante à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa algumas idéias, que o estudo e a experiência **têm em mim excitado e desenvolvido**. (PB, O, Século XVIII, JB)

(45) **Tem a diligência e atividade do Sargento-mor Inácio Teixeira Rangel feito** cessar o motivo e causa que tive pare o mandar à vila do Camamú e sem embargo de que considero precisa a assistência da sua pessoa naquela vila para se evitarem as desordens que antes se experimentavam no transporte da farinha para esta cidade, (PB, CO, 1724, GM)

(46) Mas que seria de tantas almas, cuja salvação **tem Deus predestinado** [...]? De Roma me instam que o acabe, e eu, representando a impossibilidade de meus anos, que cedo correrão os 80, não deixarei de apontar este pensamento de Ah! Meu padre, que ainda me divirto em compor e escrever, quando está chamando por mim a conta, e não sei como a hei-de dar, de tantos e tão mal empregados dias, e sobretudo dos impulsos e inspirações, com que Deus pela Sua infinita misericórdia me chama ao que devo ser e não sou! (PB, CO, 1687, CB)

Destacamos também uma ocorrência do PPC com material interveniente separando o **ter** do **particípio** no século XX:

(47) **Tenho por várias vezes me dirigido** ao povo de Pernambuco, mas em poucas oportunidades com tanta tranqüilidade e com tanta consciência do dever cumprido. (PB, O, 1989)

porém este exemplo não pode ser tratado como um indício de que o PPC no PB contemporâneo ainda não está gramaticalizado, pois esta ocorrência foi encontrada em nosso grupo de textos formais (em um discurso político). Esse uso constituiria um recurso estilístico do autor para deixar seu texto com um tom mais solene.

É importante destacarmos, ainda, a seguinte ocorrência encontrada na amostra do PB do século XVI:

(48) um ofício que me ensinou a necessidade, que é fazer alpargatas, e sou já bom mestre e **tenho feitas muitas** aos Irmãos, porque se não pode andar por cá com sapatos de couro pelos montes (CO, 1554, CJ)

Nesse fragmento, a ocorrência com “ter” no chamou atenção, pois além de nos remeter à forma que deu origem do PPC – “TENHO muitas (alpergatas) feitas – também pode ser retomada como: “TENHO FEITO muitas (alpergatas) aos Irmãos”. Parece que temos em (48) o jesuíta queria afirmar que muitas “alpergatas” estão repetidamente (iteração) sendo fabricadas, entretanto, acaba flexionando o particípio (feit**AS**) e fazendo a concordância com substantivo: feit**AS** muit**AS** [alpergat**AS**]. Isso nos dá indícios que já nesse período podemos encontrar formas que fazem alusão à origem do PPC e também indicam, como já mencionado, que a língua pode sofrer alterações, mas que ainda durante um longo – ou não – período podemos encontrar vestígios dessa mudança.

9.3. O estudo diacrônico do PPS e do PPC: síntese dos resultados

Na seção anterior (**seção 8**), analisamos e comparamos as ocorrências do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e do Pretérito Perfeito Composto (PPC) no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE) do século XX. Essa investigação confirmou a nossa hipótese de que essas formas verbais se distinguem pelos seus valores aspectuais e não pelos valores temporais. Sob esse ponto de vista temos a seguinte caracterização semântica para cada uma das formas pretéritas estudadas:

(a) no Pretérito Perfeito Simples **todos** os estágios se realizam dentro do intervalo de tempo (I_t) compreendido pelo evento;

(b) no Pretérito Perfeito Composto, **mais de um estágio** ou **evento completo** está necessariamente incluído no I_t , podendo a interação do auxiliar com a base resultar em duas interpretações baseadas em seus valores aspectuais: iteração e duração.

Essa proposta de caracterização do PPC ajuda-nos a entender por que os eventos (ou estágios) expressos por essa forma verbal podem ser interpretados como se estendendo até o presente ou futuro: o fato de certos eventos/estágios se localizarem no intervalo de tempo em questão abre a possibilidade para que outros eventos/estágios venham a se realizar fora desse I_t .

Sendo assim o PPC pode, além de marcar tempo pretérito, constituir-se em operador de aspecto quantificacional, que produz como resultado eventos plurais relacionáveis à continuidade (duração) ou descontinuidade (iteração). O Pretérito Perfeito Simples (PPS) também pode expressar a pluralização de eventos, mas não de maneira explícita como a forma composta, precisa estar combinado com um adjunto adverbial.

O estudo diacrônico apresentado nesta seção nos mostrou que essa distinção aspectual entre o PPS e o PPC encontrada (e perceptível) no português atual se consolidou apenas no século XX, pois no período compreendido entre os séculos XVI ao XIX podemos encontrar ocorrências de PPC com valor semelhante ao de outras línguas românicas, como o francês, e ao nosso PPS: exclusivamente perfectivo. Como ficou evidente no exemplo (13):

(48) **Já tenho escrito** a Vossa Senhoria por carta de 14 de Maio, [...] dando-lhe o paragem de sua chegada a esse Rio na suposição do tempo, em que o considerei partido de Lisboa: mas uns patachos que agora dele vieram para este porto, me desenganaram de se haver Vossa Senhoria dilatado na Corte, para lograr a viagem com maior felicidade. (CO, XVII, GGB)

(49) **Já ESCREVI** a vossa senhoria por carta de 14 Maio ...

Por outro lado, também constatamos que a característica quantificacional da forma composta do Pretérito Perfeito – de expressar eventos plurais de maneira genérica, sem a presença de adjunto – já estava presente no século XVI (com valor aspectual iterativo).

Esse resultado permitiu-nos concluir que os valores que atualmente atribuímos ao PPC já podiam ser encontrados no século XVI, embora com menos vitalidade. Isso implica que essa

característica já existia no Português Europeu (PE) e chegou até nós com a vinda dos colonizadores e dos jesuítas.

O estudo histórico do PPC revelou-nos, também, que, a partir do século XVII, a percentagem de ocorrências dessa forma, com valor exclusivamente perfectivo, vai diminuindo, chegando ao século XIX com apenas 5% e caindo em desuso no século XX.

Da análise dos outros grupos de fatores, destacamos os seguintes resultados sobre a forma composta:

(i) **o grau de formalidade:** esse fator só foi relevante e condicionante nos resultados do século XVI, em que verificamos um maior número de ocorrências de Pretérito Perfeito Composto (PPC) em textos [+] formais, considerados, como já discutido, mais resistentes às mudanças lingüísticas;

(ii) **a telicidade do verbo:** ao classificarmos os verbos principais em “télicos” e “atélicos”, confirmamos a hipótese de Castilho, que estabelece uma relação entre iteração/verbos télicos e duração/verbos atélicos;

(iii) **presença ou ausência de adjunto adverbial:** por meio da análise desse fator, confirmamos uma das características principais do PPC, que é expressar iteração ou duração sem a presença de adjunto: do século XVII ao XX, período em que o seu valor quantificacional predominou, a ausência de adjunto adverbial acompanhando a forma composta foi de quase 100% (variou de 81% a 100%). Somente no século XVI, o PPC aparece com mais frequência acompanhado de adjunto (19%). Uma explicação plausível para esse resultado é a possibilidade de que o falante, nesse período, ao empregar o PPC com um determinado valor aspectual, muitas vezes, tinha que utilizar um adjunto adverbial para não deixar a sua frase ambígua, já que nesse século o PPC podia expressar também, de acordo com os nossos resultados, um valor exclusivamente perfectivo.

Ao selecionarmos as ocorrências de PPC, encontramos ainda frases com a estrutura “TER+PARTICÍPIO VARIÁVEL” – principalmente, nos séculos XVI, XVII e XVIII. Essas ocorrências, apresentadas em 9.2., possuem características semelhantes às que deram origem à forma composta no português (cf. **Seção 5**). No século XX, encontramos apenas uma frase com

esse tipo de estrutura, indicando-nos que ainda é possível, embora pouco usual, o emprego de “TER+PARTICÍPIO VARIÁVEL” no Português atual. Essas ocorrências podem ser consideradas “vestígios”, ou até mesmo “pistas”, que nos auxiliam na busca pela história da formação do PPC no PB.

Quanto aos resultados do Pretérito Perfeito Simples (PPS), observamos que essa forma sempre exprimiu o valor exclusivamente perfectivo. Entretanto, como já salientamos, a seu modo, combinado com adjunto adverbial, também pode ser utilizado para expressar iteração e/ou duração.:

(50) Ele sempre gostou muito de Maria.

Sendo assim, por meio desse estudo diacrônico tentamos refazer o percurso, desde a sua origem, das duas formas do Pretérito Perfeito do modo Indicativo no Português Brasileiro (PB). Acreditamos que, assim como citado no início desta seção, o “passado é por definição, um dado que coisa alguma pode modificar”, mas o conhecimento do passado pode ser constantemente descoberto, transformado, aperfeiçoado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos nas considerações finais, ou melhor, nas últimas palavras escritas nesta tese – o que não implica que o tema esteja esgotado – algumas discussões devem ser feitas e outras devem ser retomadas depois de tantas páginas de teoria e análise lingüística.

Para atingirmos os nossos dois principais objetivos expostos na **Introdução** deste trabalho (cf. p.02 desta tese) – (a) um estudo do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Pretérito Perfeito Composto (PPC) no Português Brasileiro, ao longo do tempo, que contemple a história do sistema de tempos verbais no Português Brasileiro a partir das primeiras produções em textos escritos, isto é, abrangendo desde o século XVI até o século XX; (b) um estudo descritivo-comparativo dessas duas formas pretéritas entre o Português Brasileiro e o Português Europeu no século XX –, percorremos uma extensa trajetória resultante da curiosidade, inquietação e vontade de obter algumas repostas sobre a língua portuguesa.

Iniciamos este estudo (**seção 1**), refletindo sobre a concepção de língua, principalmente, a língua dentro de um contexto social e uma de suas características essenciais: o fato dela ser dinâmica e estar sofrendo constantes variações e mudanças. Partindo dessa propriedade da língua, abordamos alguns princípios gerais da teoria da variação e mudança e o estudo da língua ao longo do tempo (sob uma perspectiva diacrônica). Em seguida, baseando-nos na concepção de que a língua muda no tempo e no espaço, discutimos trabalhos que tratam do percurso do Português Brasileiro (PB) e apresentamos algumas características que o diferenciam do Português Europeu (PE).

Como visamos o estudo de duas formas verbais, o Pretérito Perfeito Simples (PPS) e o Pretérito Perfeito Composto (PPC), não poderíamos deixar de comentar algumas instigantes reflexões sobre as categorias verbais **Tempo** e **Aspecto**. Apresentamos uma revisão bibliográfica sobre **Tempo** - e definições dos tempos verbais -, e **Aspecto**, e estabelecemos a definição mais pertinente dessas categorias para o desenvolvimento da nossa pesquisa:

(a) o **Tempo** é uma categoria dêitica que expressa relações de anterioridade ou simultaneidade entre três momentos (Momento da Fala - MF, Momento do Evento - ME, e o Momento de Referência - MR) (cf. CORÔA, 1985; BARBOSA, 2003);

(b) o **Aspecto** é uma categoria não-dêitica, que exprime a quantificação do evento expresso pelo verbo dentro de um intervalo de tempo (cf. CORÔA, 1985; BARBOSA, 2003).

Em seguida, chegamos a um dos pontos fundamentais do nosso trabalho, o estudo do Pretérito Perfeito do modo Indicativo. Elaboramos uma revisão bibliográfica baseada em trabalhos que envolvem a forma simples e composta desse tempo no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE) e discutimos o comportamento dessas formas em outras línguas românicas, o Espanhol e o Francês. Além disso, apresentamos uma proposta de caracterização semântica do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Composto (PPC). Com base nos estudos de Reichenbach (1980) e de Corôa (1985), que tentou atribuir a cada tempo verbal do português – por meio de possibilidades combinatórias dos três pontos temporais reicheinbachianos - que ela denomina momentos do evento (ME), da fala (MF) e da referência (MR) – uma definição única e não-ambígua, fornecida pelo morfema modo-temporal do verbo, argumentamos, assim como em Barbosa (2003), que o Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Pretérito Perfeito Composto (PPC) possuem a mesma definição. Para isso consideramos a formalização sugerida por Corôa (1985, p.53), mencionada na **seção 2.**, que define o Pretérito Perfeito como: ME – MF, MR¹⁰⁵; ou seja, as formas simples e composta do Pretérito Perfeito localizam o tempo do evento no passado, indicando que o momento do evento (ME) ocorreu antes do momento da fala (MF): o tempo de ocorrência do evento antecede o agora do falante/ouvinte. Já a perspectiva de tempo do falante, o momento de referência (MR), é simultâneo ao momento da fala (MF), ocasionando o relato de um evento ocorrido no passado visto de uma perspectiva também presente. O que o falante transmite ao ouvinte com o uso do Pretérito Perfeito é uma visão do evento a partir do seu fim ou resultado:



Sendo assim, verificamos que as diferenças entre esses dois tempos do PB devem ser buscadas em outros componentes de seu significado, os seus valores aspectuais. Constatamos que

¹⁰⁵ O traço representa anterioridade e a vírgula simultaneidade.

o PPC gramaticaliza tempo pretérito somado ao aspecto quantificacional. Portanto, só é utilizado quando se quer exprimir a pluralidade de eventos, evidenciando a proposta feita por Ilari, que aproxima o PPC à quantificação indefinida. Isso sugere que o conteúdo semântico veiculado pelos pretéritos do português brasileiro também pode ser correlacionado a outras unidades semânticas, como **genericidade** e **definitude**¹⁰⁶. O PPC, por seu caráter quantificacional, genérico e indefinido, é incompatível com períodos delimitados.

Essas são as propriedades que distinguem as duas formas verbais do Pretérito Perfeito, e não as suas propriedades temporais, nem a (im)perfectividade aspectual. O PPC não pode ser empregado com adjuntos de passado devido a seu valor indefinido, incompatível com intervalos de tempo fechados, e não porque as situações que expressa se prolongam até o momento presente ou mesmo o ultrapassam. Do mesmo modo, os eventos gramaticalizados por esse tempo, por não terem os seus limites definidos, implicam a possibilidade – mas não a obrigatoriedade – de reiteração a qualquer tempo.

Em vista disso, concluímos que é possível distinguir os pretéritos do ponto de vista aspectual. Para tanto, aproveitamos a conceituação de Corôa (1985, p.74), segundo a qual o aspecto é a quantificação dos **estágios** de um evento:

(i) no Pretérito Perfeito Simples (PPS) **todos** os estágios se realizam no Intervalo de tempo (I_t) compreendido pelo evento em questão;

(ii) no Pretérito Perfeito Composto (PPC) **mais de um estágio** está necessariamente incluído no I_t . Essa concepção auxilia a entender por que os (sub)eventos expressos pelo PPC podem ser interpretados como estendendo-se até o presente ou futuro, pois o fato de alguns estágios se localizarem no intervalo de tempo em questão deixa aberta a possibilidade de que outros estágios possam ocorrer fora desse I_t .

Fizemos também uma volta ao passado e buscamos estudos que discutissem a origem da forma composta e estudos desse tempo no Português Arcaico, visando possíveis informações que

¹⁰⁶ Para Chafe (1979, p.173-174), manifestam-se no nome ou no verbo “unidades semânticas cuja presença não pode ser predita, dada uma determinada unidade lexical”. Como exemplo, temos passado, genérico, perfectivo, inferencial, progressivo, etc.

nos auxiliassem na interpretação semântica das formas simples e compostas do Pretérito no português.

Para testarmos nossas hipóteses e verificarmos a validade das definições propostas, montamos um *cópus* de PB do século XVI ao XX, e outro do PE, do século XX. Nessa etapa do trabalho, tivemos que recorrer ao conceito de gêneros textuais, uma vez que devemos conhecer o tipo de texto ou gênero textual com que estamos trabalhando, já que cada gênero apresenta peculiaridades que implicam não apenas em aspectos estruturais caracterizadores, mas também em temas mais recorrentes, grau de formalidade, intenção, entre outros aspectos. O conhecimento dessas características conduz o pesquisador a um caminho mais adequado no tratamento dos textos utilizados como *cópus*, sejam orais ou escritos, o que, por sua vez, garantirá uma análise mais fiel do objeto de estudo do linguista. Além disso, desenvolvemos critérios (referenciais) que nos auxiliaram na classificação dos textos que compunham o nosso *cópus* do PB e do PE em dois grupos, [+] formais e [-] formais – principalmente, os pertencentes a sincronias passadas.

Depois de construído o *cópus* para o estudo diacrônico de Português Brasileiro (PB), século XVI ao XX, selecionamos as ocorrências das formas simples e compostas do Pretérito Perfeito. Em seguida, analisamo-las de acordo com os grupos de fatores descritos na **seção 7**:

- (a) tempo real;
- (b) grau de formalidade;
- (c) telicidade do verbo;
- (d) valores aspectuais;
- (e) presença ou ausência de adjunto adverbial.

Para o estudo descritivo-comparativo do Português Europeu (PE) vs. Português Brasileiro (PB), utilizamos as mesmas ocorrências selecionadas das formas simples e compostas do Pretérito Perfeito no Português Brasileiro (PB) do século XX e as comparamos com as encontradas em um *cópus* também de textos escritos, [+] formais e [-] formais, do Português Europeu (PE). Ressaltamos também que as formas do PE foram analisadas respeitando o mesmo grupo de fatores citados acima, com exceção do primeiro (tempo real); em seu lugar inserimos o grupo “variedade do português”.

A primeira análise realizada foi a das ocorrências do PE e do PB no século XX. A partir dela pudemos constatar que o PPC e o PPS possuem comportamentos semelhantes nas duas variedades: o PPS expressa predominante aspecto perfectivo (Mariana **morou** em São Paulo / aspecto perfectivo), podendo facultativamente exprimir, a seu modo, pluralidade, quando acompanhado de adjunto adverbial (Mariana sempre morou em São Paulo / aspecto durativo); já o PPC expressa predominantemente eventos plurais sem a presença de adjunto adverbial, podendo a interação “auxiliar+verbo principal” resultar em uma interpretação durativa (Carlos **tem andado** muito triste) ou iterativa (Carlos **tem comido** pouco). Isso demonstra que, apesar da força de diferenciação atuar sobre o PE e o PB, existe uma força unificadora que faz com, pelo menos em relação a certas características, elas continuem sendo variedades de uma mesma língua, o Português.

Após chegarmos a esse resultado do estado atual das funções do PPS e do PPC nessas variedades do Português, caminhamos por cinco séculos (do século XVI ao XX) na história do PB para verificarmos se as características do PPC e do PPS sempre existiram tal como hoje ou se houve alguma mudança no decorrer do tempo que fez com que o PPC adquirisse funções diferentes em relação a outras línguas românicas.

Os resultados do estudo diacrônico do PB indicam que o PPC já funcionava, desde o século XVI, como um operador quantificacional; entretanto, verificou-se que ao longo do tempo essa propriedade foi se tornando mais patente.

Além disso, pudemos observar que o PPC no século XVI foi mais freqüente expressando valor aspectual exclusivamente perfectivo. Essa sua função vai diminuindo ao longo dos séculos, caindo em desuso no século XX, momento em que passa a ser utilizado predominantemente em situações iterativas e durativas. Essa constatação responde a uma das questões levantadas ao longo do nosso trabalho: o PPC nunca possui valor semelhante ao PPS? Os resultados apontam para uma resposta afirmativa: o PPC já possuiu, em um determinado momento da história da língua portuguesa brasileira, funções semelhantes às do PPS. Entretanto, é importante destacarmos que no século XVI já encontramos a forma composta expressando quantificação de eventos (aspecto iterativo e durativo) por si só; ou seja, podemos afirmar que no século XVI (e também no XVII, XVIII e XIX) essas formas se encontravam em variação. Os nossos resultados apontam o século XX como decisivo na implementação da mudança, que resulta no uso do PPC como um operador aspectual.

A análise dos dados também justifica um dos questionamentos feito no início deste trabalho: o baixo emprego do PPC em relação ao PPS. Isso acontece, pois o PPS, por ser menos determinado do ponto de vista semântico, acaba por preencher um espaço discursivo mais amplo; já o Pretérito Perfeito Composto (PPC) do Português Brasileiro – e, como vimos, também no PE atual –, está mais sujeito a restrições de ordem semântico-discursiva, sendo utilizado em contextos em que o falante quer expressar eventos plurais de maneira indefinida e genérica.

É interessante ressaltarmos também a importância dos outros fatores analisados: todos se revelaram pertinentes para o estudo do PPS e do PPC. O único que demonstrou pouca relevância foi o fator formalidade, já que as formas simples e compostas nos períodos estudados já estavam sendo utilizadas independente do grau de formalidade do texto. A exceção deu-se no século XVI, em que o número maior de ocorrências do PPC com valor exclusivamente perfectivo foi encontrado em textos pertencentes ao grupo [+] formal. Esse fato ocorreu, como já apresentado na **seção 6**, quando tratamos sobre a questão de grau de formalidade, devido à característica dos textos que compunham esse grupo: textos com uma tendência maior a preservar as normas gramaticais, e, conseqüentemente, mais resistentes a mudanças lingüísticas.

Como podemos observar, tratar da história de uma língua, como, por exemplo, o Português, e apontar suas características são mostrar as variações e mudanças que lhe dão forma. Que as línguas mudam é um fato inquestionável. A língua se organiza como um sistema dinâmico que está em permanente busca de equilíbrio (como vimos na **seção I**, desta tese, duas forças contrárias interagem sobre a língua: uma em sentido da diversificação, outra em sentido da unificação). Estruturas lingüísticas que não parecem funcionais podem desaparecer, ganhar nova função, como ocorre com o Pretérito Perfeito Composto – ou até mesmo novas estruturas podem ser criadas –, com o intuito de preencher lacunas, de acordo com as necessidades expressivas do falante.

Com nosso estudo diacrônico, pudemos também observar que os usos atribuídos ao Pretérito Perfeito Composto (e Simples) no Português Brasileiro e Europeu atual – constatados pela nossa análise comparativa – já estavam presentes no PB do século XVI. Esse resultado sugere, retomando a história da formação do PB, discutida sucintamente na primeira seção desta tese, que esses usos já estavam presentes no PE e foram trazidos para o Brasil com a vinda dos portugueses.

10. 1. Reflexões para futuras investigações

A partir das discussões propostas e dos resultados encontrados, muitas outras questões/reflexões surgiram. Isso evidencia, principalmente, três fatos: (i) a complexidade da língua, (ii) um assunto/tema lingüístico dificilmente se esgota, (iii) e que há ainda muitos itens “desconhecidos”, como afirma Einstein, na epígrafe à **Introdução**, para serem “percebidos” e investigados sobre o sistema lingüístico, mais especificamente, sobre a língua portuguesa.

Se, por um lado, nossa pesquisa contribuiu para o estudo histórico da língua portuguesa e para apontar algumas características comuns entre o PE e o PB, por outro lado levantou algumas questões que acreditamos serem fontes para futuras e promissoras pesquisas lingüísticas, entre elas:

- A. Investir no estudo das formas do pretérito no espanhol, pois, como vimos na seção **4.5.2. O emprego do Pretérito Perfeito no Espanhol: comparação com o Português**, nessa língua, de acordo com a gramática normativa, o perfeito composto (antepresente) ainda é bastante usual, assim como o perfeito simples (pretérito). O tempo composto *he hecho* deve ser utilizado, de acordo com a norma gramatical peninsular, quando designa um evento ocorrido em um período de tempo que inclui o presente; já a forma simples do pretérito designa um evento acabado em relação ao momento da enunciação. Porém, observamos também que essa distinção que se faz entre esses dois tempos no espanhol se diferencia mais pela região do que pela norma, já que há uma tendência de se usar um pelo outro indistintamente em algumas regiões ou de a forma composta possuir características semelhantes à do português atual, expressando valor aspectual de iteração e/ou duração. A partir dessas discussões, acreditamos ser relevante e necessário um levantamento dos reais usos das formas do PPC e do PPS em espanhol de diferentes regiões para que possam, assim, ser realizadas futuras comparações – partindo do uso efetivo do espanhol – com o Português;
- B. Realizar um estudo da forma composta com auxiliar “haver”: na **seção 5**, sobre a origem do Pretérito Perfeito, verificamos por meio de estudos como os de Mattos e Silva (1981, 1989, 1995) e Cardoso & Pereira (2003).e Cardoso & Pereira (2003) que no Português

Arcaico podemos encontrar ocorrências da forma composta com verbo auxiliar “haver”; seria interessante investigar até quando ou se ainda encontramos essa construção no Português Brasileiro e quais seriam as suas funções;

- C. Ainda sobre as origens da forma composta, observar o processo de gramaticalização dos auxiliares “ter” e “haver” em diferentes épocas da história do Português Brasileiro, como vimos na **seção 9**, aprofundando a análise de casos como os que encontramos, principalmente, nos séculos XVI, XVII, e XVIII: frases que lembram as estruturas que deram origem ao Pretérito Perfeito Composto, com “ter+particípio invariável” (Nesta casa **tem** os meninos os seus exercícios bem exercitados...). Além disso, cabe destacarmos as ocorrências em que temos a presença de material interveniente entre a estrutura “ter” e o “particípio”, como por exemplo: Mas que seria de tantas almas, cuja salvação **tem Deus predestinado**...;
- D. Investir no estudo dos gêneros textuais como fator auxiliar na montagem de corpúsculo principalmente, para pesquisas em lingüística histórica e sociolingüística;
- E. Aprofundar o estudo sobre o gênero ‘cartas’, como apontam BARBOSA e MARINE (2007), por ser, como destacado em **6.1. Seleção dos textos**, um gênero bastante rico e “complexo” sob vários aspectos e bastante interessante para estudos de diversas áreas, especialmente os de variação e mudança lingüística;
- F. Investigar com mais afinco o fator grau de formalidade, principalmente, quando temos que classificar textos escritos em épocas diferentes das nossas, pois, como apresentamos na **seção 6**, está é uma das grandes dificuldades de quem trabalha com textos escritos antigos;
- G. Por fim, acreditamos também ser relevante comparar o emprego dos outros tempos pretéritos do modo Indicativo com o PPS e o PPC: Coan (2006), por exemplo, em seus estudos sobre o Mais-que-Perfeito Simples (MQPS), o Mais-que-Perfeito Composto (MQPC) e o Pretérito Perfeito Simples (PPS) em textos escritos do Português, do século

XVI ao XX, argumenta que o PPS estaria roubando o espaço do MQPS e do MQPC no Português atual.

Feitas tais considerações, gostaríamos de “concluir” este estudo, esperando ter alcançado, ao menos minimamente, os objetivos propostos. Principalmente, esperamos ter levantado algumas discussões teórico-metodológicas e ter oferecido algumas contribuições sobre a história do Português Brasileiro, mais especificamente, sobre a formação do seu sistema temporal. Além disso, os nossos resultados sugerem que, embora existam fatores históricos, culturais e sociais que distinguem o Brasil e Portugal, ao menos nos usos dos tempos do Pretérito Perfeito do modo Indicativo, não encontramos dissimilaridades nos usos e funções dos tempos do Pretérito Perfeito do modo Indicativo, indicando que podemos encontrar também semelhanças entre o PE e o PB, e sugerindo que eles podem constituir variedades de “um mesmo Português”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 44a. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ALTMAN, J. G. **Epistolarity**. Approaches to a Form. Ohio State university: Columbus, 1982.
- AMORIM, D. A. **Os tempos verbais nos textos jornalísticos**. UNESP.Campus de Araraquara. 2001 (trabalho de final de curso).
- ARISTÓTELES. Poética. In: BRANDÃO, R. O. **A poética clássica: Aristóteles, Horácio e Longino**. São Paulo: Cultrix, 1990, p.19 - 52.
- AZEVEDO FILHO, L. **Para uma prática estrutural da língua portuguesa**. Rio de janeiro: Gemasa, 1975.
- BAKHTIN, M. [1929]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. BERNADINI, A. F. et al. 3 ed. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec, 1993.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. LAHUD, M.; VIEIRA, F. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARBOSA, J. B.; LONGO, B. N. O. Um estudo do pretérito perfeito simples e composto no português brasileiro. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 19. n.2, p.07-20, 01 jul. 2004.
- BARBOSA, J. B. ; LONGO, B. N. O. As formas futurizadas no português contemporâneo. In: XIV Encontro do CELLIP.XVI, 2001, **Anais do XIV Encontro do CELLIP.CD-ROOM**.
- BARBOSA, J. B. **O verbo no português contemporâneo do Brasil: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos**. Relatório do projeto PIBIC/CNPq. ms. Araraquara: 1999.
- BARBOSA, J. B. **O verbo no português contemporâneo do Brasil: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos**. Relatório do projeto PIBIC/CNPq. ms. Araraquara: 2000.
- BARBOSA, J. B. **Os tempos do pretérito no português brasileiro: perfeito simples e perfeito composto**. 2003. 115f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2003.
- BARBOSA, J. B.; LONGO, B. N. O., STUCCHI, F. **As formas futurizadas como fator de modalização na linguagem oratória**. ms. Araraquara: 2001.

- BARBOSA, J. B; MARINE, T. C. O uso das cartas como *corpus*: uma nova possibilidade às Ciências Humanas. In: **Anais do V Encontro de Linguística de Corpus**. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: < <http://www.nilc.icmc.usp.br/viencontro/anais.htm>>. Acesso 26 dez. 2007.
- BARBOSA, J. M. Contribuição para o estudo do sistema verbal português: tempos simples e tempos compostos. **Biblos**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1989, p.221-228.
- BARBOSA, J. M. **Le systeme verbal portugais**. Paris: Bentolita, 1995.
- BARROS, J. [1540] **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Lisboa, 1971. (Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu.).
- BECHARA, E. As fases da língua portuguesa escrita. **Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes**. Tübingen: Ed. Dieter Kremer, 1991, p.68-76, vol. III.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. (edição revista e ampliada)
- BELLO, A. [1810]. Análisis ideológicas dos tiempos de la conjugación castellana. In: **Obra Literária**. Caracas: Ayacucho, 1979, p.415-459.
- BELLO, A. [1847]. **Gramática de la lengua castelhana destinada al uso de los americanos**. Madrid: Edaf, 1984.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, (1989[1974]).
- BERSCHIN, H. **Praeteritum und Perfektgebrauch im heutigen Spanischen**. Tubinga, Max Niemeyer Verlag, 1976.
- BOLÉO, M. P. **O perfeito e o pretérito em português em confronto com outras línguas românicas**. Coimbra, 1936.
- BORGES, P. Formas imperativas em tiras de jornais paulistas. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2004.
- BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 34 ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
- BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Vol 2. Madri: Espasa, 1999.
- BOWEN, J. D. A multipleregister approach to teaching english. In: **Estudos Lingüísticos**. vol I, nº 2. São Paulo: Centro de Linguística Aplicada / Instituto de Idiomas Yázigi, 1972, p.35 - 34.
- BREURE, L. **Development of the genre concept**. Disponível em: <<http://www.cs.uu.nl/people/leen/GenreDev/GenreDevelopment.htm>>. Acesso 03 maio de 2005.
- BYNON, T. **Historical linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- CÂMARA JR., J. M. **Dicionário de filosofia e gramática**. Petrópolis: Vozes, 1968.

- CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petropolis: Vozes, 1970.
- CÂMARA JR., J. M. **Uma forma verbal portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1956.
- CAMARA, J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1974.
- CAMARA, J. M. **Princípios de Lingüística Geral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1989 [1957].
- CAMPOS, M. H. C. Sur les formes composées du prétérit em portugais. **Actes du XXII Congrès Internacional de Linguistique et de Philologie Romanes**. Tübingen, Niemeyer, 2000, p.57-63, Vol. II.
- CAMPOS, O. G. L. A. S.; LONGO, B. N. O. A auxiliaridade: perífrases de tempo e de aspecto no português brasileiro falado. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. **Gramática do português falado**. Campinas: Editora Unicamp, 2002. Vol VIII (novos estudos descritivos).
- CANO, W. M. **O emprego do perfeito composto na linguagem jornalística**. Araraquara, Unesp, ms, 1998.
- CARDONA, J. Pretérito simple y pretérito compuesto: presencia del tiempo/aspecto en el habla culta de san Juan. In: **Boletim de la Academia espanhol puertorriqueña de la lengua española**. 7:1, 1979, p.73-98.
- CARDOSO, A.; PEREIRA, S. Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em português. **Revista ABRALIN**. 2 v. n 2. Brasília: ABRALIN, 2003, p. 159-181.
- CART, A. et al. **Gramática Latina**. Trad. e Adap.SOEIRO, M. E. V. N. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1986.
- CARVALHO, J. G. H. Temps et aspect: problèmes généraux et leur incidente em portugais, français et russe. **Estudos Lingüísticos**. Coimbra: Coimbra Editora, 1981, p. 199-235, vol. 3.
- CASTILHO, A. T. A sintaxe do verbo e os tempos do passado em português. **Alfa**, 9. Marília: FFCL, 1966, p.105-53.
- CASTILHO, A. T. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1968.
- CASTILHO, A. T. O português do Brasil. In: ILARI, R. **Lingüística românica**. São Paulo: Ática, 1992.
- CASTILLO GÓMEZ, A. Del tratado a la práctica epistolar. **Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los Siglos de Oro**. Madrid: Akal 2006, pág. 19-57.
- CASTRO, I. **Introdução à história do português**. Lisboa: Colibri.

CATALÁN MENÉNDEZ-PIDAL, D. El español en Canarias. **Atlas de la asamblea de filología del I congreso de instituciones hispánicas**, I. Madri: Ediciones Culitura Hispánica, 1964, p.239-280.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 45a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

CHAFE, W. L. **Significado e estrutura lingüística**. Trad. NEVES, M. H. M. et. al. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

CHARTIER, R. Los secretaries. Modelos y prácticas epistolares. **Libros, lecturas y lectores em la idade Moderna**. Madri: Alianza, 1993.

CINTRA, L. F. L. Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de torto (leitura crítica, data, lugar de redação e comentário lingüístico). **Boletim de Filologia**. XXXI: 1990, p.21-77.

CINTRA, L. F. **Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa**. Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

COAN, M. Tempos variáveis: os pretéritos mais-que-perfeito simples e composto e o perfeito simples em variação e mudança do século XVI ao XX. In: VANDRESEN, P. **Variação, mudança e contato lingüístico no Português da Região Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2006, p.77-98.

COLAÇO, M.; GONÇALVES, A. A concordância do objecto com o particípio e a categoria agrO. In: **Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística (APL)**. 1995, p.117-132.

COMRIE, B. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COMRIE, B. **Tense**. 2ª ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

CORÔA, M. L. M. S. **O tempo nos verbos do português: uma introdução a sua interpretação semântica**. Brasília, Thesaurus, 1985.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**. Rio de Janeiro: Universidade de São Paulo, 1979.

COSTA, M. J. A. A variação “aver” / “teer” em estruturas de posse no português arcaico. In: **Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística (APL)**. Braga: 2000, p.283-291.

COUTINHO, I. **Pontos de gramática histórica**. 2.ed. Cia Editora Nacional. 1941.

COUTO, J. **A Construção do Brasil**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CUNHA, C. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Feriame, 1972.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CYRINO, S. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico**. Londrina: UEL, 1997.

DAHL, Ö. (org.). **Tense and aspect in the languages of Europe**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2000.

DE MULDER, W. La linguistique diachronique, les études sur la gramaticalización et la sémantique du prototype: présentation. **Language Française**, v. 130, pp.8-32, 2001.

DEMIRDACHE, H.; URIBE-ETXEBARRIA, M. The primitives of temporal relations. In: MARTIN, Roger et al. (org). **Step by step: essays on minimalist syntax in honor of howard lasnik**. Cambridge, Massachusetts, London, England: Massachusetts Institute of Technology, 2000.

DIAS, A. E. S. **Sintaxe histórica portuguesa**. 5ª ed. Lisboa, Clássica, 1970.

DIK, S. **The Theory of Functional Grammar**. Dordrecht: Foris Publications (Functional Grammar, 9). 1989.

DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro**. 1995. Tese (Doutorado em Lingüística). IEL, UNICAMP, Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. L.; LOPES, Célia Regina S. De *Vossa Mercê a você*: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (Org.). **Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos**. I ed. Rio de Janeiro, 2003, v. I, p.61-76.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1978 [1973].

FARACO, C. A. **Lingüística histórica**. São Paulo: Ática, 1991.

FARACO, C. A. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. In: **Fragmenta 13**, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Curitiba, Editora da UFPR, 1996.

FARACO, C. E. ; MOURA, F. M. **Gramática**. 19.ed. São Paulo, Ática, 2001

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. **Gramática escolar**. São Paulo, Ática, 2002.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. **Língua e literatura**. 29.ed. São Paulo, Ática, 2000.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. Concurso de Livre-Docência. Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo São Paulo, 1994.

FITZMAURICE, S. **The familiar letter in early modern English: a pragmatic approach**. Amsterdam: John Benjamins publishing Company, 1984.

FONSECA, F. **Para o estudo das relações de tempo no verbo em português**. Comunicação apresentada no XV Congresso de Lingüística Românica. Rio de Janeiro, ms, 1977.

FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974.

GIBELLI, A. Emigrantes y soldados: la escritura como práctica de masas en los siglos XIX y XX. In: CASTILLO GÓMEZ, A. (Org). **La conquista del alfabeto: escritura y clases populares**. Gijón: Ediciones Trea, 2002, p.189-223.

GÓMEZ, A. C. Del tratado a la práctica epistolar. **Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los Siglos de Oro**. Madrid: Akal 2006, pág. 19-57.

GONÇALVES TRAVAGLIA, N. **Difficultés de traduction des textes littéraires et culturels français au portugais du Brésil**. 1977. Dissertação (Mestre em Letras). Faculté de Lettres et Sciences Humaines, Université de Nice, FLSH, UNN, França., 1977.

GONÇALVES TRAVAGLIA, N. **Problèmes littéraires et linguistiques de la traduction française des contes brésiliens contemporains**. 1982 Tese (Thèse de 3e cycle/Lettres). Université de Nice, Sophia Antipolis. França. 1982.

GRYNER, H.; OMENA, N. P.A interferências das variáveis semânticas. In: MOLLICA, M. L.; BRAGA, M. C. (orgs.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p.87-100.

GUILLÉN, C. L escritura feliz: literatura y epistolaridad. **Múltiples moradas**. Ensayo de literatura comparada. Barcelona: Tusquets, 1998.

HAMBURGER, E. W. **O que é física?**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, B. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOOPER, P., TRAUOGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUOGOTT, E. e HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**. Vol I. **Focus on theoretical and methodological issues**. Amsterdã: John Benjamins, 1991.

HORNSTEIN, N. **As time goes by: tense Universal grammar**. USA: Massachusetts Institute of Technology, 1990.

ILARI, R. **A expressão do tempo em português**. São Paulo, Contexto, 1997.

ILARI, R. **Filologia Românica**. São Paulo, Ática, 1996.

ILARI, R. Notas para uma semântica do passado composto em português. In: **Revista Letras**. **55**. Curitiba: UFPR, 2001, p.129-152.

ILARI, R. Alguns recursos gramaticais para a expressão do tempo em português - notas de um projeto de pesquisa. In: **Estudos de filologia e lingüística**: em homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981. p.181-183.

KOCH, I. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo, Cortez, 1984.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo, Contexto, 1997.

KRESS, G. **Structure of Discourse and Structure of Explanation**. University of London, 1992.

KUBARTH, H. Pretérito simple y compuesto en el español hablado de Buenos Aires. In: TRAILL, E. Luna (org.). **Scripta philologica en honorem Juan M. Lopes Blanch**. México: Universidad Autónoma do México, 1992, p.553-566.

LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1975.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: internal factores**. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: Un. of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. **Sociolinguistics patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York**. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.

LAUAND, L. J. **Em Diálogo com Tomás de Aquino**. São Paulo: Mandruvá, 2002.

LEITE, S. (1954) **Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 3 volumes.

LEITE, S. (Org). **Cartas do Brasil e mais escritos do P.Manuel da Nóbrega**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

LEITE, S. **Breve história da Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1760**. Braga: Livraria A.I., 1993.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus No Brasil**.. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: Civilização Brasileira, 1938-1950. 10 v.

LEMLE, M. **Análise sintática**. Teoria geral e descrição do português. São Paulo, Ática, 1984.

LENZ, Rodolfo. (1920). **La oracion e sus partes. Estudios de gramática general y castellana**. 4 ed. Santiago de Chile: Nascimento, 1944.

LOBATO, M. L. Os verbos auxiliares em Portugues contemporâneo. **Análises lingüísticas**. Petrópolis: Vozes, 1975, vol LXV, p.27-91.

LONGO, B. N. O. **A auxiliaridade e a expressão do tempo em português**. Doutorado. Araraquara, Unesp.1990.

LONGO, B. N. O. Perífrases temporais no português falado. **Veredas**, 2 (2), 1998, p.9-24, jul/dez.

LOPE BLANCH, J M. [1961]. Sobre el uso del pretérito en el español de México. *Estudios sobre el español de México*. 2 ed. México: UNAM, 1982, p.131-143.

LOPORCARO, M. **Sintasse comparta dell'acordo participiale romanzo**. Torino: Rosenberg & Sellier, 1998.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1976.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. Trad. MATOS E SILVA, R. V.; PIMENTEL, H. São Paulo: Nacional, Universidade de São Paulo, 1979.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge, CUP, 1977.

MAIA, C. A. Periodização na história da língua portuguesa *status quaestionis* e perspectivas de investigação futura. In: GÄRTNER, Eberhard et al. (org.). **Estudos de historia da língua portuguesa**. Frankfurt: TFM, 1999, p.21-39.

MARQUILHAS, R. **Leitura e Escrita em Portugal no Século XVII**. 1996. 420 fl. Tese (Doutoramento em Lingüística Portuguesa), Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras, Lisboa, 1996.

MARQUILHAS, R. **Norma Gráfica Setecentista – do Autógrafo ao Impresso**. Lisboa: INIC (série Lingüística, n. 14), 1991.

MARTINET, A. **Syntaxe Générale**. Paris: Armand Colin, 1985.

MARTINS, A. M. gramáticas históricas do português. **Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística (APL)**. Vol III. Lisboa: 1996, p.53-71.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MATEUS, M, H. M. et al. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra, Almedina, 1983.

MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da língua portuguesa**. 6 ed. Lisboa: Caminho: 2003. (edição reformulada)

MATOS, G. A. A sintaxe e a morfossintaxe nas gramáticas do século XX. **Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística (APL)**. Vol III. Lisboa: 1996, p.105-121.

MATTOS E SILVA, R. V. A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões, **Boletim da ABRALIN**, 17, 1995b.

MATTOS e SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004 (Língua[gem] 7).

MATTOS e SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico**: fonologia. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Língua Portuguesa).

MATTOS E SILVA, R. V. Orientações atuais da lingüística histórica brasileira. In: **DELTA** 15(1), pp.147-166, 1999.

MATTOS E SILVA, R. V. Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história). **Discursos-Estudos de Língua e Cultura Portuguesa**. Coimbra, Universidade Aberta, 3, 1993.

MATTOS e SILVA, R. V. Português brasileiro: raízes e trajetórias. **Ciência hoje**. vol 15, n° 86, 1992.

MATTOS e SILVA, R. V. Variação e mudança no português arcaico: ter ou haver em estruturas de posse. In: PEREIRA, C. C.; PEREIRA, P.R. D. **Miscelâneas de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995a, p.299 – 311.

MEILLET, A. **Linguistique historique générale**. Paris: Honoré Champion, 1965 [1911].

MELO, G. C. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1968.

MOLLICA, M. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. L.; BRAGA, M. C. (Orgs.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003, p.09-14.

MONTEIRO, D. C. et alii. The perfective aspect in English and Portuguese. a contrastive study on semantic basis. In: **Alfa**, 24, 1980, p.137-148.

MOTA, M. A. C. Línguas em contacto. In: FARIA, I. H., GOUVEIA, C., PEDRO, E. e DUARTE, I. (orgs.). **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Ed. Caminho, p.509-513.

MOTA, M. S. **O verbo no português contemporâneo do Brasil: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos**. Relatório do Projeto PIBIC/CNPq. Araraquara, Unesp, 1998.

MÜHLE, Hans Werner. **Präteritum und Perfektgebrauch in heutigen chilenischen spanisch**. Tesina, IÜD, Universidade de Heidelberg, 1985.

NARO, A.; LEMLE, M. **Competências básicas do português**. Rio de Janeiro, Sedec/Mobral, 1977.

- NASCIMENTO, M. F. B. et al. Corpus de referência do português contemporâneo (CRTC): desenvolvimento e aplicações. **Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística** (APL). Vol I. Lisboa: 1996, p.143-149.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo, EDUNESP, 2000.
- NEVES, M. H. M. **Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (Coleção Texto e Linguagem).
- NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- NUNES, J. J. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. 31 ed. Lisboa, Clássicas, 1958.
- OLIVEIRA, F.; LOPES, A. Tense and aspect in Portuguese. In: THIEROFF, Rolf. (Org). **Tenses Systems in European languages**. Max Niemeyer, Tübingen, p.95-110.
- OLIVEIRA, L. C.; BARROS, L. G. Tempo e referência: a questão dos dois pretéritos em espanhol. **Revista do GEL**. vol 04. Araraquara: Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, 2007, 149-158.
- PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. A. Mudanças lingüísticas: observações no tempo real. In: MOLLICA, M. L.; BRAGA, M. C. (orgs.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003, p.179-190.
- PALMER, F. R. **A semântica**. Trad. CHAVES, A. M. M. São Paulo: Martins Fontes, 1976. (coleção signo, nº 25)
- PARKINSON, S. Portuguese. In: COMRIE, B. (Ed.). **The World's Major Languages**. Oxford (UK): Oxford University Press, 1987. p.260–278.
- PAUL, H. **Princípios Fundamentais da História da Língua**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1886.
- PEREIRA, E. C. **Gramática histórica**. 5 ed. São Paulo, Nacional, 1927.
- PETRUCCI, A. Escritura y epistolografia. In: **Cultura escrita e sociedad**. Nº 2. Gijon: Ediciones TREA, 2006.
- PONTES, E. **Estrutura do verbo no português coloquial**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- PORTELLI, A. Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli. In: **Historia y fuente oral**: historia oral?. nº 1. 1989, p.02-33.
- POTTIER, B. Les vois du français. Sémantique et syntaxe. **Cahiers de Lexicologie**. Besançon, 33(2) 1978, p.03-39.
- PUENTE, F. R. **Os sentidos do Tempo em Aristóteles**. São Paulo: Loyola, 2001.

REICHENBACH, H. **Elements of symbolic logic**. Nova Iorque, Dover, (1980 [1947]).

RIBEIRO, I. Formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: UNICAMP, 1996, p.343-408.

ROBERTS, I. (1993). **Verbs and diachronic syntax**. London: Kluwer.

ROJO, G. La temporalidad en español. **Verba I.**, 1974, p.25-65.

ROMAINE, S. **Socio-historical linguistics: in status and methodology**. New York: Cambridge University Press, 1982.

SACCONI, L. A. **Nossa Gramática**. 11.ed. reform. e rev. São Paulo: Atual, 1990.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.

SAID ALI, M. Haver e ter. **Dificuldades da língua portuguesa**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica: 1966[1957].

SALVI, E. **A tradução do Present Perfect em textos de literatura jornalística**. Especialização. Araraquara, Unesp, ms, 2001.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Trad. OLIVEIRA, J.; PINA, A. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004 (Coleção Os Pensadores).

SANTOS, D. M. S. M. P. **Tense and aspect in english and portuguese: a contrastive semantical study**. Tese de doutoramento em Engenharia da Informática e de Computadores. Universidade Nova de Lisboa, 1996.

SAUSSURE, F. de [1916] **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. Alfa (ILCSE/UNESP), v. 51, p. 189-222, 2007.

SCHERRE, M. M. P. et al. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. **Boletim da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN)**, Florianópolis, p. 1333-1347, 2000.

SCHERRE, M. M. P.; SILVA, G. M. O. **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1996.

SCHIFFRIN, D. **Tense variation in narrative**. Language, 57, 1981.

SCHMITT, C. Cross-linguistics variation an present perfect: the case of Portuguese. **Natural language & linguistic theory**.vol 19. May 2001, p.403-453.

SILVA NETO, S. **A língua portuguesa no Brasil: problemas**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.

- SILVA NETO, S. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. (1986 [1950]).
- SILVA, A. F. **A expressão da futuridade na língua falada**. 1997. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas, UNICAMP, 1997.
- SILVA, P.N. **Os tempos compostos do sistema verbal português**. Lisboa: Universidade Aberta. 1998. (Coleção de Estudos Pós-Graduados).
- SILVA-CORVALÁN, C. **Sociolingüística. Teoría y análisis**. Madrid: Alambra, 1989.
- SOARES BARBOSA, J. **Grammatica philosophica da língua portugueza**. 5 ed. Lisboa: (1871[1803]).
- SQUARTINI, M. **Verbal Periphrases in Romance: aspect, actionality and grammaticalization**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter. 1998.
- SQUARTINI, M.; BERTINETTO, P. M. The Simple and Compound Past in Romance languages. **Tense and Aspect in the Languages of Europe**. Berlin / New York: Mouton de Gruyter / Östen Dahl (ed.), 2000, p. 403-440.
- TANNEN, D. The Oral/Literate Continuum in Discourse. In: Tannen, D. (org.) **Spoken and Written Language**. New Jersey: Ablex, 1982.
- TARALLO, F. (Org.) **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Pontes Editora, 1989.
- TARALLO, F. L. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo, Ática, 1990.
- TARALLO, F. L. Diagnosticando uma gramática do português brasileiro: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: KATO, Mary; ROBERTS, Ian. (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1993.
- TARALLO, F. L. Reflexões sobre o conceito de mudança lingüística. **Organon**, 18. 1991, p.11-22.
- TARALLO, F. L. **Relativization strategies in Brazilian Portuguese**. Doutorado. University of Pennsylvania, 1983.
- TARALLO, F. L. **Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.
- TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa**. 2 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.
- TRAVAGLIA, L. C **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 1991.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão.** 3 ed. Uberlândia, UFU, 1994 [1981].

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics: an introduction.** Londres, Penguin, 1974.

ULLMANN, S. **Semantics: an introduction to the of meaning.** Oxford: Basil Blackwell, 1964.

VASCONCELOS, C. M. **Lições de Filologia Portuguesa:** segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e 1912/13. Lisboa: Martins Fontes, s/d.

VASCONCELOS, J. L. **Lições de Filologia Portuguesa,** 2 ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926

VIANA, A. R. G. **Lê portugais:** phonétique et phonologie, morphologie, textes, Leipzig: Teubner, 1901.

VIOLI, P. Cartas. In: Van Dijk, T. **Discurso y literature.** Madri: Visor, 1999, p.181-203.

VIVES, L. **Epistolário.** Madri: Editora Nacional, 1978.

WEINREICH, U.; LABOV, W. e HERZOG, M. **Empirical foundations for a theory of language change.** In LEHMAN, W.P.e MALKIEL, Y., (Ed.) Directions for historical linguistics. Austin: University of Texas Press, 1968.

WEINRICH, H. **Estructura y función de los tiempos en el lenguaje.** Trad. LATORRE, F. Madrid: Biblioteca Românica Hipánica / Editorial Gredos, 1974 [1964].

WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português.** Rio de Janeiro, INL, 1961.

WITTMANN, L. H. et al. Português brasileiro e português de Portugal: algumas observações. *In: Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística (APL).* Vol III. Lisboa: 1996, p.465-485.

ANEXOS

ANEXO A - Amostra de fragmentos de textos escritos no Português Brasileiro

TEXTOS [+] FORMAIS

A) SÉCULO XVI

CARTAS DO BRASIL- CARTAS JESUÍTICAS - PADRE MANUEL DE NÓBREGA I -Ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo (1549)¹⁰⁷

Vossa Reverendíssima

A graça e amor de N. Senhor Jesus Cristo seja sempre em nosso favor e ajuda. Amem.

Somente darey conta a V. R. Da nossa chegada a esta terra e do que nelas fizemos e esperamos em o Senhor Nosso, deixando os fervores da nossa prospera viagem ao irmãos que mais em particular a notaram.

Chegamos a esta Bahia a 29 dias do mez de Março de 1549. Andamos na viagem oito semanas. Achamos a terra em paz e quarenta e cinco moradores na povoação que antes era; receberam-nos com grande alegria e achamos uma maneira de egreja, junto da qual logo nos aposentamos os Padres e Irmãos em umas casas a par dellas, que não foi pouca consolação para nós para dizermos missas e confessarmos. E nisso nos occupamos agora.

Confessa-se toda a gente da armada, digo a que vinha nos outros navios, porque os nossos determinamos de os confessar na nau. O primeiro domingo que dissemos missa foi a quarta dominga da quadragesima (n.e. 21 de março). Disse eu missa cedo e todos os Padres e Irmãos confirmamos os votos que tinhamos feito e outros de novo com muita devoção e conhecimento de Nosso Senhor, segundo pelo exterior é licito conhecer. Eu prego ao Governador e à sua gente na nova cidade que se começa, e o padre Navarro à gente da terra. Espero em Nosso Senhor fazer-se fructo, posto que a gente da terra vive em peccado mortal, e não há nenhum que deixe de ter muitas negras das quaes estão cheios de filhos e é grande mal. Nenhum delles se vem

¹⁰⁷ Esta carta não traz mês nem dia, mas foi escrita depois de 31 de março e antes de 15 de abril.

confessar; ainda queira Nosso Senhor que o façam depois. O Irmão Vicente Rijo (n.e. aliás Rodrigues) ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os Índios desta terra, os quaes têm grandes desejos de aprender e, perguntados si querem, mostram grandes desejos.

Desta forma ir-lhes-ei ensinando as orações e doutrinando-os na Fé até serem habéis para o baptismo. Todos estes que tratam conosco, dizem que querem ser como nós, sinão que não têm com que se cubram como nós, e este só inconveniente têm. Si ouvem tanger à missa, já acodem e quanto nos vêm fazer, tudo fazem, assentam-se de giolhos, batem nos peitos, levantam as mãos ao Ceu e já um dos Principaes delles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado e em dous dias soube o A, B, C todo, e o ensinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos. Diz que quer ser christão e não comer carne humana, nem ter mais de uma mulher e outras cousas; somente que há de ir à guerra, e os que captivar, vendel-os e servir-se delles, porque estes desta terra sempre têm guerra com outros e assim andam todos em discordia, comem-se uns a outros, digo os contrarios. É gente que nenhum conhecimento tem de Deus. Têm idolos (n.e. houve erro de copia, pois os índios da costa não tinham idolos), fazem tudo quanto lhes dizem.

Trabalhamos de saber a lingua delles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com elles a lingua e il-os doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua lingua as orações e algumas praticas de Nosso Senhor e não posso achar lingua que m'o saiba dizer, porque são elles tão brutos que nem vocabulos têm. Espero de as tirar o melhor que puder com um homem (n.e. Diogo Alvares, o Caramurú) que nesta terra se criou de moço, o qual anda agora mui occupado em o que o Governador lhe manda e não está aqui. Este homem com um seu genro (n.e. provavelmente Paulo Dias Adorno) é o que mais confirma as pazes com esta gente, por serem elles seus amigos antigos.

Tambem achamos um Principal delles já christão baptisado, o qual me disseram que muitas vezes o pedira, e por isso está mal com todos os seus parentes. Um dia, achando-me eu perto delle, deu uma bofetada grande a um dos seus por lhe dizer mal de nós ou cousa semelhante. Anda muito fervente e grande nosso amigo; demos-lhe um barrete vermelho que nos ficou do mar e umas claças. Traz-nos peixe e outras cousas da terra com grande amor; não tem ainda noticia de nossa Fé, ensinamo-lh'a; madruga muito cedo a tomar lição e depois vai aos moços a ajudal-os às obras. Este diz que fará christãos a seus irmãos e mulheres e quantos puder. Espero em o Senhor que

este há de ser um grande meio e exemplo para todos os outros, os quaes lhe vão já tendo grande inveja por verem os mimos e favores que lhe fazemos. Um dia comeu connosco à mesa perante dez ou doze ou mais dos seus, os quaes se espantaram do favor que lhe davamos.

Parece-nos que não podemos deixar de dar a roupa que trouxemos a estes que querem ser christão, repartindo-lh'a até ficarmos todos eguaes com elles, ao menos por não escandalisar aos meus Irmãos de Coimbra, si souberem que por falta de algumas ceroulas deixa uma alma de ser christã e conhecer a seu Creador e Senhor e dar-lhe gloria; *"ego, Pater mi, in tanto positus igne charitatis non cremor"*. Certo o Senhor quer ser conhecido destas gentes e communicar com elles os thesouros dos merecimentos da sua Paixão, *"sicut aliquem te audivi prophetantem"*. E por tanto, *"mi Pater, compelle multas intrare naves et venire as hanc quam plantat Dominus vineam suam"*. Cá não são necessarias lettras mais que para entre os Christãos nossos, porém virtude e zelo da honra de Nosso Senhor é cá mui necessario.

O padre Leonardo Nunes mando aos Ilheos e Porto seguro, a confessar aquella gente que tem nome de Christãos, porque me disseram de lá muitas miserias, e assim a saber o fructo que na terra se pode fazer. Elle escreverá a Vossa Reverendissima de lá largo. Leva por companheiro a Diogo Jacome, para ensinar a doutrina aos meninos, o que elle sabe bem fazer; eu o fiz já ensaiar na nau, é um bom filho. Nós todos tres confessaremos esta gente; e depois espero que irá um de nós a uma povoação grande, das maiores e melhores desta terra, que se chama Pernambuco (n.e. é palavra tupi já então alterada) e assim em muitas partes apresentaremos e convidaremos com o Crucificado. Esta me parece agora a maior empresa de todas, segundo vejo a gente docil. Somente temo o mau exemplo que o nosso Christianismo lhe dá, porque há homens que há sete e dez annos que se não confessam e parece-me que põem a felicidade em ter muitas mulheres. Dos sacerdotes ouço cousas feias. Parece-me que devia Vossa Reverendissima de lembrar a Sua Alteza um Vigario Geral, porque sei quem mais moverá o temor da Justiça que o amor do Senhor. E não há oleos para ungir, nem para baptisar; faça-os Vossa Reverendissima vir no primeiro navio, e parece-me que os havia de trazer um Padre dos nossos (n.e. a carencia dos oleos foi depois suprida pelo da árvore cabureiba).

Tambem me parece que mestre João aproveitaria cá muito, porque a sua lingua é semelhante a esta e mais aproveitar-nos-hemos cá da sua theologia.

A terra cá achamol-a boa e sã. Todos estamos de saude, Deus seja louvado, mais sãos do que partimos.

As mais novas da terra e da nossa cidade os Irmãos escreverão largo e eu também pelas naus quando partirem. Crie Vossa Reverendissima muitos filhos para cá, que todos são necessários. Eu um bem acho nesta terra que não ajudará pouco a permanecerem depois na Fé, que é ser terra grossa, e todos têm bem o que não mister, e a necessidade lhes não fará prejuízo algum. Estão espantados de ver a magestade com que entramos e estamos, e temem-nos muito, o que também ajuda. Muito há que dizer desta terra; mas deixo-o ao comentário dos charíssimos Irmãos. O Governador é escolhido de Deus para isto, faz tudo com muito tento e siso. Nosso Senhor o conservará para reger este seu povo de Israel. *"Tu autem, Pater, ora pro omnibus et presertim pro filiis quos enutristi"*. Lance-nos a todos a benção de Christo Jesu Dulcissimo.

Desta Bahia, 1549 .

Padre Manuel da Nóbrega

B) SÉCULO XVII

- **SERMÃO DE N. S. DO CARMO**, de Padre António Vieira, PREGADO NA FESTA DA SUA RELIGIÃO, COM O SANTÍSSIMO SACRAMENTO EXPOSTO, NA IGREJA E CONVENTO DA MESMA SENHORA, NA CIDADE DE S. LUÍS DO MARANHÃO, (1659)

Todas as vezes que a Cristo lhe falaram no nascimento de sua Mãe, sempre o Senhor respondeu com o nascimento de seu Pai, para introduzir nos ânimos dos homens a fé de sua divindade. Os dois nascimentos de Cristo, e os dois nascimentos da Sagrada Religião Carmelitana.

Notável coisa é, e não sei se notada, na História Evangélica, que todas as vezes que a Cristo lhe falaram no nascimento de sua Mãe, sempre o Senhor respondeu com o nascimento de seu Pai. Pediu a mãe dos Zebedeus as duas cadeiras para os filhos, pelo parentesco que tinham com Cristo por parte de sua Mãe, e logo o Senhor respondeu com o nascimento de seu Pai: *Non est meum dare vobis, sed quibus paratum est a Patre meo* (Mt. 20, 23): Não está em mim dar-vos o que pedis, porque já esse despacho está decretado por meu Pai. - Pregando Cristo outra hora no Templo de Jerusalém, disseram-lhe ao Senhor que estava fora sua Mãe, e que o buscava, e logo respondeu da mesma maneira com o nascimento de seu Pai: *Quicumque fecerit voluntatem Patris mei, qui in caelis est, ipse meus frater, et soror, et mater est* (Mt.12, 50): Quem fizer a vontade de meu Pai que está no céu, esse é minha Mãe, e todos os meus parentes. - Quando a mesma Senhora achou a seu Filho perdido de três dias entre os doutores, declarou-lhe o amor e a dor com que o buscava, dizendo: *fili, quid fecisti nobis sic* (Lc. 2,48)? Filho, por que nos tratastes assim? - E até nesta ocasião respondeu também o Senhor com o nascimento de seu Pai: *nesciebatis quia in his quae Patris mei sunt, oportet me esse* (Ibid. 49)? Não sabeis que me importava assistir ao serviço de meu Pai? Deste estilo, ou desta razão de estado de Cristo se entenderá em não vulgar sentido a conseqüência da resposta do mesmo Senhor sobre as vozes da mulher do Evangelho. Acabava Cristo de convencer com razões as calúnias de seus êmulos, os escribas e fariseus; achou-se no auditório uma mulher de qualidade ordinária, mas de grande entendimento e coração grande; levantou a voz no meio de todos, e disse: *Beatus venter qui te portavit et ubera quae suxisti* (Lc.11, 2): Bemaventurada a Mãe que trouxe em suas entranhas e sustentou a seus peitos tal

Filho. - Não parece que o pregador, e em público, devia responder a semelhantes palavras e a semelhante pessoa? Mas como Ihe falaram no nascimento de sua Mãe, respondeu o Senhor, e respondeu como costumava, com o nascimento de seu Pai: *Quinimmo beati qui audiunt Verbum Dei et custodiunt illud* (Ibid. 28): Antes te digo que bem-aventurados são os que ouvem o Verbo de Deus, e guardam o que ouvem. - *Notai o Verbum Dei*. Como Ihe falaram a Cristo no nascimento da Mãe, acudiu ao nascimento do Pai, advertindo que, se por uma parte era parto de Maria, por outra era Verbo do Padre. Assim declara altamente esta resposta o Venerável Beda, não entendendo no *Verbum Dei* a palavra de Cristo, senão o mesmo Cristo, que, segundo a divindade, é o Verbo e a Palavra do Padre: *Non autem tantummodo eam, quae Verbum Dei corporaliter generare meruerat, sed omnes qui idem Verbum spiritualiter audire, fide concipere, et bonis operas custodia, vel in suo, vel in proximorum corde parere, et quasi alere studuerint, asserit esse beatos*^{108[2]}.

Ó sagrada religião do Monte Carmelo, como vos fez semelhante a si quem vos fez só para si e para que levásseis tantos a ele! Tudo isto fazia Cristo para introduzir nos ânimos dos homens a fé de sua divindade, e ensinar ao mundo que assim como havia nele duas naturezas, assim tinha dois nascimentos: um nascimento antiquíssimo e eterno, em que era Filho de seu Pai, e outro nascimento novo e em tempo, em que era Filho de sua Mãe. E assim como Cristo teve dois nascimentos, e ambos virginais, como Ihes chamou S. Gregório Nazianzeno, um antiquíssimo e eterno, em que nasceu de Pai sem mãe, outro novo e em tempo, em que nasceu de Mãe sem pai, assim a sagrada religião carmelitana teve dois nascimentos também virginais: um antiquíssimo na lei escrita, em que nasceu de Elias virgem, que foi nascimento de pai sem mãe; outro menos antigo, na lei da graça, em que nasceu da Virgem Maria, que foi nascimento de Mãe sem pai. As duas cores e as duas peças do hábito carmelitano são a prova e a herança destes dois nascimentos. A prova e herança do nascimento do pai sem mãe é o manto branco, dado por Elias nas mãos de Eliseu carmelita; a prova e herança do nascimento de Mãe sem pai é o escapulário pardo, dado pela Virgem Maria nas mãos de Simão, também carmelita e geral santo dos carmelitas. Só parece diferença entre os dois nascimentos de Cristo e desta sagrada religião, que no nascimento de Cristo, o Pai era do céu e a Mãe da terra; no nascimento dos carmelitas, o pai era da terra e a Mãe do céu. Mas nesta troca do céu e terra tinham tanto de celestiais estes nascimentos, e tanto de celestiais estas duas

^{108[2]} Cristo afirma serem bem-aventurados não só Aquela que mereceu gerar corporalmente o Verbo de Deus, senão todos os que, ouvindo-o espiritualmente, concebendo-o pela fé e guardando-o com as boas obras o geram no próprio coração ou no coração do próximo.

peças ou divisas do hábito carmelitano, que a Mãe trouxe o escapulário descendo do céu à terra, e o pai lançou o manto subindo da terra ao céu.

Não há religião posto que todas sejam santíssimas que tivesse tais princípios, nem se possa gloriar de tais progenitores. E como estes benditos filhos foram duas vezes nascidos, e por duas gerações, ambas miraculosas, ambas singulares, ambas celestiais e divinas, não será excesso de devoção nem encarecimento de louvor, que com as mesmas vozes do Evangelho os aclamemos neste dia duas vezes bem-aventurados: bem-aventurados por filhos de tal Mãe: *Beatus venter qui te portavit*, e bem-aventurados por filhos de tal pai: *Beati qui audiunt Verbum Dei et custodiunt illud*. Estas duas cláusulas do texto, e estes dois nascimentos serão o fundamento e matéria do nosso discurso. Dai-me atenção, e ajudai-me a pedir graça. *Ave Maria*.

C) SÉCULO VIII

DISCURSO SOBRE A SENTENÇA CONDENATÓRIA DO PROCESSO A QUE FOI SUBMETIDO TIRADENTES

Mostra-se que, entre os chefes e cabeças da Conjuração, o primeiro que suscitou as idéias de república foi o Réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, Alferes que foi da Cavalaria paga da Capitania de Minas, o qual há muito tempo, que tinha concebido o abominável intento de conduzir os povos d'Aquela Capitania a uma rebelião, pela qual se subtraíssem da justa obediência devida à dita Senhora, formando para este fim publicamente discursos sediciosos, que foram denunciados ao Governador de Minas, antecessor do atual, e que então, sem nenhuma razão, foram desprezados, como consta a fl. 74, folhas 68v., folhas 127v., e fl. 2' do Ap.n. 8 da devassa principiada nesta cidade: e suposto que aqueles discursos não produzissem naquele tempo outro efeito mais do que o escândalo e abominação que mereciam, com tudo, como o réu viu que o deixavam formar impunemente aquelas criminosas práticas, julgou por ocasião mais oportuna para continuar com maior eficácia no ano de Jesus Cristo de 1788, em que o atual governador de Minas tomou posse do governo da capitania e tratava de fazer lançar a derrama para completar o pagamento das cem arrobas de ouro, que os povos de Minas se obrigaram a pagar anualmente pelo oferecimento voluntário que fizeram em 24 de março de 1734, aceito e confirmado pelo Alvará de 3 de dezembro de 1750, em lugar da capitação desde então abolida. Porém persuadindo-se o réu que o lançamento da derrama para completar o cômputo das cem arrobas de ouro não bastaria para conduzir os povos à rebelião, estando eles certos em que tinham oferecido voluntariamente aquele cômputo como um sub-rogado muito favorável em lugar do quinto do ouro que tirassem nas minas, que são um direito real em todas as monarquias, passou a publicar que, na derrama competiam, a cada pessoa as quantias que arbitrou, que seriam capazes de atemorizar os povos, e a pretender fazer com temerário atrevimento e horrenda falsidade odioso o suavíssimo e iluminadíssimo governo da dita senhora, e as sábias providências dos seus ministros de Estado, publicando que o atual governador de Minas tinha trazido ordem para oprimir e arruinar os leais vassallos da mesma senhora, fazendo com que nenhum deles pudesse ter mais de dez mil cruzados, o que jura Vicente Vieira da Motta a fl. 60, e o tenente coronel

Basílio de Brito Malheiro a fl. 52v., ter ouvido deste réu, e a fl. 108, da devassa tirada por ordem do governador de Minas, e que o mesmo a ouvira a João da Costa Rodrigues a fl. 57 e ao cônego Luiz Vieira a fl. 60 da devassa tirada por ordem do vice-Rei do Estado.

Mostra-se que, tendo o réu Tiradentes publicado aquelas horríveis e notarias falsidades, como alicerce da infame máquina que pretendia estabelecer, comunicou, em setembro de 1788 as suas perversas idéias ao réu José Álvares Maciel, visistando-o nesta cidade a tempo que o dito Maciel chegava de viajar por alguns reinos estrangeiros para se recolher à Vila Rica, de onde era natural, como consta a fl. 10 do Ap.n. 1 e fl. 2 do Ap.n. 112 da devassa principiada nesta cidade; e tendo o dito réu Tiradentes encontrado no mesmo Maciel não só aprovação, mas também novos argumentos que o confirmaram nos seus execrandos projetos, como se prova a fl. 10 do dito Ap.n. 1 e a fl. 7 do Ap.n. 4 da dita devassa, saíram os referidos réus desta cidade para Vila-Rica, capital da capitania de Minas, ajustados em formarem o partido para rebelião; e, com efeito, o dito réu Tiradentes foi logo de caminho e examinando os ânimos das pessoas a quem faltava, como foi aos réus José Ayres Gomes e padre Manoel Rodrigues da Costa: chegando à Vila-Rica, a primeira pessoa a quem os sobreditos dois réus Tiradentes e Maciel faltaram foi ao réu Francisco de Paula Freire de Andrade, que então era tenente coronel comandante da tropa paga da capitania de Minas, cunhado do dito Maciel; e suposto que o dito Francisco de Paula duvidasse no princípio conformar-se com as idéias daqueles dois pérfidos réus, o que confessa o dito Tiradentes a fl. 10 v. do dito Ap.n. 1, contudo, persuadido pelo mesmo Tiradentes com a falsa asserção de que nesta cidade do Rio de Janeiro havia um grande partido de homens de negócio prontos para ajudarem a sublevação, tanto que ela se efetuasse na capitania de Minas, e pelo réu Maciel seu cunhado, com a fantástica promessa de que logo se executasse a sua infame resolução, teriam socorros de potências estrangeiras, referindo em confirmação disto algumas práticas, que dizia ter por lá ouvido, perdeu o dito réu Francisco de Paula todo o receio, como consta a fl. 10 v e fl. 11 do Ap.n. 1, e fl. 7 do Ap.n. 4 da devassa desta cidade, adotando os pérfidos projetos dos ditos dois réus para formarem a infame conjuração de estabelecerem na capitania de Minas uma república independente.

Mostra-se quanto ao réu Joaquim José da Silva Xavier por alcunha o Tiradentes, que esta monstruosa perfídia depois de recitar naquelas escandalosas e horrorosas assembléias as utilidades, que resultariam do seu Mifame projeto, se encarregou de ir cortar a cabeça ao General, como consta a fl. 103 v. e fl. 107 e Aps. ri. 4, fl. 10 e ri. 5 a fis. 7v. da devassa desta cidade, e fls.

99v. da devassa de Minas, e conduzindo-a, faria patente ao povo e tropa, que estaria formada na maneira sobredita, não obstante dizer o mesmo réu a fl. 1 v. do Ap.ri. 1, que só se obrigou a ir prender o mesmo General, e conduzi-lo com sua família fora dos limites da capitania, dizendo-lhe que se fosse embora; parecendo-lhe talvez que com esta confissão ficaria sendo menor o seu delito.

Mostra-se que este abominável réu ideou a forma da bandeira que devia ter a república, que devia constar de três triângulos com alusão às três pessoas da Santíssima Trindade, o que confessa a fl. 12 do Ap.n. 1, ainda que contra este voto prevaleceu o réu Alvarenga, que se lembrou de outra mais alusiva à liberdade, que foi geralmente aprovada pelos conjurados. Também se obrigou o dito réu Tiradentes a conduzir para a sublevação a todas as pessoas que pudesse. Confessa a fl. 12 Ap.ri. 1, e satisfez ao que prometeu falando em particular a muitos, cuja fidelidade pretendeu corromper, principiando a expor-lhes as riquezas daquela capitania, que podia ser um império florescente, como foi a Antônio de Afonsina Pestana, a Joaquim José da Rocha, e nesta cidade a João Nunes Carneiro e a Manoel Luiz Pereira, furriel do regimento de artilharia; consta a fl. 16 e fl. 18 da devassa desta cidade; os quais como atalharam a prática por onde o réu principiava ordinariamente a iludir os ânimos, não passou avante a comunicar-lhes com mais clareza os seus malvados e perversos intentos, confessa o réu a fl. 18 v., Ap.ri. 1.

(...)

Portanto, condenam ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas Gerais, a que, com barço e pregação, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre e que, depois de morto, lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde, em o lugar mais público dela, será pregada em um poste alto, até que o tempo a consuma e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregados em postes, pelo caminho de Minas, no sítio da Varginha e das Cebolas, onde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações, até que o tempo também os consuma; declaram o réu infame, e seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens aplicam para o Fisco e Câmara Real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão edifique, e não sendo própria será avaliada e paga a seu dono pelo bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão, pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável réu.

D) SÉCULO XIX

DISCURSO DO PRESIDENTE PRUDENTE DE MORAIS (1895)

No momento em que ides iniciar os trabalhos da presente Sessão Legislativa, venho, cumprindo o preceito do art. 48 n. 9 da Constituição da República, dar-vos conta da situação do país e indicar-vos as providências que se me afiguram mais urgentes e cuja adoção depende de vossas luzes e autoridade.

Foi, como sabeis, em período difícil da vida nacional que, obedecendo à determinação de meus compatriotas, assumi a suprema direção dos negócios públicos e, do que tenho feito, na órbita administrativa, vos informarão minuciosa e circunstancialmente os relatórios que me foram apresentados pelos Ministros de Estado e que em breves dias serão submetidos à vossa apreciação.

É-me agradável assinalar que estamos em paz com todas as Nações e com elas cultivamos relações de amizade, que me empenho em manter e desenvolver.

O importante papel que, no aperfeiçoamento da civilização e do bem estar social, a América do Sul terá de representar por suas condições econômicas, é simples questão de tempo, que muito se abreviará se nas relações internacionais se acentuar indefectível cordialidade e desejo sincero de paz e de união, o que sob a forma republicana, lealmente respeitada, assegurará a todos os direitos a mais ampla expansão e real efetividade.

Com Portugal foram restabelecidas as relações diplomáticas, mediante os bons ofícios do governo de S. M. Britânica. É um acontecimento feliz que todos já conhecem, mas que tenho o grato dever de comunicar-vos.

A questão de limites com a República. Argentina, entregue ao julgamento do ilustre Presidente dos Estados Unidos da América, teve, como era de justiça, decisão favorável ao Brasil e que foi acatada pelo Governo Argentino como ato que remove todo receio de alterações das

relações de amizade que ambos os Governos com a maior solícitude têm sempre procurado manter.

Congratulo-me convosco por esse notável sucesso, que despertou em todos os corações brasileiros expansões de jubilo patriótico.

Servindo-me do crédito que concedestes ao governo para concluir a demarcação de limites com a Bolívia, dei as providências necessárias para que esse trabalho seja feito com brevidade.

A Comissão Brasileira já está em caminho para reunir-se a boliviana, que deve encontrar na fronteira.

De acordo com o governo francês; está resolvida a exploração do território litigioso no extremo norte da república e para isso foi aberto o crédito necessário. Já se declarou àquele Governo, por meio da sua Legação, que o do Brasil está pronto para satisfazer o compromisso que contraiu.

É necessário, que com brevidade se resolva esta questão de limites.

Julguei conveniente suspender as disposições tomadas para a negociação de tratado de amizade e comércio com a China e destinada principalmente a facilitar a emigração para o Brasil e resolvi ao mesmo tempo procurar um acordo, para igual fim com o Japão, esperando realizá-lo sem enviar àquele país uma custosa embaixada.

No relatório do Ministério das Relações Exteriores, encontrareis notícia de acontecimentos na fronteira com a República Oriental, que, conquanto sejam de alguma gravidade, não têm influído nas nossas relações com aquele país. Os dois governos, satisfazendo-se mutuamente no que for de justiça, saberão evitar, como até agora, todo o risco de desinteligência.

Para decidir de acordo com os princípios do direito internacional, tenho submetido a apurado estudo uma grande quantidade de reclamações amparadas por bons ofícios diplomáticos. Em muitas delas a regra de direito a aplicar é certa e está recebida na doutrina e na prática, mas os fatos que a invocam nem sempre são precisos ou característicos, tornando-se difícil liquidá-los sem transação ou mútuas concessões. Para conseguir conveniente resultado, não vejo necessidade de meios extraordinários de julgamento. O direito público interno os fornece perfeitamente seguros. A boa vontade do governo e o desejo sincero de não ofender o direito ou a justiça dos

reclamantes tem contribuído para que se torne menos irritante a demora na solução desses assuntos aos quais liga toda a consideração.

A adoção de medidas sanitárias no sentido de impedir a importação de moléstias epidêmicas tem sido motivo de reclamações por via diplomática, que o governo procura atender conciliando o mais possível as exigências de saldo público com os interesses do comércio internacional. Com esse intuito já se tem feito bastante para tranquilizá-los, tal a compreensão que tem o governo de sua relevância.

Essas estreitas e múltiplas relações, quando haja o Brasil de premunir-se contra invasão de moléstias transmissíveis, acaso existentes em países estrangeiros que freqüentemente se comunicam com o nosso, trouxeram ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores notável argumento de expediente, pela constante correspondência diretamente mantida com os nossos agentes diplomáticos e consulares na Europa e na América, e pelo estudo e solução de reiteradas reclamações encaminhadas, em sua maior parte, pelo Ministério das Relações Exteriores.

Estas ligeiras considerações bastam, pelo seu alcance, para aconselhar a transferência do serviço federal de que trato para a competência exclusiva daquele Ministério, onde as questões, como o exige a sua natureza, poderão ser tratadas e decididas com muito mais facilidade e prontidão.

A não serem casos isolados da moléstia com caráter coleriforme que, em novembro último, manifestou-se no vale do Paraíba, acometendo várias localidades dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas e ulteriormente do Espírito Santo, não teve felizmente a Capital Federal, onde ela não constituiu foco epidêmico, que lutar com as enfermidades próprias de estação calmosa.

Entretanto, o lisonjeiro estado da saúde pública, devido talvez ao excepcional verão último, de par com as medidas ocasionais tomadas pelos Governos da União e do Município, não deve dar motivo a que os altos poderes do Estado, despreocupados momentaneamente do assunto, deixem de sobre ele providenciar por modo eficaz e definitivo, no intuito de ficar a Municipalidade do Distrito Federal aparelhada com os meios indispensáveis, a fim de iniciar, como lhe compete, a realização já tão adiada dos grandes melhoramentos sanitários reclamados para a Capital da República, cuja população aumenta consideravelmente de dia para dia.

Se por um lado o problema é complexo e sua solução exige o dispêndio de avultados capitais, por outro os elementos de estudo acumulados via longos anos facilitarão uma decisão

justa, e o emprego dos aludidos capitais, obtidos por operações de crédito, é despesa que será compensada, em futuro não remoto, pelo maior incremento de riqueza e prosperidade que do saneamento do Rio de Janeiro advirá a esta já tão importante cidade, por onde se afere, em geral, no estrangeiro, a situação das demais localidades do vastíssimo território nacional.

A matéria merece, pois, vossa atenção, visto que a Municipalidade, com os seus recursos ordinários, não pode ocorrer ao grande dispêndio reclamado por esse importante serviço, que interessa a toda a República.

(...).

Os compromissos contraídos pela República no Congresso Postal de Viena, realizado em 4 de julho de 1891, os acordos a que aderiu para serviços especiais e o desenvolvimento de nossas relações sociais e econômicas determinaram a reforma postal de 10 de abril de 1894, autorizada pela lei de 11 de outubro de 1893. Esse regulamento, entretanto, resente-se de lacunas, que a experiência já demonstrou, e o Governo, para corrigi-las, aguarda a lei autorizando a revisão daquele regulamento, que pende da vossa deliberação.

Foram reorganizados os serviços a cargo da Repartição Geral dos Telégrafos de acordo com as disposições da lei n 193 de 9 de outubro de 1893.

Prosseguem com atividade: os trabalhos de construção, das novas linhas telegráficas pelo interior da República, obedecendo ao plano de fazer a ligação dos Estados por uma rede interior, que possa garantir a livre comunicação entre eles nesses casos de interrupção das linhas ao longo do litoral.

A esse desenvolvimento das linhas acompanha o aumento do tráfego telegráfico e da respectiva, renda, bem resguardada pelas disposições do regulamento em vigor.

Sendo de grande alcance político e estratégico que as linhas telegráficas atinjam as nossas fronteiras, onde não se puder com facilidade lançar os ramais das linhas férreas atualmente em construção, espero que habilitareis o Governo com os necessários meios para levar avante com presteza essas construções, algumas das quais já se acham encaminhadas.

Havendo o Congresso se conformado com as razões de não sanção ao decreto em que se converteu a proposição da Câmara dos Deputados n. 59 de 1893, que dava organização definitiva ao Tribunal de Contas, continua este Tribunal a reger-se provisoriamente pelo decreto n. 1.166 de 17 de dezembro de 1892, expedido pelo Poder Executivo.

Criação constitucional da mais elevada importância para regular funcionamento do regime, financeiro, compreendeis quanto convém que essa instituição se funde em lei orgânica permanente para que possa desempenhar com vantagem para a administração e para o crédito do país o utilíssimo encargo de fiscalizar as leis da receita e o emprego dos dinheiros do contribuinte. Em mensagem especial submeterei ao vosso critério as idéias que tenho a respeito deste importante assunto.

A tendência dos Estados para invadir a zona dos impostos reservados à União reclama de vossa parte a mais atenta vigilância para que não seja desfalcada a arrecadação de sua renda, que, como sabeis, foi privada por disposição constitucional de fontes abundantes.

E) SÉCULO XX

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governos estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores; Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades da República, Senhores e Senhores..

Venho somar minha esperança a esperança de todos neste dia de conagraçamento. Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros. Pertencço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. Vem de longe a chama deste

sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos "tenentes" revolucionários da Velha República.

Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do "petróleo é nosso", como já brilhara no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano. Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social. Mas a história dá voltas que nos confundem.

Os "anos dourados" de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta. Vieram então anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram o progresso, mas para poucos. E depois nem isso, mas somente o legado - este sim, para todos- de uma dívida externa que amarrou a economia, e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 80. Assim eu vi meus filhos crescerem e vi nascer meus netos sonhando e lutando para divisar o dia em que desenvolvimento, liberdade e justiça -justiça, liberdade e desenvolvimento andariam juntos nesta terra. Eu nunca duvidei que esse dia chegaria. Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liderar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos. Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai dar certo!

Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos - pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo-, mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo. Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade. Pacificamente. com tranqüilidade, apesar das mágoas e cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo, que com nomes e formas diferentes desvirtuou nossa República desde a sua fundação.

Para os jovens de hoje. que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da

liberdade ao pedê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos fará abrir mão dela.

Recuperamos a confiança no desenvolvimento. Não é mais uma questão de esperança, apenas. Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda. Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que um longo período de crescimento. As condições internacionais são favoráveis. O peso da dívida externa já não nos sufoca.

Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes -as pessoas e empresas que produzem riqueza- resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram mais fortes da provação.

Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades. Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico. Chegou o tempo de crescer e florescer. Mais importante: hoje nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.

Quando muitos duvidavam se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos. Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos. acabamos com a superinflação. Devemos isso, não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao presidente Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade.

No momento em que deixa o governo cercado de estima que fez por merecer, agradeço em nome da nação a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou. Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.

A isto eu me dedicarei com toda a energia, como presidente, contando com o apoio do Congresso, dos Estados e de todas as forças vivas da nação Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento. Falta a justiça social. É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número do meu governo.

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um "mandato da raça negra". Mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meios de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão e por entender que os grilhões dela mantinham o país inteiro preso ao atraso econômico, social e político.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos e ainda que não fossem brasileiros vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isto não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a nação. Quer uní-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos. Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos.

Da maioria deles, independentemente da sua condição de inflação, sem ter como se defender dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da previdência, dos que ganham pouco pelo muito que dão ao país nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra, dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos a eles eu devo em grande parte a minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide eu estarei ao lado da maioria. Com serenidade como é do meu feitio, mas com firmeza. Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento. mas sem fugir à responsabilidade de decidir. (...)

TEXTOS [-] FORMAIS

A) SÉCULO XVI

Caríssimos Padres e Irmãos, grande creio que será o desejo que lá terão de saber de nós outros, porque, se lho medimos por o que nós outros cá temos de saber deles, não poderá deixar de ser mui grande; mas é necessário que tenhamos paciência, pois de ano em ano apenas parte um navio; será isto ocasião de mais intimamente nos amarmos e unirmos espiritualmente, pois nem ainda por cartas podemos corporalmente, em o qual não lhes damos vantagem, porque não se pode apartar de nossos corações a contínua memória que dos caríssimos Irmãos temos de sua vida para colher algum fruto do muito que por falta de obreiros se perde em estas grandíssimas terras da gentildade, que estão mui secas por falta da água saudável da palavra de Deus.

Estamos, como lhes hei escrito, em esta aldeia de Piratininga, onde . temos uma grande escola de meninos, filhos de Índios, ensinados já a ler e escrever, e aborrecem muito os costumes de seus pais, e alguns sabem ajudar a cantar a missa: estes são nossa alegria e consolação, porque seus pais não são mui domáveis, posto que sejam mui diferentes dos das outras aldeias, porque já não matam nem comem contrários, nem bebem como dantes. Dia de S. Lourenço se

Deram algumas roupas a alguns deles do pano que RI-Rei dá de esmola, cousa com que folgam muito; e assim as mais das noites se ajuntam a cantar cousas de Deus em sua língua. Alguns de outras aldeias se vêm aqui a pousar em esta com suas casas. Da maneira dos Carijós de que outras veres escrevi, e de outras nações, para as quais ha por aqui aberta entrada, temos mui boas novas e muita esperança que ha o Senhor de fazer em elas muito fruto, e ainda agora temos mais novas, porque ha vindo aqui um principal destes Índios que chamam Carijós , que é senhor daquela terra, com muitos criados seus, e não veio a mais que a buscar-nos para que vamos- a suas terras a ensinar-lhes; dizem-nos sempre que eles estão lá como bestas, sem saberem as cousas de Deus, e afirmo-lhes, caríssimos Irmãos, que é bom Cristão e mui discreto, que nenhuma cousa tem de índio. Nosso Senhor por sua infinita misericórdia plante em toda a terra sua santa fé, livrando-a do grande cativeiro em que está do demônio, o que todos, caríssimos

Irmãos, devem pedir com muita instancia a Nosso Senhor cada dia em suas orações, recordando-se nelas. de nós outros.

A 15 de Março de 1-555.

Nóbrega

B) SÉCULO XVII

CORRESPONDÊNCIAS ENTRE GOVERNADORES

Dom João de Lancastro.

Senhor D. João de Lancastro. Sinto, quanto, é possível, que estes povos não dessem logo a devida execução ás ordens de Vossa Senhoria com obediência cega, sem consideração. nenhuma ás suas utilidades, porque só essa é a forma com que se deve obedecer, mas desculpe os Vossa Senhoria porque como esta mateira é sobre moeda, fazia lhe repugnância as distancias, e o risco, que havia de correr o seu dinheiro, e sobre este particular me mandou Sua Majestade, que Deus guarde, que chamasse a Câmara, e lhe declarasse que ou haviam de remeter G dinheiro à Bahia, aonde se reduziria prontamente, ou, que finda a fabrica da Casa da Moeda se mandariam oficia, es dela com engenhos para que nesta :cidade reduzam a moeda na mesma forma que se fez na Bahia, com declaração, que por parte da Fazenda Real se não levará senho, triagem, nem terá utilidade alguma, correndo por conta dos moradores desta Capitania a despesa desta fabrica com outras mais circunstancias em que se lhe mostrava a despesa que haviam de fazer, com que ajustaram todos uniformemente sem repararem em despesa nenhuma, que queriam que viessem os, oficiais da moeda para esta Capitania, aonde preparariam as oficinas necessárias, de que fizeram termo, , cujo treslado remetido a Vossa Senhoria com esta; e como Sua Majestade me manda que da resolução. , que tomarem os oficia, es da Câmara. dê conta a Vossa Senhoria para ma, andar a Casa da Moeda a esta cidade, o faço na mesma forma para que com aviso de Vossa Senhoria possa saber o que hei de obrar sobre este particular, e em todos do gosto. de Vossa Senhoria não pode faltar a minha obediência. Deus guarde a Vossa Senhoria muitos anos. Rio, 10 de Março de 1697. Servidor, e fiel Amigo // Artur ide Sã e Menezes.

(Carta para o Governador do Rio de Janeiro Artur de Sã, e Menezes.)

Recebi a carta de Vossa Senhoria de 10 de Agosto com a estimação devida à lembrança do cuidado, com que Vossa Senhoria aliviando o que me assiste, não falta ao, de participar me novas suas, que eu sempre estimarei quando chegam iguais ao meu desejo, e à minha obrigação.

Tendo eu prontos os dez mil cruzados, que Sua Majestade, que Deus guarde, havia ordenado se remetessem desta Bahia para sustento da Nova Colônia do Sacramento: foi servido o mesmo Senhor ordenar me se enviassem ao Conselho, Ultramarino. O que fiz sem embargo, dos inconvenientes que se me ofereceram a ir este dinheiro, para Portugal, e voltar para essa praça, podendo ir em direitura, e ser aquela Fortaleza mais prontamente socorrida: mas bem sabe Vossa Senhoria que quem governa só lhe toca obedecer, ainda que seja contra o mesmo, que entende.

Ao Governador de Pernambuco tenho já escrito com todo o aperto, remetesse os cinco mil cruzados, com que aquela Capitania ha de contribuir para sustento da dita Colônia: mas supponho, que também Sua Majestade os mandaria remeter ao Conselho Ultramarino na mesma forma, em que me ordenou o fizesse.

Vejo o, que Vossa Senhoria me escreve sobre os officia, es da Casa da Moeda: Porém como, Sua Majestade se serviu conceder aos Moradores de Pernambuco mais um anno, para que dentro nele mandassem a esta praça, a moeda velha, que houvesse em toda a Capitania, para que na dita Casada Moeda, se reduzisse a nova; não me e p, ossixp, remete-los, senão depois de passado o dito tempo; assim porque não posso, faltar ao, que Sua Majestade me ordena, como por não ocasionar àqueles moradores, o p, prejuízo de terem o, seu dinheiro na Bahia estando quem o ha de lavrar no Rio devaneio. No mesmo instante que se acabar o tempo concedido a Pernambuco, enviarei a Vossa Senhoria tudo o que toca à dita casa da moeda para que em seu tempo logrem os moradores dessa Capitania, a fortuna, que os da Bahia têm. E não sól neste particular, senão nos mais fiquem devendo á acertadas disposições do; governo de Vossa Senhoria, o s aumentos mais seguros da sua conservação; pois por tudo o que reconheço em Vossa Senhoria posso segurar muitas a Sua Real Fazenda nesta jornada, que Vossa Senhoria faz ás mias de São Paulo.

Se neste lugar, e nos mais em que D. João de Lancastro tem alguma. jurisdição, , houver cousa do gosto de Vossa Senhoria não faltarei a dar lho com uma vontade muito prometa de servir o. Deus guarde a Vossa Senhoria como desejo. Bahia e Setembro 24 de 1697.

Dom João de Lancastro.

CARTA DE PADRE VIEIRA

A Roque da Costa Barreto

Meu Senhor:

Nos navios de licença dei conta a vossa senhoria da peste em que ficava a baía. Já então eram mortos o tenente-general, e o desembargador João Couto, e não sei se algum outro. Por todos morreram cinco, em que entraram João de Góis, e o Palma, que terão bem que dar conta a Deus, que lha não há-de tomar pela devassa que se tirou. A maior perda foi a do nosso Arcebispo, com que ficam ovelhas sem pastor, como já estavam, sem o eleito, as de Pernambuco. Neste colégio já morreram doze religiosos da Companhia, e entre eles o Padre António de Oliveira; os demais, com o excessivo trabalho de acudir aos doentes de dia e de noite, todos foram feridos; e, porque antes de convalescerem era necessário tornar ao mesmo exercício, raro foi o que não recaísse duas e três vezes. Só deis escaparam atégora, é eu, e meu companheiro, o que atribuo a especial protecção da Senhora do Rosário, para que pudéssemos acabar o seu segundo tomo, o qual vai na frota, para que o senhor. Francisco Barreto se não queixe da minha ociosidade.

Queira Nosso Senhor que depois da peste não venha a guerra. Continuam a infestar o mar os corsários, um dos quais fêz dar à costa o nosso patacho (3) da Província, e são já três os que ela perdeu nestes três anos. Dizia-se que *Santo António de Flores* vinha para correr estes mares; mas não devia de ser certa a nova, porque torna carregado de açúcar. Também correu que em Lisboa se aprestavam duas fragatinhas para defesa dos portos do sul; mas a nau quê fêz dar à costa o patacho, era de duas andainas de grossa artilharia, e lançou, em caça dele, três grandes lanchas à vela, e a remo; e se avisa do Rio que os mesmos ou outros corsários **têm feito** colónia na boca do Rio da Prata, da outra banda. A pólvora que vossa senhoria mandou comprar ainda não chegou, nem outras munições e armas. Os soldados, pela maior parte meninos e bisonhos; os Mestres de .campo (3) decrépitos; a lotação dos presídios mais que diminuída; a cidade, com a peste, menos povoada, e em tudo exposta a qualquer invasão de quem queira o que só temos. Só vossa senhoria, com a experiência, com a autoridade, e com a presença pode acudir a este descuido dos ministros, que têm à sua conta o provimento e socorro das conquistas. E o amor e saudades da Baía,, merecem a vossa senhoria esta boa ausência. Nosso Senhor ajude este meu

mal merecido zelo, e a vossa senhoria guarde cem todas as felicidades que desejo. *Baía, 14 de Julho de 1686.*

Capelão e criado de vossa senhoria,

António Vieira.

C) SÉCULO XVIII

CARTAS DE AMIZADE ESCRITAS PELO CONDE DE VALADARES

Carta de Amizade Escrita a Minas Gerais ao Sr, Conde de Valadares em 6 de novembro de 1769

Meu primo amigo e senhor todo do meu coração, a estimável ocasião que se me oferece da partida do portador desta para Minas, aproveito corri grandíssimo gosto, para de mais perto oferecer a V. Ex^a a minha obediência, e pedir-lhe a gostosa notícia de boas-novas suas que sempre me são as mais estimáveis; eu as que poderei dar a V. Ex. minhas são de ter chegado a esta Capital no dia 31 de outubro depois da trabalhosa viagem de 18 dias em que passei com mais incónilodo, que em toda a nossa viagem quando partimos de Lisboa, porém estou finalmente no Rio de Janeiro, e confesso a V. Ex^a que quanto mais principio a conhecer o arriscado deste Importantíssimo emprego mais se me diminuem as forças e se me acrescenta o receio de poder dar conta destas tão importantes obrigações, Deus permita socorrer-me com a sua importante mão, que de todo o superior auxilio necessito.

Ao senhor Conde de Azambuja achei muito convalescido da tua, moléstia, e quanto mais próximo se vai vendo a ficar livre do insuportável peso que tio justamente tinha causado a sua queixa, mais o vejo ir convalescendo e nesta consideração, espero chegue a Lisboa perfeitamente bom. O pouco tempo me não dá lugar de poder ser mais extenso o que farei em me achando com mais descanso.

Deus guarde a V. Ex. muitos anos.

Conde de Valadares

Nota à margem - Esta carta foi escrita estando já governando o Rio de Janeiro.

Carta de Amizade Escrita ao Sr. Conde de Valadares em Minas Gerais em 22 de novembro de 1769

Meu primo meu amigo e senhora minha maior veneração, há poucos dias de chegar a esta Capitania tive o gosto e honra de escrever a V. Ex^a ainda que o não podia fazer tão extensamente como desejava, e ainda que por ora me acho com o mesmo embaraço, não quero deixar de aproveitar esta ocasião, assim para agradecer a V. Ex^a o seu cumprimento, e a sua memória, como para novamente oferecer a V. Ex^a a minha obediência e a minha vontade que esta terá V. Ex^a sempre mui pronta para em toda a parte o servir com o maior gosto,

Deus guarde a V. Ex^a por muito anos.

Marques de Lavradio

Carta de Amizade Escrita ao Conde de Povolide para a Bahia em 8 de dezembro de 1769

Meu primo meu colega meu amigo e senhor do meu coração mais cedo tivera expedido a V. . Ex^a estas embarcações para dar conta a V. . Ex^a da minha digressão. Se a minha viagem não tivera sido tão comprida, e se não se juntassem depois da minha chegada mil embaraços deste trabalhosíssimo Governo a que me era indispensável o dar as prontas providências que se faziam necessárias, agora porém não me atrevo a demorar mais tempo a gostosa diligência de pedir a V. Ex^a em todo o sentido tenha passado melhor do que a mim me tem sucedido, assim na viagem, como depois que cheguei a este Governo.

Gastei desde o dia em que me fiz à vela no porto da Bahia até ao emque desembarquei no Rio de Janeiro 19 dias em todos eles passei muito mal por causa do enjôo, e experimentamos viagem mais trabalhosa que a primeira que fizemos do porto de Lisboa para América; desembarquei no dia ultimo do mês passado, a perto de 6 léguas ao mar deste porto onde cheguei pelas nove horas da noite, vindo desta forma quase a surpreender ao meu respeitável antecessor para casa de quem parti logo que desembarquei sem que ele tivesse mais tempo para vir buscar-me; de forma que sem embargo da sua grandissima vigilância não pôde conseguir o ir buscar-me mais longe que ao sair da sua porta onde me encontrou; subi à casa de S. . Ex^a que depois me conduziu aos da assistência dos Senhores Vice-Reis onde ficou comigo até depois das duas hora; tomei posse deste Governo no dia quinto da minha chegada, não sendo possível por mais esforços que fiz que S. Exo advertisse para mais tarde; achei o Senhor Conde com muito alívio na sua

moléstia, porém parece incrível, o como tem convalescido depois que se acha livre deste insuportável e arriscadíssimo emprego, ele já ouviu muito melhor, tem-se nutrido muito mais ainda na maior alegria, o tempo quente, ou chuvoso, os dias de grandíssima névoa, nenhum deles lhe tem feito o mais leve abalo, de forma que ele confessa já o estar perfeitamente bom, e restituído quase ao seu estado natural, o que a mim me tem sido mais vantajoso, tendo procurado não me separar um instante da companhia de S. Ex^a para me aproveitar das suas luzes, da sua instrução, e do seu conselho, não tendo feito ainda nada neste Governo que ainda que vá em meu nome, não seja recebendo primeiro aprovação de S. . Ex^a com a qual tenho tomado algumas resoluções que hoje conhece S. Ex^a eram necessárias e que por conta de sua moléstia ninguém se tinha atrevido a participar-lhe, nem ele estava com cabeça para decidi-las, porém agora que já não tem nenhum destes embaraços, me tem com o seu conselho socorrido, não só com grande utilidade minha mas muito maior do serviço de nosso Augustíssimo Amo.

Deste Governo pouco posso dizer a V. Ex^a pelo pouco tempo que tenho tido para o compreender iremos trabalhando o que pudermos que ainda que as minhas forças, e os meus talentos fossem mais superiores do que os que tenho sempre seriam muito poucos para os que necessita quem se acha encarregado hoje desta importantíssima incumbência.

Desculpe V. Ex^a o tomar-lhe tanto o tempo, porém como esta narração me parece, mais um obséquio a V. Ex^a e este desejo sempre continuamente repeti-los, nesta consideração pode ser mais desculpável a minha prolixidade. V. Ex^a me dê sempre muitas ocasiões em que tenha o gosto de servi-lo para o que me tem sempre com a mais gostosa obediência.

Deus guarde por Ex^a muitos anos.

Marques de Lavradio

CARTAS DE MARQUÊS DE ANGEJA

Carta para o Doutor Corregedor Manuel Gomes de Oliveira.

Vi as cartas de Vossa Mercê em que me avisa do estado em que se acham as madeiras, sua condução, e sobre as mais dependências dessa feitoria, estimei muito que Vossa Mercê visse tudo, e as notícias que me dá quanto às dúvidas que se lhe põem aos telheiros, só em uma parte tem razão, que é em dizer também se devem fazer nos outros portos aonde vêm para as

madeiras, no que não em dizer que se hão de conservar melhor sem eles, porque a experiência nos tem mostrado, que todos quantos se tem feito ,sem esta prevenção se tem. corrompido, e perdido as madeiras, e sua despesa, pelo que o Mestre se lembre do que me disse tocante à cidade Pernambuco, e esquece-se de que muitas vezes me falou na necessidade de telheiro, e em (tudo. determinava fazer junto às casas do homem que mora naquele porto e em que se achavam os paus, pegado ao dela: carpinteiro parece bom homem, e o pior que tem e terem-no nessa conta os moradores dessa terra, e depois que viu que lhe mandei Administrador sobre ele, tudo que Manuel Teixeira disser há de ele encontrar, e Manuel Teixeira lhe paga também na mesma fôrma.

No que toca ao arbítrio de dar os bois aos moradores me não acomodo, porque estes dando-lhe eu dinheiro adiantado para os comprar, ainda assim condução, que foram ao depois de terem que sempre há de ser o do trabalho, o doente, e o morto, e assim devendo de pôr fábrica só por conta de El-Rei é que serve.

Quando Vossa Mercê vir informa da madeira que hão conduzido ao depois que vier dela, e também mandará os obrigados à condução, para que pontualmente acabem de fazer, e de tudo tirará Vossa Mercê muito particulares minúcias,e veja se destas partes quer alguma cousa que sempre me achará com uma vontade muito pronta para lhe dar gosto. Deus guarde a Vossa Mercê.

Baía 26 de Novembro de 1716.

Marquês de Angeja.

Carta para o Doutor Manuel Gomes, de Oliveira.

Recebi a carta de Vossa Mercê de Novembro, em que me dá conta do que obrou no Cairú, e na correição e de tudo o mais pertencente àquela Vila, e lhe agradeço com que me dá a dita conta, e o bem que tem obrado em todas as diligências que me refere.

Pelo que toca as devassas dos casos das mortes sucedidas nesse distrito, procederá Vossa Mercê contra os culpados na forma de direito e justiça.

A, finta da farinha de que Vossa Mercê me dá conta mando examinar como é estilo porque é de razão como Vossa Mercê diz que ou se pague aos fintados, ou se tabelle a farinha.

Sobre. a representação que Vossa Mercê me faz do, proceder do Capitão do Morro vão duas ordens uma para Vossa Mercê devassar do procedimento deste Capitão outra para que ele

não ponha impedimento algum às diligências da justiça, e do modo com que se deve haver nestas, no caso que sejam soldados ou artilheiros daquela praça, e a diligência da devassa fará Vossa Mercê ainda que se haja de dilatar mais alguns dias nessas partes.

No que toca aos sobreditos, bem desejo eu fazê-los soldados, mas não partes a quem encarregue esta diligência porque receio que o ódio, ou amizade façam livrar alguns, e prender a outros, mas fico estudando nesta - matéria das doações lhe não apresentaram a Vossa Mercê obrou bem pelo que ainda que eu entendo que o dito as tem já confirmado e se engano lhe pus aqui o cumpra-se.

Queira Deus que Vossa Mercê escape das maleitas de Boipeba, e que se restitua desta sua jornada com a saúde que lhe sei desejar. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e Novembro 26 de 1716.

Marquês de Angeja.

D) SÉCULO XIX

A Salvador de Mendonça [do Rio] 25 de dezembro.

Meu caro Salvador, Hoje é Natal, e por isso New York deve estar em festa. Como nós católicos temos menos alegria e menos que fazer nesse dia, posso escrever-te enquanto se prepara o altar para a missa, em minha casa. Sei que estás em New York, e espero que ai fiques; com as promessas que tens, e com a tua capacidade, seria uma injustiça não aprovar o govêrno a nomeação do Ministro. O que é preciso é que, dedicando-te ao inglês com a assiduidade precisa, durante os primeiros anos pelo menos, para possuíres a fundo a língua do país em que vives, e em que provavelmente hás de ficar sempre, não te esqueças de escrever de vez em quando alguma coisa na nossa língua. Os nossos escritores de raça são tão poucos!

Aí te envio uma carta para uma senhora de quem sou muito amigo, Mrs. Charles Hamilton, casada com um neto do grande Hamilton. O marido deve morar em New York, e ser-te-á fácil achar a adresse de um tal nome. Todavia devo dizer-te que Mrs. Hamilton tinha tenção de ir passar algum tempo em Milwaukee (Wisconsin). Ela é cunhada de Mrs. Halleck, a viúva do

célebre general, e por qualquer modo tu saberás onde encontrá-la. Na carta falo em ti, e ela desejará muito conhecer-te pelo que eu lhe digo, e estou certo de que será um muito agradável conhecimento para ambos. Adeus, meu caro Salvador. Cada dia mais eu te invejo - fazendo votos para que não voltes tão cedo a esta capital do café.

Como deves saber fundamos um jornal, a Epocha ; infelizmente não é para este país, e só pensamos em desfilar o que fiamos e em fazê-la morrer de um modo decente. Essa morte porém não pode tardar.

1876 A Salvador de Mendonça Paris, 7 de junho.

Meu caro Salvador: Mais depressa do que pensei, devemos encontrar-nos e em New York. Estou em Paris apenas uns três dias, sigo a parar uns oito em Londres, e por volta do dia 22 seguirei para New York. Como tu sabes fui nomeado adido a nossa legação em Washington.

Com mais precisão te escreverei sobre o dia da minha chegada; agora mesmo vou fixá-lo, tomando passagem na White Star.

O que espero de ti é que me arranjes com toda a tua influência pública e privada uma cama para descansar em Filadélfia do calor, da poeira, do barulho das grandes festas de 4 de julho. Não é um pequeno recurso para mim pensar que vou te encontrar nos Estados Unidos.

Rc. do teu, JOAQ. NABUCO P.S. Acabo de tomar passagem a bordo do << Germarac >>, da White Star, que parte a 22 de Liverpool. No dia 1 ou a 2 estarei em terras da tua jurisdição consular.

J. N.

A Salvador de Mendonça Washington, 7 de agosto.

Meu caro Salvador, Aqui cheguei hoje e não sei como pude no momento em que me apressaste para partir esquecer-me de agradecer a tua mulher toda a sua extrema amabilidade para comigo: foi tua falta, eu ainda bem tinha tempo de ser bem-criado, mas tu exploraste o medo de um passageiro que já perdeu dois vapores em sua vida.

Peço-te que repares do melhor modo a minha precipitação, ou a impressão desfavorável que ela deve ter deixado.

Da minha primeira entrevista com o nosso chefe hierárquico resulta: que a legação nestes dois dias vai debandar, e que eu volto a New York sem demora.

O calor está terrível aqui, New York parece-me um banho gelado tornado em um sonho ao lado desta fomalha acesa. Quando tiver de partir, depois de amanhã provavelmente, hei de telegrafar ao Rodrigues para tomar-me um quarto como o dele. Previne-o pois. Explico-me melhor agora o não ter recebido cartas de casa; elas devem estar na mala que encalhou nos Abrolhos. Se isto é sorte! Até dentro destas setenta e duas horas, - a legação vai mudar-se para o consulado, - vamos cair-te todos em casa.

Hoje é o maior dia da minha vida: copiei o meu primeiro despacho.

Como não sei o número nem a rua de tua casa telegrafo só ao Rodrigues quando chego: trata de vê-lo. Adeus, caro compositores.

E) SECULO XX

CARTAS DE LEITORES PARA O HENFIL (Revista Fradim, Fala Leitor)

Porto Alegre, dezembro de 1980.

Henfil

Não sei se sou eu, mas não tenho sentido o mesmo impacto ou a catarse que sentia ao ler os Fradins. Será que quando a gente conscientiza os grilos e os assume, perde as identificações? Só consigo sacar quando são assuntos sociais, mas quando sinto agressões ou masoquismos, não. Ou talvez eu não queira, né?

A gente possui defesas e foi condicionada na infância a não sentir raiva, a não ficar triste, quando sentir dor oferecer ao menino Jesus. Tenho mudado isto e atualmente dou asas aos meus

sentimentos. Isso é bom, muito bom. Por isso, estou te escrevendo. Adoro você. Todo um carinho gaúcho e feminino de MARILCE.

Blumenau, dezembro de 1980.

Henfil

Estou triste contigo e escrevo. É que eu te amo. Não sei como é fisicamente, mas você tem uma cabeça incrível e eu sinto uma atração deste TAMANHO por você. É, realmente consegue encantar todo mundo, aqui todos são amarrados em vocês.

Mas fiquei muito triste e com raiva de você quando você veio aqui em Blumenau e eu não te vi. Culpa sua, agora se defende!

Você lembra? Num sábado fui para Faculdade pra te ver. O jornal dizia que você estaria lá às 10 horas para o lançamento do livro Henfil na China e esperei, esperei até 11,30. Fui para casa puta contigo. Depois chega meu vizinho e diz que conversou contigo, que chegastes atrasado e até fizestes um desenho no livro dele!

Você heim! Não podia ser um pouco pontual? Essa eu não te perdôo nunca! Mereço uma explicação. Te vira amorzinho.

Acabei de ler o Fradim 28 que está o máximo. Meu amigo Cláudio manda dizer que a grúna ta um tesão! No livro China que vou mandar vir pelo reembolso postal, quero que você faça um desenho do Fradim e da graúna. Mas tem que ter esta dedicatória: “Um abraço bem apertado q quente do Henfil.” Você é fissurado em pés e sandálias e eu sou fissurada em abraços bem fortes. Te amo! Mais uma coisa: o motivo os motivos das suas palestras em faculdades é porque você é convidado por alguém? Qual é teu preço? Quero saber pois aí posso te convidar e você tem que vir. Voltando ao fradim 28, só o baixim dizendo que se ama, valeu. Como podes ser tão especial? Milhões de beijos, de abraços apertados, milhões de pisadas em você. Que culpa tenho eu de sentir este amor platônico por você? É amor de ninfeta, tarada, fissurada e apaixonada. MIRIAM.

Campinas, dezembro de 1980.

Henfil

Vou ser curta e grossa. Te conheço de outros carnavais, lá dos bailes do DCE de Belzonte, antes de 64. Naquela época você não tinha essa barba e nem era tão gostoso, nem tão inteligente e sensível como tenho te visto na TV HOMEM. Devo ter uns dez anos a mais que você, sou da época do seu irmão Betinho. Você deve se lembrar de mim, vivia pros meus pés. Teve um dia inclusive que eu estava sentada na escadaria do DCE, num carnaval, e você fez de conta que ia beijar os meus pés. Você nunca saiu da minha cabeça depois disto. Até hoje tenho um cuidado especial com os pés, as unhas dos pés, até este dia não tinha. Você sexualizou meus pés sabia?

Mas eu estava dizendo que sou mais velha que você, mas não se assuste, continuo praticando esportes e meu corpo deve ser mais forte do que desta tal Marta (ela existe mesmo?). Você também vai dizer como todos dizem: você não mudou nada. Não mudei, mas você mudou heim? Onde é que você foi arrumar esta beleza toda? Você virou um homem bonito, sabia? A daí que fico molhada quando te vejo na TV. Nem sei mais o que você está falando, embaça meus olhos e minha cabeça. Não sei se teu programa é bom ou ruim. Apenas sei que tua presença tem algo que parece feitiço. Você virou sexo puro, teu rosto é um órgão sexual.

O que gostaria de ter propor é um encontro ou reencontro nosso. Não pretendo te namorar, fique calmo. Nesse reencontro eu gostaria que você completasse aquele beijo nos meus pés que ficou parado no ar mais de 16 anos. Só isso. Não precisamos transar, quero apenas ver, de baixo dos meus pés, o Henriquezinho que ficou lindo.

Taí meu telefone (...) e, por favor, não sai nunca da TV. Enquanto você estiver lá, vai ser um sinal de que (graças a Deus!) o sexo ainda não acabou. REGINA

ANEXO B - Amostra de fragmentos de textos escritos no Português Europeu no século XX

TEXTOS [+] FORMAIS

a) Discurso Proferido pelo Presidente do ISPV, Prof. Doutor João Pedro Barros (Porto, 14 de Novembro de 1998)¹⁰⁹

Permita-me, Senhor Presidente da República, que as minhas primeiras palavras sejam dirigidas a V. Exa. para lhe manifestar o nosso profundo reconhecimento pela presença, no nosso Instituto, do mais alto magistrado da Nação na cerimónia de abertura do ano académico de 1998/99, considerando-a por isso um relevante marco histórico na vida desta ainda jovem instituição.

Não escondo, hoje, a minha profunda felicidade pela presença do Senhor Presidente da República e de V. Exas. que muito honram o Instituto Politécnico de Viseu, como não escondi no passado recente a minha profunda tristeza pelo ostracismo a que nos remeteram outros responsáveis políticos aquando da inauguração, a 19 de Setembro de 1995, das instalações do moderno e funcional edifício pedagógico da Escola Superior de Tecnologia.

Algumas destas atitudes determinaram um efeito contrário ao eventualmente pretendido, motivando-nos para um trabalho que não podia, nem pode, ser determinado pela vontade de políticos menores, mas que apenas devia obedecer a uma inabalável vontade de criar alternativas de formação para os jovens das nossas Beiras, que todos os anos demandavam outras regiões do País para prosseguir os seus estudos e por lá ficavam. Era preciso fixá-los à terra que os viu nascer, e por essa via ajudar a desenvolver as condições que possibilitassem o crescimento e o desenvolvimento desta importante parcela do todo nacional.

Assim foi necessário, por um lado, motivar a instalação de valências empresariais que gerassem riqueza, e por outro, combater a desertificação que se vinha verificando nesta parcela

¹⁰⁹ In: http://www.ipv.pt/millennium/va13_4.htm

do interior do País. Parece, hoje, poder concluir-se que os objectivos definidos estão a ser plenamente atingidos.

Quinze anos separam o sonho de uma realidade cada vez mais visível. O que se nos apresentava no início da década de 80 como um verdadeiro sonho, em 1998 a presença de V. Exa., Senhor Presidente da República, mostra-nos como conseguimos tornar esse sonho numa verdadeira realidade.

Neste dia de festa para a nossa comunidade, em que incluo os que ainda acreditam nos valores cívicos, morais e éticos que fizeram da nossa Beira Alta terra de gente ilustre, devo recordar algumas das personalidades que muito contribuíram para que o nosso Instituto seja hoje uma realidade bem viva. De entre eles é justo realçar o Sr. Eng.º Manuel Engrácia Carrilho que, na sua qualidade de Presidente da Câmara de Viseu, pugnou com determinação pela instalação do nosso Instituto, incluindo a quase totalidade deste terreno onde estamos a implantar o nosso "campus", bem como o Sr. Armando da Silva Pereira, empresário e proprietário do mesmo, a quem muito devemos pela sua compreensão e sentido de solidariedade. De igual modo desejamos pôr em evidência todos os professores, Conselhos Científicos, Conselhos Pedagógicos, funcionários e alunos que, exorbitando das suas competências, têm dedicado ao Instituto e respectivas Escolas muito mais do que seria normal deles exigir. Estou-lhes imensamente grato por nos terem ajudado a erguer o que parecia impossível de conseguir.

Muito se tem dito e escrito acerca do ensino politécnico e da sua importância, ou não, como subsistema do ensino superior, e pouco se tem dito e escrito que corresponda verdadeiramente ao seu relevante papel como instituição formadora capaz de recuperar um desenvolvimento regional que tarda, e quase nada sobre a realidade política e científica que conduziu à sua criação.

Os Politécnicos arrancaram em Portugal no início dos anos 70 e, em nosso entender, com pelo menos 15 anos de atraso. Tanto quanto decorreram desde o pensamento de Leite Pinto, em 1955, até ao seu nascimento, consagrado juridicamente na Lei nº.5/73 de 25 de Julho, por obra e graça de uma visão prospectiva do então Ministro da Educação, Veiga Simão. Vinte e cinco anos de existência atribulada e porventura mal amada, o ensino politécnico tem sofrido de alguma maldição ou, no mínimo, de maledicência, decorrentes do simples atrevimento de existir e ter posto fim a mais de 700 anos de monopólio do ensino universitário. (Roberto Carneiro).

Apesar de tudo, os Institutos Politécnicos, embora aos solavancos, têm vindo a conseguir impor-se à consideração da comunidade científica nacional e internacional e crescer de uma forma progressiva e sustentada atingindo hoje um nível que não envergonha nem o País nem as regiões onde se encontram inseridos, pese embora algumas visões canhestras e provincianas que vêm nos diplomas apenas uma questão de mobilidade social ascendente esquecendo-se de que, no dealbar do século XXI, são a formação e o emprego que verdadeiramente estão em causa. Os diplomas não têm cheiro e as entidades empregadoras limitam-se a empregar os mais apetrechados.

(...)

A criação de grupos interdisciplinares de pesquisa, dentro de cada instituição e entre instituições, a nível nacional e internacional, virados para o estudo prospectivo e para a identificação de áreas de intervenção na sociedade, deve surgir com naturalidade, por serem as instituições de ensino superior locais privilegiados onde se concentram profundas aptidões de síntese, de concepção e de integração sistemática de conhecimentos (Carneiro, 1988).

O futuro do ensino superior em geral, e o do politécnico em particular, terá que assentar em significativos parâmetros de qualidade. A garantia dessa qualidade passa pela avaliação das instituições de ensino superior que estamos a desenvolver, de uma forma sistemática e idónea, abarcando os cursos, as instituições e seu corpo docente.

Os factores de qualidade devem passar a ser considerados na avaliação do ensino superior, ponderando a qualidade do corpo docente, bem como a de alunos pós-graduados, a investigação desenvolvida, a aplicada e a conceptual, e a sua adequação às necessidades de desenvolvimento económico, social e cultural, a capacidade de dinamizar projectos que englobem outras instituições, quer a nível nacional quer internacional, a divulgação e promoção do conhecimento com recurso às modernas tecnologias de informação.

Do ponto de vista epistemológico, só haverá vantagens na inclusão destes critérios de qualidade nos processos de avaliação se, simultaneamente, se promoverem políticas de financiamento que tenham por base não só os rácios e as necessidades de gestão educativa, mas que equacionem e incentivem economicamente esta qualidade.

A eficiente gestão das unidades de ensino superior é hoje considerada condição essencial na criação de um sistema de qualidade capaz de também responder aos desafios de mudança

sentidos na sociedade actual, salvaguardando os gastos desnecessários actualmente introduzidos no sistema de gestão.

Apesar da existência das três unidades orgânicas, ESE, EST e ESA, constituindo relevante núcleo de alternativas de formação, sentimos a necessidade urgente de criar outras áreas científicas que cubram as carências sentidas por todas as entidades públicas responsáveis, e por nós próprios, nomeadamente nas da Comunicação e das Artes, do Comércio e Turismo, da Saúde, aguardando-se com natural expectativa, neste último caso, a decisão sobre o local de implantação da futura Faculdade de Medicina.

Temos consciência de que estamos a cumprir uma missão com resultados à vista. Mas também temos consciência de que precisamos de muito mais. Mais escolas, mais investigação, mais solidariedade por parte dos vários actores políticos, económicos e sociais.

A região e o País necessitam que continuemos a trabalhar sem desfalecimentos. A presença do Senhor Presidente dá-nos a força e a coragem para que tal aconteça. Muito Obrigado.

TEXTOS [-] FORMAIS

a) Cartas de leitoras da revista RAGAZZA (seção *Desavergonhada: correio*)

Tenho quinze anos e saí algumas vezes com o mesmo rapaz. Mas nunca durou mais de dois meses, porque ele põe-me os palitos. A verdade é que é impossível que ele mude, porque gosta de andar com muitas miúdas. Mas ainda gostamos um dos outro, e acho que me vai pedir para sair outra vez, o que eu faço? (janeiro de 1994)

Sou uma miúda de dezassete anos. Costumo masturbar-me três ou quatro vezes por dia e preocupa-me o facto de poder ser ninfomaníaca. (janeiro de 1994)

O meu problema é que tenho muito mais peito do que gostaria. Estou a usar o numero 40 de soutien e sinto-me muito pouca à vontade. Poderia perder um pouco de peito com algum tipo de dieta? (janeiro de 1994)

Sei que não sou a única “desgraçada” que anda caidinha pelo Tom Cruise. Mas diz-me se vou ser uma das sortudas que vai ter a morda dele. (janeiro de 1994)

Tenho dezassete anos e estou loucamente apaixonada por um rapaz que saiu comigo, mas que agora anda com uma amiga minha. Ela roubou-mo e agora dão-se muito bem os dois; mesmo assim eu adoraria que ele voltasse para mim. O que eu faço? (janeiro de 1994)

A nove meses andou louca por um colega meu. Os amigos dele começaram a dizer que sou um bocado chata; mas não consigo evitar querer estar a toda hora atrás dele. O que posso fazer para o conquistar? (fevereiro de 1994)

Sempre fui uma miúda certinha, incapaz de sair com dois rapazes ao mesmo tempo. Mas o meu problema começou quando o meu namorado me disse que tínhamos que acabar por que no Natal

se estava a aproximar e ele, muito sem-vergonha, não sabia se conseguiria agüentar sem me por os cornos. Quem não aguentou fui eu e desde essa altura que tenho saído com um rapaz diferente cada fim-de-semana. As minhas amigas começaram a murmurar nas minhas costas e eu não sei o que fazer para resistir as tentações. Podem-me ajudar? (fevereiro de 1994)

Tenho catorze anos e gosto de um rapaz mais velho. Adoraria que me dissessem de que tipo de conversa gosta um rapaz de dezoito anos. (fevereiro de 1994)

Há um ano e meio que saí com um rapaz mas a dois meses ele teve um acidente e esteve trinta dias na unidade de atendimento intensivos. Agora continua hospitalizado, mas eu não tenho coragem de ir ver porque da última vez que o fui visitar mandou-me embora. Há três semanas quem não tenho notícias dele. Já não sei se ainda gosta de mim, mas eu continuo a amá-lo como dantes. O que é que vocês acham? (fevereiro de 1994)

O problema é que sou totalmente lisa. Ouvi falar de um certo creme que desenvolve o peito. É eficaz? Também me disseram que se podem obter os mesmo resultados com comprimidos e acunpunctura. É verdade? (fevereiro de 1994)

b) Cartas de Maria de Lamas (entre 1942 a 1944)

Meu Amigo

A sua lembrança gentil de me telefonar no passado dia 6 sensibilizou-me deveras. Venho-lhe repetir o agradecimento que as minhas palavras apressadas do outro dia decerto não souberam exprimir. Quero que saiba que lhe fiquei gratíssima pelo seu pensamento amigo, e que tenho por si, pela ua inteligência e pela sua personalidade espiritual, tão mal revelada ainda, o maior e mais sincero apreço. Desejo-lhe ardentemente aquela felicidade a que todos nós aspiramos e realização das suas mais queridas aspirações.

Conte sempre com a amizade muito grata da Maria Lamas

Meu amigo: Gosto de dar-lhe este tratamento porque ele corresponde à grande estima que tenho por si e porque na realidade, sinto que é meu amigo. Recebi com muito prazer a sua carta, e também um postal que me escreveu da Madeira. Já tinha pensado em lhe escrever-lhe, mas tenho sempre receio que o meu interesse amigo possa lhe parecer insistente e preferi esperar algumas palavras suas que me provassem não ter esquecido de mim. Sabe? Fiquei confundida com a sua generosidade. Diz-me coisas que eu não justifico. Mesmo assim agradeço-lhe os bons olhos com que me vê e a simpatia com que acompanha o meu modestíssimo labor intelectual. Fico desejando ler o seu artigo. Sei que será benévolo, talvez excessivo, mas eu dar-lhe-ei o desconto... O que me agrada sobremaneira é sentir que me compreende e acredita em mim. Há tanta sinceridade no meu desejo em compreender e ver para além dos limites convencionais, auscultando minha própria alma com tão grande empenho e conhecer um pouco a alma humana, que a idéia de sentir uma atenção confiante da parte daqueles que procuram, como eu, desvendar o enigma do nosso próprio ser é para mim um conforto e um estímulo. Sim, gostaria de voltar a África. Tinha mesmo o projecto de ir lá quando rebentou a guerra. Agora não sei (início pág. 24) quando poderá ser. Estive em Angola quando tinha dezoito anos – onde isso vai! Vivia, nesse tempo, as primeiras horas amargas da minha vida. Acabava de ter minha primeira filha e debatia-me entre o sonho mais puro e a realidade mais cruel. Tinha da vida uma noção ingênua mas tão límpida com a água da rocha que brota imaculada ainda dos próprios beijos do sol. Era ignorante de tudo, o instinto e a inocência confundiam-se ainda. Mas já se acendera na minha alma a chama sagrada de m desejo perene de amar, compreender, dar – dar tudo, dar sempre o que em mim houvesse de melhor e mais sincero como contribuição à Vida, embora sem saber porquê e para quê me foi imposta a amargura de viver. É claro que nesse tempo eu não tinha a consciência disso. Só depois reconheci que obedecera sempre a uma força misteriosa quando procurava uma resposta às minhas interrogações e uma luz capaz de dissipar as trevas em que me debatia. Por isso desci ao fundo dos abismos e não deixei nunca de ter claridade na alma. Sofri todas as dores, conheci todo o mal e não perdi a serenidade nem deixei de ser pura. Os meus olhos, ... embora fadigados podem olhar ... a luz de frente! Sei que é capaz de me compreender, por isso deixarei o meu pensamento correr, sem entraves, Tudo isto, por que veio a propósito a minha longínqua estada em África. Então, via a finito, mas o meu problema inferior absorvia-me e o espanto perante a derrocada de meu sonho tomar-me-ia toda. Agora, tantos anos decorridos, é mais inteiro ainda o

meu drama, já não me espanto pela derrocada de qualquer sonho, porque nem se sequer já posso acreditar... mas os meus sonhos aprenderam a ver e a minha alma ganha asas mais fortes. Sim, gostaria de sentir novamente o contacto com o infinito, na paisagem misteriosa e imensa da África.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)